

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA

**INFORMALIDADE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS: Um estudo sobre o
trabalho dos motoristas da empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG**

UBERLÂNDIA

2023

LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA

**INFORMALIDADE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS: Um estudo sobre o
trabalho dos motoristas da empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/FACED/UFU), para fins de obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Trabalho, Sociedade e Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos.

UBERLÂNDIA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48i
2023 Oliveira, Luciene Correia Santos de, 1986-
Informalidade, educação e tecnologias digitais [recurso eletrônico] :
um estudo sobre o trabalho dos motoristas da empresa Uber na cidade de
Uberlândia-MG / Luciene Correia Santos de Oliveira. - 2023.

Orientadora: Adriana Cristina Omena Santos.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.8070>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Santos, Adriana Cristina Omena, 1970-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 34/2023/377, PPGED				
Data:	Vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e três	Hora de início:	14h00	Hora de encerramento:	16h43
Matrícula do Discente:	11913EDU031				
Nome do Discente:	LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA				
Título do Trabalho:	"INFORMALIDADE, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO DOS MOTORISTAS DA EMPRESA UBER NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Políticas públicas de educação, ciência e tecnologias: da precarização do trabalho ao ensino integral e à divulgação da ciência"				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1G145, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Anderson Claytom Ferreira Brettas - IFTM; Janaina Jácome dos Santos - UNIESSA; Carlos Alberto Lucena - UFU; Robson Luiz de França - UFU e Adriana Cristina Omena dos Santos - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Adriana Cristina Omena dos Santos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cristina Omena dos Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/08/2023, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Luiz de França, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/08/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Lucena, Professor(a) do Magistério Superior**, em 29/08/2023, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Claytom Ferreira Brettas, Usuário Externo**, em 29/08/2023, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janaina Jácome dos Santos, Usuário Externo**, em 29/08/2023, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4777375** e o código CRC **3A4026B1**.

Dedico esta tese à minha mãe, Alzira, e ao meu pai, Natal, pela vida, pelo amor e pelo incentivo incondicional aos meus estudos.

Aos meus irmãos, Leonardo e Luciano, pelos diálogos, pelo apoio e pelo companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos trabalhadores e às trabalhadoras que, mesmo com a rotina cansativa e exaustiva do trabalho uberizado, disponibilizaram seu tempo para colaborar com a realização desta pesquisa.

Aos gestores, professores e servidores técnico-administrativos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, sobretudo, àqueles com que tive contato no curso de Doutorado em Educação.

Em especial, à querida orientadora, prof.^a Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos (UFU), pelas orientações durante todo o processo de construção da pesquisa, bem como pela formação propiciada, que vai além dos conteúdos, alcançando saberes, experiências e vivências que jamais serão esquecidas. Por sua amorosidade, empatia e confiança, minha gratidão!

Aos professores docentes, prof. Dr. Robson Luiz de França (UFU) e prof. Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas (IFTM), que participaram do exame de Qualificação, atuando significativamente nas escolhas e nos caminhos seguidos nesta pesquisa. Obrigada à prof.^a Dra. Janaína Jácome dos Santos (UNIESSA) e ao prof. Dr. Carlos Lucena (UFU) pela participação e pelas contribuições enquanto componentes da banca de defesa.

Agradeço ao Instituto Federal de Goiás (IFG), instituição na qual atuo como docente, pelo incentivo à qualificação, na concessão do afastamento para realizar Pós-graduação em parte do período de realização do curso.

Aos familiares e amigos que vivenciaram momentos de alegrias e conquistas, bem como aqueles desafiadores, que me ensinaram a persistir em meio às dificuldades. São especiais e sabem disso. Dedico a vocês esta conquista.

Agradecimentos aos demais que participaram, direta ou indiretamente, do processo de construção desta pesquisa, com diálogos informais e conversas reflexivas, bem como àqueles cujos olhares e afeto trouxeram força, admiração, esperança e vontade de prosseguir.

Por fim, que haja dias melhores no mundo do trabalho e, sobretudo, na educação dos trabalhadores rumo a uma sociedade mais justa e igualitária!

“Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossa vida. E, neste conturbado limiar do século XXI, um desafio crucial é dar sentido ao trabalho, tornando também a vida fora dele dotada de sentido [...]”.

(Antunes, 2005, p. 12)

OLIVEIRA, Luciene Correia Santos de. **Informalidade, educação e tecnologias digitais: um estudo sobre o trabalho dos motoristas da empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG.** 2023. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

RESUMO

Abordando o tema trabalho uberizado na sociedade contemporânea, esta tese foi desenvolvida junto à linha de pesquisa “Trabalho, Sociedade e Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Na Era Informacional, tem-se ampliado formas de trabalho *online* e digital, o setor de prestação de serviços e a informalidade. A precarização, a intensificação e a instabilidade no trabalho constituem traços significativos. Neste cenário, a uberização do trabalho tem ganhado espaço e se desenvolvido na sociedade contemporânea, sendo esta fundamentada em valores neoliberais e no desemprego estrutural. As ideias de economia compartilhada e de empreendedorismo ganharam força e estimulam a livre iniciativa e o trabalho autônomo. Caracterizada por seu pioneirismo e popularização, a atuação da empresa Uber expõe contradições no mundo do trabalho. Partindo desses pressupostos, esta investigação teve o objetivo de analisar o trabalho dos motoristas de aplicativo da empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG, refletindo sobre o trabalho digital informal e a educação, principalmente no que diz respeito à formação escolar e profissional desses trabalhadores e ao processo de uberização a que estão imersos. Para isto, realizou-se um estudo de caso, com o intuito de se analisar criticamente a relação entre trabalho e educação entre os motoristas de aplicativo e questionar os rumos nos quais este tem trilhado, sendo estes associados a condições precárias e ao papel cada vez mais complexo e contraditório das tecnologias digitais e do capital. A problematização desta pesquisa ocorreu sob inspiração das abordagens dialética e qualitativa, em uma pesquisa exploratória com estudos de revisão bibliográfica e a pesquisa de campo. Um total de 20 motoristas de aplicativo, vinculados à empresa Uber e atuantes na cidade de Uberlândia-MG, responderam ao questionário eletrônico, com questões sobre o seu perfil, a sua relação com o trabalho e a sua formação escolar e/ou profissional, além de suas motivações e perspectivas sobre o trabalho uberizado. Estes dados, bem como o arcabouço teórico e conceitual, discutido longo dos capítulos, foram importantes para problematizar o papel das tecnologias digitais como ferramentas de trabalho; o trabalho informal e o processo de uberização; o perfil dos trabalhadores uberizados; a precarização e a intensificação do trabalho e a formação dos trabalhadores. Ao longo dos capítulos desta pesquisa, defendeu-se a tese de que a uberização tem se constituído, em um processo crescente, eficaz e ainda em andamento, no ápice do processo de exploração na contemporaneidade, ao fazer uso das tecnologias, do trabalho digital e da formação dos trabalhadores a seu favor. Trata-se de uma exploração difusa e que capta suas capacidades de trabalho manual e intelectual, colocando sob suas mãos toda a responsabilidade do trabalho com a influência de valores neoliberais que regem a vida social e as perspectivas e ideais de trabalhador na contemporaneidade, e consegue levar a classe trabalhadora, seja acreditando que está empreendendo, seja por falta de outras oportunidades, a optar pelo trabalho precarizado. Trabalhadores, escolarizados ou não, são submetidos ao domínio ideológico e movidos pelas necessidades de sobrevivência, em um processo que, contraditoriamente, homogeneiza-os mesmo sendo claramente um grupo heterogêneo dotado de necessidades, anseios e particularidades ignoradas em favor dos interesses do capital.

Palavras-chave: Mundo do trabalho; trabalho informal; uberização do trabalho; formação dos trabalhadores.

OLIVEIRA, Luciene Correia Santos de. **Informalidade, educação e tecnologias digitais: um estudo sobre o trabalho dos motoristas da empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG.** 2023. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

ABSTRACT

Approaching the topic of uberized work in contemporary society, this thesis was developed along with the line of research “Work, Society and Education”, of the Postgraduate Program in Education at Federal University of Uberlândia (UFU, in Portuguese abbreviation). In the Information Age, forms of online and digital work, the service sector and informality have expanded – the precariousness, intensification and instability are significant traits. In this scenario, the uberization of work has gained ground and developed in contemporary society, which is based on neoliberal values and structural unemployment. The ideas of sharing economy and entrepreneurship have obtained strength and encouraged free initiative and self-employment. Characterized by its pioneering and popularization, the performance of the company Uber exposes contradictions in the world of work. Based on these assumptions, this investigation aimed to analyze the work of Uber app drivers in the city of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil, reflecting on informal digital work and education, especially concerning the school and professional training of these workers and the uberization process in which they are immersed. For this purpose, a case study was carried out in order to critically analyze the relationship between work and education among app drivers and question the directions in which this aspect has been trodden, which are associated with precarious conditions and the increasingly complex and contradictory role of digital technologies and capital. The problematization of this research took place under the inspiration of dialectical and qualitative approaches in an exploratory research with bibliographic review studies and field research. Twenty app drivers linked to the company Uber and working in the referred city answered the electronic questionnaire with questions about their profile, relationship with work and school and/or professional training, in addition to motivations and perspectives on uberized work. These data, as well as the theoretical and conceptual framework discussed throughout the sections, were important to problematize the role of digital technologies as work tools; informal work and the uberization process; the profile of uberized workers; the precariousness and intensification of work and the training of workers. Throughout this research, the thesis defended that uberization has been constituted in a growing, effective and still ongoing process, at the apex of the exploration process in contemporary times by making use of technologies, digital work and the training of workers in its favor. It is a diffuse exploration that captures their capacities for manual and intellectual work, placing in their hands all the responsibility of work with the influence of neoliberal values that govern social life and the perspectives and ideals of workers in contemporary times and manages to lead the working class, whether believing that it is undertaking, or due to the lack of other opportunities, to opt for precarious work. Literate (or not) workers are submitted to the ideological domain and moved by the needs of survival in a process that, contradictorily, homogenizes them even though they are clearly a heterogeneous group endowed with needs, desires and particularities ignored in favor of the interests of capital.

Keywords: World of work; informal work; uberization of work; training of workers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em%) – Brasil.....	129
Gráfico 2 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) – Brasil e Grandes Regiões.....	130
Gráfico 3 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em%) – Brasil e Grandes Regiões.....	131
Gráfico 4 - Taxa de desocupação por nível de instrução mais elevado alcançado – Brasil	132
Gráfico 5 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos de idade, ou mais, por UF, Grande Região e Brasil (em %)	133
Gráfico 6 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos de idade, ou mais, por sexo, de 2012 a 2019 – Brasil	134
Gráfico 7 - Nível da ocupação das pessoas de 14 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões, 1º trimestre de 2019	135
Gráfico 8 - Distribuição das pessoas de 14 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência, por categoria do emprego no trabalho principal, brasil, 1º trimestre.....	136
Gráfico 9 - Distribuição de pessoas de 14 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação do trabalho (%), 1º trimestre, 2018/2019	137
Gráfico 10 - Percentual de pessoas de 14 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência, na categoria conta própria do trabalho principal (%), segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, 1º trimestre.....	138
Gráfico 11 - Uberlândia: saldo do emprego celetista – janeiro a abril (2017 e 2018).....	140
Gráfico 12 - Saldo ajustado do emprego formal em Uberlândia, de janeiro a abril dos anos 2020 e 2021	140
Gráfico 13 - Faixa etária dos motoristas entrevistados.....	151
Gráfico 14 - Horas trabalhadas por dia como motoristas da empresa uber	153
Gráfico 15 - Dias trabalhados por semana	155
Gráfico 16 - Motivação para escolha da atuação como motorista de aplicativos.....	158
Gráfico 17 - Autoidentificação dos motoristas.....	159

Gráfico 18 - Rendimentos mensais na atuação como motorista de aplicativo da empresa uber .	160
Gráfico 19 - Avaliação das condições de trabalho	169
Gráfico 20 - Escolarização máxima dos motoristas	186

TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de motoristas distribuídos por sexo	149
Tabela 2 - Motoristas por sexo e idade.....	152
Tabela 3 - Tempo de atuação como motorista na empresa Uber.....	152
Tabela 4 - Sexo e quantidade de horas trabalhadas por semana.....	154
Tabela 5 - Quantidade de motoristas por idade e dias trabalhados	156
Tabela 6 - Quantidade de motoristas por sexo e dias trabalhados.....	157
Tabela 7 - Sexo e rendimentos mensais como motorista de aplicativo da empresa Uber	162
Tabela 8 - Idade e rendimentos mensais como motorista de aplicativo da empresa Uber	162
Tabela 9 - Remuneração e a quantidade de dias trabalhados por semana.....	164
Tabela 10 - Remuneração e horas trabalhadas por dia	164
Tabela 11 - Formação escolar dos trabalhadores segundo o sexo	187
Tabela 12 - Formação escolar dos trabalhadores segundo a idade.....	187
Tabela 13 - Formação e a renda dos trabalhadores pesquisados	188
Tabela 14 - Formação dos trabalhadores e horas trabalhadas	189
Tabela 15 - Gênero e o desejo de continuar como motorista de APP	194

QUADRO

Quadro 1 - Cursos de graduação ou pós-graduação declarados por alguns motoristas.....	190
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEPES	Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais
CEP	Comitê de Ética
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IERI	Instituto de Economia e Relações Internacionais
MEI	Microempreendedor Individual
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TPS	Sistema Toyota de Produção ou <i>Toyota Production System</i>
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Memorial descritivo.....	15
1.2 Apresentação da pesquisa.....	19
1.3 A abordagem metodológica da pesquisa	25
1.4 Percorso metodológico	31
1.5 A estrutura da tese	35
2 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS, O MUNDO DO TRABALHO E A SOCIEDADE EM REDE.....	38
2.1 As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação e o mundo do trabalho na sociedade capitalista.....	39
2.2 O fenômeno da globalização, as tecnologias digitais e a configuração da sociedade em rede	48
2.3 A internet, as tecnologias dos aparelhos celulares e as novas sociabilidades na sociedade contemporânea.....	58
2.4 A economia do compartilhamento, as tecnologias digitais e o aplicativo da empresa Uber...	66
3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A UBERIZAÇÃO: O CASO DA EMPRESA UBER.....	77
3.1 Do sistema taylorista-fordista à nova morfologia do trabalho na sociedade contemporânea .	78
3.2 O surgimento do “novo proletariado de serviços”, o trabalho digital e a informalidade como inserção laboral.....	93
3.3 O processo de uberização e os motoristas da empresa Uber: entre a ideologia do empreendedorismo e a precarização do trabalho.....	104
4 TRABALHO INFORMAL, EDUCAÇÃO E OS MOTORISTAS DA UBER NO BRASIL E NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG	125
4.1 Refletindo sobre o mercado de trabalho brasileiro da atualidade: primeiras impressões.....	126
4.2 A ideia de informalidade e a nova morfologia do trabalho	142
4.3 O trabalho na empresa Uber: perfil, tempo de trabalho, renda e avaliações dos motoristas	

pesquisados em Uberlândia-MG 147

5 O MUNDO DO TRABALHO UBERIZADO: EDUCAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS MOTORISTAS DE APLICATIVO..... 172

5.1 Educação, Tecnologias Digitais e formação do trabalhador na sociedade contemporânea .. 174

5.2 Educação, Trabalho Digital e Uberização: formação escolar, motivações e expectativas dos trabalhadores da empresa Uber..... 184

5.3 Educação e trabalho informal na sociedade capitalista: a uberização como ápice do processo de exploração na contemporaneidade..... 194

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 217

REFERÊNCIAS 227

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... 241

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO..... 243

ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP..... 246

1 INTRODUÇÃO

1.1 Memorial descritivo

A uberização do trabalho consiste na temática desta pesquisa, que tem sido realizada no curso de Doutorado em Educação na Universidade Federal de Uberlândia, iniciado no ano de 2019. O que desenvolvi neste trabalho carrega os anseios em refletir criticamente sobre a natureza de tal fenômeno, bem como sobre os impactos e as percepções que atingem os trabalhadores e interferem globalmente no mundo do trabalho. Marcos importantes da minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional levaram ao percurso que culminou na escolha e problematização deste objeto de pesquisa. Descrevo, nas linhas a seguir, um pouco de tais vivências.

Proveniente de uma família composta por trabalhadores informais, residindo na cidade de Goiânia, Goiás, convivi desde cedo com a lógica do trabalho no comércio em feiras livres realizadas em cidades circunvizinhas à capital goiana, sendo o trabalho desse gênero permeado por inconstâncias, incertezas e fragilidades. Neste contexto, minha renda familiar variava conforme as tendências do mercado, o perfil dos consumidores e a época do ano.

Ao longo da minha infância e juventude, foram árduas e persistentes as lutas por acesso a direitos fundamentais como educação escolar, acesso à saúde, transporte público, moradia, dentre outros. Cotidianamente, havia incentivo no âmbito familiar para a realização de uma Educação Básica e Superior que viabilizasse algum tipo de mudança social a partir da inserção profissional estável e formal.

Na educação escolar, estive matriculada, na maioria das vezes, em instituições públicas que proporcionaram o acesso a uma escolarização suficiente para prosseguir com os estudos. No tocante ao Ensino Superior, cursei Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás, ingressando no ano de 2004. Tive aulas com professores que contribuíram significativamente para a minha formação acadêmica humanística centrada na crítica, na reflexão e no debate sobre a vida social.

A dedicação à construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso marca o início, mais amadurecido, da minha preocupação com a relação entre trabalho e educação. Pesquisei a profissão de cientista social e o mercado de trabalho, com o objetivo de entender os vários desafios enfrentados e suas limitações em uma sociedade cujos empregos existentes não dependiam apenas de uma formação sólida e consistente. No decorrer dessas pesquisas, encontrava outros desafios,

como por exemplo, o caso da desvalorização da profissão, questões de identidade profissional, dentre outros. Concluí que a docência se constituía na principal atuação dos cientistas sociais naquele período, já no ano de 2007, sendo um caminho profissional que permitia a muitos cientistas sociais a atuação na área.

Além disso, tive a oportunidade de participar voluntariamente de um projeto de iniciação científica sobre Sociologia da Literatura, tendo como desafio a necessidade de conciliar o tempo de trabalho, das aulas na graduação e da realização das etapas da pesquisa.

Com o término da Graduação, participei de processos seletivos e concursos para cargos cujas funções eram explicitamente ligadas às Ciências Sociais, sem, contudo, me abster de oportunidade em outras áreas, uma vez que o mercado de trabalho não disponibilizava diversas alternativas. Foi assim que ingressei na docência no ano de 2010, marcando o início da minha atuação na sala de aula. Fui aprovada em um concurso público estadual para lecionar Sociologia no Ensino Médio, na cidade de Itumbiara, Goiás.

A experiência na sala de aula me colocou em contato com a realidade da profissão docente. Via professores em uma lógica de trabalho desgastante e permeada pelo adoecimento, por longas jornadas de trabalho, em diversas disciplinas e instituições escolares, instituições que muitas vezes eram precárias materialmente. Neste contexto, e ainda sob tais circunstâncias, via que os profissionais “veteranos” se dedicavam intensamente a realizar seu trabalho dentro de condições aquém das esperadas e idealizadas por eles.

Em 2012, comecei a minha experiência como professora da área de Ciências Sociais do Instituto Federal de Goiás, Campus Itumbiara, onde leciono atualmente. A partir desta nova inserção no serviço público, via concurso público, tive acesso a condições de trabalho e de valorização profissional diferenciadas daquelas que inicialmente experienciei, seja em relação ao salário ou à estrutura física e material da escola.

O exercício da profissão docente trouxe vivências e reflexões sobre as problemáticas que circundam a educação pública e à docência. A partir das indagações e dos questionamentos que foram surgindo ao longo destes anos, direcionei os esforços para transformá-los na temática da minha pesquisa de Mestrado em Sociologia vinculada à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, em 2015. Analisei o processo de intensificação do trabalho a que os professores da Educação Básica pública estavam submetidos e suas consequências para a vivência de outros tempos sociais, como o lazer, os cuidados pessoais, a formação continuada,

dentre outros. Foi importante pensar os tempos de trabalho e os tempos de não-trabalho dos profissionais da educação, e como isso afetava a saúde e possibilidades de futuro destes.

Após o término do curso de Mestrado, dediquei dois anos à prática docente, e então retorno à universidade para cursar Doutorado em Educação na Universidade Federal de Uberlândia. Propus, inicialmente, uma pesquisa que observasse mais atentamente as tecnologias na sociedade, seja no trabalho docente ou em demais atividades, desde que observando a precarização e intensificação do trabalho, entendendo que este seria uma continuidade da pesquisa de Mestrado. Como desdobramento do próprio amadurecimento do percurso doutoral, houve ajustes no projeto de pesquisa a partir da realização das disciplinas obrigatórias e optativas, da participação em eventos científicos, da escrita de artigos e dos diálogos nas atividades de orientação. Esta imersão no curso me trouxe experiências, interesses e possibilidades de investigação que propiciaram outros olhares sobre as temáticas “trabalho”, “educação” e “tecnologias” e a construção do novo objeto de estudo, centrando nas problemáticas das tecnologias e do processo de uberização do trabalho que tem caracterizado a sociedade atual.

Tratando especificamente sobre o trabalho dos motoristas de aplicativo da empresa Uber, esta pesquisa foi motivada pela busca em refletir sobre o trabalho informal, em específico o relacionado ao transporte público, que marcou minha memória desde a infância, com seus veículos de transporte sucateados, a precariedade do trabalho dos motoristas, o quantitativo insuficiente disponibilizado para a população, a limpeza e a higienização insatisfatória dos veículos, a climatização insuficiente, a superlotação e os valores cobrados inadequadamente. Ao fazer uso de tais meios de transportes para realizar percursos ligados ao trabalho, estudos e lazer, percebi que esses problemas associados à mobilidade urbana representavam dificuldades para a vida de muitos trabalhadores e estudantes, e que isto gerava anseios, por parte da população, de uma solução pelo poder público.

Ao cursar as disciplinas de Doutorado em Educação no ano de 2019, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, pude conhecer outra forma de transporte que se mostrava eficiente e mediado por tecnologias digitais em aplicativos de celulares, criadas e administradas pela empresa Uber. Tratava-se da possibilidade de solução para o problema do transporte público ao viabilizar viagens de passageiros com um preço acessível, tendo como comparativo as viagens realizadas por táxis. Soma-se a esse fator a oferta de transporte com conforto superior àquele proporcionado pelos transportes públicos dos ônibus coletivos e dos mototáxis.

Diálogos informais com os motoristas trouxeram à tona alguns elementos que colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa, pois evidenciaram a presença de diferentes perfis de trabalhadores, havendo desde aqueles sem formação acadêmica até aqueles que possuíam cursos de Graduação e Pós-graduação, bem como os que afirmaram ter domínio em outras línguas. Alguns afirmaram que estavam estudando para concursos públicos e que conciliavam o trabalho como motoristas de aplicativo com outros empregos formais e/ou informais. Eram estudantes, professores, advogados, administradores e microempresários das mais variadas idades, localidades, etnias e gêneros, que viam na uberização uma forma de viabilizar a sua sobrevivência.

Na utilização desse serviço de transportes, muitos motoristas afirmaram estar confiantes com o trabalho, destacando, em suas falas, a liberdade e a flexibilidade do trabalho como os fatores centrais que os atraíam para esta atividade laboral. Estas primeiras impressões geraram uma percepção inicial de que a uberização absorvia trabalhadores desempregados e que compunham o exército industrial de reserva à espera de oportunidades de trabalho, mas também aqueles que desejavam complementar a renda, pagar seus estudos e cursos, buscando, portanto, conseguir outra inserção profissional.

Início, assim, as indagações sobre a problemática existente na rotina dos trabalhadores vinculados à empresa Uber, contratados de modo informal e que realizavam essa prestação de serviços a partir de regras fixadas por uma empresa de caráter multinacional. Tornou-se evidente, com o passar dos anos, a disseminação da presença da empresa Uber no país, sendo que pude experienciar a sua utilização em cidades como Uberlândia, Minas Gerais; Campinas e Santos, São Paulo; Vitória, Espírito Santo; e Goiânia, Goiás.

É possível perceber que a ideologia transmitida pela empresa, disseminada pelos meios de comunicação, tem atraído muitos trabalhadores formais e informais, em uma realidade na qual problemas de emprego e de renda são claramente identificados. É assim que oportunidades de trabalho são ofertadas e se mostram soluções eficientes, práticas e funcionais, com o uso de tecnologias de ponta, regras e *marketing* pré-estabelecidos e um mercado consumidor garantido, diante do transporte público precário que tem caracterizado as cidades brasileiras. É neste cenário que se constituiu o objeto de pesquisa desta tese, a qual discorre sobre elementos característicos da uberização do trabalho entre os motoristas de aplicativo, sobretudo focando a questão do trabalho informal, a formação educacional e as expectativas de aperfeiçoamento profissional e escolar destes trabalhadores.

1.2 Apresentação da pesquisa

No capitalismo, o trabalho é concebido como parte essencial desde as suas origens, e hoje, em um contexto denominado de contemporaneidade transnacional e/ou global, tem sido caracterizado pela presença de grandes corporações e organismos financeiros que coordenam e dominam em escala planetária aquilo que se produz e se consome, bem como pelas políticas internacionais. Em um processo de desenvolvimento do capitalismo, alcançado após suas crises cíclicas e transformações associadas à busca crescente de extração de mais-valia e de elevação da acumulação de capital, o capitalismo global cresce cada vez mais, com o intuito de elevar a extração dos lucros a partir da exploração da força de trabalho. Tendo início em países centrais, esse processo foi caracterizado por sua expansão para além das fronteiras das grandes potências capitalistas, alcançando países como o Brasil.

Avanços no desenvolvimento das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação¹ (TDIC) viabilizaram mudanças na cultura, na política, na economia e, especificamente, no trabalho, ao propiciarem novas formas de trabalho *online* e digital. A Era Informacional trouxe consigo possibilidades para o capitalismo se apropriar de uma forma mais eficiente do conhecimento, tornando estas potencialmente geradoras de valor. Há o empenho em se obter altas taxas de produtividade, reduzir os custos e o tempo da produção em uma lógica na qual todos os espaços de trabalho podem criar valor, inclusive o setor de serviços e o trabalho do infoproletariado (Antunes, 2018).

Desta maneira, a própria noção que se tem de trabalho sofreu alterações significativas, passando por uma adequação às novas necessidades do capital e às transformações tecnológicas. A precarização e a intensificação do trabalho compõem este cenário, no qual a instabilidade nos postos de trabalho, a relação pautada na informalidade, nos baixos salários e no elevado tempo laboral caracterizam a nova e a atual rotina dos trabalhadores.

¹ A denominação Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) constitui em um termo bastante amplo, que inclui tecnologias como a televisão, o vídeo, a carta, o rádio, o telefone e o computador, os *smartphones*, a internet, dentre outros. Com o intuito de especificar e caracterizar as ferramentas que compõem o objeto desta investigação, as novas tecnologias (mediadas pela internet) foram denominadas de Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) (Costa; Duqueviz; Pedrosa, 2015; Baranauskas; Valente, 2013). É o caso dos aparelhos celulares, dos aplicativos e da internet, que são viabilizadores do trabalho dos motoristas de aplicativo.

É neste cenário que se insere o fenômeno conhecido por uberização, objeto de estudo desta pesquisa. Sendo uma forma apresentada pelo trabalho digital na contemporaneidade, este se insere na sociedade global fundamentada em valores neoliberais, nos quais a livre iniciativa, o desemprego estrutural e a qualificação para o trabalho são importantes para o funcionamento do próprio sistema e surgem disfarçados sob eufemismo como economia compartilhada e/ou empreendedorismo². Essa configuração é proveniente de esforços oriundos dos interesses dominantes e da busca pela reprodução ampliada do capital.

Como parte deste contexto, o termo “economia do compartilhamento”³ tem sido citado como sinônimo de consumo colaborativo, de economia em rede, de plataformas igual-para-igual, de economia dos bicos, de economia da viração, de serviços de *conciierge* e de economia sob demanda. Conceitualmente, refere-se às práticas ou aos negócios que utilizam a internet para proporcionar relações de troca no mundo físico. Também vista como um movimento social, reúne comércio e causas como alugueis de casas, oferta de caronas, realização de tarefas domésticas, empréstimos de objetos e de ferramentas, dentre outras. Por outro lado, também tem sido empregado sob a justificativa de proporcionar crescimento econômico individual e, supostamente, proporcionar o status de microempresários. Estas concepções tem sido utilizadas na legitimação de um novo modelo flexível de trabalho que tem gerado o enriquecimento de uma minoria composta por investidores e executivos de multinacionais. Estes utilizam os argumentos da economia do compartilhamento para realizar a prática do subemprego e de negócios desregulamentados, com o discurso de incentivar o “consumo responsável” e práticas ligadas ao “empreendedorismo” (Antunes, 2020; Slee, 2017).

Constituindo-se em um dos discursos relacionados à economia do compartilhamento, a uberização constitui em uma prática que se diferencia pela exploração do trabalhador digital,

² Empreendedorismo consiste em um termo utilizado em favor do incentivo à autonomia e às liberdades individuais no capitalismo global, no qual prevalecem as concepções neoliberais e as forças do mercado. Por outro lado, conceitos como este são utilizados, ideologicamente, para encobrir os interesses econômicos que permeiam a contemporaneidade e o uso do trabalho precarizado e intensificado para a acumulação de capitais em detrimento do trabalhador, cada vez mais envolvido em trabalhos em tempo parcial e intermitentes. O trabalho uberizado consiste em uma destas manifestações supostamente “empreendedoras”, mas que representam formas de exploração do trabalho digital que não asseguram meios de se tornarem empresários e de usufruírem de alguma forma de ascensão social. O conceito de empreendedorismo, empregado nesta tese, relaciona-se a “[...] uma forma oculta do assalariamento do trabalho, a qual introduz o véu ideológico para obliterar um mundo incapaz de oferecer vida digna para a humanidade. Isso ocorre porque, ao tentar sobreviver, o “empreendedor” se imagina como proprietário de si mesmo, um quase-burguês, mas frequentemente se converte em um proletário de si próprio, que autoexplora seu trabalho” (Antunes, 2020, p. 15-16).

³ A economia do compartilhamento será discutida, com mais profundidade, no Capítulo 2 desta tese, no qual foi realizada uma abordagem sobre o uso do termo e suas apropriações no contexto da sociedade globalizada e interconectada pelas tecnologias digitais.

informalizado e autônomo, que é vigiado e controlado pelos aplicativos de celulares durante a realização da prestação dos serviços. Desta maneira, a utilização deste termo vai além das trocas entre iguais e dos negócios locais, pois passou a abranger negócios em escala mundial e relações comerciais controladas por empresas multinacionais (Antunes, 2020; Slee, 2017).

Na uberização do trabalho, a exploração dos trabalhadores tem se mostrado eficiente e previamente planejada de modo a se tornar uma ferramenta de extração de lucratividade em escala planetária. Essas formas assumidas pelo trabalho serão discutidas nesta pesquisa, buscando expor diversas características que marcam a mundialização do capital e o controle ideológico do trabalhador. Apresentando-se sob a forma da economia do compartilhamento, há a divulgação de um suposto protagonismo e liberdade do trabalhador, ali inserido como motorista de aplicativo, entregador de encomendas e/ou alimentos, dentre outros. Por outro lado, para a sociedade, consiste em uma aparente e imediata solução para problemas relativos ao trabalho e ao transporte urbano e suas complexidades (Antunes, 2020).

Mesmo diante de outras empresas cujo trabalho tem se desenvolvido de modo semelhante àquele realizado pela empresa Uber⁴, esta demonstra ser um caso pioneiro que, inclusive, deu nome ao fenômeno que está se disseminando para outras atividades profissionais. Suas ações têm se consolidado internacionalmente, o que traz à tona elementos importantes para se analisar o trabalho uberizado e expõe a necessidade de se problematizar e entender as contradições inerentes a esse fenômeno (Antunes, 2020; Slee, 2017).

Ressalta-se que a empresa Uber expõe na mídia informações sobre a sua presença no mundo e no Brasil, suas áreas de atuação, procedimentos para a vinculação do trabalhador, seu aplicativo e curiosidades sobre a empresa⁵. Esse conteúdo se limita àquilo que seus dirigentes querem expor aos clientes e motoristas, não divulgando outros números e fatos que seriam bastante úteis às pesquisas e reflexões acadêmicas em Ciências Sociais e na área da Educação. Ainda no começo do ano de 2022, após mais de uma década de existência da empresa, em seus *sites* e redes sociais oficiais, não são localizados bancos de dados e informações sobre a dinâmica do trabalho

⁴ Outras empresas multinacionais e nacionais têm sido criadas e atuam com propostas idênticas à empresa Uber. Estas têm se disseminado e não se limitam ao setor de transportes de pessoas. Exemplos disso são: 99 Pop, Cabify, Blablacar, inDriver, Garupa, Lady Driver, “Uber que se cuide!” (Souza, 2021). Optou-se, nesta pesquisa, por focar a análise no caso da empresa Uber no Brasil e no transporte de passageiros, devido a ser um caso pioneiro e exemplar do ponto de vista dos interesses do capital.

⁵ O *site* da empresa constitui em um destes veículos midiáticos nas quais há estas informações, dados e procedimentos para possíveis passageiros e para motoristas que se interessam em se vincular à empresa. Seu endereço é <https://www.uber.com/br/pt-br/>.

uberizado, como as contratações, as demissões, as políticas de metas e premiações, que são omitidas e não disponibilizadas para fins de pesquisa científica. Logo, os perfis dos seus trabalhadores, como quantidade, sexo, idade, raça, escolarização, tipos de veículos, renda, dentre outros, não são localizados na internet pelos meios de comunicação oficiais da empresa Uber, até o momento desta pesquisa.

Diante destas dificuldades em se obter dados detalhados a partir da própria empresa, informações coletadas em trabalhos de campo têm se mostrado fundamentais para as discussões acadêmicas sobre o tema. A observação do trabalho realizado, os diálogos com os trabalhadores e a própria utilização destes serviços demonstram ser possibilidades de se conhecer mais profundamente o objeto de pesquisa e trazer elementos essenciais para as discussões. Desse modo, várias pesquisas têm contribuído significativamente para o desenvolvimento de reflexões sobre a temática e a problematização de outras questões associadas ao trabalho uberizado, ao trabalho digital e informal, como podem ser citados os trabalhos de Abílio (2020a), Abílio *et al.* (2020), Antunes e Filgueiras (2020), Santana e Antunes (2020), Filgueiras e Cavalcante (2020), dentre outros.

Conversas informais com alguns motoristas de aplicativo da empresa Uber, nos anos de 2018 e 2019, realizadas na constância da utilização desses serviços⁶, possibilitaram identificar perfis bastante diversificados no que diz respeito à educação formal e trajetória profissional. Vários desses motoristas afirmaram ter realizado apenas a escolarização proporcionada pela Educação Básica, terem experienciado o desemprego e dificuldades de sobrevivência em decorrência desses fatores. Por outro lado, outros possuíam uma formação em nível Superior, com graduação e/ou pós-graduação, além de atuarem em outras ocupações profissionais em horários alternativos. Percebia-se que motoristas de quaisquer dos dois perfis enxergavam na uberização possibilidades de sobrevivência e/ou complementação de renda, já que a realidade se caracterizava por uma economia instável e que os atingia diretamente.

Esta realidade experienciada, bem como as problematizações apontadas anteriormente, motivaram a realização desta pesquisa, que é vinculada à linha de pesquisa “Trabalho, Sociedade e Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, e na temática “educação, tecnologias e trabalho”. Algumas questões têm direcionado

⁶ Essas informações são advindas de conversas informais na utilização destes serviços e que trouxeram fatores para se refletir sobre o perfil dos motoristas de aplicativo e elementos que compõem a problemática construída nesta pesquisa.

as reflexões aqui apresentadas, em específico as voltadas a observar e relatar quem é o trabalhador da empresa Uber no Brasil; são elas: Como a relação entre trabalho e educação tem sido configurada na realidade laboral dos motoristas de aplicativo? De que maneira pode ser descrito o seu perfil educacional e profissional? Quais são as suas motivações e expectativas em relação ao trabalho realizado e às possibilidades de formação escolar futuras?

Logo, trabalho e educação consistem em categorias imprescindíveis para a análise que se aprofundou e se desdobrou em outros questionamentos também essenciais para se compreender a totalidade da realidade na qual os trabalhadores uberizados se encontram inseridos, o que afeta os motoristas de aplicativo da empresa Uber. Entre estas indagações, podem ser listadas algumas que cerceiam o objeto e que são essenciais para seu entendimento. São elas: Como pode ser entendida a relação entre o uso das TDIC na sociedade contemporânea, o crescimento do trabalho informal e a precarização do trabalho? Qual é a natureza desse trabalho e quais impactos dessa rotina laboral para a vida desses trabalhadores? Como o trabalho e a educação nos moldes do neoliberalismo têm sido configurados e vivenciados por eles?

Partindo dessas questões, esta investigação tem o objetivo de analisar o trabalho dos motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG, refletindo sobre o trabalho digital informal e a educação, principalmente no que diz respeito à formação escolar e profissional desses trabalhadores e ao processo de uberização do trabalho. Foram abordados aspectos entendidos como fundamentais e que se inter-relacionam em uma totalidade complexa e contraditória que tem marcado o capitalismo na contemporaneidade. Diante disso, esta pesquisa teve os seguintes objetivos específicos⁷:

- 1) Refletir sobre as TDIC como ferramentas de trabalho no contexto da economia do compartilhamento;
- 2) Evidenciar as condições do trabalho informal e as características do processo de uberização, especificamente em relação aos motoristas de aplicativo da empresa Uber;
- 3) Identificar o perfil desses trabalhadores, abordando aspectos educacionais e profissionais, focando a experiência, a formação e as expectativas futuras nessa atuação; e
- 4) Discorrer sobre a relação entre o trabalho uberizado e o uso das tecnologias digitais, principalmente em aspectos como a educação, a ideologia capitalista, a precarização, a

⁷ Esses objetivos específicos serão trabalhados, respectivamente, nos Capítulos 2, 3 e 4, e o Capítulo 5 será destinado aos argumentos e reflexões da tese apresentada na pesquisa.

intensificação do trabalho e suas consequências.

Mediante esses objetivos, esta pesquisa tem a hipótese de que o trabalho digital informal, ainda que precarizado, tem sido concebido pelos trabalhadores como uma alternativa viável para a sua sobrevivência em um contexto no qual há dificuldades de inserção laboral. Sua escolarização, em diversos níveis, passa a ser cada vez mais apropriada, pois o trabalho uberizado é descrito por condições laborais baseadas na exacerbação dos valores da sociedade neoliberal, que se apropria da escolarização prévia, das subjetividades e da sua experiência profissional para obter lucros. A exploração se mostra eficaz para os donos do capital, já que, com interesses em uma formação básica do trabalhador, a ideologia que caracteriza este processo é disseminada. Muitos desses trabalhadores, ao possuírem uma formação ampliada com cursos superiores e com experiência em diversas outras profissões, expõem um cenário complexo e contraditório que os submete aos riscos de desemprego, às necessidades de se buscar alternativas de sobrevivência e de ampliação da renda familiar.

Deste modo, sob a ótica do capital, as ferramentas tecnológicas, que mediam o trabalho vinculado à empresa Uber, mostram-se mecanismos eficientes de inserção de trabalhadores na lógica do trabalho digital informal e uberizado. Existe uma diversidade de perfis escolares e profissionais que caracterizam os motoristas de aplicativo, que são submetidos, indiscriminadamente, a tempos de trabalho ampliados e a condições de trabalho precárias, instáveis e inseguras e em atividades que propõem torná-los “empreendedores”, “empresários” e “trabalhadores independentes”. Em constante expansão, o mundo do trabalho tem sido caracterizado por esses valores neoliberais, nos quais prevalecem as ideias da economia do compartilhamento e do empreendedorismo. Esta realidade tem colaborado para a precarização do trabalho informal, somando-se àquela já existente em diversos setores produtivos formais, como a indústria, o comércio, bem como em outras formas de prestação de serviços (Antunes, 2020).

Mudanças têm sido realizadas em toda a sociedade, guiadas pelos interesses econômicos, e têm sido capazes de dominar trabalhadores com um perfil cada vez mais heterogêneo no tocante aos fatores educacionais e profissionais. Estudos têm demonstrado essa configuração como parte da exploração capitalista contemporânea em escala global, na medida em que é difusa, dinâmica e ampla a sua atuação. Publicadas recentemente, podem ser destacadas as produções de Santana e Antunes (2021), Antunes (2020; 2019; 2018), Antunes e Filgueiras (2020), Abílio (2020a); Abílio *et al.* (2020), Dowbor (2020), Graham e Anwar (2020), Grohmann (2020), Previtali e Fagiani,

(2020; 2015), França (2019), Zuboff (2019), Franco e Ferraz (2019), dentre outras.

Um processo de intensificação e de precarização do trabalho digital é identificado como característica da rotina dos trabalhadores imersos na uberização. Trata-se de um fenômeno recente na sociedade e nas análises acadêmicas, inserido, ainda, em um contexto em constante mudança e expansão e que, a cada dia, é transformado por fatores novos que atingem as condições de trabalho e a qualidade de vida dos trabalhadores. Diante da gama de aspectos e da complexidade de elementos que vêm à tona na análise dialética da sociedade capitalista contemporânea, estudos como este ganham importância. Partindo da problemática apresentada, são apresentadas, a seguir, a metodologia da pesquisa, seu percurso e a estrutura da tese.

1.3 A abordagem metodológica da pesquisa

Este consiste em um estudo de caso com a finalidade de refletir sobre o processo de uberização realizado pela empresa Uber e seus reflexos para os trabalhadores, focando seu perfil escolar e/ou educacional no Brasil e, mais especificamente, daqueles que atuam na cidade de Uberlândia-MG⁸. Houve a escolha por esta cidade por se entender que este município tem especificidades e características que possibilitam o conhecimento da realidade do trabalho uberizado. Além disso, atua na oferta desse serviço de transporte desde o ano de 2016, consistindo, também, na localidade na qual mais transita a autora à época da realização desta pesquisa.

Estudos de caso visam descrever ou reconstruir um objeto, podendo este ser um tema, indivíduos, comunidades, organizações e instituições sociais. Assim, “O problema principal, então, será identificar um caso significativo para a questão de pesquisa e esclarecer o que mais compete a esse caso e quais abordagens metodológicas são necessárias a sua reconstrução” (Flick, 2009, p. 135). O entendimento de fenômenos sociais complexos tem impulsionado a escolha por essa abordagem, a qual, como explica Yin (2001, p. 25), “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real [...]”. Esta consiste em uma estratégia adequada aos pesquisadores que querem responder a questões que envolvem “como” e

⁸ Como será descrito no Capítulo 4, a cidade de Uberlândia-MG tem apresentado características inerentes ao mundo do trabalho, que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa em questão. Consiste em um município no qual a empresa Uber tem intermediado o trabalho de transporte de passageiros e apresentou condições favoráveis para a coleta de dados, como parte do desenvolvimento desta pesquisa.

“por que”, em circunstâncias nas quais não se tem controle sobre temas contemporâneos e situados em contextos sociais. Logo,

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações - além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal (Yin, 2001, p. 27).

Para o autor, uma diversidade de fontes de informação pode colaborar na realização deste tipo de pesquisa, demonstrando a possibilidade de haver sua complementaridade, podendo as informações serem coletadas direta ou indiretamente, como esclarece o autor. Fontes de evidência se fazem necessárias para os pesquisadores. Dentre elas, podem ser citadas a documentação, o registro em arquivos, as entrevistas, as observações diretas, a observação participante e os objetos (físicos). Princípios como o uso de vários tipos de evidências, a criação de um banco de dados e o delineamento da relação entre as evidências se constituem em elementos fundamentais para este tipo de pesquisa. “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, reforça Yin (2001, p. 32).

Como será explanado ao longo dos próximos capítulos desta tese, houve o intuito de se analisar criticamente a relação entre trabalho e educação entre os motoristas de aplicativo e questionar os rumos nos quais este tem trilhado, sendo estes associados a condições precárias e ao papel cada vez mais complexo e contraditório das tecnologias digitais e do capital (Antunes, 2019; 2018; Slee, 2017; Harvey; 2011)⁹.

A problematização desta pesquisa sobre o trabalho uberizado ocorreu a partir da pesquisa exploratória que utiliza a perspectiva dos motoristas de aplicativo como uma das fontes de informações. Dados primários e secundários foram obtidos a partir de revisão bibliográfica e

⁹ Autores como Antunes (2019), Slee (2017) e Harvey (2011) discutem as categorias trabalho, tecnologias e sociedade e problematizam a dinâmica do capital e seus efeitos para os trabalhadores. Este debate também está presente, com mais detalhes, nos Capítulos 2 e 3 desta tese.

pesquisa de campo, escolhas importantes para se analisar o objeto desta investigação. A partir da coleta de dados foi possível criar um banco de dados da pesquisa, composto por notas, tabelas, gráficos e narrativas dos sujeitos analisados (Marconi; Lakatos, 2010; Yin, 2001).

Para isto, as abordagens metodológicas qualitativa e dialética se mostraram adequadas, por viabilizarem a aproximação e a análise crítica dos olhares, dos discursos e das experiências dos sujeitos da pesquisa imersos na sociedade capitalista, desigual e contraditória, na qual o mundo do trabalho tem sido transformado e adaptado à sua lógica¹⁰.

O cenário de transformação social, vivenciado no capitalismo contemporâneo, tem ocasionado o fortalecimento da perspectiva qualitativa que tem exigido, progressivamente, novas formas de se olhar as relações sociais e os fenômenos. Diante de uma maior diferenciação dos objetos, que caracteriza a sociedade atual, metodologias tradicionais são colocadas em questionamento e abordagens indutivas têm substituído as abordagens dedutivas de pesquisa, em um percurso que visa o entendimento dos contextos sociais partindo da realidade, ao invés do teste de teorias. Estas têm, indiscutivelmente, sua importância, já que se trata de abordagens de caráter científico. Entretanto, a realidade tem proporcionado outras possibilidades de reflexões, direcionamentos e apropriações dos fatos, para fins de estudos científicos. Em outras palavras, muitas teorias têm sido criadas a partir de estudos empíricos, sendo constituídas a partir das perspectivas indutivas como formas de se entender e analisar a realidade (Flick, 2009).

A pesquisa qualitativa tem espaço considerável nos estudos acadêmicos da contemporaneidade, devido às mudanças enfrentadas pela sociedade e à consequente “pluralização das esferas de vida”, na qual há diferentes espaços sociais, vivências, culturas e relações sociais que interferem na vida dos indivíduos. É o fim da era das grandes narrativas e o crescimento da necessidade de se entender as realidades empíricas de forma mais particularizadas, ou seja, “em termos locais, temporais e situacionais” (Flick, 2009, p. 21). Neste sentido, esta forma de se lidar com o objeto

[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui com parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a

¹⁰ A abordagem e a interpretação do objeto desta pesquisa consistem em uma entre as diversas possibilidades de se olhar o tema. Portanto, aqui está presente uma análise, dentre outras possíveis e adequadas. Esta investigação não possui a intenção de esgotar suas variações e possibilidades de se aproximar da problemática. Buscou-se, desta maneira, contribuir com uma perspectiva sobre a uberização, entendendo-a como um fenômeno dinâmico e complexo que tem apontado para inúmeros caminhos investigativos e interpretações acadêmicas relevantes para o campo de estudos das Ciências Humanas e Sociais.

partir da realidade vivida e partilhada por seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (Minayo, 2015, p. 21).

Torna-se essencial, deste modo, considerar os posicionamentos e as experiências dos sujeitos que participam da prática da uberização, para que haja o desenvolvimento analítico das questões de pesquisa. Para se conhecer o objeto amplamente, não se excluem os dados numéricos (quantitativos) que se fazem presentes para demonstrar a dinâmica dos fenômenos, tendo a sua importância para as análises qualitativas realizadas.

Separadas apenas para fins descritivos, as etapas fundamentais da pesquisa qualitativa que guiam o percurso desta tese são: a *fase exploratória*, que tem como papel a delimitação do objeto de pesquisa, o delineamento da hipótese e da metodologia, além da discussão do arcabouço teórico; o *trabalho de campo*, etapa na qual a realidade é visualizada a partir dos conceitos provenientes das teorias, trata-se da coleta de dados; e, por fim, a *análise e tratamento do material empírico e documental*, que abrange momentos de organização das informações e a análise (Minayo, 2015).

Estas etapas são vistas como passos da pesquisa qualitativa fundamentada no método científico e são importantes para esta tese. Cabe ressaltar que estão dispostas de forma separada e ordenada, para fins descritivos, uma vez que em cada capítulo aqui apresentado há momentos ligados às fases exploratória, à coleta de dados secundários, ao trabalho de campo e/ou à análise dos dados.

Esta investigação, em sua análise, fundamentou-se no método dialético, um recurso heurístico no qual, a partir de categorias, realiza-se um estudo sobre a realidade que permeia o objeto de pesquisa. A dialética consiste numa visão de mundo, em um método de investigação e em uma *práxis* na qual teoria e ação são concebidas de modo indissociável (Frigotto, 2010). Essa perspectiva proporcionou a compreensão do processo de uberização, apropriando desse método para a construção do conhecimento a partir do olhar crítico diante da sociedade.

De acordo com essa abordagem metodológica, é preciso iniciar a investigação a partir da aparência imediata do objeto, a experiência sensível, realizando um “inventário da aparência”. As primeiras verificações e constatações se iniciam com o que é dado imediatamente, ou seja, o empírico é o que propicia a construção do conhecimento, a estruturação e a dinâmica do objeto. A realidade, em constante transformação, traz tanto elementos reveladores quanto fatores ocultos para serem analisados (Netto, 2016a; Netto, 2011).

É primordial, portanto, evidenciar o cenário e as características dos fenômenos a serem analisados, na busca por explicitar a realidade social e levantar questionamentos sobre o que está posto e tem sido disseminado como parte da estrutura social (Frigotto, 2010). Deste modo,

[...] a busca consciente de uma postura materialista histórica na construção do conhecimento não se limita à apreensão de um conjunto de categorias e conceitos. Não se trata de homogeneizar o discurso. É preciso superar a abstratividade inicial dando-se concretude. Esse movimento é um movimento prático, empírico. Há, pois, a exigência necessária de uma concepção da realidade, um método capaz de desvendar as “leis” fundamentais que estruturam um problema que se investiga, da exposição orgânica dos avanços no conhecimento e de novas sínteses no plano da realidade histórica (Frigotto, 2010, p. 95).

Assim, a utilização do método dialético se justifica por ser uma mediação para a apreensão e exposição da estruturação, do desenvolvimento e da transformação dos fenômenos sociais, ao demonstrar sua produção concreta, suas leis e forças reais que colaboram para a sua existência. O estudo do objeto possibilita a percepção das suas características fundamentais, as suas determinações, e isso faz com que haja uma maior aproximação do objeto em sua concretude. Por isso, o método dialético pode ser entendido como um meio de se elevar o abstrato ao concreto, em um processo também chamado de “aproximações sucessivas ao objeto” (Netto, 2016b; Frigotto, 2010).

A ruptura com as ideologias dominantes torna-se uma postura fundamental para se iniciar este tipo de análise, na qual visões abstratas, homogêneas e superficiais precisam ser superadas rumo ao conhecimento da realidade baseado no exame de suas leis históricas, na investigação aprofundada e no compromisso com a transformação social. Portanto, fazem-se necessários os movimentos de crítica, de construção do conhecimento e, por fim, de síntese, tanto no que se diz respeito ao conhecimento quanto à ação. Com tais etapas, torna-se possível alcançar o concreto pensado, ou seja, o conhecimento crítico da realidade obtido a partir do método materialista histórico e dialético (Frigotto, 2010).

Baseando-se na concretude da realidade, a análise dialética é construída a partir do entendimento das informações, realizando conexões, mediações e levantamento das contradições como passos fundamentais. Nesta perspectiva, fatores como a historicidade dos processos sociais, a totalidade, as condições socioeconômicas, além das contradições ligadas aos processos de trabalho intrínsecos à uberização foram considerados importantes para as análises da presente pesquisa. É a partir desse olhar sob a realidade empírica que se torna possível o conhecimento do

objeto com um delineamento de suas categorias que são historicamente determinadas (Netto, 2016a; 2016b).

Quando o pesquisador realiza essa identificação das categorias, das regularidades, das leis e do movimento do objeto, reproduz idealmente o movimento do objeto. Essas categorias, por sua vez, são imprescindíveis à construção das teorias, tratando-se de “modos de existência do ser social”. Logo, diferentemente de regras formais utilizadas para se descrever um fenômeno, o método dialético visa apontar a estrutura e a dinâmica do objeto, na busca por desvendar suas determinações, possibilitando o conhecimento teórico do objeto, em um movimento no qual teoria e formulação metodológica são indissociáveis (Netto, 2016a; 2016b; 2011). Estas categorias são, neste sentido

[...] objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias *ontológicas*); mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias *reflexivas*). Por isso mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são *históricas* e *transitórias* [...]. O estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual). [...] as categorias não são eternas, são historicamente determinadas e esta determinação se verifica na articulação específica que têm nas distintas formas de organização da produção (Netto, 2011, p. 45-49, grifos do autor).

Partindo de tais pressupostos teórico-metodológicos, a problematização do objeto desta pesquisa foi constituída a partir de categorias analíticas evidenciadas no processo de realização da investigação, tais como o trabalho uberizado, o trabalho informal, a formação do trabalhador e a precarização e a intensificação do trabalho. Podem ser citadas, além destas, categorias secundárias (não menos importantes) que também estão presentes, como é o caso das TDIC, da economia do compartilhamento, da contradição, da historicidade e da ideologia capitalista, que colaboraram para a discussão sobre a realidade social estudada.

Desse modo, baseando-se na dialética, enquanto abordagem metodológica e maneira de enxergar a sociedade, a análise do objeto ocorreu a partir da investigação do mundo do trabalho tal como este tem sido delineado na contemporaneidade, sendo que as conexões, as mediações e o levantamento das contradições constituem passos fundamentais. Como será problematizado nos próximos capítulos, as ideias de empreendedorismo, de liberdade individual e de autogerenciamento precisam ser verificadas enquanto valores disseminados socialmente a partir de ideologias dominantes e pautadas em uma concepção neoliberal. Esses fenômenos, pertencentes à

realidade contraditória e desigual do capitalismo, tem influenciado o cotidiano dos trabalhadores, de forma a configurar as bases para o desenvolvimento e a disseminação do processo de uberização.

1.4 Percurso metodológico

Partindo dos objetivos apresentados anteriormente e que guiam esta pesquisa, a realização deste estudo de caso ocorreu a partir das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, utilizando-se de técnicas de coleta de dados que possibilitaram um maior conhecimento do objeto de pesquisa, a problematização das questões aqui presentes e o desenvolvimento desta tese.

A pesquisa bibliográfica consistiu no uso de fontes secundárias que incluíram as bibliografias publicizadas em estudos e pesquisas acadêmicas disponibilizados em livros, artigos e monografias, dissertações, teses, dentre outros (Marconi; Lakatos, 2010). Sob o impacto do uso das TDIC, têm-se utilizado, cada vez mais, as mídias e as informações oriundas de palestras, *lives*, cursos e materiais disponibilizados na internet, possibilitando o acesso a conteúdos atualizados e o acompanhamento do debate em torno de temas, como é o caso da uberização do trabalho, que é recente e tem sido bastante refletido e analisado nos meios acadêmicos, nos meios de comunicação em massa e na sociedade como um todo.

A reflexão sobre as TDIC, como ferramentas de trabalho no contexto da economia do compartilhamento, foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico de conceitos e discussões, para o entendimento do fenômeno, sua contextualização e a apresentação de suas características fundamentais. Entre as diversas contribuições teóricas abordadas, podem ser citados os estudos de Abílio (2020a), Dowbor (2020), Grohmann (2020), Laval (2019), França (2019), Franco e Ferraz (2019), Zuboff (2019), Antunes (2018), Sundararajan (2018), Slee (2017), Cury (2017), Dutra (2016), Harvey (2011; 2003), Alves (2007), Kenski (2007), Giddens (2005), Moraes Neto (2003) etc.

A análise das condições do trabalho informal e das características do processo de uberização, especificamente em relação aos motoristas de aplicativo da empresa Uber, também ocorreu a partir desta técnica, na busca por descrever e problematizar elementos que norteiam a realidade do trabalhador, evidenciando as contradições inerentes e fatores associados à atualidade do tema e às pesquisas desenvolvidas recentemente.

Um levantamento nos documentos eletrônicos, disponibilizados na internet, também fez parte da proposta em questão. A pesquisa documental (Marconi; Lakatos, 2010) foi uma técnica empregada para o levantamento de informações em relação aos arquivos como legislação, dados e pesquisas oficiais que se constituíram em fontes que subsidiaram o entendimento do trabalho uberizado e informalizado. Entre os bancos de dados localizados na internet, ressaltam-se os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Observatório do Mundo do Trabalho de Uberlândia.

Na pesquisa de campo, realizou-se o convite para que motoristas de aplicativo que atuavam na cidade de Uberlândia-MG pudessem participar voluntariamente dessa etapa. Ressalta-se que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em janeiro de 2022 e aprovada em fevereiro do mesmo ano, no qual foi emitido um Parecer Consubstanciado¹¹ consentindo e convalidando a proposta da pesquisa e a coleta de dados, realizada segundo critérios éticos e morais.

Após esta etapa, realizou-se o trabalho de campo, no qual os motoristas foram convidados a participar da pesquisa presencialmente durante o uso de tais serviços, sendo recrutados de forma aleatória, a partir da escolha do aplicativo da empresa Uber, e estes poderiam indicar outros colegas de trabalho para também colaborarem. Tendo em vista a pandemia de covid-19, ainda presente no mundo e no Brasil no início do ano de 2022, essa coleta de dados foi adaptada e realizada parcialmente de forma virtual, com o uso de formulários eletrônicos¹². Essa possibilidade foi definida no decorrer da pesquisa e com base no cenário que caracterizava o período, constituindo-se, neste caso, em um mecanismo de minimização dos riscos envolvidos na pesquisa¹³.

Acrescenta-se que a escolha por esta metodologia se justificou também pela rotina intensificada destes trabalhadores, na qual o tempo de trabalho se mostra extenso e com poucos momentos para descanso durante as jornadas de trabalho. A possibilidade de utilizar o ambiente

¹¹ Este documento se refere ao parecer emitido pelo Comitê de Ética da UFU, no qual há uma avaliação das questões éticas implicadas na pesquisa, analisando o projeto de pesquisa em investigações que envolvem seres humanos em alguma de suas etapas. Este documento está disposto no Anexo I desta tese.

¹² O modelo do questionário utilizado está disponibilizado integralmente no Apêndice A, ao final deste texto. Esta técnica de coleta de dados virtual substituiu as entrevistas presenciais, como um mecanismo de proporcionar maior segurança para todos os envolvidos, diante do cenário da pandemia de covid-19, ainda existente no ano de 2022. Também foi uma forma de se adequar aos ritmos de trabalho dos motoristas de aplicativo, que atuam em longas jornadas de trabalho e possuem escasso tempo livre para esta atividade.

¹³ Mesmo com um maior índice de vacinação contra a pandemia de covid-19 nos primeiros meses do ano de 2022, período de planejamento e realização do trabalho de campo, algumas medidas preventivas fizeram-se necessárias, tais como o uso de máscaras e o distanciamento social, para o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e da pesquisadora.

virtual se mostrou mais eficiente e atendeu ao perfil dos participantes da pesquisa, que puderam se organizar e responder ao questionário em horários mais adequados à sua rotina e preservando a segurança e o bem-estar dos envolvidos. Além disso, dificuldades em se levantar informações em bancos de dados sobre estes trabalhadores motivaram o uso da internet e do formulário eletrônico, visto que a empresa Uber não publiciza estes dados para fins de pesquisa acadêmica.

O questionário eletrônico, criado na plataforma *Google (Google Forms)*¹⁴, foi disponibilizado com um *link* que os direcionou para as questões a serem respondidas. Foi composto por uma breve apresentação da pesquisa e, posteriormente, apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁵ (TCLE), que também foi enviado por e-mail aos participantes. Já no convite, ficaram claras ao participante as informações da pesquisa e que a concordância em participar seria identificada no ato de responder ao formulário. Desta maneira, houve esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, suas possíveis contribuições e os conteúdos a serem abordados. Acrescenta-se que houve a recomendação de arquivar uma cópia deste documento, seguindo as orientações do CEP. A partir de seu consentimento, o motorista de aplicativo teve acesso às perguntas do formulário.

Houve a participação de trabalhadores, em um quantitativo de 20 motoristas, sendo o levantamento realizado no primeiro semestre de 2022, sem o objetivo, portanto, de se coletar dados de todo o universo de motoristas da referida cidade. Mesmo constituindo-se em uma amostra reduzida, entendeu-se que seria suficiente para atender às reflexões e discussões propostas nos objetivos desta investigação, que tem o caráter qualitativo e valoriza o perfil, as percepções e olhares dos trabalhadores pesquisados. Buscou-se, dessa maneira, complementar as informações apontadas em outros estudos já realizados sobre o tema, abordadas ao longo desta pesquisa¹⁶.

Entre os critérios de inclusão para a aplicação destes questionários, para se constituírem como participantes da pesquisa, estes foram selecionados por atuarem como motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG; disponibilizarem-se de forma voluntária a responder ao questionário eletrônico; fornecerem o contato para envio do *link*, que poderia ser e-mail ou telefone, e proceder ao seu preenchimento e envio.

Aleatoriamente, no uso do serviço de transporte via aplicativo da empresa Uber, houve o

¹⁴ Plataforma disponível em: <https://docs.google.com/forms/>.

¹⁵ O documento consta no Apêndice A.

¹⁶ A empresa Uber não disponibiliza banco de dados sobre os motoristas de aplicativo e o trabalho realizado. Esse fato reforça a importância de pesquisas associadas ao levantamento de informações imprescindíveis às análises do mundo do trabalho em transformação.

contato com 20 motoristas, que foram convidados a participar da pesquisa. Ao se disponibilizarem a colaborar, estes forneceram um meio para realizar o contato posterior. Com o envio do *link* do questionário via e-mail ou mensagem de celular (*WhatsApp*), 12 trabalhadores responderam em um momento que fosse oportuno em meio à rotina de trabalho e ao tempo de descanso. Estes também foram solicitados a indicar outros colegas para participarem, completando a seleção da amostra, sendo contactados mais oito motoristas.

Buscou-se, a partir desse questionário eletrônico, a aproximação do objeto de pesquisa, complementando as informações levantadas pela pesquisa bibliográfica, possibilitando, portanto, uma ampliação da visão sobre o tema. A coleta destes dados proporcionou mais elementos e problematizações a partir do olhar de quem lidava cotidianamente com os processos de trabalho uberizados. Portanto, considerou-se importante conceber os motoristas como fonte de informações para se alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, na qual entendeu-se ser fundamental trazer para as análises o olhar de quem está imerso no processo de uberização, suas interpretações e vivências sobre o cotidiano desse tipo de trabalho.

O formulário foi constituído por questões sobre sua idade, gênero, renda, formação escolar e profissional, bem como relacionadas ao trabalho realizado junto ao aplicativo, tempo de trabalho, seus anseios, avaliações e motivações. Buscou-se conhecer suas concepções sobre o trabalho digital e informalizado no qual os motoristas se encontram inseridos, sua interpretação sobre a empresa Uber, sua relação com a educação formal e as possibilidades de formação e inserção profissional futuras, dentre outros. Com isso, houve a intenção de evidenciar suas características em relação ao trabalho informal, à uberização e ao perfil educacional, especificamente.

Devido à percepção da rotina de trabalho intensa e precarizada dos pesquisados, como verificou-se em diversas pesquisas, esta etapa de coleta de dados foi adaptada à sua realidade, para que fosse realizada de forma mais rápida e prática. Optou-se por organizar o questionário, composto por 16 questões, com a maior parte de perguntas fechadas e o mínimo de perguntas abertas, mas que se desse a possibilidade para que estes pudessem expor livremente as suas ideias e opiniões. O número das questões também foi reduzido, em relação às primeiras versões criadas, para que agilizasse e facilitasse a participação daqueles que se disponibilizaram a colaborar.

Ainda que, por ocasião da entrevista, os sujeitos foram identificados junto ao aplicativo, foram tomadas medidas para garantir sua privacidade. Os participantes tiveram seus dados preservados, como nomes, e-mail e telefone, sendo atribuídos códigos aos respectivos

questionários respondidos. Os *links* foram enviados por telefone ou por e-mail, de forma individual, para evitar a exposição de dados dos participantes, no formato de lista oculta. Os dados levantados foram utilizados exclusivamente para a finalidade desta pesquisa, sendo apagados da plataforma de origem assim que extraídas as informações coletadas, garantindo, deste modo, uma maior segurança das informações fornecidas.

Para delinear a relação entre o trabalho uberizado e o uso das tecnologias digitais foi realizada uma análise dialética do fenômeno da uberização a partir da perspectiva crítica e do método do materialismo histórico e dialético, como explanado no tópico anterior. Em uma perspectiva de indissociabilidade entre teoria e prática, entendeu-se que os dados levantados, bem como o arcabouço teórico e conceitual, foram importantes para se discutir o trabalho informal e digital, a formação do trabalhador, a ideologia capitalista, a precarização, a intensificação do trabalho e suas consequências.

Defendeu-se a tese de que a uberização tem se constituindo, em um processo crescente, eficaz e ainda em andamento, no ápice do processo de exploração na contemporaneidade, ao fazer uso das tecnologias, do trabalho digital e da formação dos trabalhadores a seu favor, em uma exploração difusa e que capta suas capacidades de trabalho manual e intelectual, coloca sob suas mãos toda a responsabilidade do trabalho, com a influência de valores neoliberais que regem a vida social e as perspectivas e ideais de trabalhador na contemporaneidade, e consegue levar a classe trabalhadora, seja acreditando que está empreendendo, seja por falta de outras oportunidades, a optar pelo trabalho precarizado. Trabalhadores, escolarizados ou não, são submetidos ao domínio ideológico e movidos pelas necessidades de sobrevivência, em um processo que, contraditoriamente, homogeneiza trabalhadores que são claramente um grupo heterogêneo dotado de necessidades, anseios e particularidades que são ignoradas em favor dos interesses do capital.

1.5 A estrutura da tese

Além deste tópico introdutório (Capítulo 1), esta tese é composta por mais quatro capítulos, nos quais as referências teóricas, a tese defendida e os dados levantados são apresentados e discutidos. Nas próximas linhas, há uma rápida descrição da proposta de cada capítulo. Neste primeiro capítulo, no memorial, demonstrou-se o desenvolvimento do tema desta pesquisa e as

experiências pessoais, escolares, acadêmicas e profissionais da autora. Também foram apresentados a abordagem metodológica e o percurso metodológico.

O Capítulo 2, intitulado *As tecnologias digitais, o mundo do trabalho e a sociedade em rede*, traz uma discussão sobre o conceito de tecnologias e a sua utilização como ferramentas de trabalho no contexto atual. Foram levados, para o debate, referenciais teóricos que abordam o papel das tecnologias na sociedade capitalista e as inovações tecnológicas inseridas nos espaços de trabalho. A globalização e a economia do compartilhamento foram apontadas como parte de uma problemática na qual a uberização foi constituída a partir de práticas que associaram o trabalho digital e o uso de aplicativos, alterando significativamente o mundo do trabalho na sociedade capitalista.

O Capítulo 3, *A precarização do trabalho e a uberização: o caso da empresa Uber*, apresenta uma problematização teórica que dá continuidade ao capítulo anterior e se inicia com uma reflexão sobre o sistema taylorista-fordista e toyotista e o uso das tecnologias no trabalho. Foram abordadas a centralidade do trabalho e as transformações da sociedade capitalista, que culminaram na nova morfologia do trabalho. Questões como a precarização e a intensificação do trabalho, o trabalho informal e o setor de prestação de serviços foram essenciais para se pensar o trabalho por aplicativos como vivenciamos atualmente. Para compreender esses processos, caracterizou-se o trabalho digital e o processo de uberização pela intermitência, pela instabilidade, pelo uso de sistemas de vigilância e de imposição de metas. Problematizou-se o trabalho na empresa Uber como parte deste cenário e que carrega consigo o pioneirismo que inspira outras empresas e negócios mundialmente.

O Capítulo 4, *Trabalho informal, educação e os motoristas da Uber no Brasil e na cidade de Uberlândia-MG*, traz algumas características desta cidade em relação ao trabalho, ao trabalho informal e suas especificidades relacionadas ao objeto em questão. São abordados, também, os resultados da etapa de coleta de dados e as informações oriundas do questionário, discutidas à luz de conceitos e estudos sobre o assunto. Foram discutidos, ainda, o trabalho dos motoristas de aplicativo, seu perfil, motivações e experiências profissionais, bem como a sua formação escolar e impressões sobre o trabalho e educação.

No Capítulo 5, *O mundo do trabalho uberizado: educação e exploração dos motoristas de aplicativo*, discorreu-se sobre a tese desenvolvida e construída a partir das reflexões e análise das contradições existentes nestes processos de trabalho. Abordou-se a relação entre o trabalho

uberizado e o uso das tecnologias digitais, com ênfase na inter-relação contraditória entre a ideologia capitalista e o trabalhador uberizado; a formação escolar e profissional e o trabalho; a precarização, a intensificação e a informalidade do trabalho e suas consequências.

Por fim, nas *Considerações finais*, expõe-se os limites e as possibilidades de pesquisa da tese apresentada e para além dela. Também estão neste capítulo as impressões e análises sobre as perspectivas para o trabalho dos motoristas de aplicativo, com base na realidade vigente. Ao final, foram, ainda, apresentadas as referências utilizadas na pesquisa.

2 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS, O MUNDO DO TRABALHO E A SOCIEDADE EM REDE

Para a compreensão do objeto de estudo desta pesquisa, se inicia, neste capítulo, uma discussão sobre a ideia de tecnologia e sua interconexão com trabalho na sociedade capitalista. Para isso, discute-se o desenvolvimento do capitalismo e do sistema de classes, para se entender as relações estabelecidas na indústria moderna, em que a inserção das tecnologias maquinicas ocorreu com base nas necessidades das classes dominantes. A inserção de processos de trabalho pautados no desenvolvimento da ciência e da tecnologia é apresentada como meio de extração dos lucros que alteraram o cotidiano dos trabalhadores, que se viram obrigados a se adequarem para sobreviver.

Após esta introdução sobre o sistema capitalista em sua fase industrial e a instalação de tecnologias fabris, aborda-se o fenômeno da globalização¹⁷ e a constituição da economia do compartilhamento em uma realidade na qual as TDIC criaram e adaptaram as relações sociais existentes e, sobretudo, as formas de produzir as mercadorias e de realizar as trocas comerciais. Discute-se a sociedade constituída a partir da disseminação do uso da internet e dos instrumentos tecnológicos criados e as relações sociais pautadas na virtualidade. As sociabilidades foram, paulatinamente, modificando-se, em um processo que atingiu o trabalho, a cultura e a educação, ressaltando-se que, por se tratar de uma sociedade capitalista, este processo é caracterizado pelas desigualdades sociais e por uma diversidade de impactos, que variam conforme as classes sociais.

Partindo-se destas reflexões, apresentamos, a seguir, uma discussão sobre o papel das tecnologias digitais na sociedade capitalista e, especificamente, no mundo do trabalho. O uso dos aplicativos de celulares tem representado um grande avanço tecnológico que se incorpora, cada vez mais, em escala mundial e com inúmeras repercussões. Ao final deste capítulo, iniciam-se as reflexões, introdutoriamente, sobre a atuação da empresa Uber e o uso das tecnologias digitais, trazendo elementos para as análises posteriores referentes às relações sociais implementadas a partir da constituição de novas formas de trabalho, como será apontado nos capítulos posteriores¹⁸.

¹⁷ A temática globalização e as transformações no mundo do trabalho serão apresentadas, preliminarmente, no Capítulo 2 e, de forma mais aprofundada e complementar, no Capítulo 3.

¹⁸ A abordagem sobre o trabalho digital e a atuação dos motoristas de aplicativo, no Capítulo 2, tem o objetivo de iniciar a discussão entre tecnologia e a sociedade atual e, no Capítulo 3, o debate será complementado com a discussão sobre a relação entre trabalho e tecnologias, iniciando-se pelo sistema taylorista-fordista, até o denominado trabalho uberizado, que é aquele caracterizado por ser um trabalho digital mediado por aplicativos de celulares, vinculado ao

2.1 As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação e o mundo do trabalho na sociedade capitalista

O surgimento das tecnologias marca as sociabilidades humanas desde os tempos remotos da civilização, fazendo parte da atuação humana no meio social. Aparatos e intervenções técnicas acompanham os seres humanos desde os seus primórdios. Eles caracterizam as sociedades no tempo e no espaço, podendo estas serem descritas a partir das técnicas e dos instrumentos criados cotidianamente e das relações sociais de produção estabelecidas ao longo da história. Desta maneira, fazem parte das possibilidades de intervenção humana na natureza e do próprio processo de humanização e de diferenciação na sociedade, visto que, como apontam Marx e Engels (2002),

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (Marx; Engels, 2002, p. 10-11, grifo dos autores).

Em consonância com esses argumentos, Giddens (2005) reforça que a aplicação desses conhecimentos na realidade se refere à aplicação do conhecimento no mundo material, no qual processos de criação de instrumentos e técnicas auxiliaram os indivíduos na sua interação no meio social. Gerados em processos de transformação da natureza a partir do trabalho, muitos desses objetos tiveram o intuito de viabilizar a sobrevivência dos indivíduos. Impulsionados pelas demandas rotineiras, houve a criação de tecnologias associadas às vestimentas, com base no clima e na busca por proteção corporal, à construção de moradias, às formas de se alimentar e aos tipos de alimentos, à criação de objetos para a proteção e para a defesa e combate entre os diversos agrupamentos humanos, dentre outros. As tecnologias acompanham o próprio processo de constituição da humanidade.

Assim, os seres humanos foram além do uso da técnica como algo mais intuitivo e baseado na experiência cotidiana, passando a desenvolver tecnologias a partir do conhecimento teórico

setor de prestação de serviços e, sobretudo, precário e instável. Este percurso teórico se justifica, pois, devido à realidade do capitalismo, que traz consigo a necessidade em se analisar o trabalho na história e evidenciar as suas contradições para se entender o trabalho atual, em que prevalece a globalização e as relações virtuais.

aplicado às intervenções na realidade, como distingue Chauí (2000):

De fato, a técnica é um conhecimento empírico, que, graças à observação, elabora um conjunto de receitas e práticas para agir sobre as coisas. A tecnologia, porém, é um saber teórico que se aplica praticamente. [...] Em outras palavras, um objeto é tecnológico quando sua construção pressupõe um saber científico e quando seu uso interfere nos resultados das pesquisas científicas. A ciência moderna tornou-se inseparável da tecnologia (Chauí, 2000, p. 324).

Como aponta Frigotto (2009), a relação entre ciência, técnica e tecnologia não é pautada em uma linearidade e sim em uma relação complexa, formando uma “unidade do diverso” em uma perspectiva dialética. A tecnologia precisa ser compreendida como uma relação e prática social que possui “sentido e significado” em um sistema baseado em relações de poder que permeiam as classes sociais, sendo preciso ter um olhar crítico sobre a sua presença e seus efeitos. Logo, diz Kenski (2007):

As tecnologias são tão antigas quanto a espécie humana. Na verdade, foi a engenhosidade humana, em todos os tempos, que deu origem às mais diferenciadas tecnologias. O uso do raciocínio tem garantido ao homem um processo crescente de inovações. Os conhecimentos daí derivados, quando colocados em prática, dão origem a diferentes equipamentos, instrumentos, recursos, produtos, processos, ferramentas, enfim, a tecnologias. Desde o início dos tempos, o domínio de determinados tipos de tecnologias, assim como o domínio de certas informações, distinguem os seres humanos. Tecnologia é poder (Kenski, 2007, p. 11).

Assim, é preciso refletir e questionar as interpretações que apontam para um “fetichismo tecnológico” que foca somente nos avanços e em uma suposta força autônoma das relações sociais que culminariam na constituição de uma Sociedade do Conhecimento, a era tecnológica. Por outro lado, também é preciso não se limitar às visões que defendem uma “pura negatividade da tecnologia”, na qual esta é posta como uma força totalmente destrutiva. É a atividade humana que cria a tecnologia como uma prática social que pode ser configurada, portanto, com a finalidade de exploração e alienação ou com o propósito de emancipação (Frigotto, 2009).

Neste contexto, a relação entre tecnologia e poder ficou bastante evidenciada com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Marcos históricos, como a expansão marítima, a Revolução Científica, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial¹⁹,

¹⁹ Estas revoluções e marcos históricos constituíram processos longos e com peculiaridades que tem importância para o desenvolvimento da sociedade capitalista; entretanto, devido à sua tamanha complexidade, trazer esses aspectos demandaria maiores discussões, que ultrapassariam os limites desta tese.

foram decisivos para os rumos traçados pela humanidade com a formação da sociedade de classes sociais, o desenvolvimento da ciência e as transformações tecnológicas e sociais que alteraram o mundo do trabalho e as respectivas relações sociais constituídas.

O desenvolvimento da ciência moderna representou um avanço neste processo, ao se caracterizar pela intensificação da transformação da técnica em tecnologia na qual houve a constituição de objetos e máquinas em “instrumentos de precisão” dotados de um maior refinamento dos conhecimentos envolvidos (Chauí, 2000). Sendo crucial para a constituição do modo capitalista de produção, a Revolução Industrial refletiu em transformações tecnológicas iniciadas nas fábricas e nas indústrias inglesas, com posterior disseminação mundial. Caracterizou-se pela inserção destas máquinas e técnicas laborais no processo produtivo, com a progressiva substituição do trabalho do artesão para o trabalho assalariado. Neste cenário, a maquinaria passa a ser o instrumental tecnológico fundamental, na medida em que, como explica Marx (2013),

A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo social de produção e que convertia os diversos ramos da produção, que se haviam particularizado de modo natural-espontâneo, em enigmas uns em relação aos outros, e inclusive para o iniciado em cada um desses ramos. O princípio da grande indústria, a saber, o de dissolver cada processo de produção propriamente dito em seus elementos constitutivos, e, antes de tudo, fazê-lo sem nenhuma consideração para com a mão humana, criou a mais moderna ciência da tecnologia [...] (Marx, 2013, p. 369).

Com o propósito de promover este desenvolvimento da grande indústria, o capital necessitava de se apropriar do trabalho como mecanismo de obter valorização. Seriam necessárias algumas condições que limitariam as ações dos trabalhadores, impedindo-os de se tornarem proprietários dos meios de produção. O resultado disso foi a dissociação da relação do trabalhador com a terra, a sua separação dos instrumentos de produção, a eliminação de formas de trabalho nas quais eles poderiam ser proprietários e garantidores dos meios de sobrevivência. Por fim, houve a busca pela separação das relações que colocavam os trabalhadores como uma “condição objetiva da produção”, partindo da concepção de que o trabalho passaria a ser apropriado pela classe dominante e não pelo trabalhador em si (Bryan, 1997).

Neste sentido, a produção foi organizada e modificada em uma dinâmica em que visava a dissociação dos trabalhadores e seus saberes, sendo estes utilizados em benefício da classe dominante em ascensão. Neste sentido,

O acúmulo de saberes e habilidades que constituía o patrimônio dos trabalhadores

é condição indispensável à produção, com o advento da indústria moderna é separado deles e incorporado ao capital. A expropriação do conhecimento acumulado pelos trabalhadores é apenas um primeiro momento de um processo que o capital desencadeia para tornar-se independente das qualidades do trabalhador. A produção do conhecimento que no artesanato e nos primeiros tempos da manufatura ocorria durante o exercício do trabalho, passa a ser tarefa de um número restrito de trabalhadores com qualidades especiais (Bryan, 1997, p. 50).

Dissociados dos instrumentos de trabalho e da condição de artesão, como descrito anteriormente, os trabalhadores passaram a ser “livres” para atuar no mercado. Essa liberdade seria algo limitado e definido a partir das ideologias burguesas, e estes trabalhadores seriam aqueles sujeitos detentores apenas de sua força de trabalho e destituídos dos instrumentos e meios de produção. Estavam em uma realidade que os colocava distantes dos lucros provenientes da comercialização das mercadorias por eles produzidas. Dessa maneira, um sistema de controle e dominação é instituído como fator elementar do capitalismo, no qual, segundo Marx (2014),

O trabalhador trabalha sob controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia –, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor de uso que vendeu, ao ceder seu trabalho (Marx, 2014, p. 219).

A divisão do trabalho faz parte da lógica do capitalismo que colabora para a dominação existente, realizando a dissociação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola, entre o campo e a cidade e entre o trabalho comercial e o industrial. É a partir desta separação que se pode identificar o nível de desenvolvimento de uma nação e as respectivas formas de propriedade existentes em um determinado período da humanidade. No capitalismo, prevalece a propriedade privada dos meios de produção e a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual como marcas das relações sociais produzidas e reproduzidas cotidianamente (Marx; Engels, 2002).

Mediante estes interesses estabelecidos pelas classes dominantes, havia práticas que incentivavam a desqualificação de grande parte dos trabalhadores e mantinham uma quantidade reduzida daqueles que possuíam uma qualificação elevada. A divisão do trabalho consiste, desse modo, em uma das formas de controle presentes no sistema capitalista, sendo que um número

reduzido de indivíduos seria destinado a atuar no trabalho intelectual e nas etapas de planejamento. Por outro lado, uma grande maioria deveria se adaptar ao trabalho manual, lidando com a execução das etapas do trabalho propriamente ditas (Marx; Engels, 2002; Bryan, 1997).

Os proprietários, na busca por elevar as suas riquezas, realizaram intervenções na produtividade, por meio da exploração do trabalho especializado e parcelar, e das crescentes mudanças técnicas nas indústrias. Essas alterações geraram o crescimento do capitalismo, sendo que a criação e o aperfeiçoamento das tecnologias impulsionaram a expansão do sistema e a sua manutenção. Vemos então que:

Por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela [a indústria moderna] revoluciona continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Desse modo, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro. A natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela reproduz, em sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas (Marx, 2013, p. 370).

As mercadorias produzidas proporcionam a extração da mais-valia²⁰, ou seja, dos lucros provenientes de todo o trabalho, que são apropriados pela classe burguesa. Riquezas são geradas neste processo que envolve a compra e a venda da força de trabalho e a transformação dos trabalhadores em mercadoria. Estes, ao receberem o salário como pagamento, estão submetidos a uma realidade injusta ao se compararem à elevada quantidade de trabalho realizada e à remuneração recebida, entendida como insuficiente. Sinteticamente, é justamente a capacidade do trabalho vivo que é adquirida pelo proprietário, com vistas a obter o lucro excedente (Alves, 2007; Silva; Silva; Martins, 2001; Bryan, 1997).

Na rotina da produção capitalista, essa produção da mais-valia se torna um objetivo primordial que guia as ações e práticas dos donos do capital. Desta forma, o capitalismo,

Primeiro, quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso, quer produzir mercadoria; além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia) (Marx, 2014, p. 220).

²⁰ Há traduções que se referem à mais-valor e outras à mais-valia, constituindo-se no valor excedente que é apropriado pela classe dominante no processo de produção das mercadorias.

Criadas com a finalidade de viabilizar a produção de mercadorias, a utilização da maquinaria constituiu em uma estratégia para se elevar a produtividade do trabalho, ao reduzir o tempo para se gerá-las. Caberia ao trabalhador lidar com atividades laborais, cada vez mais determinadas pelos ritmos das máquinas e fragmentadas pelo trabalho parcelar. Havia a necessidade de se adequar à lógica de tempos e movimentos preestabelecidos pelas tecnologias maquinicas, ao aumento desumano da jornada de trabalho e do número de assalariados, incluindo-se mulheres e crianças (Marx, 2014; Moraes Neto, 2003).

Essa situação foi analisada por Marx e Engels (2006, p. 28-29), que apresentam uma explicitação dessas condições precárias de trabalho e da imposição de uma posição frágil ao trabalhador, haja vista que:

Transformado em *autômato*, o meio de trabalho *faz frente*, durante o processo de trabalho, ao *próprio operário*, enquanto capital, enquanto trabalho morto, que suga a força de trabalho vivo e a domina [...]. Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial [...] (Marx; Engels, 2006, p. 28-29, grifos dos autores).

O sistema de classes sociais se desenvolve com base nesta dinâmica na qual a ciência e a tecnologia estiveram associadas aos interesses dominantes. Muitos trabalhadores, imersos em rotinas exaustivas e desgastantes, sofreram em condições precárias, mas se submetiam a esta situação pela necessidade de sobrevivência, que os obrigava a aceitar a realidade e a agir conforme os ditames impostos. Isso significa que a remuneração recebida em troca do trabalho era limitada e tinha a função de proporcionar a reprodução da força de trabalho, não proporcionando condições efetivas de melhorias de vida.

Contraditoriamente, a classe trabalhadora era aquela responsável pela criação de riquezas. Representava as engrenagens do sistema capitalista e que, sob a perspectiva da classe dominante, precisaria ser controlada para que atendesse aos interesses produtivos. Como explica Alves (2007), a divisão do trabalho constituía-se em uma estratégia para esta finalidade ao fragmentar não apenas o trabalho, mas também por fragilizar os trabalhadores. Colocava-se em prática a alienação, que envolve a sua separação do processo de trabalho, dos objetos e meios de trabalho, que se referem às matérias-primas e às ferramentas, por exemplo.

Os trabalhadores presos nesta condição são lançados a um processo de estranhamento, pois

passaram a ser alienados das condições objetivas do trabalho social e submetidos a uma situação de subalternidade. Somando-se a estes aspectos, eles foram distanciados do controle de sua vida material ao se realizar um processo de coisificação. Como explicita Mészáros (1981),

A alienação se caracteriza, portanto, pela extensão universal da "vendabilidade" (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em "coisas", de modo que possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras, a reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em "indivíduos isolados" (*vereinzelte Einzelnen*), que visam aos seus objetivos limitados, particularistas, "em servidão à necessidade egoísta", fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade (Mészáros, 1981, p. 08).

Em suma, a exploração e a alienação dos trabalhadores se constituíram em fatores básicos e rotineiros, a fim de legitimá-lo e viabilizá-lo no tempo e no espaço, com o uso do trabalho especializado e fragmentado. O desenvolvimento do capitalismo se caracterizou pelo controle da classe dominante dos meios de produção e cujo poder econômico se fortaleceu e foi além, alcançando também as esferas política, cultural e ideológica. Desta maneira, o controle do poder material proporcionou a ampliação do poder e da dominação burguesa, visto que a sua relação com as condições materiais de existência indicava formas de ser privilegiadas, como explicam Marx e Engels (2002):

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. [...] São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. [...] são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 2002, p. 18-20).

A dominação econômica realizada pela classe burguesa gerava condições de se realizar o controle e a alienação dos trabalhadores, que, ao estarem imersos na trama da produção de mercadorias, não tinham condições de acesso a uma concepção ampliada do processo e de lutar por mudanças de forma consciente, ativa e crítica. A condição de classe e a sua relação com o modo de produção interferiam diretamente em suas formas de ser e de estar na sociedade, já que seu vínculo com a produção interfere significativamente nos destinos dos indivíduos. Nesta perspectiva, a condição de classe de cada um se constitui em um fator decisivo, pois:

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. [...] A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente como eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (Marx; Engels, 2002, p. 11, grifos dos autores).

Portanto, o maquinário foi criado e organizado de modo a alavancar a produtividade capitalista, e isso teve consequências para os trabalhadores, como a elevação da velocidade das etapas de trabalho, a redução das funções, dos cargos e dos empregos. Há um dinamismo nestas transformações impulsionadas pelos interesses econômicos, que alteravam as tecnologias tendo como intuito aperfeiçoar os mecanismos de exploração, visto que:

A tecnologia descobriu as poucas formas fundamentais do movimento, sob as quais transcorre necessariamente, apesar da diversidade dos instrumentos utilizados, toda ação produtiva do corpo humano, exatamente do mesmo modo como a mecânica não deixa que a maior complexidade da maquinaria a faça perder de vista a repetição constante das potências mecânicas simples. A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora (Marx, 2013, p. 370).

Essas transformações técnicas caracterizaram a sociedade capitalista desde a sua fase industrial, em ações intencionais e com benefícios determinados pelos interesses burgueses. Tendo em vista os argumentos anteriormente elencados, percebe-se que a presença da tecnologia precisa ser analisada criticamente, visto que

[...] o modo de produção capitalista se caracteriza por uma “revolução ininterrupta dos meios de produção”, sobretudo dos instrumentos de produção (tecnologia). Tem-se anunciado grandiosamente como “sem precedentes” o que aconteceu nos últimos dez ou quinze anos, e é verdade que, recentemente, as coisas avançaram mais rápido do que antes. Mas é uma simples diferença de grau, não de natureza. A história do capitalismo é toda ela a história de um prodigioso desenvolvimento da produtividade por meio do desenvolvimento da tecnologia (Althusser, 2013, p. 42).

Desse modo, a relação entre trabalho e tecnologia foi essencial para a sociedade capitalista que se configurou nos séculos XVIII e XIX, cuja relação prosseguiu no século XX, período no qual os sistemas taylorista-fordista e toyotista²¹ representaram novas tentativas de inserção de mudanças

²¹ No Capítulo 3 são discutidas as características e os impactos das tecnologias nos espaços de trabalho inspirados nos

nos espaços de trabalho. Foram realizadas intervenções no cotidiano das fábricas, havendo a inserção de práticas oriundas de estudos científicos das etapas dos processos de trabalho, a busca por maiores lucros e o estabelecimento de mecanismos em favor da elevação da produtividade fabril. Este processo passa a ser mediado, cada vez mais, por maquinários e instrumentos tecnológicos e afetou, desde a sua origem, suas formas de ser e estar.

Nos moldes do sistema capitalista, desde a sua fase industrial, inovações técnicas representaram práticas sociais oriundas da busca pelas classes dominantes em se manter no controle a partir dos esforços por se extrair valor. É justamente o trabalho que move o capitalismo, e este é o responsável pela criação de tecnologias que atuem em favor do sistema produtivo dominante. No entanto, evidencia-se que a determinação de classe condiciona a natureza e os alcances sociais das tecnologias criadas, sendo influenciadas pela busca por se criar valores de troca. É neste cenário que o trabalhador passa por um processo de subjugação, sendo submetido à lógica das tecnologias instituídas, podendo, inclusive, ser substituído por esses aparatos tecnológicos em diversas funções laborais, tendo que se adaptar à lógica construída pelo capital (França, 2019; Previtalli; Fagiani, 2015).

É a partir da mudança social que a sociedade capitalista experiencia, que a ciência e a técnica vêm sendo aperfeiçoadas progressivamente em ações planejadas, até constituírem o cenário atual. Novas concepções e tipos de trabalho, de processos de trabalho e de produção e de consumo capitalistas são criadas em uma sociedade que se transforma juntamente com os ditames associados aos interesses dominantes. Logo, faz-se importante entender o que se realiza enquanto intervenção tecnológica e quais são os interesses econômicos envolvidos, expondo também os impactos para as diferentes classes sociais, diante da reconhecida desigualdade social e do controle material e ideológico realizado pela classe dominante.

Por fim, a história tem mostrado que grandes transformações tecnológicas foram implementadas, indo além do espaço fabril, alcançando outros setores produtivos e ampliando as formas de exploração, como é o caso do setor de prestação de serviços, que tem sido cada vez mais incorporado como forma de se extrair lucros dos trabalhadores, mesmo sem a geração de uma mercadoria como um objeto palpável e manipulável. Para compreender esses delineamentos, dando sequência ao debate, será discutida, a seguir, a globalização enquanto um processo no qual se busca, mediante o desenvolvimento técnico-científico, aperfeiçoar as formas de exploração. Para isso, a

criação das tecnologias informacionais, como é o caso da internet, foi imprescindível. Foram constituídas relações sociais que têm adquirido espaços cada vez maiores na sociedade, características estas que passaram a compor a lógica do mundo do trabalho na contemporaneidade.

2.2 O fenômeno da globalização, as tecnologias digitais e a configuração da sociedade em rede

No contexto da globalização dos anos de 1990, a sociedade se viu transformada pelo desenvolvimento técnico e científico que, sob a influência dos interesses de mercado, motivou a instituição de inovações ligadas à microeletrônica, à automação, à comunicação, ao transporte e às engenharias etc. Na busca por se fortalecerem, grandes potências e corporações multinacionais investiram em pesquisas em favor de manter e disseminar seus poderes. Estas criações se constituíram em instrumentos de defesa e armamentos, mas também foram direcionadas para um uso privado e doméstico, passando a fazer parte do cotidiano da população em geral (Kenski, 2007).

Essas mudanças atingiram diversas esferas sociais, como é o caso do trabalho, da economia, da educação, da cultura, da política, do lazer e do consumo. Um mundo digital foi formado a partir da revolução tecnológica, que gerou sistemas de redes constituídos pela internet e pela comunicação sem fio. Nessa configuração social, também chamada de Era da Informação, as relações sociais passaram a ser intermediadas pela virtualidade, que criou uma cultura, adaptando ou substituindo as formas tradicionais de se interagir que prevaleciam anteriormente. Isso embasou uma estrutura, formando a sociedade em rede e a conseqüente disseminação das tecnologias digitais (Castells, 2011).

Esse sistema organizado em redes remete à base material para o crescimento subsequente da sociedade. Nesse processo, os Estados-nação foram os impulsionadores da globalização na busca por se beneficiar, economicamente, do livre fluxo entre as fronteiras. Entretanto, houve uma perda da capacidade de controle destes fluxos de riqueza e as redes ultrapassaram seus territórios. Um sistema global foi formado, caracterizando-se pela geografia da desigualdade social, econômica e tecnológica. Dessa forma,

[...] embora tudo e todos no planeta sentissem os efeitos daquela nova estrutura social, as redes globais incluíam algumas pessoas e territórios e excluía outros,

induzindo, assim, uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica. Em uma transformação paralela, movimentos sociais e estratégias geopolíticas se tornaram em grande parte globais a fim de agir sobre as fontes globais de poder, ao passo que as instituições do Estado-nação, herdadas da Era Moderna e da sociedade industrial, foram gradualmente perdendo sua capacidade de controlar e regular os fluxos globais de riqueza e informação (Castells, 2011, p. II).

A sociedade em rede e a virtualidade, como seu elemento central, fazem parte da realidade configurada pela globalização. Visões como a de Castells (2011) indicaram a possibilidade do fim do trabalho explorado mediante a existência do desenvolvimento tecnológico, como descrevem Antunes e Braga (2009):

Trata-se de um conhecido argumento pós-industrial, amplamente retomado por Castells e outros, e que consiste em proclamar a superação do trabalho degradado típico da fábrica taylorista e fordista pela “criatividade” e “autonomia” inerentes às atividades de serviços associadas às tarefas de concepção e planejamento de processos e produtos. Na verdade, a suposta hegemonia desse modo de desenvolvimento produtivo, que Castells chamou de “informacionalismo”, carrega consigo a promessa segundo a qual a inserção ocupacional emancipada *no e pelo* trabalho complexo é algo potencialmente acessível a todos. O emprego nas chamadas tecnologias de informação e comunicação foi concebido quase como sinônimo de não trabalho, *tal a disjuntiva e mesmo antinomia que operava em relação à modalidade vigente de trabalho assalariado* (Antunes; Braga, 2009, p. 08, grifos dos autores).

Diferentemente desta perspectiva, Antunes e Braga (2009) explicam que há uma nova morfologia do trabalho e outros meios de se criar valor que marcam o capitalismo contemporâneo. Estudos relacionados a estes trabalhadores, também chamados de infoproletários, têm demonstrado uma tendência à alienação do trabalho informacional. Dessa maneira, um olhar mais ampliado e crítico precisa evidenciar as suas peculiaridades e contradições, sendo estas características decisivas e presentes nos rumos tomados pela sociedade em anos posteriores²².

Tendo em vista a importância dessa possibilidade de se entender a realidade, contribuições como as de Dowbor (2020), Laval (2019), Antunes (2018), Harvey (2011; 2003), Alves (2007) e Santos (2003) foram essenciais para as reflexões realizadas nesta pesquisa. Partindo destes pressupostos teóricos, entende-se que a globalização formou um processo bastante amplo e

²² Como será discutido no próximo capítulo, a história tem mostrado os rumos tomados pela globalização, nos quais as tecnologias têm sido implementadas para atender às necessidades do capital e possibilitar o crescimento econômico de empresas multinacionais em detrimento do bem-estar coletivo e, sobretudo, da classe trabalhadora, que é impactada diretamente por estas transformações aplicadas nos processos produtivos.

complexo, motivado e impulsionado pela esfera econômica. Estabeleceu-se, então, uma relação direta com os esforços pela manutenção e pelo fortalecimento do capitalismo. Os interesses dominantes direcionaram os fluxos do capital e a constituição da sociedade global, sendo cruciais para se entender as vivências constituídas posteriormente. Desta forma, este fenômeno não pode ser visto como limitado a um sistema de técnicas. Nas palavras de Santos (2003),

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. [...] No fim do século XX e graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária. Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa (Santos, 2003, p. 12).

Como exposto anteriormente, a globalização pôs em pauta novos conceitos, modificando a consolidada ideia de centralização de esforços para a produção de mercadorias nos espaços industriais e fabris. Para Alves (2007), este processo esteve associado à denominada 4ª Revolução Tecnológica, descrita pelas alterações realizadas pelas classes dominantes capitalistas. Como resultado de suas ações, ganhou destaque o desenvolvimento do ciberespaço enquanto uma rede interativa e controlativa associada aos interesses da produção e da reprodução social.

A mercadoria passou, neste sentido, por uma transformação na qual se constituiu em mercadoria-informação, e o conhecimento ganhou um papel importante na estrutura social configurada. O capitalismo passou a ser marcado por novas formas de se produzir e de se gerar riquezas, sendo que a instituição das tecnologias técnico-informacionais se espalhou pela sociedade e alcançou diversos ramos da economia. Dowbor (2020) explica essa mudança de foco da produção e os rumos tomados pelo conhecimento no contexto atual:

Hoje o principal fluxo de investimentos não resulta em nenhuma máquina nem em chaminés, e sim em capacidade de conhecimento organizado. No século passado, o capitalista ainda era dono de fábricas e plantações – e durante boa parte do presente século, sem dúvida, ainda o será. No entanto, hoje, e cada vez mais, é um controlador de plataformas digitais, aplicativos, patentes, *copyrights*. E, evidentemente, de fluxos financeiros, igualmente imateriais de apropriação e controle, radicalmente mais poderosas. É interessante examinar as grandes

fortunas do novo mundo econômico: não há aqui fábricas, máquinas, e sim tecnologia, *software*, plataformas virtuais de intermediação, sistemas de organização, algoritmos, inteligência artificial. Constatamos um deslocamento teórico fundamental para a compreensão dos novos processos: não se trata de propriedade dos meios de produção, e sim de controle dos sistemas (Dowbor, 2020, p. 35).

Por conseguinte, a sociedade caracterizada pela economia do conhecimento repercutiu em outras formas de se conceber a produção, a comercialização e o consumo, complementando ou alterando as anteriores. O desenvolvimento e a utilização das tecnologias descrevem a nova realidade, na qual se tem em curso um processo dinâmico de expansão do conhecimento e de conectividade que interliga as pessoas, as informações e as instituições, de modo lucrativo, se comparado aos processos que caracterizavam períodos precedentes. Foram alterados os espaços de realização das atividades econômicas e os processos produtivos em si, bem como as relações sociais de produção. Neste cenário, o conhecimento passou a ser um elemento constitutivo da manutenção do poder dos setores econômicos (Dowbor, 2020).

Um mercado global foi construído a partir de uma maior centralização e controle da informação. A sua disseminação passou a ser, cada vez mais, planejada em conformidade com os interesses dominantes. Dessa forma,

A informação é centralizada nas mãos de um número extremamente limitado de firmas. Hoje, o essencial do que no mundo se lê, tanto em jornais como em livros, é produzido a partir de meia dúzia de empresas que, na realidade, não transmitem novidades, mas as reescrevem de maneira específica. Apesar de as condições técnicas da informação permitirem que toda a humanidade conheça tudo que o mundo é, acabamos na realidade por não sabê-lo, por causa dessa intermediação deformante. O mundo se torna fluido, graças à informação, mas também ao dinheiro. Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação (Santos, 2003, p. 32).

A sociedade contemporânea se caracteriza por esse domínio econômico e ideológico realizado pelos indivíduos que compõem as classes altas, de modo que a sua atuação vai além do controle das riquezas produzidas, das mercadorias comercializadas e dos consequentes lucros. Há um maior controle do conhecimento e da informação, no qual conceitos e comportamentos são influenciados. É desta maneira que, a título de exemplo, passou-se a incentivar a homogeneização e a uniformidade de comportamentos, concomitantemente à existência das diversidades locais e ao incentivo ao consumo e ao individualismo. Estes fatores alteraram significativamente as sociabilidades constituídas, e isso acontece por causa do poder econômico instituído, que altera a

sociedade. Nesse sentido,

As grandes corporações transnacionais assumem poderes (quanto ao domínio de tecnologias, de capital financeiro, de mercados, de distribuição etc.) superiores aos poderes políticos dos países e exercem influência sobre o futuro dos povos em todo o mundo. A globalização da economia e das finanças redefine o mundo e cria uma nova divisão social. O mundo desenvolvido e rico é o espaço em que predominam as mais novas tecnologias e seus desdobramentos na economia, na cultura e na sociedade (Kenski, 2007, p. 18).

O processo de expansão das fronteiras tem alterado as vivências e as relações sociais a partir deste processo de internacionalização das economias, das culturas, da política e dos próprios indivíduos. Uma nova geografia viabilizou a circulação dos capitais em percursos descritos pelas contradições do sistema capitalista de produção e suas desigualdades sociais, tomadas como fatores estruturantes e que colaborariam para a reprodução ampliada do capital.

Em favor destes interesses dominantes, existiam objetivos em torno da busca pela concentração de riquezas nas mãos de poucos indivíduos e da manutenção da condição de pobreza e de miséria. Estas continuam fazendo parte da sociedade na sua atualidade e prosseguem interferindo nas possibilidades de vida e de sobrevivência da maior parte da população mundial (Dowbor, 2020; Harvey, 2011).

Essa realidade desumana pode ser vista, claramente, como uma marca dos dias atuais em que, conforme Dowbor (2020), ocorre, explicitamente, a limitação das capacidades e das possibilidades de intervenção das classes pobres na sociedade. Como argumenta o autor:

É bem fria a estatística de 1% dos humanos que tem mais riqueza acumulada que os demais 99%. Mas se trata de gente, de pessoas que, ricas ou pobres, brancas ou pretas, nasceram com o mesmo potencial de contribuir para o mundo e com o horizonte de esperanças. A esterilização desse potencial e o fechamento dos horizontes pela máquina de reprodução da pobreza é um crime. [...] Temos 850 milhões de pessoas passando fome no planeta, das quais mais de 150 milhões são crianças, ainda que seja produzido no mundo mais de um quilo de cereais por pessoa e por dia [...] (Dowbor, 2020, p. 16).

Como explicitado anteriormente, há um quantitativo significativo de indivíduos excluídos dos benefícios dos progressos sociais e tecnológicos construídos ao longo dos anos que descrevem a globalização. Constata-se que, apesar da instantaneidade das notícias, do encurtamento das distâncias e das mudanças nas noções de tempo e de espaço serem apresentados como disponíveis a todos por causa dos efeitos do mundo global, há impacto das desigualdades sociais e diferentes formas de usufruir destes benefícios, pois seu acesso varia, portanto, conforme a posição dos

indivíduos no sistema de classes sociais. Santos (2003) explica este processo no qual ideologias dominantes influenciam as concepções dos indivíduos no contexto da sociedade da informação e do conhecimento:

A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema. Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (Santos, 2003, p. 9).

É importante, portanto, abordar as contradições presentes na sociedade configurada a partir do desenvolvimento da globalização, trazendo para a discussão o que está por trás dos discursos dominantes. Exemplo disso são as desigualdades sociais e a pobreza, que atingem, consideravelmente, grande parte da população que não tem acesso aos aparatos tecnológicos e aos benefícios das mudanças instituídas, tais como os objetos e os recursos criados, o encurtamento das distâncias, a virtualidade e a compressão do tempo e do espaço. Neste sentido, afirma Dowbor (2020) que:

O sistema de exploração, portanto, ampliou-se e sofisticou-se. Os avanços de produtividade, que resultam de uma ampla revolução científico-tecnológica no planeta, poderiam assegurar o aumento sustentado da população e a generalização da prosperidade. Mas a massa da população se vê privada do acesso que merece pelo triplo processo de exploração que acumula a baixa remuneração, a extorsão por juros abusivos e a restrição do acesso aos bens públicos de consumo coletivo, como saúde, educação, segurança e outras políticas sociais (Dowbor, 2020, p. 68).

Contraditoriamente, portanto, as mudanças técnico-informacionais avançadas não eliminaram problemas sociais, que são ainda identificados e intensificados no contexto da sociedade global. A realidade de muitos indivíduos, sobretudo dos que compõem a população das classes baixas, ainda é descrita por condições desumanas de sobrevivência. Expondo as contradições existentes, Santos (2003) relatou a desumanidade presente na globalização econômica que marcou o início do século XXI:

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo

como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. [...] A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (Santos, 2003, p. 10).

O sistema global é, desde os primeiros anos de sua configuração, organizado segundo a lógica do capitalismo e usufrui das desigualdades sociais inerentes ao sistema, movendo-se pela busca por se ampliar as riquezas e o poder das classes dominantes. Os valores e as ações ligadas ao mercado se fazem presentes, em um cenário que o concebe como fator central e que subjuga até mesmo a política. Entre estas mudanças, destacam-se as práticas individualistas e centradas na economia como fatores de manutenção destes interesses. Nesta direção, analisa Santos (2003) que:

A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo (Santos, 2003, p. 33).

Portanto, já presente nos anos iniciais da globalização, essa nova morfologia social não trouxe consigo a efetivação de uma realidade mais igualitária e humanizadora; pelo contrário: houve a defesa por uma menor atuação do Estado na economia e a busca por seu enfraquecimento ou omissão, em práticas que dariam, cada vez mais, espaço para os interesses do capital.

Estas práticas foram influenciadas pelas concepções neoliberais disseminadas internacionalmente. Inspiradas no liberalismo proposto por Hayek, na década de 1940, o neoliberalismo caracterizou o final do século XX, trazendo à tona a defesa das liberdades individuais, do livre comércio e do direito à propriedade privada, bem como buscando a liberação das atividades econômicas em relação à produção, à distribuição, à troca e ao consumo das mercadorias no capitalismo.

Sob estas influências teóricas, a liberdade deveria ser um valor primordial que precisaria ser defendido pelos donos e gestores das empresas, das corporações e das instituições sociais, a partir da perspectiva da minimização da atuação estatal: o “Estado Mínimo”. Este deveria

desregulamentar as atividades econômicas e atuar, basicamente, em funções de fiscalização, deixando a economia ditar as outras dinâmicas sociais (Previtali; Fagiani, 2015; Harvey, 2014; Ianni, 1998).

Atendendo aos interesses do mercado global e sob inspiração do ideário neoliberal, a defesa de uma menor intervenção estatal na economia colaborou para os objetivos econômicos dos setores dominantes. Houve, para isso, a disseminação de ideologias, com o intuito de que estas ações ganhassem legitimidade social. A flexibilidade e a omissão estatal passaram a descrever a conjuntura política e social, de modo que o Estado passa a atuar mais ativamente nos objetivos ligados à economia dominante, deixando de agir em conformidade com as necessidades da população como um todo (Santos, 2003).

É neste contexto que o processo de mundialização produtiva tem propiciado a transnacionalização do capital e, também, da classe trabalhadora²³, em uma mistura de elementos locais, regionais, nacionais e internacionais. O desenvolvimento técnico e científico tem gerado riquezas a partir de sua relação com a mão de obra, extraindo desta ligação uma maior e mais eficiente produtividade, pois o capital depende do trabalho para manter seus ciclos e seu crescimento.

Segundo Harvey (2003), as tecnologias empregadas nas máquinas das indústrias e fábricas capitalistas dinamizam as possibilidades de crescimento econômico, cada vez maior no cenário da globalização, mesmo que não possam autonomamente viabilizar a produção. Como explica o teórico,

Máquinas não podem produzir lucros por elas mesmas. Mas os capitalistas com tecnologias e formas de organização superiores ganham tipicamente uma maior taxa de lucro que seus concorrentes e, por fim, levam-nos à falência. Ao fazê-lo, o custo dos bens consumidos pelos trabalhadores em geral declina devido ao aumento da produtividade. Os custos do trabalho podem ser reduzidos sem reduzir o nível de vida do trabalho, gerando maior lucro para todos os capitalistas. [...] O resultado é um incentivo permanente para o dinamismo organizacional e tecnológico (Harvey, 2003, p. 78).

O capitalismo global tem crescido e se fortalecido em uma realidade em que o trabalho continua imprescindível e tem sido, com o intuito de adaptar os processos produtivos aos interesses da economia globalizada, submetido à exploração dinamizada pelas intervenções tecnológicas.

²³ As novas formas assumidas pelo trabalho no século XX e XXI, influenciadas pelas ideias neoliberais, serão abordadas no Capítulo 3, no qual também se evidencia como estas se delinearão no contexto da sociedade da informação e do conhecimento e os impactos para os trabalhadores.

Não obstante, a competitividade foi acirrada entre as empresas multinacionais que, ao se tornarem concorrentes, buscaram se manter no sistema capitalista global. Por isso, a lógica que opera o capital sobre o trabalho é marcada pelo propósito de se ampliar sistematicamente a taxa de lucro em níveis globais a partir da imposição de novas configurações e contratualidades (Antunes, 2018).

É desta maneira que a sociedade global tem se organizado e realizado suas dinâmicas cotidianas em favor do crescimento e fortalecimento do capitalismo. Processos de reestruturação produtiva têm caracterizado a sociedade no cenário da globalização, realizando a progressiva inserção de tecnologias nos processos de trabalho. Consistem, sinteticamente, em formas nas quais o capital se modifica com objetivos de gerar a sua expansão e prosseguir com a acumulação²⁴ (Previtali; Fagiani; 2015).

Segundo Dowbor (2020), embora haja a busca por empregos mais complexos e elaborados, também há a diminuição de postos de trabalho, uma vez que as máquinas, configuradas por tecnologias de ponta, suplantam a necessidade do trabalho humano. Dentre estas formas assumidas pelo trabalho, os trabalhadores têm se envolvido em manifestações laborais que apresentam uma busca por serem empresários autônomos²⁵, bem como um foco no trabalho digital descrito pela informalização.

Nesta configuração, as próprias fronteiras do mundo do trabalho passaram por uma ampliação e geraram o retorno de formas precárias de inserção no mercado de trabalho. Geraram, também, a criação de outras possibilidades laborais, mobilizadas pela globalização econômica, pela reestruturação produtiva e pela flexibilidade da produção e do trabalho necessários para a dinamização do capitalismo²⁶ (Antunes, 2018; Araujo, 2009; Santos, 2003).

O capitalismo conseguiu, portanto, a sua perpetuação no tempo e no espaço, enquanto um sistema orgânico, graças a este dinamismo que caracteriza a sua processualidade. O foco tem sido direcionar os esforços para se obter a reprodução do capital em detrimento de quaisquer valores humanos. Desta forma, a internacionalização econômica é utilizada nesta busca pela manutenção

²⁴ O processo de reestruturação produtiva será analisado no Capítulo 3, no qual a discussão é direcionada para as transformações no mundo do trabalho contemporâneo.

²⁵ Estas características serão exploradas no Capítulo 3 e no Capítulo 4, sendo este construído com as informações provenientes da coleta e análise dos dados.

²⁶ Discutidas no próximo capítulo, a flexibilização do trabalho e a reestruturação produtiva remetem às transformações no mundo do trabalho, tendo em vista a reprodução ampliada do capital no contexto de desenvolvimento tecnológico crescente.

do capitalismo enquanto sistema legítimo e em constante crescimento.

A busca pela mundialização tem incluído ações e processos que afetaram decisivamente o mundo do trabalho por meio das transformações e adaptações que atingiram a classe trabalhadora. De fato, a informatização da sociedade como um todo e, sobretudo em relação ao trabalho, tem gerado consequências importantes para os trabalhadores submetidos à precarização do trabalho, à flexibilização, à informalização, à terceirização, à subcontratação e à intermitência. Dentre as diversas formas assumidas pelo trabalho nestes novos moldes, o ciberproletariado surge como um sujeito que vivencia tais formas de trabalho no contexto da globalização (França, 2019; Araújo, França, Lucena; 2018; Previtalli, Fagiani; 2015; Antunes, 2011).

Como consequências para os trabalhadores, vemos: as interferências no ritmo de trabalho e na produtividade resultante das jornadas de trabalho, em um processo que tem gerado adoecimento, sofrimento físico e psíquico; doenças ocupacionais; e acidentes causados pelas condições de trabalho impostas. Acrescentam-se a esses elementos o incentivo a um crescente processo de individualização e de fragilização dos laços de solidariedade. Sob estes moldes, muitos destes profissionais foram colocados em uma condição de rotatividade, descartabilidade, competição e isolamento em trabalhos cada vez mais incertos, intermitentes, parciais e precários (Santos; França, 2019; Antunes, 2011; 2018; 2019).

Além disso, na sociedade do conhecimento, valores como competição, formação básica e competências ligadas à inserção social do indivíduo são apresentados como essenciais. Há, ainda, uma concepção de educação como ferramenta utilizada para atender, ideologicamente, aos interesses dos setores dominantes, ou seja, definida em consonância com a racionalidade neoliberal.

Neste escopo, teorias do capital humano ganham centralidade na educação, constituindo tendências ligadas a uma formação que atenderia aos interesses do capital, ou seja, à produção de mercadorias. De igual maneira, os indivíduos são incentivados a ter uma formação mínima e suficiente, composta por saberes específicos, para colaborar com a lógica do sistema, em uma perspectiva que tem ganhado adeptos entre gestores e administradores das empresas capitalistas (Laval, 2019; Cury, 2017). Dessa forma, a educação tem sido instrumento de controle e legitimação da dominação, pautada na busca pela formação profissional e prática que atenda às necessidades produtivas e ao manuseio das tecnologias empregadas.

Portanto, como ferramentas que podem contribuir para o poder econômico dominante, as

tecnologias digitais foram concebidas como mecanismos de se propiciar a elevação da produtividade, do consumo e dos lucros na sociedade da informação e do conhecimento. Para isso, no contexto da globalização, foram desenvolvidos instrumentos e aplicações tecnológicas para propiciar a reprodução ampliada do capital, permitindo que a internet, a economia do compartilhamento e o uso dos aplicativos para celulares, como veículos viabilizadores da economia, passem a compor esta conjuntura, como será apontado a seguir.

2.3 A internet, as tecnologias dos aparelhos celulares e as novas sociabilidades na sociedade contemporânea

Como parte dos efeitos da globalização, as tecnologias digitais foram desenvolvidas e aprimoradas tendo como fator impulsionador, em nível transnacional, a busca pela reprodução ampliada de capital. Apropriando-se da internet como meio fundamental de se realizar a comunicação e a disseminação da informação, delineia-se uma sociedade interconectada que alterou a produção, a cultura e a política mundial.

A internet foi criada nos anos de 1960, com a finalidade de se criar sistemas de defesa nos Estados Unidos, sendo posteriormente aperfeiçoada, até atingir uma propagação mundial a partir dos anos 1990. Iniciou-se como parte de um projeto nomeado de ARPANET, no qual se almejava criar uma rede de comunicações para a comunidade acadêmica e militar objetivando a defesa de ameaças nucleares. Verifica-se que, neste primeiro momento, houve uma utilização privada das redes configuradas em computadores de grande porte. Estes eram programados, principalmente, para a troca de mensagens e de arquivos. Após esta fase inicial, houve interesse em torno da sua abertura para a utilização pública, por meio da qual linhas discadas e provedores de acesso proporcionariam conexões com o uso de computadores pessoais. Surgem as ideias de páginas *on-line*, sítios e hipertextos conectados com a utilização de *hiperlinks*. Estes elementos geraram a estrutura inicial da navegação virtual que se conhece atualmente (Lins, 2013).

O desenvolvimento tecnológico prossegue, nos anos subsequentes, de modo a dar condições de aperfeiçoamento do sistema e possibilitar acessos cada vez mais aprimorados com o uso da banda larga, as velocidades de conexão mais altas, a ampliação de conteúdos audiovisuais, dentre outros. Em relação ao Brasil, esta instituição das redes ocorreu de forma mais tardia, já no fim da

década de 1980. Neste sentido:

Em 1989, a Internet brasileira começa a ser implantada como uma infraestrutura de comunicação para fins acadêmicos. O backbone²⁷ da rede, que recebeu o nome de Rede Nacional de Pesquisas – RNP, foi complementado com redes estaduais, custeadas com recursos das fundações estaduais de amparo à pesquisa. A rede cresceu rapidamente. Em 1996, já contava com 7.500 domínios. Em 2000, com 170 mil. Em 2006, um milhão. Em 2014, três milhões e meio (Lins, 2013, p. 22).

Os computadores foram disseminados como objetos essenciais nos lares, utilizados como mecanismos de se estabelecer a comunicação, meios de proporcionar lazer, ferramentas para viabilizar formação educacional, a organização do tempo, os cuidados pessoais, dentre outros. Isso passou a ser realizado nas mais diversas partes do globo com rapidez e eficiência, mas tão somente para aqueles que tiveram acesso a esses aparelhos tecnológicos, haja vista que a sociedade é marcada pelas desigualdades sociais. Em relação à economia, processos laborais foram bastante modificados, constituindo novas possibilidades de produzir, organizar o trabalho, realizar as compras e as vendas, bem como a divulgação e o consumo das mercadorias.

A partir da constituição de novas possibilidades de comunicar, interagir e produzir mediadas pelos computadores, a cultura tem se alterado significativamente, em um processo no qual são modificadas as relações sociais, nas quais a presença física é substituída pela virtualidade, pelo imediatismo e por uma dinamicidade maior. Formou-se uma realidade totalmente distinta da precedente: uma nova realidade na qual tecnologias tradicionais proporcionavam relações sociais mais localizadas e limitadas no tempo e no espaço. Constituiu-se, portanto, uma cultura da internet apresentada, ideologicamente, como uma forma de melhorar as vivências da população. Entretanto, vários fatores associados ao capital precisam ser considerados, já que se trata de uma cultura desenvolvida no sistema capitalista e influenciada por suas contradições, interesses e lógica.

Segundo Alves (2007), mediante esta revolução das redes informacionais, as tecnologias proporcionaram a expansão de uma nova estrutura social chamada de ciberespaço, no qual a mercadoria-informação se tornou alvo dos interesses capitalistas. Conforme descreve o autor,

²⁷ “Backbone (‘espinha dorsal’ ou ‘rede de transporte’, em português) é uma rede principal por onde os dados dos clientes da internet trafegam. Ele controla o esquema de ligações centrais de um sistema mais abrangente com elevado desempenho. O backbone é o responsável pelo envio e recebimento dos dados entre diferentes localidades, dentro ou fora de um país. Essa grande espinha dorsal é dividida em partes menores com a finalidade de impedir que o tráfego e a transmissão de dados sejam lentos. No entanto, por continuar a ser a rede principal, o backbone faz a conexão de todas as redes menores, sendo possível, então, acessar qualquer rede por meio dele”. Disponível em: <https://canaltech.com.br/telecom/o-que-e-backbone/>.

O *ciberespaço* constitui as infovias hipervirtuais permeadas de “pedágios” do capital que impõe sua lógica da escassez à nova forma material. Como destacamos acima, instaura-se um novo complexo de contradições agudas no seio do sistema, pois a informação como substrato da sociabilidade humano-genérica é recalcitrante à forma-valor. A *mercadoria-informação* é a última fronteira da modernização tardia. Surge com o “capitalismo manipulatório” (utilizando a expressão de Lukács) cujo modo de ser manipulatório é constituído por redes de informações linguístico-imagéticas que atingem a subjetividade complexa de homens e mulheres. Elas impregnam o próprio fluxo societal, buscando constituir *consentimentos* e comportamentos pró-ativos e instaurar novas formas fetichizadas de intercambio social. A base técnica da IV Revolução Tecnológica propicia as condições materiais para o desenvolvimento pleno (e tensionado) do capitalismo global (Alves, 2007, p. 57-58, grifos do autor).

De acordo com estes aspectos, a informação tornou-se componente, progressivamente, dos fluxos dos espaços de produção e de reprodução social, passando a fazer parte da produção do capital, tanto nas indústrias quanto no setor de prestação de serviços. O trabalho informacional, neste cenário, constitui-se como uma parte fundamental do processo de produção de mercadorias.

Como parte destas mudanças tecnológicas e informacionais, o desenvolvimento dos aparelhos celulares representou um avanço e uma sofisticação nas possibilidades de comunicação, deixando em segundo plano o uso do telefone fixo. Os primeiros aparelhos foram criados e comercializados pela fabricante Motorola, proporcionando modificações nos padrões da produção e do consumo que caracterizavam o cenário internacional ao proporcionar ligações de longa distância com uso das tecnologias móveis. Ainda com preços elevados para aquisição, a posse de um aparelho celular é, neste momento, um fator de distinção social e econômica para aqueles que podiam adquiri-los (Dutra, 2016).

Entretanto, períodos posteriores demonstraram que a ambição por crescente lucratividade interferiria na busca pela massificação desta tecnologia, formando uma etapa necessária para a ampliação do capitalismo. Para isso, as empresas de telefonia móvel investiram progressivamente em melhorias e no aperfeiçoamento nos dispositivos comercializados, o que levou à criação de uma variedade de aparelhos celulares que passaram a fazer parte das propagandas, das vitrines das lojas e do cotidiano dos consumidores. Esse movimento culminou na criação de tecnologias inovadoras que viriam a modificar, decisivamente, as relações sociais estabelecidas.

Foi assim que, nos anos 2000, os aparelhos celulares tradicionais começaram a ser substituídos pelos chamados *smartphones*. Estes possuíam as características dos telefones móveis comuns, cuja função básica era a de receber e fazer ligações telefônicas, mas também possuíam acesso à internet. Esta união de tecnologias em um único aparelho fez com que fossem estendidas

as suas potencialidades e inspiraram a criação de novos usos e aplicabilidades. Como um caso pioneiro, em 2001, a fabricante Palm criou um aparelho que representou a busca pelo acesso facilitado à internet, somando-se à inserção de recursos para possibilitar a navegação. Outro marco foi o modelo iPhone fabricado pela empresa Apple em 2007, representando um ápice na evolução dos aparelhos celulares ao reunir diversos aplicativos com acesso à internet e com o uso de tecnologias avançadas. Também ganharam destaque as empresas Nokia e Motorola, que estiveram entre aquelas dominantes e que influenciariam o consumo destes objetos mundialmente (Lins, 2013).

O desenvolvimento desses instrumentos tecnológicos foi um marco na história na internet²⁸, que, inicialmente, tinha caráter de uso privado e limitado, passando posteriormente a compor o cotidiano de parte significativa dos indivíduos. Esta propagação ocorreu intencionalmente e de acordo com interesses econômicos em um cenário em que, para Lins (2013),

A Internet deixou de ser uma rede que acessamos para tornar-se uma rede que nos envolve. As aplicações de relacionamento se consolidam, caracterizando as abrangentes redes sociais. A computação em nuvem, com repositórios públicos de informações que independem de um equipamento em particular, garantiu o acesso permanente a dados, em qualquer ponto do mundo e por qualquer mídia. Todo usuário tem a seu dispor formas distintas de buscar seus dados e relacionar-se: o computador, o tablet, o telefone pessoal e a televisão digital. E as usa continuamente, às vezes em paralelo (Lins, 2013, p. 14).

Nota-se que aquilo que antes era destinado a um público elitizado e dotado de poder financeiro passou por uma popularização do acesso, de modo que a posse destes aparelhos representasse alternativas para a comunicação, a educação, a cultura, o trabalho e a economia. Na lógica do sistema capitalista, esses bens passaram a ser utilizados como mecanismos de distinção social, sendo criados inúmeros tipos, marcas e outras possibilidades de se diferenciar os celulares,

²⁸ Como descreve Lins (2013), estágios posteriores de desenvolvimento da internet seriam desenvolvidos com o objetivo de se estabelecer a interação entre os próprios equipamentos, sem a necessidade de interferência humana. Como explica, “[...] uma variedade de produtos é posta no mercado com recurso de acesso a redes locais ou a telefonia celular, tais como automóveis, eletrodomésticos, aparelhos residenciais ou equipamentos fotográficos. Essas conexões podem ser usadas para uma variedade de recursos ou serviços, desde a localização física do produto até o comando remoto de suas operações, a automação residencial, predial ou urbana, a operação coordenada para ganhos de eficiência de energia ou de uso de insumos e assim por diante. Trata-se da Internet das coisas, uma rede à qual se conectam objetos ou equipamentos que não possuem a cara de um computador ou qualquer interface para uma relação homem-máquina” (Lins, 2013, p. 42). Em anos posteriores a esta análise de Lins (2013), verifica-se que o desenvolvimento tecnológico tem sido cada vez mais direcionado para este fenômeno “internet das coisas”, com o desenvolvimento destes aparelhos tecnológicos dotados de autonomia, a ponto de se realizarem algumas ações, tomarem decisões e coletas de dados autonomamente, sem a necessidade de frequente intervenção humana. Neste sentido, tem-se estabelecido formas de controle e de vigilância a partir de sua prévia configuração.

acarretando valores diversos para a sua aquisição e manutenção. O resultado disso foi a desigualdade de acesso a essas tecnologias influenciadas pelo sistema de classes sociais (Dutra, 2016).

Por outro lado, tornou-se interesse do capital que ocorresse esta massificação do acesso aos aparelhos celulares, de maneira que estes passassem a fazer parte da vida dos indivíduos. Grandes impactos podem ser vistos nesta propagação tecnológica, pois seu uso revolucionou as formas de agir, de pensar, de estar e de consumir em escala planetária, complementando e coexistindo com as formas de interação e aplicabilidades viabilizadas pelos computadores. A complexidade dessas mudanças tem atingido o cenário global de modo intencional e independente do desejo dos indivíduos. Em favor dos interesses econômicos envolvidos, empresas multinacionais têm ganhado espaço ao se tornarem em grandes corporações que conquistaram destaque no cenário internacional. Estas empresas têm realizado práticas decisivas para os rumos da sociedade, ditando os comportamentos e perspectivas que a compõem, como é o caso da Google, da Amazon e da Apple (Slee, 2017).

Por conseguinte, esta utilização maciça da internet alcançou também aparelhos televisores e outros equipamentos, como é o caso das *smart TVs* e dos *tablets*, demonstrando a mobilização dos empresários globais para ampliar a repercussão dos serviços e dos aplicativos desenvolvidos. Com essa disseminação de produtos tecnológicos, serviços e marcas a eles associadas, esses objetos passaram a compor o cotidiano humano nas mais diversas esferas sociais. Várias funções foram oferecidas como mecanismos de auxiliar na organização do tempo e da rotina, na prática de *hobbies* e de esportes, no lazer e na diversão, no incentivo à saúde física e mental, nos estudos e na formação educacional, no controle financeiro, na disseminação de notícias, dentre outros.

A título de exemplo, a comunicação audiovisual, em pares e em grupos, vem sendo realizada a partir de aplicativos compostos por tecnologias de acesso, sejam estes gratuitos ou pagos, mas que são apresentados aos consumidores como funcionais e com utilidade para as suas necessidades.

Para que se atinja este objetivo, são continuamente melhorados e adaptados de maneira suprimir erros de configuração e de acessos e implementar aperfeiçoamentos com base na avaliação dos usuários e na popularidade alcançada. São, de mais a mais, mercadorias virtuais que compõem as relações produtivas da sociedade da informação e do conhecimento.

Desta maneira, tem se constituído a dinâmica econômica que descreve a atualidade na qual

as relações sociais se caracterizam, cada vez mais, pela intangibilidade, complementando a produção material inerente ao capitalismo. Como descreve Dowbor (2020):

[...] enquanto a própria produção de bens materiais é cada vez mais densa em tecnologia, o conjunto do processo, o financiamento, a comercialização e a distribuição, além dos controles e da gestão, passam a ser essencialmente intangíveis. O intangível, por sua vez, pelo fato de poder utilizar sinais magnéticos, *softwares*, algoritmos e inteligência artificial, passa a reger por outra lógica econômica, torna-se reproduzível e comunicável de maneira ilimitada (Dowbor, 2020, p. 177).

Com base nesses pressupostos, as redes sociais surgiram como maneiras de incentivar essa nova sociabilidade constituída a partir da relação mediada pelas tecnologias. As pessoas passaram, então, a se comunicar por aplicativos e programas de internet com o intuito de protagonizar e divulgar perfis. Nestes perfis, os indivíduos podem se apresentar a outros a partir de fotos, vídeos e textos. Formou-se um sistema no qual a virtualidade das relações e a interatividade passaram a fazer parte das práticas rotineiras.

Ideologicamente, neste momento, existem interesses dominantes que disseminam discursos de igualdade de participação na “era tecnológica”, inculcando nos indivíduos sua suposta difusão para todas as classes sociais. Entretanto, a sociedade tecnológica ainda se caracteriza pela exclusão digital e tem sido marcada por contradições e por desigualdades sociais, de modo que muitas pessoas ainda são privadas do acesso aos bens desenvolvidos. Diferentemente do que apontam as visões romantizadas e superficiais, o mero acesso aos instrumentos tecnológicos não proporciona, de fato, a inclusão social, pois esta depende de fatores mais complexos e ligados à estrutura econômica vigente, tais como a posição no sistema de classes sociais, a educação, o letramento e o domínio da leitura e da escrita (Vieira; França, 2019).

Desta maneira, o capitalismo global aliou práticas inclusivas e excludentes com base nos objetivos das empresas multinacionais que detém o poder mundialmente. Grande parte dos indivíduos tem sido obrigada a se adequar para ser “incluída” de alguma forma nessas novas relações sociais. Logo:

Os papéis dos sujeitos econômicos mudam. O que nos conecta ao sistema é hoje muito menos a troca entre produtores, de um lado, e consumidores, do outro, numa transação que envolve bens e serviços concretos, e muito mais o fluxo virtual de intangíveis. Passamos a nos conectar através de plataformas e temos de participar das plataformas que os outros usam, pois de outro modo ficamos isolados e sem poder alcançá-los. Preciso comunicar no WhatsApp porque todos se comunicam por esse sistema, preciso escrever no Word da Microsoft e assim por diante. É o

chamado monopólio por demanda, temos de utilizar o que os outros usam, e isso permite aos que controlam a plataforma cobrar de maneira desproporcional pela contribuição. A apropriação privada da comunicação entre as pessoas, apoiada nas plataformas planetárias e na informação detalhada sobre os nossos gostos, relações, pensamentos, doenças e tantos outros detalhes, gera uma nova relação entre os sujeitos do processo econômico (Dowbor, 2020, p. 75-76).

Segundo esta análise, a busca pela massificação das tecnologias digitais tem sido permeada por contradições, já que esta não se realiza em uma sociedade igualitária e sim em uma sociedade capitalista, que tem sua lógica e seus valores aprimorados cada vez mais em favor dos interesses de classe. Nestes, permanece a busca pela ampliação dos lucros, incluindo a necessidade de exploração da mão de obra, o incentivo ao consumismo em massa e a alienação dos indivíduos, sejam eles trabalhadores ou consumidores dos produtos e serviços tecnológicos.

Acrescenta-se a esses fatores o controle da informação como um dos mecanismos associados ao poder econômico instituído. Como esclarece Dowbor (2020):

Com o conhecimento se tornando o principal fator de produção, com a determinação efetiva do valor cada vez mais fluida, com os mecanismos modernos de controle da propriedade intelectual, com o gigantismo das plataformas de acesso e com a apropriação do excedente social por meio de dinheiro virtual – apenas sinais magnéticos de acumulação ilimitada –, estamos claramente deslocando a estrutura do que chamamos de capitalismo. Em particular, um capitalismo que não só é concentrador, como vimos, mas que também trava os potenciais de expansão da riqueza social (Dowbor, 2020, p. 77).

Zuboff (2019) analisa as aplicações dessas tecnologias e aponta a configuração de uma nova forma de dominação como intrínseca à denominada sociedade em rede. Com a difusão das novas sociabilidades intermediadas pelo uso das tecnologias digitais avançadas, um capitalismo de vigilância tem ganhado espaço e se fortalece, possuindo como protagonistas os empresários e gestores das grandes empresas multinacionais. Neste cenário, a empresa Google pode ser considerada pioneira neste tipo de prática, que também foi identificada nas ações realizadas por corporações como o Facebook, a Microsoft, a Amazon e a Apple. Estas têm sido consideradas como as principais empresas da internet da atualidade que têm atuado em conformidade com o capitalismo de vigilância. Para o teórico,

[...] a dinâmica competitiva desses novos mercados leva os capitalistas de vigilância a adquirir fontes cada vez mais preditivas de superávit comportamental: nossas vozes, personalidades e emoções. Os capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebanhar comportamento em busca de

resultados lucrativos. Pressões de natureza competitiva provocaram a mudança, na qual processos de máquina automatizados não só *conhecem* nosso comportamento, como também *moldam* nosso comportamento em escala. Com tal reorientação transformando conhecimento em poder, não basta mais automatizar o fluxo de informação sobre nós; a meta agora é nos *automatizar*. Nessa fase da evolução do capitalismo de vigilância, os meios de produção estão subordinados a “meios de modificação comportamental” cada vez mais complexos e abrangentes. Dessa maneira, o capitalismo de vigilância gera uma nova espécie de poder que chamo de *instrumentarismo*. O poder instrumentário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros. Em vez de armamentos e exércitos, ele faz valer sua vontade através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua composta de dispositivos, coisas e espaços “inteligentes” conectados em rede (Zuboff, 2019, p. 23, grifos do autor).

Com base neste capitalismo de vigilância, cotidianamente, dados dos usuários estão sendo coletados a partir das tecnologias digitais utilizadas em todo o globo. As ações do mercado são arquitetadas, aperfeiçoadas e direcionadas conforme estas informações provenientes dos conteúdos dos acessos na internet, dos perfis criados e mantidos nas redes sociais, dos comportamentos dos consumidores, dentre outros. Com o uso das plataformas digitais, dos aplicativos e se baseando nos algoritmos característicos destes sistemas, as empresas atuam de modo que não haja impedimentos jurídicos (Zuboff, 2019).

Para Grohmann (2020), esses algoritmos também constituem importantes meios de se gerenciar e controlar o trabalho. Estes podem ser definidos como unidades básicas da computação que formam um “conjunto automatizado de instruções”, com a finalidade de se apropriar de dados para obter determinados resultados. Neste processo de extração de informações, verificam-se interesses e intencionalidades que podem ser identificados na programação destas funções que passaram a ser características da internet e da plataformização das relações sociais. Como explica o autor,

Os algoritmos são produzidos, como qualquer tecnologia, a partir de trabalho humano, por exemplo, em empresas de tecnologia, mas, ao mesmo tempo, também são resultado das interações das pessoas comuns com esses algoritmos. [...] essas mediações algorítmicas não são construídas no vazio ou de maneira neutra – como um imaginário algoritmo de neutralidade e objetividade faz querer crer. Há uma política de algoritmos, que possui um papel nos processos de ordenamento social relacionado a contextos culturais, ideológicos e financeiros. Os algoritmos são produzidos socialmente a partir de determinados lugares e somente visibilizam algumas perspectivas em detrimento de outras (Grohmann, 2020, p. 97).

Estas práticas, realizadas a partir da configuração algorítmica, têm sido efetivadas de modo

a legitimizar a condição de superioridade destas corporações, definir caminhos e investimentos futuros, além de influenciar o consumo e as concepções disseminadas socialmente. Extraem-se valores e recursos como parte do capitalismo, de maneira a se efetuar uma acumulação de dados complementarmente à acumulação financeira. Ressalta-se que esta coleta de informações é executada sem a devida autorização dos indivíduos envolvidos, tais como os consumidores e os prestadores de serviços envolvidos. Este gerenciamento algorítmico compõe o capitalismo de vigilância no qual os dados coletados são administrados de maneira interessada e guiam os caminhos e as decisões por parte das empresas, materializados nas respectivas configurações dos aplicativos e das plataformas digitais.

Tudo isso se dá de modo a garantir a reprodução ampliada de capitais das classes dominantes, impulsionada pela globalização e pela busca por se garantir o poder e hegemonia no tempo e no espaço (Ciclo de Debates, 2021; Grohmann, 2020; Zuboff, 2019).

Desse modo, se, por um lado, o capitalismo ainda é caracterizado pelas desigualdades sociais, por outro, um mínimo acesso às tecnologias (ou o acesso precário a estas) tem se tornado um elemento funcional para o prosseguimento do sistema. É a realidade contraditória que se apresenta nas diversas formas de utilização dos aparelhos tecnológicos, dos serviços disponibilizados e as suas aplicações. Estas formas de utilização variam conforme a classe social e os interesses das corporações e das empresas multinacionais que definem, em escala planetária, comportamentos de coletividades de usuários e consumidores.

Através destas formas assumidas pelas plataformas digitais, tornaram-se populares e conhecidos a economia do compartilhamento e os aplicativos associados ao trabalho digital. Como uma de suas manifestações, as ações da empresa Uber têm ganhado destaque enquanto práticas que associam o uso das tecnologias ao trabalho delineado na contemporaneidade, utilizando a justificativa de realizar a conexão entre os indivíduos a partir de um suposto interesse em se realizar ações de compartilhamento e de cooperação, como será descrito no próximo tópico.

2.4 A economia do compartilhamento, as tecnologias digitais e o aplicativo da empresa Uber

O termo “economia compartilhada” remete a práticas comunitárias que marcam as relações

sociais em contextos precedentes ao desenvolvimento das tecnologias digitais, como é o caso de se emprestar ou realizar consertos de objetos, ofertar serviços, colaborações e favores. Tradicionalmente, essas realizações traziam à tona comportamentos marcados pela solidariedade e altruísmo ao se compartilhar bens e serviços entre pessoas próximas, em uma economia colaborativa. Esta formava práticas históricas ligadas à autopreservação de famílias em ações coletivas que descreviam o cotidiano social de sociedades pré-letradas. Ao longo dos tempos, as relações humanas foram caracterizadas por interações associadas ao compartilhamento, à cooperação e à alteridade em possibilidades de trocas sem ganhos financeiros (Gerhard; Silva Junior; Câmara; 2019).

No contexto da globalização e do crescente desenvolvimento tecnológico e informacional, esta denominação ainda tem sido empregada mantendo este pretexto de se aproximar e realizar o “compartilhamento”, mas sob novos moldes, ligados aos interesses capitalistas delineados ao longo dos séculos. Como explica Sundararajan (2018),

As tecnologias digitais da atualidade estão nos levando a comportamentos familiares, como compartilhamento, emprego autônomo e formas de trocas dentro das comunidades que já haviam existido no passado. Tal aspecto sem ineditismo, tanto na natureza das atividades quanto na forma de trabalho, é importante porque o formato aprimorado de algo que já nos é familiar ganhará adoção generalizada muito mais rapidamente, além de ter um impacto econômico muito maior, do que experiências de consumo ou modelos de emprego completamente inéditos (Sundararajan, 2018, p. 27).

Advindos da globalização e do desenvolvimento científico e tecnológico, surgiram negócios e/ou movimentos sociais que utilizam a internet para a comunicação sobre o consumo de produtos e a utilização de serviços relacionados ao mundo físico. É nesse cenário que se constitui um tipo novo de economia do compartilhamento proveniente das complexidades e transformações ocasionadas pela globalização, como um suposto mecanismo de se interligar os indivíduos cooperativamente e com base em laços de solidariedade mútua. Esta ideia ganhou visibilidade maior entre os anos de 2013 e 2014, com o incentivo de se realizar trocas informais entre as pessoas em processos de interação social (Slee, 2017).

A economia do compartilhamento contemporânea pôde se desenvolver a partir de alguns pressupostos definidos a partir da criação e da disseminação das TDIC, como é o caso da massificação dos *smartphones*, a expansão do acesso à internet e a configuração de sistemas de confiança, que têm ganhado cada vez mais espaço e legitimidade, para proporcionar interação entre

os indivíduos (Sundararajan, 2018).

A partir desta estrutura social, *sites*, redes sociais e aplicativos ganharam popularidade com uma utilização crescente entre os indivíduos, de modo a fazerem parte do seu cotidiano, seja para lazer, trabalho, educação, cuidados pessoais, dentre outros. Além de constituir mecanismos de criação, divulgação e reprodução de informações sobre os mais diversos assuntos e objetivos, tornou-se possível o contato entre pessoas desconhecidas fisicamente, que tem, cada vez mais, relacionado com a intermediação dos recursos tecnológicos ligados à internet. Fortaleceram práticas comerciais, educacionais e laborais, que puderam se utilizar dessas novas possibilidades de interação social, dentre elas, aquelas ligadas à economia.

A economia do compartilhamento que caracteriza a atualidade tem ganhado popularidade impulsionada pelos interesses econômicos e ações de *marketing* que objetivam intervenções associadas à busca por vínculos mais próximos e comunitários, permeados pelas relações de troca. Contraditoriamente, são estas trocas econômicas que gerariam uma suposta colaboração e compartilhamento de espaços, bens, alimentos e serviços. Nestes moldes, o compartilhamento continua sendo o elemento essencial, porém referindo-se a uma prática que ocasiona ou estimula ações comerciais (Sundararajan, 2018).

Ao ganhar tais contornos, houve um distanciamento daquele “capitalismo impessoal e despersonalizado” que caracterizou o século XX e o delineamento de tipos híbridos de economias nas quais as diferenciações entre economias comerciais e economias compartilhadas têm sido cada vez mais imperceptíveis. As trocas capitalistas têm passado por alterações decisivas, em uma busca por se inserir práticas ou argumentos ligados às “economias de dom” em um sistema “ineficientemente impessoal e comercial”, conforme argumenta Sundararajan (2018).

De acordo com essa perspectiva, as economias de dom se opõem às economias de mercado, sendo que estas funcionam basicamente pra a obtenção de lucros e trocas comerciais. Já as economias de dom remeteriam às práticas não comerciais voltadas para as trocas ou prestação de serviços “desinteressados”, marcados pela solidariedade e pela geração de valor social. Ou seja, constituiriam uma economia do compartilhamento em seu sentido puro e ideal. O autor argumenta, ainda, que, dependendo da definição e dos objetivos propostos, há plataformas de serviços que se aproximam ou que se distanciam dos conceitos de economia de dom ou de economia de mercado.

Portanto, a utilização do termo “economia do compartilhamento” precisa passar por uma reflexão, haja vista que a própria noção de compartilhamento sugere trocas sem a utilização de

recursos monetários, conceito que não se aplica ao caso em tela, do trabalho uberizado, envolvendo os motoristas de aplicativo da empresa Uber. Há um debate em torno do termo “economia do compartilhamento”, também denominado, segundo Slee (2017), de “consumo colaborativo” (*collaborative consumption*), “economia em rede” (*mesh economy*), “plataformas-igual-para-igual” (*peer-to-peer platforms*), “economia dos bicos” (*gig economy*), “economia da viração”, “serviços de *concierge*” e “economia sob demanda” (*on-demand economy*) etc. Dentre estes, o termo *gig economy* também tem se referido a estas novas práticas realizadas no mundo do trabalho em formas instáveis e precárias²⁹. Ainda assim, esclarece o autor, há uma preferência em se utilizar esta denominação por identificar um fenômeno em curso e conhecido para caracterizar as relações sociais contemporâneas.

Sundararajan (2018) também reforçou esta pluralidade de denominações apontadas anteriormente e a inexistência de consenso sobre a definição da economia do compartilhamento. Para ele, é imprescindível entender o viés capitalista que cerceia estas práticas: a economia compartilhada constitui um sistema econômico caracterizado pelo foco no mercado, no qual se criam possibilidades de trocas dos bens e serviços. Isto remete, claramente, às atividades econômicas nas quais se formam capitais de alto impacto e geradores de mecanismos de incorporação de bens e habilidades comercializadas. Nesta dinâmica, as redes de multidão substituem as instituições e hierarquias centralizadas que prevaleciam anteriormente.

A economia do compartilhamento tem sido caracterizada pela generalização do acesso que tem como elemento fundamental as trocas econômicas e a elevação dos lucros e não a produção de valor social como fator primordial e, nestes sentidos, os componentes do mercado e da economia prevalecem (Gerhard; Silva Junior; Câmara, 2019). Apesar desses fatores elencados, estas “trocas” são apresentadas à população em geral como parte de uma postura cooperativa e comunitária. Com o uso da internet como mecanismo essencial de interligação entre os indivíduos, incentivou-se o fornecimento de serviços domésticos, de empréstimos de ferramentas, de caronas e transportes de pessoas, de locação de hospedagens, dentre outros. Mediante a conectividade estabelecida, essas iniciativas supostamente colaborativas, mediadas pelos aplicativos de celulares, justificaram o “compartilhamento” de carros nas garagens de edifícios, de bicicletas elétricas, a locação de imóveis, os serviços de identificação de vagas para estacionamento, dentre outros (Dowbor, 2020).

Houve a propagação da ideia de ações compartilhadas pautadas na sustentabilidade, na

reutilização e na partilha de objetos, na redução do consumo compulsivo e na aproximação daqueles que estivessem com uso dos respectivos aplicativos relacionados à oferta destes serviços. Aliada a isso, a possibilidade de proporcionar aos indivíduos certo protagonismo e ação representou um aspecto significativo e que tem motivado a sua utilização. Há discursos que advogam uma liberdade e autonomia maior de ação para aqueles que participam das atividades realizadas, mas, como alerta Dowbor (2020):

Na era da conectividade planetária por meio da internet, dos smartphones e de outros instrumentos de estocagem, gestão e transmissão de conhecimento, a própria lógica do capitalismo se desloca. A base técnica transformada gera, por sua vez, um conjunto de relações sociais de produção que atingem tanto o mundo do trabalho – com uma nova hierarquização, outros vínculos profissionais e formas de exploração – como o mundo corporativo, com as gigantescas plataformas nas quais estamos todos condenados a navegar. Em particular, a própria desmaterialização do dinheiro e sua volatilidade no espaço virtual deslocaram e ampliaram profundamente as formas de extração da mais-valia. A base organizacional do capitalismo muda em profundidade. Mas mudam igualmente as formas de poder e as ideologias de dominação, as chamadas superestruturas do sistema (Dowbor, 2020, p. 81-82).

Portanto, a economia do compartilhamento tem sido caracterizada pela disseminação de um livre mercado marcado pela desregulamentação em espaços e ações antes cobertos pela legislação vigente. Aparentemente, as relações sociais construídas sugeririam o compartilhamento ou trocas de bens, mas apontam para uma economia que está inserida na lógica econômica já preestabelecida e que se fortalece com a conquista de adeptos para trabalhar em favor dos ganhos milionários dos investidores do mundo dos negócios global (Slee, 2017).

Como apontado por Grohmann (2020), a estrutura tecnológica proporcionada pelas plataformas digitais tem viabilizado esta interação entre os indivíduos, interação essa que tem se constituído enquanto meio de comunicação mas também como meio de produção e de trabalho. Diversas plataformas foram criadas e programadas de modo a atuar em conformidade com os interesses dominantes, em uma dinâmica em que:

As plataformas – em seus mais variados tipos – são, por um lado, a concretização da acumulação e extração de valor a partir dos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas; por outro, significam sua face mais visível (ou interface amigável), infiltrando-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados e causando dependência de suas infraestruturas na web e com diversos setores da sociedade. [...] As plataformas atuam como processos de produção em meio à circulação do capital e, como meio de comunicação, contribuem para a aceleração dessa circulação, diminuindo o tempo de rotação,

reduzindo o tempo morto e acelerando a produção e consumo (Grohmann, 2020, p. 95-96).

A relação entre as empresas-aplicativo e os trabalhadores, realizada a partir destas plataformas digitais, tem exposto uma nova maneira de se controlar e de gerenciar o trabalho. É deste modo que, contraditoriamente, ao invés de promover o prometido crescimento econômico dos indivíduos, novas formas de dominação dos trabalhadores têm sido criadas por trás dessas práticas supostamente mais livres e autônomas, propiciadas pela economia do compartilhamento. As plataformas digitais têm, neste sentido, gerado uma reconfiguração do trabalho a partir da exploração e da informalização crescentes (Abílio, 2020a; Abílio *et al.*, 2020).

Mobilizadas por grandes empresas e interesses globais, muitos destes negócios plataformizados surgiram no Vale do Silício, nos Estados Unidos, local em que grandes corporações se encontram localizadas e realizam atividades que interferem na vida de multidões de indivíduos. Entre estas empresas, destacam-se a Google, a Apple, o Facebook, a Microsoft, a Netflix, o Twitter, a Intel, e o LinkedIn (Slee, 2017).

A economia do compartilhamento, propagada nas ações e nos discursos de muitas destas corporações, tem implementado práticas laborais em que as fronteiras entre a vida pessoal e a vida profissional são praticamente inexistentes ou imperceptíveis. Neste aspecto, atividades próximas entre os indivíduos, também conhecidas pelo termo *peer-to-peer* (pessoa para pessoa), marcam os serviços prestados e a oferta da mão de obra utilizada. Destaca-se, também, a definição rasa das fronteiras entre o emprego pleno e casual, em uma realidade na qual os empregos em tempo integral têm sido substituídos por contratos de prestação de serviços (Sundararajan, 2018).

Houve, desta maneira, a criação de ocupações pautadas em condições precárias e que não têm promovido a propaganda cooperação, solidariedade, altruísmo, independência e autonomia. Para fortalecer estas possibilidades de atuação econômica e conseguir aliados entre os próprios prestadores de serviços, foram disseminados discursos ideológicos, como explica Slee (2017):

A Economia do Compartilhamento promete ajudar prioritariamente indivíduos vulneráveis a tomar controle de suas vidas tornando-os microempresários. Podemos nos autogerenciar, entrando e saindo deste modelo flexível de trabalho, montando nosso negócio na internet; podemos nos tornar anfitriões no Airbnb, motoristas do Lyft, um trabalhador manual para o Handy ou um investidor altruísta emprestando dinheiro no Lending club (Slee, 2017, p. 22).

Sob tais aspectos, Slee (2017) descreve a atuação de diversas empresas que ganharam

destaque como praticantes da economia do compartilhamento. Um dos exemplos analisados pelo autor é o caso da Airbnb, que foi criada com a finalidade de solucionar problemas ligados ao elevado valor dos aluguéis, ofertando outras possibilidades com valores mais acessíveis e facilitados. Mediados pela plataforma digital, houve a justificativa de proporcionar a complementação de renda de pessoas que disponibilizassem seus imóveis para locação, de forma desregulamentada e sem o pagamento de impostos.

Como prossegue o autor, entre diversos exemplos, a empresa Taskrabbit representou um caso no qual se oferta a prestação de serviços e a realização de tarefas domésticas, possuindo o lema “vizinhos ajudando vizinhos”. Já a Homejoy se diferenciou na utilização de uma mão de obra de *freelancers* para o fornecimento de serviços de limpeza sem vínculo trabalhista. Além de colocar os trabalhadores na condição de “disponíveis a um trabalho futuro”, estes eram submetidos a sistemas de vigilância que garantiriam o padrão de oferta de prestação de serviços.

Logo, essas ações têm sido viabilizadas pela busca pelo dinheiro e pela remuneração, e não por práticas pautadas meramente em alguma forma de altruísmo, cooperação e produção de valor social. Baseando-se na utilização de recursos tecnológicos digitais, tem ocorrido a oferta, aperfeiçoamento e expansão de um suposto compartilhamento em negócios atuantes internacionalmente, mediados pelas TDIC. Essas contradições entre o significado do termo “economia do compartilhamento” e o que, de fato, tem ocorrido estão ligadas aos mecanismos de se ganhar legitimidade entre a população, ao se basear em termos já conhecidos e aceitáveis como práticas humanas mais próximas e solidárias.

Atualmente, as TDIC têm proporcionado essas trocas comerciais para além das comunidades próximas, levando a uma expansão a partir da constituição de um mercado digital que caracteriza o que Sundararajan (2018) denomina de “capitalismo de multidão”. Logo, cada uma, a seu modo, essas intervenções ligadas à economia do compartilhamento desafiaram as regras nacionais, em uma realidade na qual “[...] o problema são as companhias em si, e os grandes interesses financeiros que se valem dessas companhias para promover uma ampla agenda de desregulação em busca de riqueza privada” (Slee, 2017, p. 28).

Como parte deste cenário e objeto de investigação desta tese, a empresa Uber³⁰ tem representado um caso pioneiro e de repercussão internacional, sendo relacionada à economia do

³⁰ Introdutoriamente abordado neste capítulo, compondo a descrição da disseminação das tecnologias na sociedade atual, a empresa Uber será analisada no Capítulo 3, a partir da análise da conexão dos motoristas de aplicativo com o trabalho digital, a informalização e a precarização que caracteriza o mundo do trabalho na contemporaneidade.

compartilhamento delineada segundo os interesses do capitalismo global. Caracterizada pela realização de transporte de passageiros através de uma plataforma digital que conecta a empresa, o consumidor e o prestador de serviços, a Uber foi fundada no ano de 2008, a partir da criação e implementação de um aplicativo de celular criado por Travis Kalanick e Garrett Camp, no qual se buscava solucionar e facilitar a mobilidade individual nas ruas de São Francisco, nos Estados Unidos. Dessa maneira,

[...] no contexto de aplicativos de smartphones de amplo acesso à população e de organizações ingressantes no sistema de *crowdwork*, a empresa Uber surge nos Estados Unidos da América (EUA), na cidade de São Francisco, em 2008. A ideia por trás da Uber parece ser bem simples: nas cidades, há pessoas que têm tempo disponível para trabalhar como motorista freelance (seja porque estão desempregadas, seja porque querem complementar sua renda para além da ocupação principal) e há passageiros em potencial. Quem precisa se deslocar pela cidade analisa as opções disponíveis. Escolhendo o serviço da Uber, com poucos toques no smartphone o motorista surge e deixa o solicitante no destino ordenado. O pagamento é abatido no cartão de crédito cadastrado pelo cliente e o motorista recebe o valor já com o desconto percentual do Uber (Franco; Ferraz, 2019, p. 849).

A empresa ganhou espaço internacionalmente nos anos posteriores, havendo a disseminação de sua marca, e sua utilização alcançou 156 países no ano de 2017 e 5 bilhões de viagens. A empresa afirma, em seu *website*³¹, que sua missão “abrir oportunidades para milhões de motoristas parceiros e usuários em todo o mundo. A ideia continua sendo levar as pessoas de um lugar a outro, mas com um novo propósito, foco no cliente e identidade global” (Uber, n.d., s.p.) Neste aspecto, nota-se a apresentação de justificativas para suprir os problemas e as carências ligadas à mobilidade urbana, com condições atrativas para os consumidores, como descrevem Franco e Ferraz (2019):

A Uber desenvolveu uma plataforma digital disponível para smartphones que conecta os clientes aos prestadores de serviços. A empresa atua na promoção de atividades de transporte urbano e difere dos demais concorrentes do segmento por meio de elementos como: preço mais acessível em relação aos táxis convencionais; vinculação do percurso ao trajeto indicado no GPS da telefonia móvel; maior capacidade de controle sobre o prestador de serviço; e pagamento do serviço de transporte diretamente lançado no cartão de crédito do passageiro (Franco; Ferraz, 2019, p. 02).

No ano de 2018, em um processo de crescimento elevado e contínuo, a Uber estava presente

³¹ Mais informações sobre o *site* da empresa Uber estão no seguinte endereço eletrônico: <https://www.uber.com/br/pt-br/>.

em 21 países e 5 continentes, nos quais viagens e entregas ocorriam simultaneamente. Em muitas cidades, também este período se caracterizou pelo uso de bicicletas elétricas como forma de atender às necessidades ambientais e gerar o que foi denominado de “mobilidade sustentável”. Soma-se a isto a busca em atuar na inclusão social com automóveis adaptados a deficientes físicos (Uber, n.d., n.p.).

Assim, as ações da empresa Uber têm se desenvolvido e ganhado espaço em escala planetária. Disseminada internacionalmente, a Uber é um exemplo por excelência de aplicação de tecnologias no setor de prestação de serviços envolvendo o transporte de pessoas, produtos e mercadorias. Segundo Abílio (2020a), ela representa, portanto, um modelo de organização do trabalho informalizado e permeado por contradições que precisam ser analisadas criticamente. Como uma destas manifestações da economia do compartilhamento, as práticas desta empresa têm sido difundidas, sendo suas ações sintetizadas no fenômeno denominado uberização, como explica a autora:

A uberização, portanto, não surge com o universo da economia digital: suas bases estão em formação há décadas no mundo do trabalho, mas hoje se materializam nesse campo. As atuais empresas promotoras da uberização – aqui serão tratadas como empresas-aplicativo – desenvolvem mecanismos de transferência de riscos e custos não mais para outras empresas a elas subordinadas, mas para uma multidão de trabalhadores autônomos engajados e disponíveis para o trabalho. Na prática, tal transferência é gerenciada por softwares e plataformas *online* de propriedade dessas empresas, os quais conectam usuários trabalhadores a usuários consumidores e ditam e administram as regras (incluídos aí custos e ganhos) dessa conexão (Abílio, 2017, n.p.).

Atualmente, este processo, como descrito anteriormente, remete à exploração do trabalhador digital, que é posto na condição de informalização e do trabalho autônomo em atividades laborais viabilizadas e controladas por aplicativos de celulares, segundo Abílio (2020a). Neste aspecto, a economia do compartilhamento tem sido empregada em práticas que ultrapassam a suposta troca entre iguais e a realização de negócios mais localizados e em menor escala. De forma oposta, tem envolvido a participação de corporações e de empresas multinacionais que, ao disseminarem estas ideologias e serviços plataformizados, têm garantido seus lucros a partir da exploração do trabalho, de maneira que relações de trabalho mais individualizadas caracterizam a prestação de serviços realizada (Abílio, 2020a; Antunes, 2020; Antunes; Filgueiras, 2020).

Imerso em um processo difuso e abrangente, a uberização consiste em uma das manifestações da economia do compartilhamento contemporânea apresentadas ideologicamente

como a solução para diversos problemas na sociedade, ligados à empregabilidade e à renda, ao setor de serviços, à segurança, à mobilidade urbana e ao transporte público. Trata-se de um emaranhado de mecanismos utilizados pelo capital para se expandir e se fortalecer, no qual proprietários e administradores destas empresas se valem das possibilidades de cooperação, de empreendedorismo e de autogerenciamento para viabilizar seus próprios lucros. Como será discutido no Capítulo 3, esses argumentos têm indicado possibilidades de crescimento econômico individual, em oportunidades que tornariam microempresários os trabalhadores envolvidos. Contudo, na prática, o que se percebe é a flexibilização do trabalho, materializado em subemprego e em negócios sem regulamentação trabalhista. Esse tipo de prática tem ocasionado uma dispersão do trabalho, que tem sofrido, contudo, com um controle cada vez mais centralizado, realizado a partir das tecnologias digitais (Ciclo de Debates, 2021; Antunes, 2020; Antunes; Filgueiras, 2020; Fontes, 2017).

Apesar de se basear em valores e ideais ligados à economia do compartilhamento, o trabalho na empresa Uber está diretamente associado à economia comercial ou economia de mercado, e não estão presentes, obrigatoriamente, em sua definição e no cotidiano das viagens, atos de solidariedade e partilha de serviços e favores não monetários. Pelo contrário, no dia a dia, as relações entre a plataforma Uber, os motoristas e os passageiros têm demonstrado o fortalecimento de práticas capitalistas baseadas nos valores do mercado, na utilização de um serviço prestado por trabalhadores e no seu respectivo pagamento. Há a implementação de uma interdependência entre os sujeitos envolvidos, sejam eles trabalhadores, consumidores e gestores do aplicativo, sendo esta relação hierárquica e pautada em dominação econômica, poder e avaliação contínua, podendo haver punição e bonificação a partir de critérios não explicitados nos *sites* e informações apresentadas pela empresa³².

Diante disso, é preciso trazer à tona os elementos que compõem o trabalho uberizado em questão e as contradições que afetam diretamente o trabalhador vinculado à empresa Uber que, por trás das justificativas ligadas ao compartilhamento, à liberdade e à autonomia do trabalho informal, viabilizam um processo de controle ideológico, de precarização do trabalho e de exploração.

Este capítulo, iniciando-se por uma descrição sobre o significado de tecnologia e a implementação de técnicas produtivas nos processos produtivos industriais do século XVIII, teve

³² Essa relação entre os motoristas de aplicativo e a empresa Uber será descrita nos próximos capítulos, nos quais serão apresentadas características do trabalho uberizado que tem sido realizado.

o intuito de trazer para a discussão o capitalismo industrial e a submissão dos trabalhadores a uma rotina laboral pautada na divisão do trabalho, nas longas jornadas de trabalho e na alienação. Técnicas e tecnologias foram inseridas tendo em vista os interesses dominantes, em um processo que prosseguiu em outras configurações sociais, nas quais mudanças têm sido realizadas a partir de um novo cenário, conhecido por sociedade em rede, sociedade do conhecimento e globalização.

Novas formas de ser e de estar, foram constituídas na sociedade, tendo os interesses econômicos como fator impulsionador e que culminou no sistema financeiro global. O cibeproletariado passa a protagonizar o mundo do trabalho impactado pelo desenvolvimento das mídias digitais, gerando, portanto, consequências para a educação e a formação dos trabalhadores. Estes precisariam possuir uma formação básica composta por competências ligadas ao trabalho digital e, mais recentemente, à plataformização do trabalho³³.

A realidade apresentada camufla os reais interesses de classe existentes, colocando em prática um controle ideológico que complementa a dominação material estabelecida. Dessa forma, a dominação da classe proprietária se mostra eficiente diante da imposição de limitações e de discursos ideológicos no cotidiano dos trabalhadores, e estes, na condição de subordinados e dependentes economicamente, se veem obrigados a se adaptar e se submeter à realidade imposta. Trata-se da dominação realizada inicialmente na época do capitalismo industrial, e que se mantém sob novos contornos e tecnologias (Marx, 2014; Marx; Engels, 2002; Mészáros, 1981).

Abordado nos próximos capítulos, esse processo tem aperfeiçoado e sofisticado formas de dominação proporcionadas pelo desenvolvimento técnico e científico de ponta, visto nas ações das grandes corporações e empresas para se legitimar com o uso do trabalho precarizado e, atualmente, em relação ao trabalho uberizado. Como uma de suas manifestações, a atuação dos motoristas vinculados à empresa Uber representa um caso pioneiro que deu origem a esse fenômeno que se espalha pela sociedade e atinge outras formas assumidas pelo labor³⁴.

³³ Essa discussão sobre a educação e a formação tecnológica do trabalhador na contemporaneidade será realizada nos Capítulos 4 e 5, que objetivam analisar especificamente a educação, o trabalho digital, o processo de uberização e a informalidade.

³⁴ É o caso de setores como a saúde e a educação, nos quais tem se verificado práticas de trabalho uberizado, cuja problemática não será abordada no presente estudo, mas que demonstram ser temáticas importantes de serem analisadas criticamente em outras circunstâncias.

3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A UBERIZAÇÃO: O CASO DA EMPRESA UBER

Dando continuidade à discussão iniciada no Capítulo 2, este capítulo se propõe a traçar o percurso do trabalho e do desenvolvimento técnico e científico que atingiu a economia e os setores produtivos de forma significativa. Para os fins da presente pesquisa, tomamos como crucial a percepção de como o trabalho foi delineado nos séculos XIX e XX, para se compreender o panorama que construído no mundo do trabalho no século XXI, objetivando alcançar a análise do trabalho uberizado. Esse processo, contraditório e cumulativo, tem seu ápice no trabalho vivenciado na atualidade, em que a plataformização e o uso dos algoritmos realizam a gestão e organização laboral e, além disso, impõem sistemas de controle e punição cada vez mais desumanos.

Inicia-se com uma problematização das características das indústrias e das fábricas inspiradas nos sistemas taylorista-fordista e toyotista, estes sendo descritos como o aparato técnico-científico, e os processos de trabalho que passaram a fazer parte cotidiano dos trabalhadores. Neste sentido, as transformações da sociedade capitalista culminaram em uma nova morfologia do trabalho e de uma revigorada importância da força de trabalho em uma realidade com desenvolvimento tecnológico crescente (Antunes, 2005).

O modo de produção capitalista atual, bem como a morfologia do trabalho constituída durante a globalização, exige uma análise crítica da sociedade e dos espaços produtivos, cujos interesses dominantes ditam a economia, a ciência, a ideologia e a cultura, por exemplo. Seu entendimento, sob a ótica da dialética, exige um olhar histórico e relacional sobre as alterações no mundo do trabalho e as formas de se organizar e administrar a produção, assim como as intervenções que impactam decisivamente o cotidiano dos trabalhadores.

Como será discutido neste capítulo, constituindo-se em princípios decisivos para o sistema capitalista, a acumulação flexível do capital e o neoliberalismo colaboraram para a precarização e a intensificação do trabalho, a expansão do trabalho informal e do setor de prestação de serviços, inclusive daqueles que possuem as tecnologias digitais como instrumento de mediação. Estes são conceitos e práticas que possibilitam entender o trabalho na atualidade e, especificamente, viabilizam o olhar sobre o trabalho uberizado como algo que passou a fazer parte das sociabilidades cotidianas no mundo global e interconectado.

3.1 Do sistema taylorista-fordista à nova morfologia do trabalho na sociedade contemporânea

O desenvolvimento do capitalismo industrial ocorreu fortemente nos séculos XIX e XX, com a inserção de tecnologias maquinicas como meios de se ampliar a eficácia do sistema produtivo, de maneira que o tempo de trabalho e a quantidade de mercadorias produzidas fossem alterados, sendo determinados pela busca de se aumentar a produtividade a partir de vários mecanismos e estratégias.

O cotidiano das fábricas foi, neste sentido, modificado mediante a redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, em um processo intencional, em que uma maior quantidade de bens comercializáveis, dotados de valores de uso e valores de troca, poderiam ser gerados com a mesma quantidade de trabalho. Como pode ser visto em Marx (2014), estes fatores interferem no rendimento da mão de obra e impactam no tempo e nos resultados de todo o processo produtivo, pois

A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. [...] quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor (Marx, 2014, p. 62).

Em relação a esses fatores, ressalta-se a aplicação da ciência e da tecnologia nas fábricas, por interferirem progressivamente na produtividade ao dinamizá-la com o investimento em mais-valia relativa, ou seja, ao implementar condições técnicas para a diminuição do tempo necessário para a geração das mercadorias. Essas alterações nos processos de trabalho têm por meta a expansão da lucratividade, em um processo que complementa a exploração comumente realizada mediante, por exemplo, o aumento das jornadas de trabalho. Neste sentido, Marx (2014) afirma que:

[...] quando se trata de produzir mais-valia tornando excedente trabalho necessário, não basta que o capital se aposses do processo de trabalho na situação em que se encontra ou que lhe foi historicamente transmitida, limitando-se a

prolongar sua duração. É mister que se transformem as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que mude o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho. Só assim pode cair o valor da força de trabalho e reduzir-se a parte do dia de trabalho necessária para reproduzir esse valor. Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho (Marx, 2014, p. 365-366).

Como salientado anteriormente, essa busca pela obtenção de mais-valia relativa caracterizou a indústria moderna, cujos instrumentos de trabalho, incrementados pelo desenvolvimento científico, ganharam um espaço considerável, por extraírem uma maior rentabilidade laboral. Para isso, foram fundamentais os investimentos em maquinários, que elevaram a produtividade, e o controle do tempo direcionado para gerar determinada mercadoria. Esses processos produtivos foram práticas realizadas pelos proprietários para submeterem os trabalhadores a jornadas de trabalho que, além de elevadas, tornaram-se, paulatinamente, mais exaustivas. Dessa forma, ritmos de trabalho foram impostos e metas de produção estabelecidas, com a finalidade de se produzir mais mercadorias, viabilizando a sua geração como uma parte essencial do ciclo capitalista (Marx, 2014).

Períodos posteriores demonstraram que o trabalho continuaria sendo uma prática humana elementar para a sociedade capitalista vigente, sendo essencial na busca pela reprodução ampliada do capital, por meio da implementação progressiva das tecnologias. A partir deste aperfeiçoamento técnico e científico, se tornou possível expandir e modificar o processo exploratório, para que ficasse cada vez mais eficiente e sofisticado.

Desse modo, como será descrito a seguir, o fordismo e o toyotismo se constituíram enquanto práticas laborais com o objetivo de organizar o trabalho conforme tendências oriundas de estudos científicos. Neste percurso, gradualmente, o trabalho passou a apresentar uma nova morfologia, que tem acompanhado a dinamicidade do próprio capitalismo e do desenvolvimento técnico que a sociedade tem experienciado. Portanto, a “classe-que-vive-do-trabalho” prossegue tendo um papel central e não foi eliminada pelas tecnologias implementadas (Antunes, 2014; 2011a; 2005).

Logo, para se compreender o trabalho nos dias de hoje, é imprescindível entender as mudanças ocorridas no início do século XX, dentre as quais se destaca o sistema taylorista-fordista como uma forma de organização do trabalho predominante. Inspirando-se nos estudos de Taylor, princípios oriundos de estudos relativos à administração científica do trabalho foram aplicados nas fábricas de Ford com o plano de expandir os lucros. Desta forma, foi implementada a produção em

massa e a prática de atividades especializadas e parcelares, no qual a divisão do trabalho regia e definia as ações de cada um.

O taylorismo, nome dado aos princípios referentes a essa administração científica do trabalho, demonstrava, teoricamente, como definir os tempos e os movimentos dos trabalhadores de maneira otimizada para o funcionamento eficiente da fábrica. Em uma rotina em que um número mínimo e determinado de ações seriam realizadas, estas deveriam ser mensuradas para se controlar a execução de cada etapa do processo produtivo. O “desperdício de tempo” foi visto como um problema a ser combatido a partir da aplicação dos métodos científicos, em substituição aos métodos empíricos. Neste sentido, Taylor (2006) argumenta que:

A notável economia de tempo e o conseqüente acréscimo de rendimento, possíveis de obter pela eliminação de movimentos desnecessários e substituição de movimentos lentos e ineficientes por movimentos rápidos em todos os ofícios, só poderão ser apreciados de modo completo depois que forem completamente observadas as vantagens que decorrem dum perfeito estudo de tempo e movimento, feito por pessoa competente (Taylor, 2006, p. 33).

Verifica-se que, dentre os valores em análise, estava a produtividade dos operários, que deveriam atuar na etapa que rendesse mais, sendo que este parâmetro precisava ser definido partir dos estudos científicos baseados nessa teoria. A dissociação entre planejamento e execução deveria ser pautada em métodos constituídos por regras técnicas e objetivos previamente delimitados. Sob inspiração dos princípios tayloristas, o fordismo foi, então, a aplicação científica da administração do trabalho nas fábricas e nas indústrias a partir da instituição de uma organização baseada na produção e na montagem de mercadorias que ocorreriam em larga escala e com produtos homogêneos (Gerencer, 2006).

Deu-se, portanto, espaço a uma produção em massa, viabilizada pelos movimentos repetitivos e regulados dos trabalhadores. Para tal fim, o estabelecimento de um ritmo pré-determinado pelas máquinas tornava-se uma prática elementar, bem como o uso do cronômetro, que foi uma ferramenta fundamental, colaborando para a produção em série fundamentada nesta parcelarização de etapas que marca o período. Dessa maneira, a utilização crescente destes equipamentos passa a ser uma estratégia primordial na rotina das fábricas e indústrias, pois:

O crescente processo de eliminação de *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*, de substituição de trabalhadores por tecnologia maquínica, foi outro traço central na sujeição que a máquina-ferramenta – em verdade, a lógica movida pelo sistema do capital – impôs ao trabalho, reduzindo e mesmo eliminando sua destreza

oriunda da fase artesanal e mesmo manufatureira, consolidando o processo de desumanização do trabalho [...] E foi desse modo que, ao longo do século XX, a lógica maquínica da fábrica prolongou-se amplamente para o conjunto da sociedade, levando sua engenharia produtiva para quase todas as partes do mundo urbano, industrial e de serviços (Antunes, 2011b, p. 123, grifos do autor).

Neste sentido, os planos de produção deveriam controlar as posições, movimentos e sua localização na linha de produção, de modo a minimizar o investimento de tempo, realizar mais etapas e gerar mais mercadorias. A partir da implementação dessas técnicas taylorizadas, seria possível a elevação da quantidade de carros montados e comercializados, considerando os objetivos econômicos, independentemente de quaisquer outros fatores humanos e/ou sociais (Ford, 2014; Antunes, 2011a).

Havia, por suposto, o emprego de trabalhadores qualificados (e aptos a lidar com esses instrumentos maquínicos) e o emprego de trabalhadores não qualificados, mas que também eram considerados úteis na produção de automóveis da Companhia Ford.

Os fatores elencados compunham um processo desumanizador, que fomentou a desqualificação tecnológica enquanto parte da estrutura social. No espaço da fábrica, embora houvesse cargos que demandavam um treinamento e uma formação adequada, grande parte não dependia de qualificação, de maneira que se tornava cada vez mais evidente a busca pela alienação do trabalhador, com a finalidade de fortalecer os processos produtivos e o *status quo*, demonstrando que, embora as técnicas laborais se modificassem, a dominação ideológica se mantinha através de novos mecanismos e estratégias (Antunes, 2011a).

Por outro lado, os processos de trabalho eram formalizados e pautados em contratos e regulamentações que garantiam alguns direitos provenientes dos vínculos trabalhistas estabelecidos, já que:

[...] se ele era predominantemente maquinal, parcelar, especializado, fragmentado e prescrito, contraditoriamente, ele assumia uma versão mais contratualista, relativamente regularizada e provida de direitos, resultado de lutas históricas da classe trabalhadora ao longo de vários séculos. Era, portanto, uma variante de trabalho fetichizado, mas regulamentado. Ou seja: no que concerne à sua materialidade, à forma de (des)efetivação do trabalho, sua conformação fragmentada, sua separação em relação ao produto do seu próprio trabalho, bem como as diversas manifestações de estranhamento [...] acabavam por acarretar uma forte repercussão em sua subjetividade, que se configurava como crescentemente coisificada e reificada. Mas, numa processualidade aparentemente contraditória, esse mesmo trabalho de base tayloriano-fordista era dotado de maior regulação, contratualidade e seguridade, resultantes, nunca é demais reiterar, de suas lutas históricas pela regulamentação do trabalho frente aos

ditames do capital (Antunes, 2011b, p. 123).

Mesmo com esta maior segurança no trabalho organizado pelo sistema taylorista-fordista, o dia a dia das fábricas e das indústrias foi resultante de intervenções inspiradas em perspectivas ideológicas que apresentavam as alterações técnicas e organizacionais como beneficiadoras da produção como um todo. Portanto, é evidente o desejo de se elevar os lucros, independentemente do bem-estar dos trabalhadores impactados com as mudanças realizadas e as metas estipuladas por essa “administração científica do trabalho”. Evidencia-se, neste sentido, o quanto o sistema taylorista-fordista foi impositivo e afetou decisivamente a força de trabalho empregada, ignorando suas subjetividades e particularidades em favor, exclusivamente, dos objetivos e decisões unilaterais dos detentores dos meios de produção.

O controle ideológico fazia parte da rotina estabelecida na relação empregador-empregado existente nos espaços de trabalho que se fundamentavam neste sistema. Era explícita a submissão do trabalhador e a busca por práticas que impunham a sua passividade e trabalho mecânico, conforme pode ser observado nas considerações de Ford (2014, p. 113), que afirma que “o resultado líquido da aplicação destes princípios é a redução da necessidade de pensar por parte do trabalhador e a redução dos seus movimentos a um mínimo. Ele faz tanto quanto possível uma só coisa com um só movimento”. Essa intervenção psicológica nos operários permeava as concepções que inspiraram o fordismo em fundamentos que defendiam que os gestores poderiam controlar as “atitudes mentais” dos trabalhadores, supervisionando e estabelecendo não apenas as suas capacidades de se executar o trabalho. Desta maneira,

Foram efetuadas, com relativa brevidade, as modificações nas máquinas, para assegurar maior lucratividade e o estudo dos movimentos, seguindo da minuciosa cronometragem do tempo com relógio de parada automática, para registro do tempo em que cada trabalhador devia fazer seu trabalho. A mudança, porém, na atitude mental e nos hábitos dos trezentos e muitos trabalhadores somente pôde ser conseguida devagar e após séries de demonstrações concretas, que, finalmente, esclareceram cada homem a respeito de grande vantagem que a eles adviria, cooperando espontaneamente com a administração. Dentro de três anos, a produção da fábrica foi mais do que duplicada por homem e por máquina (Taylor, 2006, p. 76).

Mediante essas práticas, o sistema taylorista-fordista foi responsável por impulsionar a grande indústria do início do século XX, expondo a divisão do trabalho manual e intelectual como recurso que atenderia aos objetivos da produção. Com a disseminação mundial dessa práticas, esse

sistema favoreceu a expansão do sistema capitalista, em uma rotina que dificultaria a expressão criativa dos trabalhadores: estes deveriam apenas executar mecanicamente uma das etapas do processo produtivo com rapidez e eficiência.

No entanto, a história demonstrou que a produção em massa sofreria com as crises cíclicas do capitalismo e exigiria a reestruturação produtiva do capital³⁵. A Grande Depressão americana, também denominada de “Crise de 1929”, foi um fato que impactou a sociedade devido à superprodução e à desregulamentação econômica, que ocasionou a instituição de práticas keynesianas. Estas foram inspiradas pelas contribuições do teórico John Maynard Keynes, que propunha uma revisão da teoria liberal e a possibilidade de ações estatais para solucionar problemas relativos à retração econômica gerada pelo contexto de instabilidade. Diante disso, foi criado o plano *New Deal* (ou “Novo Acordo”), no qual o presidente Franklin Roosevelt instituiu *Welfare State* (ou “Estado de Bem-Estar Social”) como uma alternativa à crise. Houve a implementação de um Estado intervencionista, com a finalidade de retirar os Estados Unidos deste cenário, no qual houve a defesa desta interferência estatal como fonte de uma maior confiança dos agentes econômicos e de diminuição das incertezas que caracterizavam o período (Matter; Silva, 2017; Anderson, 1995).

A realidade apresentada no Pós-Segunda Guerra Mundial também demonstrou a necessidade da reconstrução das nações tendo em vista os interesses econômicos, políticos e sociais. Em 1944, foi realizada a Conferência de Bretton Woods, que teve os Estados Unidos como protagonista do planejamento econômico mundial, por meio do Plano Marshall. Entrando em ação no ano de 1947, essa política instituiu a intervenção estatal nos países europeus, com o fornecimento de apoio financeiro para que pudessem se reestabelecer. A Alemanha, a França, a Inglaterra e a Itália foram alguns dos países que se beneficiaram das medidas intervencionistas deste período (Matter, Silva, 2017; Costa, 2017; Lucena, 2004; Anderson, 1995).

Como uma resposta teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar³⁶ que caracterizou a Europa e a América do Norte no Pós-Segunda Guerra Mundial, surgiu o

³⁵ Os fatos descritos a seguir, sobre o período relativo ao Pós-Segunda Guerra Mundial, são pertinentes à discussão e trazem possibilidades de maiores problematizações sobre a história mundial, entretanto, realizou-se uma síntese que atende aos objetivos desta pesquisa.

³⁶ Ressalta-se que a Social Democracia constituiu em uma perspectiva associada às vertentes keynesianas e ao Estado de Bem-Estar Social, constituindo-se em uma corrente política e econômica originada como uma variação do Socialismo dentro do movimento operário no século XIX. Uma discussão aprofundada sobre o tema pode ser vista na obra de Przeworki (1988), na qual o cientista político avalia a participação política dos trabalhadores inseridos no sistema capitalista de produção.

neoliberalismo a partir das propostas do economista Hayek. Ao fundar a Sociedade de Mont Pèlerin³⁷, este pensador criou uma organização que visava se opor ao keynesianismo e fortalecer o capitalismo em anos posteriores. Suas contribuições teóricas tiveram bastante visibilidade na tradição liberal conservadora na defesa das liberdades individuais e da sociedade de mercado, cuja obra “O caminho da servidão” demonstrou suas ideias contrapostas ao Estado intervencionista (Passos; Teixeira, 2021; Mariutti, 2016).

Os anos de 1950 e 1960 marcaram a “idade de ouro” do capitalismo avançado, contexto no qual Hayek e seus seguidores combateram o Estado de bem-estar e a regulação social, além de advogarem a favor da desigualdade como um elemento constituinte da sociedade, como se as diferenças no sistema de estratificação por classes sociais fosse algo essencial para seu funcionamento (Passos; Teixeira, 2021; Anderson, 1995).

Segundo Lucena (2004), o capitalismo monopolista do pós-guerra, também analisado como os anos dourados do capitalismo, foi caracterizado pela hegemonia americana disseminada mundialmente, na qual houve a elevação da produção em massa, maiores quantidades de aquisição de automóveis, uma expansão da pesquisa e do desenvolvimento científico, o crescimento das indústrias, inclusive em relação ao petróleo, o incentivo ao consumo ainda que, contraditoriamente, a sociedade permanecesse marcadamente desigual e pautada na exclusão social.

Nos anos de 1970, o modelo fordista entra em crise novamente, devido às limitações do sistema em se obter lucros gerando instabilidade, como é o caso do desemprego. Atingindo o trabalho e o capital, essa crise ocasionou um crescimento econômico reduzido, ao se comparar com os “anos de ouro” do capitalismo, como explica o autor:

O fordismo entrou numa crise sem precedentes. Vários foram os motivos, mas o principal para o sistema foi que a produtividade caiu. Ele esbarrou em limites técnicos e sociais. Técnicos, pela própria dinâmica dos métodos fordistas de produção, que tinham limites para serem aplicados indefinidamente; sociais, pela revolta dos trabalhadores contra a exclusão e o autoritarismo dentro das fábricas. Ocorreu uma saturação da norma social de consumo. Os mercados tornaram-se flutuantes e tenderam a fragmentar-se. Houve um aumento dos custos da produção em massa. O trabalho improdutivo cresceu. A massa de trabalho produtivo cresceu menos do que a do trabalho improdutivo (Lucena, 2004, p. 90-91).

³⁷ Teóricos e economistas como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros, estão entre os participantes dos movimentos em favor do neoliberalismo e das posturas anti-keynesianistas (Anderson, 1995).

Em 1973, com a crise do modelo econômico do Pós-Guerra, inicia-se um período de recessão do capitalismo avançado e o neoliberalismo ganha espaço e se fortalece diante do reduzido crescimento econômico e das elevadas taxas de inflação. A transnacionalização do capital mostrou-se uma alternativa de reconstrução e reprodução do capital, contrariando o viés nacionalista do fordismo (Lucena, 2003). Dessa maneira,

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (Anderson, 1995, n.p.).

Vários governos instituíram manifestações e práticas de programas neoliberais, como é o caso dos governos de Thatcher, na Inglaterra (1979); Reagan, nos Estados Unidos (1980); Kohl, na Alemanha (1982); Schuluter, na Dinamarca (1983); dentre outros. Os anos 80 foram, portanto, um período em que houve um fortalecimento da ideologia neoliberal (Anderson, 1995). Dentre os principais aspectos conceituais desta perspectiva, tem-se que:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o ser humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário, funcionamento apropriado dos mercados (Harvey, 2014, p. 12).

O neoliberalismo é uma concepção que se consolida neste contexto como uma defesa à liberdade como valor essencial para a sociedade, e que esta liberdade proporcionaria o bem-estar dos indivíduos. Desta forma, propagaram-se as ideias de livre mercado e da necessária redução da atuação do Estado, defendendo a sua incapacidade de gestão da produção de bens e serviços. “Em

suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey, 2014, p. 13).

Entre as ações inspiradas nesta perspectiva, podem ser citadas a contração da emissão monetária, a elevação da taxa de juros, a retirada de controle sobre os fluxos financeiros, a elevação do desemprego, o combate às greves, a criação de leis antissindicais, a instituição de um programa de privatização, dentre outras (Anderson, 1995).

Este contexto, apontado anteriormente, demonstrou a urgência em se alterar os padrões de produção e a administração das fábricas capitalistas. Nesta ambientação, surge o Sistema Toyota de Produção ou *Toyota Production System* (TPS)³⁸, criado no Japão nas décadas de 1950 e 1960, tendo seu expoente a partir da crise do petróleo do ano de 1973. O TPS foi motivado pela criação de inovações organizacionais que proporcionariam a adequação da produção à demanda e à redução dos desperdícios de tempo e dos insumos necessários. Contextos de crises capitalistas, como este, motivaram a dinamização do próprio sistema a partir de processos de reestruturação produtiva do capital, buscando a manutenção, fortalecimento e crescimento cada vez maiores desse mesmo capital, com certa variação relativa aos contextos sociais, históricos e econômicos vivenciados:

[...] aquilo que convencionamos chamar de reestruturação produtiva nada mais é que o processo de reordenamento tecnológico e disciplinar típica da era toyotista de racionalização produtiva do capital. Compreende-se que os modos de gestão, assim como as tecnologias e a dominação, são transformados pelas exigências advindas do processo de racionalização produtiva e pelas combinações e recombinações das formas de exploração do trabalho adequadas a cada padrão de acumulação (Santos, 2015, p. 56).

³⁸ Como parte da história do Toyotismo, complementando ao que foi citado no texto, tem-se que “TPS é a sigla para *Toyota Production System* ou, em português, Sistema Toyota de Produção. Trata-se de uma cultura organizacional que tem como objetivo expor e resolver os problemas nos mais diversos ambientes e situações. [...] Em 1918, Sakichi Toyoda desenvolveu um tear automático a vapor que pela primeira vez na história conseguia detectar um fio quebrado e parar a produção automaticamente. Esta inovação levou ao amplo princípio de *jidoka*, que atualmente é um dos pilares do TPS. Em 1937, o filho de Sakichi, Kiichiro Toyoda, fundou a Toyota Motor Corporation. Ele usou o princípio de *jidoka* criado por seu pai para desenvolver seu próprio conceito – *just-in-time* – que se tornou o outro pilar do TPS. Após a II Guerra Mundial, a necessidade de tornar a produção mais eficiente cresceu. Um dos engenheiros mais jovens da Toyota, Taiichi Ohno, recebeu a tarefa de aumentar a produtividade da empresa. O objetivo de Ohno era usar o conceito de *just-in-time* aliado ao princípio de *jidoka*. Em 1953, durante uma viagem aos Estados Unidos, o engenheiro notou como os clientes pegavam os produtos das prateleiras nos supermercados: somente o que era necessário, no momento necessário e na quantidade necessária. Em seu retorno ao Japão, Ohno desenvolveu o *kanban*, uma técnica que utiliza cartões de informação para controlar a produção de acordo com a necessidade. Hoje, Ohno é conhecido como o pai do TPS, por ter desenvolvido e aplicado o processo nas fábricas. O TPS foi sendo desenvolvido e refinado ao longo das décadas. Hoje, ele pode ser aplicado aos mais variados tipos de negócios das esferas pública e privada” (Sistema, n.d., s.p.).

Desta forma, foi modificada a produção, com a ampliação da exploração do trabalho sob novos moldes, a partir de mudanças tecnológicas e organizacionais implementadas, independentemente das condições materiais e humanas para tal feito. A acumulação capitalista do final do século XX passou a ser caracterizada pela flexibilidade da produção e do trabalho, e na previsão dos consumos em menor escala. Foram implementadas estratégias para lidar com as oscilações do mercado e a diversificação da demanda, diante do surgimento de novos setores da produção, de novos mercados e formas de se realizar os serviços financeiros (Ohno, 1997). Entre as transformações vivenciadas, destaca-se que:

Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado “kalmarianismo”), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar. Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (Antunes, 2011a, p. 23-24).

Esse sistema de acumulação flexível representou, então, a possibilidade de organizar o trabalho de uma forma que este atendesse às necessidades capitalistas que surgiram a partir de meados do século XX, em um processo que mesclou continuidades e descontinuidades em relação ao modelo anterior. Implementa-se uma organização do trabalho pautada na flexibilidade *liofilizada*, que

[...] aglutina o menor contingente de *trabalho vivo* e concentra o maior volume de *trabalho morto*, corporificado no maquinário informacional-digital, o que lhe gera – potencialmente – maiores índices de produtividade e de lucratividade na concorrência inter-empresas (Antunes, 2011b, p. 124, grifos do autor).

Extrair dos trabalhadores o máximo de suas potencialidades laborais era o objetivo das empresas que operavam sob Sistema Toyota de Produção. Desta forma, estoques mínimos passaram a atender aos objetivos do mercado, de modo que o tempo de produção, de estoque, de controle de qualidade e de transporte passou a ser calculador a partir de novas técnicas de

organização administrativa, dentre as quais se destacam o sistema *just-in-time* e o *kanban*³⁹:

O primeiro aspecto do Sistema Toyota de Produção é o *método de produção estilo Toyota*, que significa colocar um *fluxo* no processo de manufatura. [...] Dessa maneira, em vez de ter um operário por máquina, um operário supervisiona muitas máquinas ou, mais precisamente, *um operário opera vários processos*. Isso melhora a produtividade. A seguir, vem o sistema *kanban*, uma ferramenta operacional que realiza o método *just-in-time* de produção. O *Kanban* assegura que as peças corretas estejam disponíveis na hora e na quantidade necessárias, funcionando como informação de remoção ou transporte, como um pedido de transferência ou entrega de mercadorias e também como um pedido de trabalho dentro dos processos de produção (Ohno, 1997, p. 114, grifos do autor).

Essas técnicas foram utilizadas para viabilizar uma melhor utilização do tempo e dos espaços de produção e indicar a necessidade de reposição de estoques, de modo que a otimização do trabalho e da produtividade foram mecanismos para a eliminação de perdas materiais e temporais no ciclo da geração de mercadorias.

Essas mudanças na esfera da produção atenderiam às necessidades advindas do mercado global, que estava se constituindo, bem como à necessária diversificação no consumo, como descrito anteriormente (Antunes, 2011a; Moraes Neto, 2003; Ohno, 1997).

Para lidar com as máquinas desenhadas para uso sob a ótica do TPS, processos de trabalho adequados à polivalência passaram a ser previamente definidos pelos administradores, o que exigiu uma maior qualificação da mão de obra bem, como uma desespecialização: caberia ao trabalhador dominar várias atividades no espaço de produção, não mais se limitando a executar apenas uma tarefa (parcelar e fragmentada), como ocorria no trabalho baseado no sistema taylorista-fordista. Outras ideias foram colocadas em prática, dentre as quais podem ser destacadas a gestão participativa, a qualidade total e os círculos de controle e de qualidade. Este processo se expandiu mundialmente, indo além da realidade japonesa, servindo de inspiração para diversos administradores e proprietários localizados em países do capitalismo avançado, estendendo-se também aos países do Terceiro Mundo industrializado (Antunes, 2011a).

³⁹ Os interesses da administração, colocados como primordiais para o crescimento das empresas, motivaram alterações organizacionais e administrativas, como descreve o engenheiro da Toyota Motor Company, Ohno (1997, p. 111, grifos do autor): “Com a possibilidade de se adquirir produtos na hora e na quantidade necessárias, o desperdício, as irregularidades e as irracionalidades podem ser eliminados e a eficiência aperfeiçoada. [...] O *just-in-time* e a autonomia constituem os dois pilares principais do Sistema Toyota de Produção. [...] No método *just-in-time*, um processo posterior vai até um processo anterior para retirar mercadorias necessárias, quando e na quantidade necessária. O processo anterior produz então a quantidade retirada. Nesse caso, quando o processo posterior vai até o processo anterior para retiradas, eles estão conectados pela informação de retirada ou de movimentação, chamado *kanban de retirada* e *kanban de movimentação*, respectivamente. Esse é o papel importante do *kanban*”.

Os processos de trabalho organizados conforme as concepções toyotistas fomentavam a criatividade, a prática da cooperação e do trabalho em equipe como meios essenciais, o que, por sua vez, demandava uma maior flexibilidade na produção e, sobretudo, na lógica do próprio trabalho. Havia o incentivo à consensualidade, ao envolvimento pessoal e à participação ativa dos trabalhadores, de modo que estes deveriam se sentir como parceiros e colaboradores: a mão de obra passa a se esforçar ao máximo para alcançar os objetivos da indústria, “parceira”, evitando o desperdício a partir da disciplinarização e da racionalização do processo produtivo (Antunes, 2011a, 2011b; Ohno, 1997).

Compondo esta dinâmica de trabalho, a interação entre trabalhador e máquina deveria passar por alterações, porém a presença do trabalho vivo permaneceria como importante geradora de mercadorias e viabilizadora do sistema capitalista:

Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, nesse processo, o *envolvimento interativo maquínico* pode aumentar ainda mais o *estranhamento do trabalho*, ampliando as formas modernas da *reificação*. E mais: se o estranhamento permanece e mesmo se complexifica nas atividades de ponta do ciclo produtivo, naquela parcela aparentemente mais “estável” e inserida da força de trabalho que exerce o *trabalho intelectual abstrato*, o cenário é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time* temporário, precarizado, para não falar nos crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural (Antunes, 2011b, p. 126, grifos do autor).

Como descrito no capítulo anterior, os anos que marcam o fim do século XX e o início do século XXI caracterizaram-se pela globalização e suas profundas mudanças econômicas, políticas e culturais, que impactaram a sociedade nas mais diversas formas e graus, como é o caso da busca pelo aceleração do tempo produtivo, do incentivo ao consumo e dos valores associados à instantaneidade e à sociedade do descarte. Nessas novas configurações geográficas, uma troca global de mercadorias alterou significativamente as relações sociais. A difusão da informação e a internacionalização do mercado financeiro trouxeram condições para uma maior organização do sistema capitalista de produção e exigiram novos processos de trabalho (Harvey, 2008).

Cada vez mais, os trabalhadores foram atingidos pela busca por mais produtividade e eficiência, além das perdas do que foi historicamente conquistado a partir das lutas trabalhistas. Houve uma flexibilização dos direitos e a presença de empregos cada vez mais subcontratados e temporários. A prática da polivalência gerou uma problemática que reduziu a quantidade de

empregados a atuar na produção, resultando na intensificação do trabalho e em um maior controle da mão de obra, abrangendo, inclusive, a interferência na dimensão cognitiva do trabalhador.

Como consequência direta, tem-se uma elevação no número de desempregados provenientes, dentre outros elementos, das dificuldades de serem incorporados aos postos de trabalho que passaram por esta otimização e da necessidade de qualificação tecnológica (Antunes, 2011b). Para o cerne desta pesquisa, entende-se que este período demonstrou efeitos danosos aos trabalhadores, pois:

As novas tecnologias de comunicação permitem, com maior facilidade, a divisão de produção e subcontratação de setores até então tipicamente nacionais. A tecnologia de informação reduz a necessidade de aproximação entre produtores e consumidores e permite que alguns serviços que não podiam ser negociados internacionalmente se tornem comercializáveis (*tradables*). Qualquer atividade que possa ser feita por computador ou telefone, como escrever *software* ou vender passagens aéreas, pode ser realizada em qualquer lugar do mundo conectada ao escritório central por satélite e computador. No setor financeiro, por exemplo, partes do serviço bancário (compensação de cheques) podem ser transferidas sem a necessidade de instalar o banco todo (Shutte, 1998, p. 58, grifos do autor).

Um regime de acumulação flexível viabilizou uma série de práticas, com o intuito de promover o aumento da lucratividade em momentos de mudança tecnológica constante. Para lidar com a complexidade destas alterações, o desenvolvimento das forças produtivas passou por uma reconfiguração total, ou seja, enquanto condição para seu prosseguimento exitoso, deu-se a desintermediação do sistema financeiro, a deslocalização das estruturas de produção e sua reorganização (Harvey, 2008).

Originando no Pós-Segunda Guerra Mundial, estas práticas fortaleceram-se a partir dos anos de 1980, período em que a concepção neoliberal se constituiu e se fortaleceu, disseminando ideologias associadas à competitividade, à liberdade individual, à concorrência e à qualificação para o mercado de trabalho. Essa visão apresenta, desse modo, traços significativos que atingem negativamente a classe trabalhadora, visto que a liberdade propagada se refere à economia e aos interesses de mercado e não garantem condições de trabalho e de vida asseguradas. Contudo, a sociedade global se viu cerceada por tais fundamentos. Neste sentido,

O que predomina, na época em que se dá a globalização, é a visão neoliberal do mundo. Em todos os países, as práticas e as ideias neoliberais estão presentes e ativas. É claro que elas não se difundem de modo homogêneo; ao contrário, concretizam-se irregular e contraditoriamente. Defrontam-se com realidades sedimentadas, no que se refere seja às atividades, organizações e diretrizes

econômicas, políticas e sociais, seja às tradições culturais, compreendendo instituições, modos de vida e trabalho, formas de sociabilidade e outras características próprias de cada povo, coletividade, tribo, nação e nacionalidade. [...] O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais (Ianni, 1998, p. 28).

Com repercussão global e efetiva nas mais diversas esferas sociais, é nítido que são atingidas as formas de se ser e estar dos indivíduos, a cultura, a economia, a educação e o trabalho, dentre outros. Em relação ao mundo do trabalho, sob influência desta concepção, têm ocorrido o enfraquecimento dos direitos sociais, a precarização do trabalho, sua terceirização, sua fragmentação e um crescimento pautado na heterogeneização. Entretanto, mesmo com estas fragilidades constituídas, os sindicatos passam a ser menos presentes e intervencionistas.

Atuando a partir dos ditames do capital neoliberal, as ações políticas incentivadas são aquelas a favor dos interesses dominantes, tratando-se de uma participação mínima. Sob a justificativa da “necessária redução do tamanho do Estado”, buscou-se privatizar ou destruir o Estado de bem-estar social:

Os neoliberais nos governos lançaram-se numa ofensiva para destruir ou, no mínimo, privatizar o Estado de bem-estar social. O argumento é que é preciso reduzir o tamanho do Estado, transferindo ao mercado de seguros o programa de seguridade social de responsabilidade pública. As famosas “reformas” institucionais do sistema de previdência social, do sistema de saúde pública e do sistema de ensino público vão todas neste mesmo sentido. O cerne da contra-revolução neoliberal é reduzir a intervenção do Estado na economia. Ela pretende revogar o domínio muito relativo que a produção pública exercia sobre o modo capitalista de produção (Singer, 1998, p. 16).

O Estado deveria, neste ideário, atuar ativamente em favor da reestruturação do capitalismo, de modo a favorecer os interesses do mercado, pois “[...] a lógica da acumulação e as políticas do Estado e do capital implementaram, mediante as reformas neoliberais, a reestruturação produtiva e a flexibilização da força de trabalho” (Soletto Valencia, 2009, p. 137).

Como consequência desse incentivo à redução da ação estatal, foi aberto espaço para a expansão da dominação econômica e da liberdade de atuação dos interesses do mercado em detrimento da classe trabalhadora — a parte frágil do sistema capitalista e que absorve os impactos das mudanças, tais como aquelas que ocorrem no âmbito da organização do trabalho, do vínculo

de trabalho vulnerável e incerto e da fragilização de seus direitos. Como analisam França, Previtalli e Lucena (2009),

As palavras de ordem são: "mercado", "escolha" e "direitos do consumidor", que reduzem o cidadão apenas à condição de consumidor. O discurso neoliberal atribui à intervenção do Estado todos os males sociais e econômicos da nossa atual situação e à iniciativa privada todas as virtudes e saídas; utiliza os meios de comunicação de massa para conquista da consciência social hegemônica; e, a educação, como veículo estratégico de preparação para o mercado de trabalho e como via ideológica de proclamação das excelências do livre mercado e da livre iniciativa (França; Previtalli; Lucena, 2009, p. 203).

Sob inspiração neoliberal, essas intervenções tiveram consequências negativas para as classes desfavorecidas economicamente, na medida em que inviabilizaram melhorias em suas condições de vida, afetando-as das mais diversas formas, sobretudo em relação ao trabalho. Como avalia Anderson (1995), o neoliberalismo teve impactos econômicos, sociais, políticos e ideológicos, sendo que

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (Anderson, 1995, n.p.).

Contemporaneamente, as condições têm sido cada vez mais frágeis e incertas para os trabalhadores, em uma sociedade global e interconectada, na qual a automação e o desenvolvimento da microeletrônica não tiveram seus benefícios sentidos por todos. Por outro lado, existem interesses econômicos comandando e direcionando o desenvolvimento científico e tecnológico de maneira específica e restritiva. Direitos trabalhistas e sociais foram afetados por práticas pautadas na concepção neoliberal de sociedade, na qual a livre iniciativa, a defesa do mercado e a não intervenção do Estado na economia foram decisivas (Laval, 2019; Antunes, 2011b; Alves, 2007).

A reestruturação produtiva em nível global também tem como características básicas a utilização de problemas sociais como a pobreza, o desemprego, a exclusão social e a precarização como justificativas para a atuação de governos neoliberais, em medidas como as privatizações, a abertura externa, a redução dos investimentos em educação, em saúde, em moradia, dentre outros. Como consequência, tem-se que os trabalhadores são os mais atingidos quando se colocam em

prática as ações inspiradas em concepções defensoras da primazia do mercado:

A política neoliberal incrementada pelos governantes nas últimas décadas favoreceu a alta concentração e uma desigual distribuição de renda, agravando a crise econômica no Brasil, promovendo o desemprego em massa, a imobilidade na produção industrial e agrícola e o falecimento do investimento estatal. O Estado mínimo, que vem sendo delineado pelo poder político neste país, introduziu uma política social de enfraquecimento das conquistas sociais da classe trabalhadora, com a não introdução dos investimentos financeiros que se fazem necessários para atender as demandas da população. Ao contrário, o Estado investe maciçamente em propagandas que propagam os benefícios de uma sociedade privatizada (França; Previtalli; Lucena, 2009, p. 203).

Um exemplo de fragilidade que acomete o trabalhador é a terceirização dos contratos de trabalho, que surge como uma modalidade de gestão com a proposta de se aumentar a extração do mais-valor e dos lucros; porém, trata-se de um fator de desestruturação da classe trabalhadora, ao afetar não apenas seus direitos, mas seu tempo de trabalho e de vida, sua saúde e subjetividade. Os esforços para o cumprimento de metas são marcados pelo assédio, adoecimento, depressão e suicídio, em um contexto de ampliação do precariado (Antunes, 2018).

Desta forma, contextos contraditórios marcam a sociedade capitalista contemporânea, na qual convive-se, por um lado, com a busca por uma maior formação de parte dos trabalhadores, mas, por outro lado, dominam interesses para que um quantitativo da mão de obra se mantenha desqualificada e subproletarizada. Ambas as possibilidades atendem aos interesses dominantes e à reprodução do capital em um sistema que se mostra ainda mais “destrutivo” e “devastador” que seus antecessores (Antunes, 2018; 2011).

É neste cenário que o trabalho digital e, mais recentemente, o trabalho uberizado, tem se tornado um mecanismo de inserção econômica de muitos trabalhadores, constituindo a “nova morfologia do trabalho”, como será apontado a seguir.

3.2 O surgimento do “novo proletariado de serviços”, o trabalho digital e a informalidade como inserção laboral

Uma nova morfologia do trabalho, pautada em novas configurações, demonstrou que o trabalho se adapta conforme as situações e necessidades. O trabalho humano tem sido empregado na constituição de mercadorias que alimentam um sistema capitalista que, além de se apropriar das

capacidades de trabalho manual, também majora as responsabilidades do trabalhador, que se tornou multifuncional, em uma busca pelo controle da subjetividade de quem trabalha em favor da lógica do capital.

O desenvolvimento científico e tecnológico propiciou mudanças significativas nas mais diversas esferas sociais, como a economia, a cultura e o trabalho. Como apontado anteriormente, tanto o Fordismo quanto o Toyotismo demonstraram que a produção e as riquezas continuam sendo viabilizadas a partir da exploração do trabalho, sob variadas formas de organização, administração e gestão. Processos de reestruturação econômica viabilizaram essas formas de configuração do trabalho, com vistas a atender aos objetivos relacionados à manutenção dos processos de acumulação do capital.

O Brasil teve a sua inserção na globalização econômica a partir dos anos de 1990, mediante estratégias como a internacionalização produtiva e a desnacionalização das empresas a partir da sua venda para grupos multinacionais e a incorporação de investimentos externos. O Estado buscou se alterar e se adaptar à nova lógica do capital, pois “[...] fazia-se necessário um novo projeto político que viesse promover as condições necessárias para implantação das mudanças, recuperando, assim, a capacidade de exploração capitalista” (França; Previtalli; Lucena, 2009, p. 205).

Sob a influência da perspectiva neoliberal, o mundo do trabalho passou por transformações advindas do capitalismo contemporâneo e que determinaram formas de trabalho cada vez mais frágeis, precarizadas, terceirizadas, temporárias, parciais, intermitentes e reificadas, somadas a um grande número de desempregados. Estes desempregados tiveram de lidar com o número reduzido de empregos disponíveis e uma diminuição dos direitos sociais conquistados anteriormente, de modo que se verifica uma maior quantidade de ocupações informais e a sua disseminação como possibilidade de sobrevivência (Leite; Araújo, 2009).

A aceitação destas condições é algo instituído na sociedade para que, ideologicamente, os indivíduos incorporem estas concepções de inspiração neoliberal como as verdadeiras e únicas possíveis. Com esse propósito,

[...] a gestão capitalista da crise, que se esconde por trás do discurso triunfante do pensamento único neoliberal e da ideologia do globalismo, é administrada por intelectuais, instituições, empresas, governos e classes sociais que formam uma coalizão que se contrapõe a uma noção, como a da universalização da apropriação dos direitos humanos na condição de forma de desenvolvimento econômico-social. A gestão da exclusão social é um subproduto lógico e real deste processo

social de caráter conservador, pois perpetua a desigualdade social e a pobreza estrutural (Lucena; França; Palafox, 2009, p. 154).

Nota-se que, em um panorama permeado pela desestruturação do mercado de trabalho, a classe trabalhadora foi submetida à elevação do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais (Antunes, 2005). O programa neoliberal tem, entre suas práticas, este “viés antioperário”, ao aceitar a elevação do desemprego, que passa a ser visto como fruto das escolhas de cada indivíduo, enquanto um objetivo estrutural. Em muitos casos, essa situação é apontada como uma opção temporária do trabalhador ou um emprego conveniente, como se isso dependesse exclusivamente das vontades pessoais (Leite, Araújo; 2009; Singer, 1998).

O desemprego estrutural tem se constituído em um problema social que atinge a classe trabalhadora e obriga os indivíduos a criarem estratégias e caminhos precários para sobreviverem em uma realidade na qual a reestruturação produtiva tem gerado a diminuição no quantitativo do trabalho vivo em detrimento do trabalho morto, cada vez mais representado pelas tecnologias inseridas nos processos de trabalho. Uma sociedade dos descartáveis passa a protagonizar crescentemente o mundo do trabalho (Antunes, 2005). A relação entre educação e trabalho precisa ser considerada, pois

[...] O processo de desemprego, na lógica excludente do projeto neoliberal, faz a sua retórica culpando a própria mão de obra pela não-qualificação profissional e por consequência culpando os trabalhadores pelo desemprego. Por isso dão prioridade às opções de educação com a tecnologia para universalizar o acesso ao ensino e às novas competências do trabalho (França; Previtalli, Lucena; 2009, p. 205).

A ausência de qualificação adequada e suficiente também passa a ser um indicador utilizado para justificar esta exclusão dos espaços de trabalho, dado que a gestão neoliberal apresenta discursos de que há uma necessidade em se adequar às novas demandas do mercado de trabalho.

Esta é a perspectiva dos gestores e empresários que, ideologicamente, impõem este tipo de visão à sociedade e ignoram as contradições e elementos que atingem os trabalhadores, sua subjetividade e suas condições de sobrevivência. As necessidades da classe trabalhadora são desconsideradas, ainda mais no contexto do capitalismo mundializado, que explicita a realidade marcadamente contraditória e desigual do sistema:

Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços.

Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (Antunes, 2011, p. 47, grifos do autor).

O subemprego surge como alternativa diante do risco da exclusão do sistema produtivo, visto que, mesmo com alguma qualificação profissional, não há garantias de uma remuneração adequada às atividades laborais realizadas. Diante disso, no início dos anos 2000, um quantitativo considerável de indivíduos se encontrava na situação de trabalho por conta própria e sem registros, afetados por baixos salários e elevada rotatividade, inclusive no que se diz respeito aos trabalhos formais.

Assim, em um panorama agravado em anos posteriores, houve uma elevação no número de trabalhadores atuantes nos setores de telecomunicações, no trabalho ambulante, no teletrabalho, nas revendedoras de cosméticos e/ou utensílios domésticos, no campo da cultura e nas artes, na tecnologia, na economia solidária etc. (Antunes, 2018, 2014; Leite; Araújo, 2009; Lucena; França; Palafox, 2009).

Novas ocupações foram criadas, mas também reaparecem outras formas já existentes e com alguma modificação, como é o caso dos trabalhadores não industriais, não formais e não protegidos legalmente. Amplia-se o trabalho atípico – aquele caracterizado por ser realizado em tempo parcial, por tempo determinado, em domicílio e/ou por conta própria. Portanto,

A flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, a ampliação das terceirizações e da informalidade acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil. As novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, combinadas com um relativo avanço tecnológico em um país dotado de um enorme mercado consumidor tornaram-se elementos centrais da produção capitalista no Brasil. A articulação complexa existente entre financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva e as mutações no espaço microcósmico do trabalho e da empresa não poderia deixar de afetar profundamente a classe trabalhadora. Se na década de 1990 tivemos um período de forte redução nos empregos formalizados, na década de 2000 foram criados 21 milhões de postos de trabalho, dos quais 94,8% recebiam uma baixa remuneração (1,5 salário mínimo por mês). As atividades nos serviços geraram 6,1 milhões de empregos; seguidas pelos trabalhadores do comércio com 2,1 milhões; da construção civil com 2 milhões; de escriturários com 1,6 milhão; da indústria têxtil e vestuário, com 1,3 milhão; e do setor público com 1,3 milhão (Antunes, 2014, p. 41).

Neste contexto, a flexibilização total do mercado passa constituir a rotina dos trabalhadores que vivenciam as consequências da ausência de vínculos formais, estáveis e seguros. A

precarização e a informalidade são características das formas que o trabalho assume neste período, de modo que a subcontratação e a terceirização passam a ser práticas aceitas, consolidadas e até mesmo incentivadas. Neste sentido,

Se a informalidade (que em nosso entendimento ocorre quando o contrato de trabalho não obedece à legislação social protetora do trabalho) não é sinônimo de precarização, sua vigência (da informalidade) amplia e intensifica ainda mais o *processo de precarização* (Antunes, 2014, p. 40, grifos do autor).

Atualmente, a reestruturação produtiva é caracterizada pelas alterações no mundo do trabalho, realizadas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais, e a ampliação do setor de prestação de serviços e sua informalidade. Tendo em vista a busca pela acumulação de capital, mudam-se os valores, as concepções e as posturas dos gestores nos espaços de trabalho, como relata Bottechia (2021):

[...] as próprias empresas que buscavam aumento nos lucros passaram a investir em programas de qualidade total, com educação sobre a cultura da empresa, com ênfase em missão, lema e objetivos que, entre outras ações de formação, deveriam resultar em um maior índice de produtividade e, por consequência, realizando, de certa forma, o caminho de volta do plano do indivíduo para o social. Porém, trata-se de um social ainda capitalístico, pois as ações correspondem a uma padronização de comportamentos constantemente moldados dentro o do paradigma da “máquina capitalística”. As máquinas capitalísticas, por sua vez, são constantemente formatadas, e a modelização do padrão capitalístico faz do homem um ser maquínico, programável; e, da sociedade, um domínio do modo capitalista, fragmentado, modelado, desconstruível, instantâneo, volátil, ou, por outra linha de pensamento, líquido (Bottechia, 2021, p. 102).

Para esta configuração do trabalhador preparado para lidar com as inovações tecnológicas e administrativas, o investimento em formação profissional foi impulsionado pelos gestores destas empresas e indústrias, delimitando o que se denominou como Indústria 4.0⁴⁰:

[...] utilizada pela primeira vez em 2011 pelo governo alemão para se referir aos processos produtivos ciberfísicos, [esta denominação] supõe que foram deixadas para trás energias produtivas (vapor, eletricidade e a informacional), substituídas pelo uso de tecnologias para automação e troca / armazenamento de dados que utilizam elementos computacionais colaborativos com o propósito de controlar entidades físicas (Bordin; Machado, 2021, p. 23-24).

O desenvolvimento da Indústria 4.0 relaciona-se à reestruturação produtiva promovida na

⁴⁰ Como explicam Previtali e Fagiani (2020, p. 2019), “O termo Indústria 4.0 surge com destaque internacional pela primeira vez quando da sua apresentação na Hannover Messe Fair, na Alemanha, fruto da proposta de três engenheiros alemães, em 2011”.

Quarta Revolução Industrial e à inserção das tecnologias digitais no mundo do trabalho, tendo em vistas manter e dinamizar o capitalismo no contexto da globalização. Gerando consequências na sociedade como um todo, seja em seus aspectos econômicos, sociais e culturais, a Indústria 4.0 tem sido identificada nos processos produtivos mediados pelas tecnologias e com repercussões, em diversos graus e maneiras, para os proprietários, os gestores e os trabalhadores – um novo formato de organizar a produção e de se trabalhar se fazem presentes, de maneira que várias repercussões oriundas da elevação da automação e do uso da inteligência artificial nos processos de trabalho são notadas (Moraes, 2021; Antunes; Filgueiras, 2020).

Relacionados à sociedade constituída a partir da Indústria 4.0, os interesses dominantes têm sido mobilizados para se extrair dos trabalhadores habilidades sociais, emocionais e pautados na criatividade, bem como a descentralização das inteligências. As competências tecnológicas são entendidas como necessárias, devido à grande quantidade de dados e a necessidade de sua análise e armazenamento. Esse novo formato de trabalho e de comportamentos exigidos motivou a alteração, também, da formação profissional⁴¹. Passa a ser essencial a presença de profissionais que conseguissem criar produtos tecnológicos inteligentes que poderiam ser organizados em rede, colaborando os objetivos traçados (Bottechia, 2021). Dessa maneira, a dominação capitalista se expande, atendendo objetivos de se controlar os trabalhadores mediante o estabelecimento de uma crescente apropriação de suas potencialidades. Neste sentido,

A eficiência do capitalista está na sua capacidade e inventividade de assimilação máxima do trabalho na sua dimensão objetiva e subjetiva, transformando o tempo livre, a imaginação e a resistência dos trabalhadores em mais trabalho. Essas iniciativas se consolidam com a antecipação das reivindicações dos trabalhadores, incorporando seus anseios e aspirações aos interesses das empresas, bem como, em nível estrutural, à promoção de novas elites que se manifestam em governos eleitos pelos trabalhadores com potencial de promover medidas que prejudiquem os próprios trabalhadores. É nesse sentido que se criam e recriam ideologias voltadas para a exploração máxima das capacidades dos trabalhadores que se manifestam em políticas educacionais voltadas para esse fim, sendo o Brasil um dos exemplos (Lucena; França; Palafox, 2009, p. 150).

Desta forma, atendendo às estratégias de dominação ideológica, o trabalho e a educação são concebidos como meios fundamentais para o “processo de construção da cidadania capitalista” e viabilizadores do acesso a direitos inerentes à vida em sociedade. Sob a influência dessas

⁴¹ Recentemente, interesses capitalistas direcionaram mudanças na Educação Básica, destacando as alterações propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a educação escolar proposta no Ensino Médio, sendo esta grande responsável pela formação inicial dos trabalhadores (Bottechia, 2021).

perspectivas, a partir do recebimento do salário, torna-se possível o indivíduo ser cidadão, em uma lógica na qual o trabalhador seria dotado de liberdade para vender a sua força de trabalho e de capacidades para viabilizar as relações sociais que circundam o processo de produção de mercadorias e o próprio capitalismo (França; Previtalli; Lucena, 2009).

No contexto da globalização, práticas associadas à reestruturação produtiva e inspiradas na doutrina neoliberal se tornam meios de ampliação da exploração do trabalho e de torná-lo mais rentável, caracterizando o capitalismo contemporâneo e a sua busca incessante pela elevação dos lucros.

A classe trabalhadora passa a ser composta também por um elevado número de profissionais atuantes no setor de prestação de serviços e que não produzem diretamente mercadorias e mais-valia, sendo denominados em muitos estudos de trabalhadores improdutivos⁴², mas que têm sofrido claramente as condições precarizadas e intensificadas impostas ao trabalho. O processo de trabalho capitalista passa a ser caracterizado pela convivência destas formas assumidas pelo trabalho no qual o novo proletariado de serviços se insere na lógica da mercadorização e é um “escravo digital”, que sofre uma maior precarização, informalidade e a exigência de uma intelectualização do trabalho, devido às TDIC (Antunes, 2018).

As tecnologias facilitaram as alterações no trabalho rumo à sua maior flexibilização, por proporcionarem formas diferenciadas de lidar com os processos de trabalho, mediados pelo computador e pela internet na sociedade global, em que prevalecem a virtualidade, a momentaneidade e as novas vivências de tempo e de espaço. Porém, contraditoriamente, a informalização⁴³ tem sido incrementada na era da informatização do trabalho (Antunes, 2018).

Em uma “processualidade multitendencial”, são criados meios de se apropriar do sobretrabalho a partir do uso das máquinas e das TDIC, em meio a muitos trabalhadores na situação

⁴² Sobre o trabalho no setor de serviços ser enquadrado como improdutivo, destaca-se que: “Embora ela tenha como núcleo central os *trabalhadores produtivos*, a classe trabalhadora abrange também, em nosso entendimento, os *trabalhadores improdutivos*, que não criam mais-valia, mas que são imprescindíveis para a criação de valor e parte constitutiva do conjunto dos assalariados. A partir das profundas transformações ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora não deve se restringir somente aos *trabalhadores manuais diretos*, mas deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais, que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário e são pagos por capital-dinheiro, independentemente da atividade que realizam ser predominantemente material ou imaterial. E no capitalismo financeirizado da era informacional, desenvolve-se cada vez mais uma simbiose entre o que é *produtivo* e o que é *improdutivo*, uma vez que o mesmo trabalho executa frequentemente atividades que geram valor e, simultaneamente, conferem a qualidade do que realizaram” (Antunes, 2014, p. 50-51, grifos do autor).

⁴³ A ideia de informalidade será aprofundada no Capítulo 4, após a apresentação dos dados empíricos e na busca por se entender contextualmente o trabalho digital informal, trazendo conceitos, histórico e inter-relações com o objeto de estudo desta tese.

de desempregados e outros atuando como precarizados (Antunes, 2018). A realidade tem demonstrado que estes trabalhadores necessitam enfrentar uma rotina exaustiva e desgastante, como marcas do trabalho informalizado e plataformizado. Pesquisas recentes indicam, também, essas características e as contradições do trabalho uberizado. Dentre estas pesquisas, podemos citar os estudos de Abílio (2020a), Abílio *et al.* (2020), Santana e Antunes (2021), Antunes e Filgueiras (2020), Graham e Anwar (2020) e Franco e Ferraz (2019).

Neste sentido, as tecnologias digitais, além de viabilizarem a prestação de serviços de modo informal e destituído de direitos, tornam possíveis a comunicação com a empresa e a subordinação a seus mecanismos de controle e de persuasão. Deste modo, não há condições efetivas destes se tornarem trabalhadores livres, empresários e protagonistas do seu trabalho. Distantes dos direitos e das garantias do trabalho formal, eles passam a ter que arcar com toda a responsabilidade da sua atuação laboral – ou seja, precisam arcar com os meios e os instrumentos de trabalho, como é o caso dos veículos, da alimentação, do combustível e dos impostos, dentre outros.

Contraditoriamente, essa possibilidade de trabalho tem se popularizado na sociedade atual, mesmo se baseando em critérios que colocam esses trabalhadores na situação de subordinados e inferiorizados, sem claras possibilidades de se manifestar para a empresa, questionar suas regras, negociar punições e requerer melhores condições de trabalho. Verifica-se que esta atividade econômica tem se fortalecido no cenário atual, em que o desemprego estrutural e as necessidades de sobrevivência fazem com que muitos destes trabalhadores se sintam obrigados a se adaptar às alternativas de sobrevivência disponíveis (Antunes, 2005).

Nas manifestações contemporâneas do trabalho, evidencia-se que a intensificação do trabalho se faz presente, bem como a auto exploração, a partir de novos e antigos mecanismos de exploração. Há uma atuação instável destes trabalhadores em uma lógica que tem como pressuposto a sua disponibilidade para o labor, tendo em vista a sua imprevisibilidade do trabalho, sua intermitência e a ausência de formalidade contratual.

A inexistência de planejamento e de garantias das demandas de trabalho, como ocorre no trabalho formal, são fatores geradores de insegurança que afetam os trabalhadores informalizados. Sua atuação como *freelancers*, no teletrabalho e em *home office* remetem a estas novas configurações, em que os respectivos espaços de trabalho também passam pela flexibilização. Há uma eliminação de direitos e da seguridade social, além da formação de uma dupla jornada de trabalho sem remuneração adequada e sem garantia de trabalho futuro (Antunes, 2018). Portanto,

por mais que a ideia da informalidade não remeta necessariamente ao conceito de precarização, como apontado anteriormente, as formas que o trabalho tem assumido aproximam estes conceitos. Neste sentido,

Uma vez que concebemos a informalidade quando há *ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho*, pode-se acrescentar que, se a informalidade não é sinônimo *direto* de condição de precariedade, sua *vigência* expressa, com grande frequência e intensidade, formas de trabalho desprovidas de direitos, as quais, portanto, apresentam clara similitude com a precarização. Desse modo, a informalização da força de trabalho vem se constituindo como um dos mecanismos centrais utilizados pela engenharia do capital para ampliar a *intensificação* dos ritmos e movimentos do trabalho e ampliar o seu processo de valorização. E, ao fazê-lo, desencadeia um importante elemento propulsor da *precarização estrutural do trabalho* (Antunes, 2018, p. 71, grifos do autor).

Nos dias atuais, nos quais as TDIC estão cada vez mais utilizadas em favor da reprodução ampliada do capital, o setor de prestação de serviços tem sido composto pelos trabalhadores digitais, sendo muitos destes informalizados. Desta maneira, o trabalho digital tem ganhado espaço crescente no capitalismo global⁴⁴, sendo uma ocupação que, imersa em novas concepções de tempo, espaço e distância, elimina a obrigatoriedade da proximidade física entre empregadores, trabalhadores e clientes envolvidos na relação produtiva. Desta maneira, “a modularização, mercadorização e padronização das tarefas de um trabalho, a criação de mercados para o trabalho digital e os avanços na automação apresentam maneiras de cortar os vínculos entre o trabalho de serviços e um local determinado” (Grahm; Anwar, 2020, p. 49).

Entre as manifestações do trabalho digital, os *call centers* são um setor que têm, em tempo parcial, empregado a mão de obra jovem, feminina, negra e LGBT. Supostamente, este setor viabiliza a realização de outras atividades econômicas e o prosseguimento dos estudos; porém, se verifica que é tão somente uma estratégia de aceitação do trabalho em tempo parcial, haja vista que este proporciona uma maior exploração em jornadas curtas e exaustivas, com o recebimento de baixos salários (Nogueira, 2020; Leite; Araújo, 2009).

⁴⁴ Ressalta-se que a história do trabalho digital remonta aos anos de 1980, no qual este surge no contexto da terceirização de funções por empresas ocidentais, sendo que estas eram secundárias e buscava-se a redução dos salários pagos. Já nos anos de 1990, trabalhadores da Índia e das Filipinas passaram a prestar serviços para países ocidentais, sendo empregados localmente, na maior parte dos casos e submetidos à terceirização. Já a segunda onda do trabalho digital pode ser caracterizada pelo “trabalho de nuvem” nos quais o uso da internet propiciou a redução dos custos e a maiores possibilidades de atuação dos trabalhadores. Neste cenário, emergem como protagonistas as plataformas de trabalho digital que conectam as empresas, os clientes, os trabalhadores e os pequenos negócios, independente da proximidade geográfica dos sujeitos envolvidos (Grahm; Anwar, 2020).

O trabalho *online*, representando um segmento considerável do setor de prestação de serviços, tem gerado alterações nos processos de trabalho, favorecendo os interesses dos proprietários das empresas. As concepções de tempo e de espaço passam por adaptações, ampliando a exploração capitalista. De fato, “com o trabalho *on-line*, que gera uma fonte de ampliação do tempo disponível para o trabalho, amplia-se ainda mais o que venho denominando de *escravidão moderna na era digital*” (Antunes, 2019, p. 16, grifos do autor). Portanto, o trabalho digital apresenta algumas características específicas, que atendem aos interesses dominantes:

[...] parece exprimir muito mais uma *nova condição de assalariamento* no setor de serviços, um novo segmento do *proletariado da indústria de serviços*, sujeito à exploração do seu trabalho, desprovido de controle e da gestão do seu *labor* e que vem crescendo de maneira exponencial, desde que o capitalismo fez deslanchar a chamada era das mudanças tecnológico-informacionais-digitais (Antunes, 2018, p. 79, grifos do autor).

Entre os operadores de telemarketing e *call center*, houve um aumento considerável da exploração e da imposição das metas de produtividade pré-determinadas pelos administradores das empresas. Como visto, este tipo de trabalho tem ganhado um espaço considerável na economia, e, neste sentido:

[...] Para além de seus objetivos aparentes, quais sejam, “garantir a qualidade dos atendimentos” e a “satisfação do cliente”, as operadoras de telemarketing vivem um significativo processo de exploração da sua força de trabalho, visível quando pesquisam as suas condições de saúde, tempo, “qualidade”, “motivação”, dentre tantos elementos presentes em seu cotidiano. [...] As exigências de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos coordenadores e supervisores, os baixos salários, os adoecimentos e padecimentos decorrentes das condições de trabalho são traços constitutivos desse novo proletariado de serviços que está em expansão no Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações para o capitalismo financeiro global. Constituem-se, portanto, uma nova parcela que amplia e diversifica a classe trabalhadora no Brasil (Antunes, 2014, p. 49).

Ao longo da estabilização dessa profissão, este trabalho se caracterizou por rotinas desgastantes, ritmos elevados de trabalho, falta de descanso suficiente, imposição de metas de produtividade, necessidade de realizar movimentos repetitivos e pré-determinados e submissão a mecanismos rígidos de controle. Estudos apontaram que muitos problemas de saúde, tanto em relação à saúde física quanto psicológica, foram identificados entre estes profissionais – dentre vários, temos como exemplos: distúrbios musculares, a ansiedade, a depressão, a surdez, e as lesões respiratórias (Nogueira, 2020; Leite; Araújo, 2009).

Outra manifestação do trabalho digital pode ser visualizada na rotina dos bancos, com a inserção de inovações tecnológicas, bem como na fusão entre bancos e incorporações, na implementação de tecnologias digitais, na terceirização de serviços e na implementação dos correspondentes bancários. O trabalho passou por uma reorganização e por deslocamentos, de modo que essas alterações contribuíssem para a intensificação da produtividade do trabalho operacional e intelectual.

De fato, envolvido em processos permanentes de reestruturação produtiva, há peculiaridades importantes neste setor, pois, como afirma Nogueira (2020, p. 238) este setor “[...] mescla o fordismo ou a produção em massa de produtos e serviços com o padrão flexível do Toyotismo em todas as áreas do trabalho – contratos, jornadas, remuneração –, da produção, dos serviços privados e também públicos (privatização e terceirização sem medidas)”.

Também denominado de infoproletariado ou ciberproletariado, este novo proletariado de serviços na era digital está inserido em um mercado de trabalho que tem duas realidades distintas e complexas: ou se submete ao desemprego, ou se rende ao “privilégio da servidão” – ou seja, se insere no mundo do trabalho sob condições precárias e flexibilizadas por necessidade de sobrevivência. Nesta realidade do labor, as empresas têm instituído o máximo de flexibilização no trabalho, as jornadas de trabalho indeterminadas, a flexibilização dos espaços laborais, a remuneração variável, a supressão dos direitos e da organização sindical, além de instituírem um sistema de metas que devem ser atingidas. Nesta lógica, busca-se consolidar uma sociedade da terceirização total, que é dotada de respaldo legal para existir e implementar estes elementos constitutivos do trabalho atual (Antunes, 2018; 2019).

Além de alterar as concepções de tempo e de espaços produtivos, o trabalho digital envolve uma organização laboral que colabora para o fortalecimento do capital e mantém os trabalhadores na condição de fragilizados. Dessa forma,

Essa pode ser a ordenação final para o trabalho: um sistema que os trabalhadores estão conectados e atomizados, sendo colocados uns contra os outros em um mercado gigante, no qual seu trabalho é comprado e vendido como uma mercadoria; um sistema em que as empresas que terceirizam trabalho têm a possibilidade de extrair de uma reserva infinita de trabalhadores conectados. Uma ordenação virtual, na qual o capital não precisa mais estar congelado em um local, e na qual os excedentes de trabalho podem ser exportados sem exportar os trabalhadores, concedendo-lhes, assim, pouca voz e pouco poder (Grahm; Anwar, 2020, p. 52-53).

Durante essas modificações no trabalho, a inserção das tecnologias maquinicas e a posterior inserção das TDIC – com o uso da internet, dos computadores e, mais recentemente, dos aparelhos celulares nos espaços de trabalho – tem ocasionado, paulatinamente, a criação de sistemas de vigilância e controle que atinge os trabalhadores diretamente (Santos, 2015). Recentemente, o trabalho digital tem sido realizado a partir do uso destas tecnologias digitais, aliadas às novas possibilidades de exploração, controle e fiscalização da força de trabalho pautadas na informalidade e na flexibilização do trabalho.

Tem ganhado espaço cada vez maior a prestação de serviços com o uso dos aplicativos de celulares, em trabalhos informais e pautados nessas novas configurações. Formando o trabalho uberizado, este se deu partir das transformações realizadas a favor da economia global e da busca incessante por dinamizar a obtenção de lucros, conforme apresentado no capítulo anterior. Estas práticas têm ganhado adeptos na sociedade, abrangendo os consumidores de tais serviços, mas também a mão de obra envolvida, em processos marcadamente contraditórios e desumanos, como será discutido a seguir.

3.3 O processo de uberização e os motoristas da empresa Uber: entre a ideologia do empreendedorismo e a precarização do trabalho

A empresa moderna tem se caracterizado pelo máximo de flexibilização, jornadas de trabalho indeterminadas, espaço laboral flexível, remuneração variável, sem direitos e uma organização sindical frágil, além de um sistema de metas estabelecido. Essas características do trabalho ganham força e popularidade no mercado, de modo a atingir o setor de prestação de serviços, que tem sido caracterizado pelo uso das tecnologias digitais como meio de estabelecer as relações entre empresa, consumidores e trabalhadores.

Desta forma, o século XXI tem como marca a constituição de uma nova morfologia do trabalho que causa desestruturação e fragilização em termos de direitos e vínculos trabalhistas. Como parte do setor de serviços, o trabalho por conta própria, na lógica neoliberal, é apresentado como ápice da liberdade individual e da atuação conforme as forças do mercado, sendo neste contexto que o trabalho uberizado se constitui e se fortalece.

Antes, eram chamados de viração; agora, esses processos de trabalho informalizados e

digitais ganham contornos e fatores novos, nos quais constituem o que tem sido chamado de *gig economy*, que é um o mercado constituído pelo trabalho instável, marcado por bicos e incertezas, além de destituídos de uma identidade consolidada (Abilio, 2017).

A flexibilização é considerada uma característica importante da uberização, sendo já presente em contextos anteriores à sociedade digital e que tem ganhado contornos e se aperfeiçoado em favor de processos exploratórios do trabalho. Exemplo destas atividades é o trabalho tipicamente feminino, como o doméstico ou nas áreas ligadas à beleza, no qual o trabalho flexibilizado envolve a ausência de vínculo e a intensificação do trabalho. Nestes estudos, a flexibilização foi identificada no trabalho em salões de beleza em anos anteriores, constituindo práticas que podem ser associadas à uberização. Foi evidenciada, deste modo, enquanto um fator central para o trabalho informal realizado no setor de prestação de serviços.

Voltando para os salões de beleza, o trabalho tipicamente feminino oferece-nos as raízes da flexibilização do trabalho que atravessa o mercado de cima a baixo. A indistinção entre o que é e o que não é tempo de trabalho, a fusão entre esfera profissional e esfera privada e a impossibilidade de mediações publicamente instituídas na regulação do trabalho, a indefinição quanto ao que é e o que não é trabalho são alguns dos elementos que costuram a vida das mulheres. No mais precário trabalho da costureira em domicílio, da empregada doméstica, da dona de casa podemos encontrar elementos que hoje tecem a exploração do trabalho de forma generalizada. Olhando para uma ocupação tipicamente feminina, foi possível reconhecer tendências em curso no mercado de trabalho que hoje desembocam na forma visível da uberização (Abilio, 2017, n.p.).

O processo de uberização tem se expandido juntamente com a ampliação da informalização do trabalho no contexto da globalização e da disseminação das TDIC. Suas possibilidades têm afetado o mundo do trabalho e tem ganhado espaço significativo, sendo uma prática bastante atual. Este fenômeno tem sido analisado também com outras denominações, que focam em determinadas especificidades ou características, como é o caso dos termos economia-*gig*, economia de plataformas, economia por intermediação, economia do compartilhamento, economia de serviços sob demanda, capitalismo de multidão, trabalho digital,⁴⁵ economia colaborativa, *crowdsourcing*⁴⁵ e *crowdwork*⁴⁶ etc. (Vidigal, 2022; Antunes; Filgueiras, 2020; Slee, 2017).

⁴⁵ O termo *crowdsourcing* pode ser entendido como uma terceirização de uma multidão, consistindo em uma forma de organizar o trabalho digital que intermedia a prestação de serviços entre usuários-tomadores a usuários-prestadores do serviço, possuindo a obtenção de lucros como um objetivo (Ruscito, 2021).

⁴⁶ A denominação *crowdwork* pode ser traduzida, literalmente, como trabalho de multidão no qual plataformas digitais são configuradas para se constituírem em ferramentas de trabalho *online*. Pode ser entendida como uma terceirização

A uberização é uma maneira peculiar de organização do trabalho realizado no contexto da Indústria 4.0 e tem sido identificada no trabalho sob demanda, realizado com a utilização de aplicativos de celulares e pautada na flexibilidade, que necessita disponibilidade do trabalhador para o serviço que surgir, em qualquer momento do dia, sem usufruto de vínculos empregatícios e seus respectivos direitos trabalhistas (Antunes; Filgueiras, 2020; Previtali; Fagiani, 2020). Desse modo:

A Indústria 4.0 é, assim, mais um passo na reestruturação produtiva com vistas ao aumento da lucratividade das empresas e da exploração do trabalho. As tecnologias digitais, como também são chamadas, trazem consigo o advento do teletrabalho, forma de trabalho mediada por plataformas digitais, os aplicativos (apps), numa aparente relação de não trabalho e, portanto, de não exploração. O teletrabalho pode ser feito total ou parcialmente à distância, em qualquer lugar, desde que haja um computador ou celular e conexão à internet. Não possuindo mais horário ou local fixo, ele é realizado sob demanda e remunerado como tal, isto é, por serviço prestado, de forma uberizada, com significativos desdobramentos sobre a subjetividade do ser que trabalha e para a dinâmica da luta de classes (Previtali; Fagiani, 2020, p. 217-218).

Como inicialmente descrito no Capítulo 2, a empresa Uber demonstrou pioneirismo ao implementar uma nova organização do trabalho digital. Criada pelo diretor executivo Travis Kalanick no ano de 2009, a empresa se inicia com a utilização de carros de luxo, mas com posterior expansão e popularização na oferta dos serviços⁴⁷. O transporte de passageiros na Europa marca o início da prestação de serviços no setor de mobilidade social, com posterior diversificação, acrescentando-se a entrega de produtos alimentícios, o transporte com acessibilidade e o transporte de encomendas (Slee, 2017).

Colabora para este processo a terceirização do trabalho que, mesmo remontando aos anos 1990, é impulsionada pelo uso das TDIC. A presença do celular e das plataformas digitais alterou o trabalho, modificou a logística, a organização dos trabalhadores e o tempo investido, proporcionando condições para reconfiguração e crescimento das empresas terceirizadas. Ocupações ligadas ao “autoempreendedorismo” se fortalecem ainda mais com a existência do desemprego estrutural e do exército industrial de reserva como fatores intrínsecos a esta configuração social.

que possui como característica essa transferência do trabalho para a plataforma digital e a fragmentação do trabalho no qual os trabalhadores não conseguem visualizar o processo produtivo como um todo (Kalil, 2022).

⁴⁷ A obra de Isaac (2020) tem mais detalhes sobre a criação da empresa Uber, bem como sobre as disputas econômicas envolvidas na criação desta multinacional, o mercado global e os sujeitos sociais envolvidos.

Nesta lógica, é fundamental que a classe trabalhadora esteja disposta a se submeter às condições laborais impostas e seja uma classe enfraquecida e fragmentada. A flexibilidade é cobrada de tais trabalhadores, bem como a capacidade de adaptação ao que seja necessário para a expansão e crescimento do capital (Ciclo de Debates, 2021; Harvey, 2011). Assim,

[...] se as novas TIC trazem grandes mudanças para o mundo do trabalho, vale notar que seus elementos centrais estão canalizados para elevar a capacidade de controlar e comandar um enorme exército de força de trabalho sobrando, do que resulta um aumento exponencial tanto na exploração quanto na espoliação do trabalho, levando-se ao limite os interesses ditames do capital e de suas corporações. Desse modo, as TIC se configuram como um elemento vital entre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo de nosso tempo. Ao contrário da equivocada previsão sobre o fim do trabalho, da classe trabalhadora e da vigência da teoria do valor, o que temos, de fato, é uma ampliação do trabalho ainda mais precarizado, que se estende e abarca (ainda que de modo diferenciado) desde os/as trabalhadores/as da indústria de software aos de call-center (o infoproletariado ou cibertariado), atingindo progressivamente o trabalho nos bancos, no comércio, nos setores de fast-food e turismo, além da própria indústria e agroindústria etc. (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 73).

Desta maneira, o processo de uberização passou a permear o mundo do trabalho, em grande parte por conta das ações da empresa Uber, embora esta tenha buscado seu espaço e identidade própria. Por conta desse processo, além do transporte de passageiros e entrega de encomendas e alimentos com o uso de automóveis, motocicletas e bicicletas, estendeu-se o serviço uberizado para outros setores da economia, como a educação e a saúde, por exemplo. Empresas concorrentes se inspiraram nas características da empresa Uber e criaram suas marcas, *marketing* e processos de trabalho. Portanto, a uberização é um processo amplo e geral, que passa a envolver diversos tipos de trabalhadores e setores da economia, sendo que tem crescido significativamente e ganhado força diante das possibilidades de lucros empresariais⁴⁸ (Ciclo de Debates, 2021). Conceitualmente, temos que:

[...] a chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como uma expressão dos *modos de ser* do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, em que as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a *aparência* de prestação de serviços. Porém, os traços constitutivos de sua concretude, como veremos a seguir, são expressão de formas diferenciadas de assalariamento, comportando obtenção de lucro, exploração do mais-valor e

⁴⁸ Como forma de se entender as particularidades do objeto de pesquisa desta tese, nesta pesquisa, o foco será a análise do trabalho uberizado dos motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber, citando as outras formas, de maneira descritiva.

também espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/as, que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, imprescindíveis para a realização de seu labor. Diferente da planta produtiva taylorista e fordista dominante no século XX, na era do automóvel, as empresas liofilizadas e flexíveis dessa nova fase informacional-digital-financeira vêm impondo sua tríade destrutiva em relação ao trabalho, na qual flexibilidade, informalidade e intermitência se convertem em partes constitutivas do léxico, do ideário e da pragmática da empresa corporativa global (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 64-65, grifos do autor).

Segundo Abílio (2020b), o termo “uberização” se espalhou e ganhou popularidade de tal modo que pudesse interferir na vida de quaisquer indivíduos e profissões. Isto ocorreu porque o trabalho viabilizado pela empresa Uber inspirou outras manifestações laborais contemporâneas, cujo desenvolvimento e repercussão foram eficientes a ponto de possibilitar a sua expansão para outras atividades e serviços, além de inspirar outras empresas a adaptarem essa estrutura a seus próprios negócios. Por outro lado, como foco desta pesquisa, as características deste trabalho ainda mantém seu pioneirismo e ensejaram ações que repercutiram globalmente e para outros setores da economia, não se limitando ao setor de transportes.

Distinguindo-se do trabalho formalizado dos taxistas, as “facilidades” de atuação apresentadas aos trabalhadores vinculados à empresa Uber caracterizam a captação dos trabalhadores, como, por exemplo, a inexistência de vínculo formal e de vistoria junto às prefeituras; a ausência de inspeção pública do veículo; e o não recolhimento de impostos específicos. Há um parasitismo da Uber para com as cidades em que se instala, pois decorre daí parte de seu sucesso e repercussão (Slee, 2017). Neste sentido,

A ideia de liberdade e flexibilidade (trabalhar quando e onde quiser) propagada pelas empresas constitui, na verdade, a transferência deliberada de riscos para aumentar o controle sobre os/as trabalhadores/as, pois essa liberdade significa ausência de salário garantido e incremento de custos fixos, que se convertem em responsabilidade dos/as trabalhadores/as (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 66).

Para atuar na empresa Uber, cada trabalhador precisa possuir seu automóvel e necessita de se suprir autonomamente, sendo muitos destes veículos alugados, emprestados e/ou financiados, o que coloca nas mãos dos trabalhadores a responsabilidade por viabilizar e manter os meios de trabalho. Ademais, mesmo que este se desgaste e desvalorize, trata-se de um problema do motorista “auto empreendedor” e “auto gerenciador” do seu trabalho (Ciclo de Debates, 2021).

Ressalta-se que o trabalho autônomo inibe as possibilidades de vínculos formais⁴⁹ e seus benefícios, já que a ausência de assalariamento pressupõe uma despreocupação das empresas com os direitos trabalhistas:

As supostas novas formas de organização do trabalho associadas ao uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e às empresas que se apresentam como plataformas ou aplicativos são, na verdade, estratégias de contratação e gestão do trabalho que mascaram o assalariamento presente nas relações que estabelecem. A negação do assalariamento é elemento central da estratégia empresarial, pois, sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência de riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e a sujeição (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 60).

O trabalho uberizado se configura, portanto, em uma atividade instável e insegura que, embora advogue pela segurança como valor essencial, não a garante, de fato. Os administradores e os proprietários da empresa Uber afirmam que os motoristas associados a ela não possuem vínculos trabalhistas e não podem requerer tais benefícios: não se responsabilizam, portanto, por quaisquer problemas enfrentados pelos motoristas durante as viagens, nem por seus veículos, segurança ou outros imprevistos que venham a acontecer nos trajetos realizados e mediados pelo aplicativo (Slee, 2017).

As formas de trabalho uberizado têm ganhado adeptos, por suprir demandas de ocupação e renda, já que o desemprego estrutural faz com que as massas de trabalhadores sejam controladas e aceitem as condições impostas. É assim que muitos desses trabalhadores se sujeitam a longas jornadas de trabalho e salários incompatíveis e insuficientes. Similarmente, necessidades de sobrevivência fortalecem a submissão a este tipo de trabalho em que há atuação laboral durante longas jornadas de trabalho com atividades sob inteira responsabilidade dos trabalhadores (Slee, 2017).

É preciso um olhar crítico diante de concepções que trazem o trabalho plataformizado como vantajoso para os trabalhadores, diante de supostas facilidades geográficas e econômicas, ao gerar mecanismos de obtenção de renda em qualquer localização do globo. Há, ainda, a ideia de que as

⁴⁹ Como será abordado posteriormente, no Reino Unido progressos foram alcançados em relação aos trabalhadores vinculados à empresa Uber, de modo que a legislação avançou ao criar dispositivos que sinalizam e exigem o vínculo com a empresa. Desta maneira, os motoristas passaram a ser categorizados como *workers* no qual passariam a usufruir de direitos tais como o salário mínimo, as férias e a aposentadoria. Esta decisão realizada na Suprema Corte Britânica representa o reconhecimento de vínculo entre o aplicativo da empresa Uber e os motoristas. Ainda assim, estes trabalhadores não foram enquadrados enquanto funcionários formalizados tradicionais, denominados de *employeers* (Calcagno; 2021; Sena; 2021).

empresas seriam elos essenciais diante do suprimento de necessidades entre trabalhadores e consumidores (Antunes; Filgueiras, 2020).

A propaganda realizada pela empresa para alcançar os trabalhadores é feita de modo a expor as facilidades e proximidades possíveis, apresentando-se, desta forma, não como empregadores, *per se*, mas como vinculados. A importância da uberização é justificada, ideologicamente, pelos envolvidos, por uma suposta liberdade do trabalhador e ganhos pautados no esforço individual. As empresas agem de modo a convencer que intermediam formas de se ganhar rendimentos em um formato que atenderia às necessidades dos prestadores de serviços, ao se comparar com o trabalho formal. Segundo Antunes e Filgueiras (2020),

Afirma-se também que plataformas e aplicativos criam ambientes de trabalho mais atrativos para quem tem diferentes estilos de vida, sem a rigidez dos empregos tradicionais, facilitando, assim, a manutenção de mais de um emprego. Também é comum a alegação de que esses trabalhos são apenas um meio de obter uma renda extra ou um modo divertido de conseguir dinheiro no tempo livre. [...] E o léxico corporativo, com sua alta dose de mistificação, acrescenta “Mais do que nunca, seu sucesso só depende de você”. Essa tendência se intensifica quando as empresas alegam disponibilizar aplicativos ou plataformas digitais para pessoas que querem ofertar e melhorar seus negócios, engendrando a ideia de que os/as trabalhadores/as seriam clientes dessas empresas (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 63).

Os motoristas são definidos como clientes das empresas de aplicativos, de modo que existe uma negação da ideia de que as empresas seriam empregadoras. Constitui-se, assim, um mecanismo de controle e de gestão do trabalho que camufla as relações e a exploração. Neste sentido, discursos associados às possibilidades de se instituir formas de trabalho sem regulação protetiva têm favorecido a exploração do trabalho e sua precarização (Antunes; Filgueiras, 2020). Dessa maneira:

Os trabalhadores auto empreendedores, colaboradores externos, terceirizados, a miríade complexa de ocupações de prestação de serviços às firmas industriais, aparecem como os novos proletários do “capitalismo pós-moderno”. Por trás do mito da nova autonomia do Você S/A, subsiste um novo tipo de estranhamento capitalista ou de subsunção real do trabalho ao capital, com a disseminação do salariado precário e da precariedade hipermoderna (Alves, 2007, p. 171).

As necessidades de sobrevivência e a respectiva busca pela elevação nos rendimentos impulsionam o motorista a elevar seu tempo de trabalho ao máximo, alcançando as metas impostas pelas empresas e tornando seu trabalho ainda mais precário e instável. É colocada em prática, desta

forma, a transferência da gerência do trabalho para o próprio trabalhador, que se torna “patrão de si mesmo”, configurando o autogerenciamento subordinado. Entretanto, esta forma de lidar com o labor envolve a transferência de riscos do trabalho (Ciclo de Debates, 2021), de modo que

[...] os motoristas da Uber são “parceiros”, empresários autoempregados que escolhem trabalhar na plataforma. O modelo de “microempreendedores” que escolhem quando trabalhar, de maneira independente, é o que faz da Uber parte efervescente da Economia do Compartilhamento. O que parece à primeira vista um modelo leve e flexível de trabalho transforma-se, nas mãos da Uber, em mais uma maneira de a companhia se dar bem (Slee, 2017, p. 129-130).

Tais práticas estão em consonância com a ideologia do auto empreendedorismo apresentada como solução para as crises estruturais que caracterizam o capitalismo. Os trabalhadores passariam a ganhar uma suposta autonomia e controle do trabalho, garantindo uma suposta autonomia ao trabalhador. Contudo, o trabalho informal carrega consigo consequências que podem afetar a sua saúde e o seu bem-estar, de modo que cabe ao trabalhador definir seu tempo de trabalho, dias da semana, local, meios e os objetivos que se quer alcançar.

Notam-se manifestações sobre o tema nos meios de comunicação, sendo que uma destas se apresentam como resistência e crítica ao trabalho uberizado: as exposições públicas do entregador de aplicativo com o nome de Paulo “Galo” Lima⁵⁰, que tem se exposto nas redes sociais e em apresentações realizadas em parcerias com instituições educacionais e trabalhistas, colaborando para a denúncia das condições de trabalho. Estas informações têm sido obtidas pelos próprios trabalhadores, e não pela empresa, que mantém os dados em sigilo e não tem a transparência dos dados como valor ou obrigação (Ciclo de Debates, 2021).

Neste sentido, o entregador “Galo” de Lima (2021) descreve como o processo tem sido sofrido e marcado pela sobrevivência precária dos trabalhadores de aplicativos, o que vai além do trabalho nas motocicletas e abrange outras modalidades de trabalho uberizado. Segundo ele,

A exploração vai se sofisticando. Eles te escravizam sem você perceber, fazem você entregar sua força de trabalho de graça e sorrindo. Muitos falam: “agora a gente é livre, a gente faz nosso próprio horário”. Mentira! Quem faz o meu horário são as minhas dívidas. Que trabalhador vai acordar às cinco da manhã e voltar depois da meia-noite, sete dias na semana, se a vida estiver tranquila? Quem faz o horário é o locatário da casa em que ele mora que está batendo na porta, falando “e aí, cadê o aluguel?”; ou o banco, “cadê a prestação da moto? Vamos tomar ela,

⁵⁰ Paulo “Galo” de Lima é, desde o ano de 2019, motoboy brasileiro vinculado aos aplicativos Ifood, Rappi e Uber e criador do Movimento dos Entregadores Antifascistas, promovendo debates e discussões sobre o trabalho uberizado (Lima, 2021.)

malandro!"; ou o cara da Sabesp que tá na porta contando o número do relógio, e você tem que conversar com ele para não cortar, pelo amor de Deus, a água, e o cara fala: “vou te dar até as 18h para você pagar as contas, bacana. Se não, vou ter que cortar”. Quem é que monta o horário do trabalhador? (Lima, 2021, s.p.).

Como pode ser compreendido na fala sobredita, incertezas em relação à quantidade de trabalho por dia e à remuneração recebida fazem parte deste tipo de ocupação, sendo que são ocultadas as regras, os valores, as definições dos ganhos monetários, bem como as formas de avaliações dos motoristas. Trata-se de uma subordinação do trabalhador, que passa a atuar sob demanda, o que se denomina, no escopo desta pesquisa, de trabalho *just-in-time* — aquele no qual o trabalho deve ficar diariamente disponível para a eventual e incerta entrega ou transporte de passageiros, o que pode envolver em grandes perdas, devido às instabilidades de demandas de trabalho, ao tempo ocioso e a eventualidades que possam impedir o trabalho de ser realizado.

A flexibilização marca o cenário atual, e tem sido cada vez impactante, deixando ao trabalhador uma situação de instabilidade. Se os lucros dependem do esforço individual, a intensificação e auto intensificação do trabalho são bastante presentes e danosas, pois é colocada nas mãos de quem trabalha a responsabilidade dos seus ganhos salariais, sob a estrutura de metas e regras rígidas impostas pelas organizações multinacionais. Exige-se uma maior produtividade dos trabalhadores no menor tempo possível, elevando-se, portanto, a exploração do trabalho em processos de intensificação⁵¹ (Dal Rosso, 2008). Buscando alcançar estes objetivos, a empresa tem adotado mecanismos de controle e de vigilância.

A Uber tem estudado a psicologia da persuasão e a utiliza para melhorar suas operações, adotando técnicas de videogames que mantêm os motoristas nos trilhos. Muitos motoristas estão convencidos de que o sistema os engana, por exemplo, mostrando viagens que desaparecem antes que possam aceitá-las, o que faz com que não consigam atingir os níveis de aceitação necessários para ganhar um bônus. Ou manipulando o tempo de espera por um passageiro que ao final cancela, negando o direito à taxa por desistência. Os algoritmos da Uber não são acessíveis para ninguém de fora da empresa, de modo que é difícil saber quais ações são reais e quais são ilusórias (Slee, 2017, p. 132).

Desta maneira, o trabalho por meio de aplicativos gera a necessidade de o trabalhador estar disponível para o labor, torna as grandes corporações globais invisíveis e expande a precariedade total. Com alterações complexas no mundo do trabalho, institui-se a uberização, possibilitando o

⁵¹ A intensificação do trabalho também será discutida no Capítulo 4, com a apresentação dos dados coletados no trabalho de campo, sobre as condições de trabalho dos motoristas da empresa Uber, como o tempo de trabalho e a lógica do trabalho uberizado.

refinamento das relações sociais baseadas na virtualidade, na momentaneidade e na eliminação de fronteiras através das TIC. As máquinas têm ganhado espaço decisório nos processos produtivos, diante do aperfeiçoamento das tecnologias de ponta direcionado à expansão da exploração do trabalhador. Há uma organização tecnológica que

[...] possibilita a interconexão de sistemas ciberfísicos ao longo das cadeias de valor baseados na internet das coisas (IoT), nas *big datas* e na inteligência artificial, a qual permite que máquinas tomem decisões como seres humanos, ou seja, que robôs ou sistemas possam aprender e solucionar problemas com base em dados e protocolos de comunicação padrão com grande rapidez e flexibilidade. [...] Se, durante a Primeira Revolução Industrial (1760) ou Indústria 1.0, as instalações de produção mecânica incorporaram atividades humanas essencialmente manuais, que exigiam força e precisão, tornando o ser humano, como anunciou Marx, um “apêndice da máquina”, a Quarta Revolução Industrial tem como elemento peculiar a substituição de operações mentais humanas pelas máquinas (Previtali; Fagiani, 2020, p. 219, grifos dos autores).

A rotina do trabalho informal é, portanto, controlada pelos aplicativos, que mediam a seleção e o cotidiano dos motoristas uberizados. Realizando a gestão de pessoas de forma privada, há supostos critérios de seleção e de permanência do trabalhador, que precisa alcançar índices de tempo de trabalho, bem metas de produtividade e assiduidade para receber as chamadas de transportes pelos aparelhos celulares. Acrescenta-se a necessidade de se submeter a um sistema de metas que precisam ser alcançadas para que se garanta o vínculo ao aplicativo, que impõe o que e como deve ser feito o trabalho.

Ou seja, uma distância em relação aos padrões é implementada em uma lógica de trabalho na qual a ausência de vínculos impede os funcionários de questionarem e de exigirem melhorias. Trata-se de uma relação despótica com a empresa, que determina todas as regras dos aplicativos e coloca nas mãos dos motoristas o desenvolvimento de estratégias e meios para se conseguir êxito (Ciclo de Debates, 2021; Slee, 2017).

No cotidiano deste trabalho, dados ligados aos serviços prestados são coletados durante as viagens dos motoristas associados à empresa Uber, tanto no que se refere aos comportamentos dos trabalhadores quanto aos dos consumidores, de modo a coletar informações para a organização, culminando na adaptação das regras e das configurações dos aplicativos. Antunes e Filgueiras (2020) afirmam que:

Conjugando o rótulo do trabalho autônomo (ou a negação da própria relação de trabalho) com o contrato por tarefa, os/as trabalhadores/as, além de não terem salário, renda ou jornada garantida em seus contratos, não gozam de qualquer

direito, mesmo quando conseguem um serviço. Assim, a grande novidade na organização do trabalho introduzida pelas novas TIC, além da possibilidade de potencializar exponencialmente as formas de obtenção de lucros e até mesmo de extração do mais-valor, é a capacidade de permitir que as empresas utilizem essas ferramentas como instrumental sofisticado de controle da força de trabalho, de que são exemplos o registro em tempo real da realização de cada tarefa e da velocidade, local e movimentos realizados, além da mensuração das avaliações, tudo sob o aparente comando dos algoritmos (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 66).

Sendo avaliados a todo instante, sistemas de reputação interferem nas possibilidades de trabalho, nas quais há formas de punição e de desvinculação de acordo com os índices de produtividade e as avaliações dos consumidores. Há, neste sentido, uma clara fragilidade e precariedade do trabalho plataformizado, ainda classificado como autônomo e destituído de vínculo empregatício. Inexistem formas de se recorrer a estas decisões, diante da ausência de contratos de trabalho formalizados e de regulamentações que definam regras e garantam os direitos trabalhistas (Slee, 2017). Logo,

[...] o estatuto do motorista é de um trabalhador autônomo, a empresa não é sua contratante, ele não é um empregado, mas um cadastrado que trabalha de acordo com suas próprias determinações; ao mesmo tempo, o que gerencia seu trabalho é um software instalado num *smartphone*: mesmo definindo as regras do jogo, a empresa aparece mais como uma marca do que de fato como uma empresa. Mas o discurso sobre a “parceria” entre empresas-aplicativo e trabalhadores, assim como a imaterialidade destas, rapidamente se esfumaçam quando trabalhadores uberizados se apropriam de seu poder enquanto multidão e estabelecem formas coletivas de resistência e de negociação. Nesse momento as formas de controle, expropriação e opressão ficam explícitas (Abílio, 2017, n.p.).

As imposições das empresas uberizadas, que abrangem, por suposto, a empresa Uber, demonstram as contradições entre o que se propõe ideologicamente para atrair os motoristas e o que de fato ocorre com estes trabalhadores. Sinteticamente, tem-se que estas empresas determinam os perfis de indivíduos que podem trabalhar, sendo isto posto de acordo com seus interesses e apresentados nos cadastros realizados nas plataformas virtuais. O tipo de trabalho é pré-determinado rigidamente, não permitindo a liberdade para que o prestador de serviços crie outros meios de lidar com a mesma atividade, além de ser indispensável obedecer às determinações das atividades propostas. O controle abrange, inclusive, o tempo a ser realizado o serviço e a determinação dos valores envolvidos para seu pagamento. Impõe-se metas de assiduidade e efetividade do trabalho, que não podem ser descumpridas, sob possibilidade de punição. Os trabalhadores são obrigados a ficarem disponíveis para o trabalho, em tempos cada vez maiores, a

partir de incentivos e de um sistema de vigilância e punição (Antunes; Filgueiras, 2020).

Os mecanismos de controle alcançam, inclusive, a comunicação com a própria gerência, que precisa ocorrer em mecanismos definidos e envolve possibilidades de bloqueios de quem infringir estas regras. A “demissão” pode ocorrer sem que a empresa realize a devida orientação e explicação junto aos prestadores de serviços, constituindo-se, portanto, em formas de controle e persuasão realizadas pelos aplicativos na realização do trabalho digital (Antunes; Filgueiras, 2020).

Várias formas de organização política têm sido evidenciadas, com a criação de sindicatos e a realização de greves e manifestações coletivas, como ocorreu no ano de 2016, no cenário internacional, sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra:

Em 2016 ocorreu uma série de manifestações, greves, processos judiciais, formação de sindicatos de trabalhadores de aplicativos pelo mundo. Motoristas Uber americanos (atualmente mais de 400 mil) juntaram-se a enfermeiras, trabalhadores do setor hoteleiro, entre outros, na campanha “Fight for US\$15”, que demandava o pagamento mínimo de quinze dólares por hora de trabalho. Na Califórnia, a empresa Uber optou por pagar US\$100 milhões em acordo com dezenas de milhares de trabalhadores (não há dados claros sobre esse número) que acionaram coletivamente a justiça, requerendo reconhecimento legal do vínculo empregatício com a empresa. O acordo evitou que o processo fosse a julgamento. No final do ano, a justiça inglesa determinou que a Uber reconhecesse o vínculo empregatício com seus motoristas; o processo ainda está em andamento (Abílio, 2017, n.p.).

Estas lutas e demonstrações públicas de insatisfação incentivaram a criação de sindicatos e associações importantes para o fortalecimento deste grupo de trabalhadores, sendo que em 2016 tem-se o marco da criação do Sindicato de Motoristas de Aplicativo de São Paulo; da Associação dos Motoristas Autônomos por Aplicativos; e do Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado Individual de Passageiros do Estado do Pernambuco (Abílio, 2017, n.p.). Entre as diversas outras manifestações posteriores, verifica-se que em 2020, houve, para questionamento destas práticas exploratórias e unilaterais, manifestações sociais realizadas por entregadores de aplicativos. Nestas manifestações reivindicavam-se melhores condições de trabalho em um cenário de pandemia⁵², trazendo riscos a todos e, sobretudo, aos prestadores de serviços operando em trabalho informal e autônomo, que os impossibilita de seguir o lema “fique em casa”, propagado à época. Neste

⁵² Composto parte da atualidade da temática desta tese, os impactos da pandemia de covid-19 no mundo do trabalho uberizado serão explanados no Capítulo 4. Afetando a sociedade globalmente desde o ano de 2020, considera-se pertinente abordar a sua relação com o trabalho digital e o processo de uberização, de modo a trazer à tona as contradições do capitalismo em períodos de crises sanitárias, sociais e econômicas. Percorrer essa conjuntura é importante e colabora para a construção dos argumentos desta pesquisa.

sentido,

A greve de entregadores e entregadoras (ou o #brequedosapps, como se autodenominou e se tornou conhecido), que eclodiu em dois atos (em 1º e 25 de julho) alterou os cenários social e político, tornando pública uma das facetas mais agudas do trabalho ultraprecarizado e, conseqüentemente, de uma vida também ultrajada. Houve ainda um terceiro breque, o #brequepordireitos, em 15 de setembro de 2020, que levou entregadores/as de todo o país ao Distrito Federal na luta por melhores condições de trabalho e para pressionar parlamentares na direção de suas demandas. Da greve de 1º de julho participaram associações, coletivos autônomos, diversos grupos e novas lideranças, sendo que a paralisação permitiu que novos agrupamentos fossem nascendo no próprio processo de preparação do #brequedosapps. Basicamente, sua preparação, além dos seus espaços de encontros coletivos pelas cidades, se deu através do whatsapp, redes sociais e mensagens que passaram a divulgar amplamente o movimento em todo o país. Isto permite compreender porque o primeiro #brequedosapps, assumiu uma dimensão nacional, contando com manifestações e atos públicos em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, São Luiz, Curitiba e Belo Horizonte (Santana; Antunes, 2021, s.p.).

Buscava-se, nestes movimentos de trabalhadores de aplicativos, reivindicar que as condições de trabalho fossem melhoradas, além de solicitar às empresas uma remuneração mais justa, a redução dos mecanismos de controle, como os bloqueios sem justificativas, a implementação de seguros contra acidentes e roubos, o pagamento para os entregadores em estado de adoecimento, sobretudo para os afetados pela covid-19, além da disponibilização por equipamentos de segurança do trabalho. Logo, foram ações importantes para a luta de classes e o fortalecimento da categoria⁵³. Neste contexto,

Essa diversidade da pauta tem relação com as diferenças presentes entre os principais movimentos e coletivos, de que são exemplos: o #brequedosapps – que enfeixa um conjunto de grupos –, os Entregadores Antifascistas e o Treta no

⁵³ Entre algumas vitórias internacionais, pode ser citada a luta travada pelos entregadores da empresa multinacional Just Eat Takeaway, que reconheceu o vínculo trabalhista e passou a garantir direitos fundamentais que os reconhecem como tal e proporcionam melhores condições de trabalho, combatendo a precarização e a intensificação o trabalho, reduzindo ou amenizando a vulnerabilidade e os riscos associados à rotina da profissão de trabalhador plataformizado. Como descrevem os líderes dos sindicatos atuantes, “Just Eat Takeaway concordou de aplicar aos motoristas o contrato nacional de transportes, mercadorias e logística, integralmente convergindo com a proposta do sindicato e mantendo idôneas às próprias necessidades, articulando as diversas causas e a necessidade de maior flexibilidade organizativa através de um acordo empresarial. Os motoristas de Just Eat tornam-se – explicam Cgil, Cisl, Uil – trabalhadores subordinados a quem serão garantidos salário base, ligado ao mínimo contratual e não apenas às entregas, indenização, previdência, integração salarial em caso de doença, acidente, maternidade ou paternidade, férias, jornada de trabalho mínima, valor da hora extra superior à normal, inclusive a noite e em dias de feriados ou domingos, reembolso das despesas pelo uso de veículo próprio, EPIs adequados incluso aqueles atinentes ao período de pandemia e direitos sindicais. Está previsto, além disso, um prêmio de valorização que leva em conta as entregas havidas, limitando-as ao máximo de quatro por hora, isso para reduzir o risco quanto à saúde e preservar a segurança do condutor” (Marques, 2021, s.p.).

Trampo, dentre várias outras tendências e grupos que configuram, com fluidez e mutações, um movimento heterogêneo, que vai desde aqueles que defendem a condição proletária e de assalariamento, lutando pela conquista de direitos que estão consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), até aqueles que defendem a ideia de “autonomia”, como a Associação dos Motofretistas de Aplicativos Autônomos do Brasil (AMABR) e o Sindimoto/SP, que é vinculado à União Geral dos Trabalhadores (UGT). É importante destacar ainda a Associação dos Motoboys Autônomos e Entregadores do DF (AMAEDF), Brasília, além de outros em Porto Alegre, bem como em várias regiões e cidades pelo país. Há, por consequência, aqueles movimentos que defendem uma organização autônoma, outros que defendem um movimento claramente político e ideológico, até aqueles que defendem a filiação ao sindicalismo tradicional [...] (Santana; Antunes, 2021, s.p.).

Somando-se a estas possibilidades de resistência, vemos também ações individualizadas que podem demonstrar a reação dos profissionais às condições precarizadas de trabalho. Um destes casos é o do ex-motorista brasileiro Wagner Oliveira, que expôs os ditames e a coerção realizada pela empresa, além de questionar, na justiça, o reconhecimento do vínculo trabalhista e os respectivos direitos. Um sistema de vigilância os coagia cotidianamente, como afirmava o motorista:

A orientação que Oliveira recebeu à época era ficar calado e conversar o mínimo possível com o passageiro, por se tratar de um transporte executivo. “Eu sou muito falante, então descumpria essa regra toda hora. Fui suspenso três vezes por 48 horas, duas vezes por 72 horas, até ser definitivamente excluído da plataforma”, conta. O ex-motorista diz que a exclusão do sistema não foi resultado de reclamações dos passageiros, mas de um monitoramento remoto da Uber. “A Uber é um negócio de espionagem, no segundo plano. Eles estavam me espionando. Eles ligam a câmera e o áudio do motorista dentro do carro, escutam a conversa e filmam tudo, sem o passageiro saber”, afirma Oliveira (Giovanaz, 2021, s.p.).

Desta maneira, tem-se divulgado várias notícias sobre essa realidade dos trabalhadores uberizados e, sobretudo, em relação aos motoristas ligados à empresa Uber. Há relatos da relação violenta realizada no trabalho dos aplicativos, vez que as punições ocorrem sem a consideração do envolvimento do trabalhador, das suas opiniões e subjetividades, visto que “na linguagem técnica, algoritmo é uma sequência finita de instruções ou operações executado para resolver um problema computacional” (Giovanaz, 2021, s.p.).

Sistemas de vigilância e controle são pré-definidos e são acessíveis apenas aos funcionários das empresas, o que inviabiliza sua análise pormenorizada e demonstra o despotismo da multinacional, atingindo uma multidão de trabalhadores digitais que passaram a depender desta prestação de serviços para sua sobrevivência. O trabalho é, neste sentido, controlado, gerenciado e

remunerado pela empresa, em um controle altamente centralizado e pautado no gerenciamento algorítmico (Ciclo de Debates, 2021; Slee, 2017).

Entre as ações da empresa Uber, há relatos de práticas que invadiriam a privacidade tanto de motoristas quanto dos passageiros, de modo a expor a efetividade de um sistema de gerenciamento e controle, no qual se impõem os deveres dos prestadores de serviços sem dar a eles nenhuma garantia de permanência. Como afirmou Giovanaz (2021),

A empresa informa aos usuários que há um mecanismo de monitoramento chamado U-Câmera, mas sua ativação depende do aval do motorista e do passageiro. "O motorista parceiro poderá gravar as viagens usando a câmera do celular. Você receberá um aviso no app informando que o motorista poderá filmar a viagem. E caso não se sinta confortável, você vai poder cancelar a viagem, sem nenhum custo adicional", diz a propaganda. A Uber diz ainda que "todas as gravações ficarão armazenadas em uma nuvem de forma criptografada e inacessível tanto para você quanto para o motorista parceiro". A empresa só poderia acessar as imagens caso o motorista reporte um incidente de segurança ao aplicativo. Caso não ocorra nenhuma denúncia, as imagens seriam deletadas em 30 dias úteis. [...] Nos últimos meses, segundo a 11ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15), a Uber vem oferecendo acordos a motoristas que estão prestes a ganhar ações na Justiça, de modo a impedir uma jurisprudência que reconheça o vínculo empregatício. A "estratégia de manipulação da jurisprudência" – expressão usada no voto do desembargador João Batista Martins César – é cada vez mais frequente (Giovanaz, 2021, s.p.).

Identifica-se, pois, que as novas roupagens adquiridas pelo trabalho digital trazem consigo formas refinadas de se lidar com os trabalhadores, com a utilização das descobertas tecnológicas para fins produtivos, e não somente para viabilizar uma maior produção, mas também para submeter os trabalhadores a condições desumanas. Neste sentido,

A tecnologia permitiu às empresas fundirem processo de trabalho e fiscalização. A gama de opções tecnológicas a disposição dos capitalistas e das empresas permite transformar a gestão do trabalho, ao mesmo tempo, num processo de repressão e de vigilância eletrônica. [...] Em síntese, tecnologia, gestão e vigilância eletrônica são elementos importantes do desenvolvimento capitalista atual. A gestão e a vigilância se confundem com o processo de trabalho. Ao criar mecanismos eletrônicos de controle e vigilância, as empresas e seus gestores fomentam a institucionalização da dominação e da subordinação no trabalho, caracterizadas pelas tecnologias, tanto de informação quanto de comunicação (Santos, 2015, p. 66-67).

Mesmo com uma gama de críticas que possam ser realizadas, no Brasil, esse tipo de relação trabalhista informalizada do setor de prestação de serviços é previsto nas regras ligadas ao trabalho intermitente, legalizado pela reforma trabalhista (Ciclo de Debates, 2021). De fato, a subordinação

aos aplicativos é apenas um dos aspectos de opressão à classe, sendo possível também citar o caso dos riscos oriundos deste tipo de ocupação.

Sem qualquer vínculo empregatício, os motoristas da Uber trabalham como profissionais autônomos e assumem diversos riscos para oferecer o serviço, detendo quase a totalidade dos meios de produção necessários à execução da atividade e por eles integralmente se responsabilizando. Levando em conta que o Direito do Trabalho brasileiro recalcitra em classificar o motorista como empregado – esse trabalhador está, além de impelido a investir nos instrumentos de trabalho, desprotegido nessa relação de trabalho (Franco; Ferraz, 2019, p. 2).

A definição do trabalho uberizado enquanto uma atividade de trabalho com vínculo empregatício tem dividido opiniões mundialmente. Como estratégia de impedir a identificação de vínculo empregatício, a própria empresa Uber se apresenta enquanto uma empresa de tecnologia e não o que de fato realiza, a viabilização do serviço de transportes. Essa informação se encontra em sua descrição na internet, deixando claro que não é a instituição empregadora dos motoristas e nem proprietária de veículos. Expõe que o serviço realizado é a disponibilização de uma plataforma tecnológica aos motoristas (Vidigal, 2022).

O sistema jurídico brasileiro define a relação de emprego com características fundamentais como a prestação de serviços, a personalidade, não eventualidade, onerosidade e a subordinação entre trabalhador e empregado. Presentes nas leis trabalhistas brasileiras (Consolidação das Leis Trabalhistas), essas características são amplamente utilizadas para determinar a relação empregatícia e os direitos e deveres envolvidos.

A ideia de subordinação se faz presente com a clara necessidade de se adaptar o contexto e as características da sociedade, pois o trabalho digital e uberizado, por exemplo, traz outros fatores para serem pensados e analisados. O modelo nacional de proteção possui o conceito de subordinação jurídica como a base para se analisar o mundo do trabalho. Remontando ao desenvolvimento do Direito do trabalho e do contexto produtivo pautado no modelo taylorista-fordista, a dependência hierárquica foi considerada como uma característica essencial para o conceito clássico de subordinação jurídica (Vidigal, 2022). Desse modo,

[...] a subordinação jurídica clássica continua sendo suficiente para identificar os (as) trabalhadores (as) que mantêm organizados dentro da teoria da administração científica, afinal são trabalhadores sujeitos a controle de horários, que são remunerados por unidade de tempo, se utilizam dos instrumentos de trabalho do tomador dos serviços, prestam seus serviços nas dependências das empresas, enfim, finam sujeitos, constantemente, ao poder de direção do empregador”

(Vidigal, 2022, p. 15).

Por outro lado, argumenta a autora, o contexto do pós-fordismo gerou a necessidade de se adequar essas percepções e entendimentos à nova realidade, marcadamente heterogênea, e que vão além da concepção clássica que marcava o Direito do Trabalho em suas origens. O uso das tecnologias digitais como ferramentas de trabalho ocasionou elementos a serem considerados, tais como a virtualidade enquanto característica das novas formas de trabalho⁵⁴.

Apesar de não serem unânimes nas opiniões sobre o vínculo de trabalho, muitos posicionamentos jurídicos sobre o trabalho uberizado reconhecem a precarização e a inexistência de direitos na atuação dos motoristas plataformizados (Giovanaz, 2021). No Brasil, o trabalho intermitente foi regulamentado pela reforma trabalhista de 2017, que cita o trabalho por demanda, sendo que a existência ou não de vínculos trabalhistas na subordinação por aplicativo ou como um trabalho parassubordinado tem dividido as opiniões dos juristas, inclusive internacionalmente. Na Europa, há uma classificação destes profissionais como “parassubordinados” – trabalhadores não empregados, mas também não completamente autônomos. Nos Estados Unidos, o Direito tem direcionado olhares para a percepção de que não se trata de empregadores nem de empreendedores, logo não são independentes por completo, como são apresentados ideologicamente para a sociedade. Em relação ao Reino Unido, é preciso destacar as vitórias rumo à definição dos motoristas de aplicativos como trabalhadores vinculados às empresas, pois, ao serem submetidos às respectivas regras, estes precisariam ter seus direitos definidos na forma da lei.

Nesta direção, afirma Carelli (2021):

Em decisão histórica, que põe fim à questão do trabalho em plataforma nesse importante país, a Suprema Corte do Reino Unido confirma por unanimidade as decisões das três instâncias inferiores e reconhece que os motoristas da Uber são “workers”, e não trabalhadores autônomos, como queria a empresa. A decisão segue o caminho traçado pelas cortes máximas da Alemanha, França, Espanha e Itália. A decisão enfatizou cinco elementos: 1. A Uber estabelece o preço do serviço; 2. os termos do contrato são impostos pela empresa; 3. A Uber controla o trabalhador que está conectado à plataforma, como monitoramento da aceitação de pedidos; 4. Uber exerce controle significativo sobre como os motoristas prestam serviços, como o sistema de notas; 5. A Uber restringe a comunicação entre motoristas e passageiros, impedindo que eles desenvolvam qualquer relacionamento além daquela corrida específica. [...] Eles têm direito a salário

⁵⁴ Distintos conceitos foram criados para adaptar a ideia de subordinação clássica ao contexto do trabalho pautado na virtualidade das relações, segundo Vidigal (2022). Optou-se por não aprofundar na discussão jurídica, o que iria além dos objetivos desta tese, mas que tem sido importante, visto que embasa as justificativas da existência ou não de vínculo empregatício para os trabalhadores uberizados.

mínimo, proteção contra descontos ilegais, feriados pagos, descansos, carga máxima de 48 horas semanais, proteção contra dispensa discriminatória, licença saúde, paternidade, adoção e licença parental compartilhada (Carelli, 2021, s.p.).

Como exposto, no Reino Unido, no ano de 2021, motoristas vinculados à empresa Uber passaram a ser beneficiados com uma legislação que sinaliza a existência de vínculo com a empresa. Os trabalhadores passaram a ser considerados como *workers*: trabalhadores com direito a um salário mínimo, férias, aposentadoria e um plano de aposentadoria privada. Tal decisão, proferida na Suprema Corte Britânica, merece ser ressaltada, pois instituiu o reconhecimento de vínculo entre o aplicativo da empresa Uber e os motoristas.

Entretanto, a denominação adotada remete a uma categoria abaixo dos funcionários formalizados tradicionais, denominada de *employers*. Mesmo diante destas alterações, assuntos como o cálculo do salário mínimo⁵⁵ ainda passam por diversos questionamentos por parte dos trabalhadores envolvidos. Ressalta-se ainda que, esses direitos conquistados não foram estendidos aos entregadores da plataforma UberEats, mesmo esta pertencendo à mesma empresa e proporcionando uma prestação de serviços análoga ao transporte de passageiros realizado pela Uber (Calcagno, 2021; Sena, 2021).

Neste mesmo ano, houve também o reconhecimento da condição de empregado dos trabalhadores da plataforma espanhola *Glovo*, que é um aplicativo direcionado ao transporte de alimentos, produtos de beleza, medicamentos e eletrônicos, dentre outros. Neste país, foi publicada lei que determina que os entregadores de aplicativos deveriam ser considerados empregados formais. Acrescenta-se a isto, a conquista de uma regulamentação que objetiva uma maior publicização das regras configuradas pelas empresas e que estão programadas nos algoritmos e nos sistemas de inteligência artificial dos aplicativos (Almeida; Barros, 2021; Calcagno, 2021).

Estes são importantes avanços conquistados pelos trabalhadores de aplicativo no Reino Unido e na Espanha. Uma das ações identificáveis no Brasil, e que não beneficiam suficientemente os motoristas de aplicativos, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em que a Prefeitura iniciou a cobrança de impostos de circulação nas ruas, exigindo das plataformas o credenciamento público e a contratação de seguros contra acidentes pessoais e impostos associados ao uso e posse dos

⁵⁵ Há uma discussão em torno da forma com que a empresa Uber calcula o salário mínimo no Reino Unido. Como explica Calcagno (2021, s.p.), “O cálculo do salário mínimo, no entanto, ainda provoca controvérsias. De acordo com a decisão judicial, os motoristas são considerados trabalhadores do momento em que ligam o aplicativo até quando o desativam, mas a empresa diz que o pagamento será baseado no período entre o início e o fim de uma viagem – descontando, portanto, os valores dirigidos à companhia após a viagem”.

veículos (Calcagno, 2021). Esses casos se diferenciam da realidade brasileira como um todo, onde ainda se tem presente a ideia de que os motoristas de aplicativo são empresários independentes cujo trabalho é autônomo, destituído de direitos e vínculos propiciados pelo trabalho formalizado⁵⁶.

Tem sido ampliada esta discussão sobre a necessidade e a possibilidade de consideração dos trabalhadores uberizados enquanto empregados de uma empresa, ou seja, em uma relação pautada em vínculo de emprego com direitos que deveriam ser respeitados juridicamente. No caso da empresa Uber, objeto de análise desta tese, a busca por reforçar o discurso de ela ser uma empresa de tecnologia que viabiliza uma plataforma e não de transportes, tem interesses associados à elevação dos lucros com a desconsideração de encargos trabalhistas (Vidigal, 2022).

Como se trata de um tema bastante atual e dinâmico, espera-se que, nos próximos anos, haja um consenso na definição da natureza jurídica do trabalho uberizado e os motoristas de aplicativo estariam imersos em uma atividade da empresa e em uma subordinação estrutural⁵⁷, ou seja, uma subordinação que se caracteriza pelo envolvimento do trabalhador na lógica de funcionamento e organização de uma empresa, mesmo que esta não dê ordens diretas. O Direito do Trabalho, desta maneira, amplia a efetividade dos direitos fundamentais trabalhistas, proporcionando uma adaptação necessária a estas múltiplas atividades ocupacionais que têm surgido na atualidade (Vidigal, 2022).

Portanto, no Brasil, os trabalhadores e as empresas estão cada vez mais separados neste formato que o trabalho assumiu, o que expõe, cada vez mais, as contradições inerentes ao sistema capitalista. O desenvolvimento tecnológico, apesar de ter a capacidade de gerar melhorias para a sociedade como um todo, faz viabilizar ainda mais a exploração e proporciona meios de se refinar o processo. O capital, cada vez mais fortalecido, determina todo o processo produtivo – o que produzir, como, para quem e quando (Previtali; Fagiane, 2020). Neste cenário, o trabalhador continua representando uma engrenagem importante de todo o sistema e, também, a classe que sofre com a alienação e o domínio ideológico. Neste sentido:

Neste contexto, as teses sobre o fim do trabalho mediante o avanço tecnológico e da intelectualização do trabalho não se confirmaram. Contraditoriamente,

⁵⁶ Até o início ano de 2022, no Brasil, inexistia uma regulamentação que beneficiasse nacionalmente ou regionalmente os trabalhadores uberizados que utilizam esta atuação laboral como meio de sobrevivência. Esta temática é atual e dinâmica, podendo ter atualizações jurídicas e sociais no decorrer dos meses e anos. Logo, esperam-se avanços em relação à consideração dos trabalhadores como profissionais vinculados às empresas e que carecem de terem direitos trabalhistas reconhecidos e respeitados.

⁵⁷ Sobre este conceito de subordinação estrutural, Delgado (2006) pode ser considerado um teórico fundamental que amplia a perspectiva vigente anterior que definia a noção clássica de subordinação (Vidigal, 2022).

verifica-se hoje a ampliação da classe trabalhadora no mundo, marcada pelas diferenças de gênero, raça/etnia, idade e qualificação, ainda mais explorada pelo capital e com possibilidades reduzidas de uma vida plena fora do trabalho. A inovação tecnológica é, portanto, seletiva e visa à garantia de maior controle do trabalho pelo capital, levando à perda de autonomia dos que vivem do trabalho sobre os meios e os fins de sua atividade, conduzindo, tendencialmente e, de forma mais geral, à degradação da vida (Previtali; Fagiane, 2020, p. 220).

Influenciados ideologicamente, muitos destes trabalhadores plataformizados possuem diferentes perfis escolares, sociais e econômicos e atuam também em outras ocupações e profissões. Uma heterogeneização dos trabalhadores tem sido um elemento importante para a análise do mundo do trabalho contemporâneo, representando um fortalecimento das ações ligadas aos interesses dominantes no capitalismo.

Com o fortalecimento e a ampliação do trabalho digital, tem-se percebido uma diversidade de tipos e níveis de formação educacional entre estes profissionais, mesmo sem a devida consideração para fins de valorização dos trabalhadores. Desse modo, o fenômeno da precariedade laboral é um processo amplo e disseminado na sociedade e abrange não apenas os trabalhadores não qualificados ou manuais, mas, também, aqueles qualificados e profissionalizados, com maiores níveis de escolarização. A acumulação da era digital possui esta precariedade dotada de um “caráter estrutural e transversal” que atinge todas as profissões e tem sido marcada por uma maior exigência de escolaridade e de qualificação mediante a elevada complexidade da divisão sociotécnica do trabalho atual (Previtali; Fagiane, 2020).

Diferentemente do que está posto no capitalismo da era digital, é preciso um trabalho humano como atividade vital e omnilateral, com um potencial emancipador e transformador. É preciso recusar o trabalho pautado na exploração e na alienação (Antunes, 2018): torna-se necessário entender que a uberização é um processo amplo e que tem peculiaridades inerentes. É importante compreender as diferenças que descrevem cada forma de trabalho uberizado e as identidades profissionais constituídas ao longo do tempo. Contudo, o tema é complexo e recente, sendo necessários estudos para identificar essas características e que venham a somar àqueles que já estão sendo realizados.

Neste capítulo, buscou-se analisar o trabalho uberizado, partindo-se da configuração do trabalho na sociedade contemporânea do século XX e da inserção da administração científica do trabalho enquanto formas de se gerar maiores níveis de produção e de lucratividade. Os sistemas taylorista-fordista e toyotista representaram essas interferências técnicas e tecnológicas nos

processos produtivos antecedentes à uberização, mas que, por anos, caracterizaram a produção fabril e o cotidiano dos trabalhadores. Entendeu-se ser elementar realizar essa reconstrução histórica para se analisar as transformações posteriores, vivenciadas no século XXI, em que o desenvolvimento técnico-informacional e o contexto da globalização têm mostrado formas sofisticadas e eficientes de exploração mediadas pelas tecnologias digitais.

Trata-se de um processo histórico, em que tais alterações foram motivadas pelos interesses dominantes, sua busca pela reprodução ampliada do capital e a necessidade de serem implementadas adaptações nos processos produtivos. É preciso considerar, neste sentido, os cenários de crises cíclicas do capital⁵⁸ e os esforços por novos mecanismos de se extrair dos trabalhadores suas potencialidades e possibilidades de se gerar lucros. A perspectiva neoliberal esteve associada a estas mudanças, gerando um fortalecimento das ideias de empreendedorismo e de liberdade individual, mesmo que a realidade tenha sido descrita por uma rotina desgastante e contraditória, permeada pela precarização e intensificação do trabalho. O trabalho digital informal e uberizado tem representado o ápice deste processo dinâmico e mutável, em que o setor de prestação de serviços tem sido impactado.

Após esta discussão, será realizada, nos próximos capítulos, a análise do processo de uberização do trabalho dos motoristas de aplicativo da empresa Uber no Brasil, entendendo-o como o ápice da exploração do trabalho digital do século XXI, com traços explícitos no cenário atual. O trabalho de campo e a análise dos dados desta pesquisa, descritos no Capítulo 1, serão relatados a seguir, trazendo para o debate a informalidade no mundo do trabalho, dados sobre o trabalho no Brasil e na cidade de Uberlândia-MG e questões e problemáticas provenientes das informações dos sujeitos da pesquisa, alguns elementos sobre o seu perfil social e profissional, suas concepções sobre trabalho digital e uberizado que se tem experienciado.

⁵⁸ Como foi discutido neste capítulo, diversas crises demonstraram a necessidade de interferências sociais, políticas e econômicas para que a exploração econômica prosseguisse como, por exemplo, a Crise de 29, o Pós-Segunda Guerra Mundial e a crise do petróleo ocorrida em 1973.

4 TRABALHO INFORMAL, EDUCAÇÃO E OS MOTORISTAS DA UBER NO BRASIL E NA CIDADE DE UBERLÂNDIA-MG

O labor humano e suas sociabilidades podem ser entendidos a partir da percepção do trabalho em suas múltiplas dimensões, ultrapassando o trabalho formal e alcançando diversas formas de trabalho informal que compõem a economia nacional e preenchem a vida de muitos trabalhadores. Neste âmbito, o setor de prestação de serviços possui um papel significativo, cuja compreensão colabora para o entendimento do processo de uberização, uma das formas assumidas pelo trabalho contemporâneo. Entender essas possibilidades de trabalho é imprescindível para descortinar criticamente a plataformização e os novos arranjos laborais que se consolidam e se expandem mundialmente.

Enquanto categoria de análise desta pesquisa, o trabalho uberizado tem ganhado espaço ao compor parte expressiva da atividade econômica do capitalismo global atual, apresentado a partir da mediação sujeito-objeto manifestada no cotidiano dos trabalhadores que atuam por aplicativos. Da forma como este tem-se desenhado, contradições são expostas em uma análise que se inicia pela aparência do objeto como mecanismo para refletir sobre a realidade e trazer à tona elementos que permeiam a totalidade. É com base nestas premissas que os dados primários e secundários coletados foram tratados neste capítulo, cuja finalidade foi promover uma aproximação progressiva e crescente do objeto, em um esforço de prosseguir com o movimento entre o todo e as partes, o geral e o específico (Oliveira; Oliveira; Santos, 2013; Netto, 2011).

O processo de uberização foi problematizado enquanto uma tendência global e generalizante e que também é dotado de manifestações locais que precisam ser consideradas. Para isto, buscou-se trazer elementos característicos e peculiaridades associadas à população pesquisada e problematizar conceitos, estudos e dados sobre o trabalho realizado pelos motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber no Brasil e na cidade de Uberlândia-MG. Considerou-se estas informações para evidenciar a natureza da correlação entre trabalho e educação enquanto um fator que os descreve e expõe muitas contradições inerentes, presentes na discussão proposta.

Propõe-se, para tanto, que o fenômeno educacional seja entendido de forma ampliada, ou seja, como um fator presente não apenas no perfil escolar e formativo, mas também no cotidiano dos trabalhadores. Trabalho e educação são entendidos como categorias inter-relacionadas que expõem as desigualdades de classe e a exploração dos trabalhadores, características estas que são

intrínsecas ao mundo do trabalho na sociedade capitalista⁵⁹.

Antecedendo a análise dos dados coletados no trabalho de campo, realizou-se uma breve apresentação de dados sobre o mercado de trabalho brasileiro na atualidade e em relação à cidade pesquisada, com o intuito de descrever o cenário a ser analisado. Logo após, discute-se o trabalho informal enquanto parte significativa do mundo do trabalho uberizado, e são expostos alguns estudos e pesquisas acadêmicas consideradas importantes para se refletir sobre a temática.

Para finalizar, neste capítulo, foi realizada uma exposição do perfil de motoristas de aplicativo pesquisados na cidade de Uberlândia-MG, apontando suas características em relação ao gênero, idade, tempo de trabalho, motivações e avaliações sobre a sua atuação no setor de transportes mediado com as tecnologias digitais. Para isto, foram descritos e analisados os resultados dos questionários eletrônicos (Apêndice A)⁶⁰, cujos dados foram organizados por meio de tabelas, quadros e gráficos. Complementando as discussões iniciadas nos capítulos anteriores, estes indicaram outros elementos que descrevem o trabalho e trouxeram possibilidades de análises⁶¹.

4.1 Refletindo sobre o mercado de trabalho brasileiro da atualidade: primeiras impressões⁶²

A nova morfologia do trabalho tem sido constituída por formas de trabalho informal no setor de prestação de serviços, configuradas sob impacto da disseminação e assimilação de valores

⁵⁹ Ressalta-se que a temática educação será trabalhada com mais profundidade no Capítulo 5; contudo, está presente em toda a tese, visto que se considera as categorias trabalho e educação como interconectadas e indissociáveis, que têm entre si uma complementaridade e uma transversalidade. A discussão referente à inter-relação entre estas categorias será aprofundada mediante a abordagem das contradições presentes no trabalho uberizado e a educação.

⁶⁰ Como apontado na Introdução, a escolha por estudar trabalhadores atuantes na cidade de Uberlândia-MG ocorreu por ser um município no qual a pesquisadora transita e estuda, além de poder trazer à tona fatores também presentes em outros estudos e pesquisas que estão sendo publicados, bem como expor traços distintos e/ou complementares.

⁶¹ Esta análise preliminar dos dados possibilitou delinear, com mais profundidade e interconexão, as inferências sobre a segunda parte do questionário, no qual o fenômeno educacional se faz presente de forma mais direta e explícita. A construção da tese aqui proposta, com culminância no Capítulo 5, tem como pressuposto a abordagem da educação em correlação ao trabalho uberizado e à informalidade.

⁶² Esta descrição do mercado de trabalho brasileiro, proposta neste subitem, consiste em um recorte importante para viabilizar as reflexões posteriores. Reconhece-se que, nesta parte, seria interessante abordar mais aspectos e uma análise mais profunda teoricamente. Entretanto, para fins deste estudo, e para prosseguir com seus objetivos, foi necessário seguir o percurso a ser apresentado neste tópico. Em pesquisas posteriores, será realizada a conexão destes dados com o cenário social e político, também entendidos com relevantes para as pesquisas acadêmicas.

neoliberais e visões de mundo que as caracterizam (Antunes, 2021). Como já discutido, o mundo do trabalho atual sofre as consequências das ideias provenientes do neoliberalismo enquanto uma teoria das práticas político-econômicas que advoga as liberdades individuais como manifestações benéficas, conectado a direitos de propriedade privada, livre mercado e de comércio (Harvey, 2014).

Com grande disseminação nos anos de 1970, ideias de desregulação, de privatização e de esvaziamento do Estado nas áreas de bem-estar estiveram presentes. “Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey, 2014, p. 13). Essas concepções e conceitos influenciaram decisivamente as formas de se pensar e de se constituir o mundo do trabalho, culminando na uberização e nas noções de empreendedorismo, de informalidade e de autonomia no mundo do trabalho.

Para se compreender esse cenário, ressalta-se que a disseminação do pensamento neoliberal ocorreu decisivamente a partir dos anos de 1980 e com ápice nos anos de 1990, repercutindo no mundo do trabalho com a tendência à sua fragmentação, reestruturação e reorganização. Ideais de flexibilidade, ruptura do princípio da estabilidade e perdas de direitos trabalhistas e sociais caracterizaram a rotina dos trabalhadores, que foram submetidos a condições mais fáceis de contratação e de demissão, de contratação temporal, jornadas de trabalho ampliadas, maiores contribuições à segurança social, dentre outros. Como resultante dessas alterações, houve impactos no setor informal, com aumento dos empregos de baixa produtividade, caracterizados pela instabilidade e falta de acesso à seguridade social. Um amplo mercado de trabalho informal, precário, desprotegido e flexível institucionalizou-se com a crise, com o ajuste estrutural e as reformas trabalhistas, como argumenta Sotelo Valência (2009),

Concretizam-se, assim, duas tendências na lógica do padrão de acumulação dependente neoliberal, a saber: a crescente substituição do trabalho vivo devido à introdução de inovações tecnológicas (em particular a informática); e b) a perda de direitos contratuais e constitucionais dos trabalhadores. São exemplares, neste sentido, os casos do México, Chile e Brasil, sendo que neste último país se estabeleceu o direito a empregar a força de trabalho mediante contratos temporais, que reduzem significativamente os gastos de indenização por demissão. O crescimento da informalidade dos mercados de trabalho está condicionado também por certas políticas definidas pelas empresas para converter massas crescentes de funcionários e trabalhadores formais em trabalhadores precários sem direitos nem contratos (Sotelo Valência, 2009, p. 150).

Essa nova morfologia caracteriza o mundo do trabalho na contemporaneidade, na qual a globalização, o uso das TDIC e ideias vinculadas às perspectivas neoliberais têm atuado, paulatinamente, nos rumos trilhados pelos trabalhadores. A compreensão dessa configuração socioestrutural da relação do trabalho com o capital é uma etapa importante para evidenciar as formas de reconfiguração social (Harvey, 2014; Sotelo Valencia, 2009). Para isto, é preciso colocar em análise não apenas o fenômeno propriamente dito, mas também o contexto, que deve ser apropriado para se entender o mundo do trabalho em sua totalidade, ou seja, em um olhar e recorte que abordem formas, relações e contradições inerentes.

Como já abordado nesta tese, o trabalho em transformação gerou uma nova morfologia que não significou o fim do trabalho formal. Por outro lado, o crescimento do capitalismo impulsionou a fragilização da força de trabalho e a criação de máquinas para sua suposta substituição, sem sucesso. Por outro lado, historicamente, verificou-se que este processo tem representado tentativas de uso exploratório do trabalho associado às tecnologias criadas e mobilizadas em favor do capital. É o capital que se mostra dependente dialeticamente do trabalho para se manter e reproduzir as condições de exploração⁶³ (Antunes, 2020).

Essas formas de trabalho têm constituído tendências e dados relevantes para se pensar as condições que afetam os trabalhadores na atualidade. Para isto, dados secundários sobre ocupação e desocupação são abordados nas próximas linhas, com o intuito de descrever o mundo do trabalho nos últimos anos⁶⁴ (2012 a 2021), sendo estes coletados em *sites* oficiais de pesquisa social, tais como o IBGE e o Boletim do Emprego de Uberlândia.

O trabalho contemporâneo, como descrito nos capítulos precedentes, é fonte de sobrevivência, mesmo modificado com a intervenção tecnológica e científica atual, com a implementação de teorias de administração do trabalho mais sofisticadas e possibilidades de exploração plataformizadas e eficientes. Caminham juntas a necessidade de se adaptar às novas necessidades impostas pelas inovações tecnológicas e as ideias neoliberais, em uma perspectiva

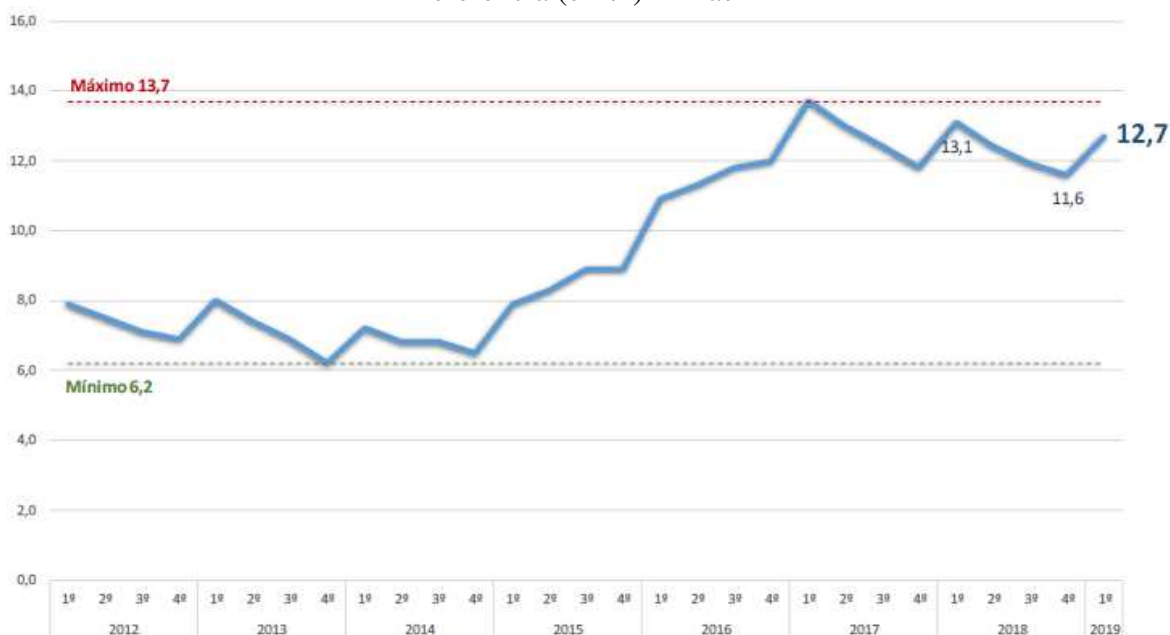
⁶³ Esta interdependência entre capital e trabalho ficou, contemporaneamente, explícita no contexto da pandemia do coronavírus no qual o trabalho se fortalece enquanto engrenagem do sistema mas sob condições cada vez mais precárias e desumanas, sob riscos de contágio do vírus (covid-19).

⁶⁴ Considerou-se interessante trazer estes dados sobre o mundo do trabalho, especificamente, sobre a desocupação entre os anos de 2012 a 2019, por este constituir um intervalo no qual a empresa Uber já se encontrava com ações consolidadas no país, ao iniciar no ano de 2014 e, crescentemente, expande sua atuação mundialmente e no território nacional.

que coloca nas mãos dos trabalhadores a responsabilidade sobre seu sucesso ou fracasso. O que resulta disso é o desemprego estrutural e a necessidade constante de adaptação a estas necessidades como práticas e valores naturalizados e parte da estrutura social. Para se entender este cenário, a seguir, serão analisados dados sobre o mundo do trabalho atual, como os números sobre desocupação e ocupação em anos recentes.

Caracterizando a situação do desemprego contemporâneo, o Gráfico 1 ilustra a taxa de desocupação⁶⁵ em crescimento, ao considerar os anos de 2012 e 2019, que se inicia com 8% e avança com um crescimento para 12,7% em 2019. Neste intervalo, verificam-se oscilações. Esses números incluem trabalhadores que não estavam ocupados laboralmente no período de realização da pesquisa mas que estavam disponíveis a trabalhar (IBGE, n.d.), demonstrando um ápice no final do ano de 2016 (13,7%).

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em%) – Brasil

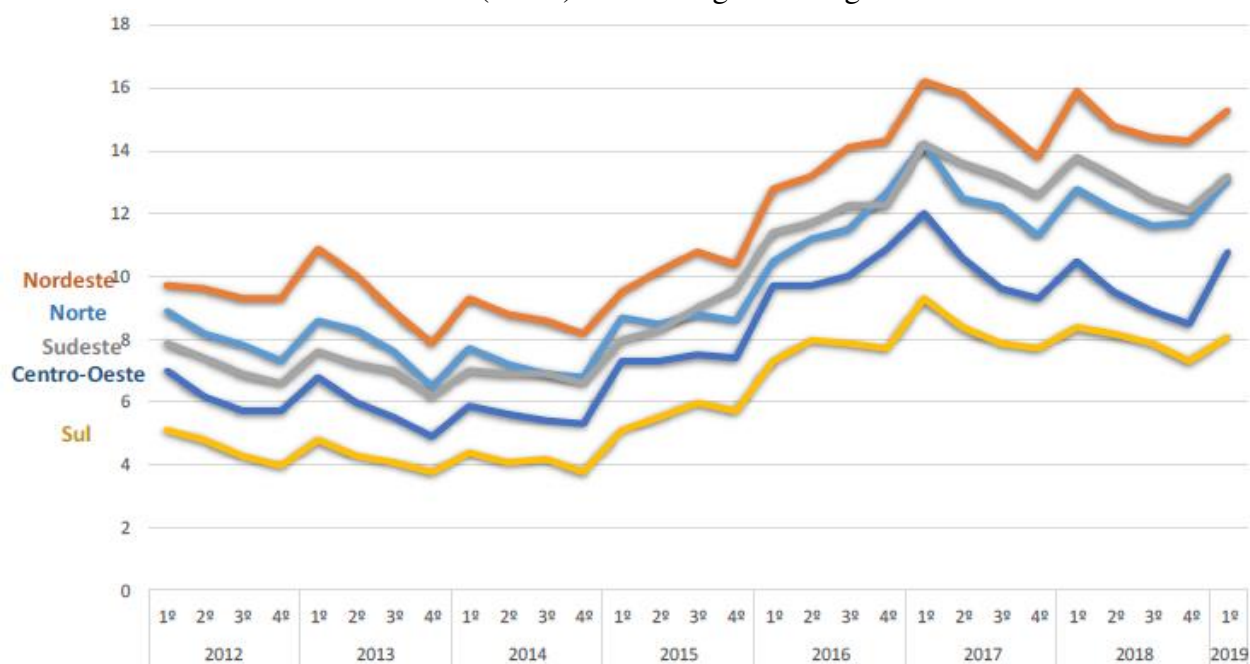


Fonte: IBGE (2019).

⁶⁵ “São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência. Também são classificadas como desocupadas as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que, no entanto, não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência” (IBGE, s./d., p. 1).

Houve, entre os anos de 2012 a 2019, uma elevação na taxa de desocupação, ou seja, entre aqueles que estavam desligados do mercado de trabalho mas que direcionavam esforços para conseguir uma reinserção. Considerando uma análise por regiões, também é possível verificar esta tendência, conforme destacado por meio do Gráfico 2:

Gráfico 2 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) – Brasil e grandes regiões



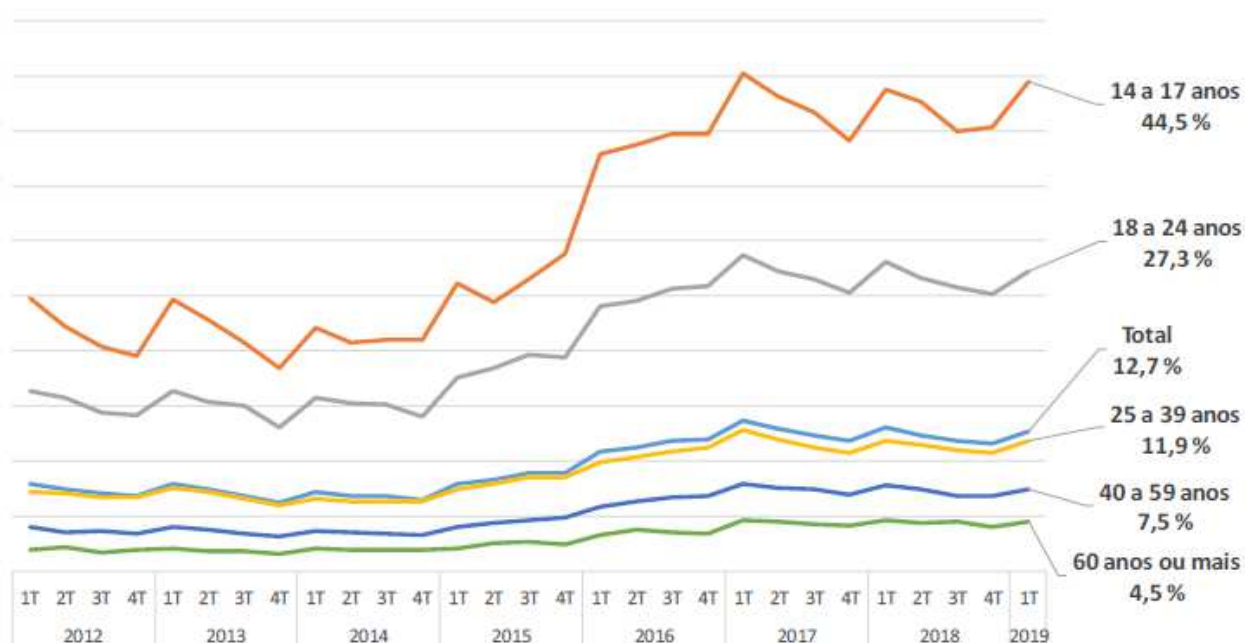
Fonte: IBGE (2019).

De acordo com as informações apresentadas por meio do Gráfico 2, ressalta-se que a região Nordeste possuía uma maior taxa de desocupação, e as regiões Centro-Oeste e Sul demonstraram taxas mais baixas. Em relação à região Sudeste, na qual se localiza a cidade de Uberlândia-MG, podem ser constatadas, entre os anos de 2012 a 2014, várias quedas na taxa de desocupação, que se elevou a partir de 2015 indo até 2017, período em que recomeça a oscilar entre quedas e crescimentos (IBGE, 2019).

Entre os trabalhadores entendidos como desocupados, as mulheres constituíam a maioria no Brasil nos anos de 2012 a 2019, conforme os dados desta pesquisa. Em uma análise por faixa etária dos pesquisados, exposta no Gráfico 3, a população jovem, de 14 a 17 anos, representou o grupo que experienciou uma maior taxa de desocupação (44,5%), seguida daqueles que declararam

possuir de 18 a 24 anos (27,3%). Respectivamente, tem-se os grupos de 25 a 39 anos (11,9%), 40 a 59 anos (7,5%) e de 60 anos ou mais de idade (4,5%) (IBGE, 2019).

Gráfico 3 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em%) – Brasil e grandes regiões

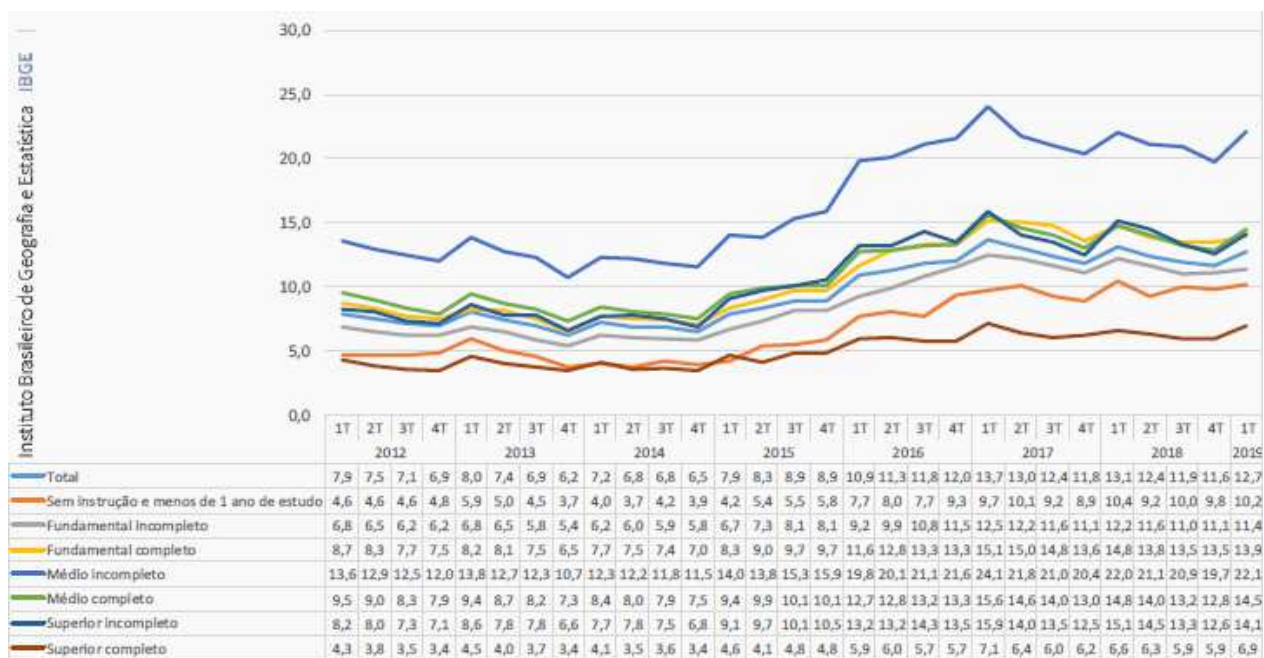


Fonte: IBGE (2019).

Sobre a análise sob a ótica da variável cor ou raça, esta mesma pesquisa indicou que, no primeiro trimestre de 2019, 63,9% dos desocupados no Brasil eram pretos ou pardos, representando uma maioria, o que está em consonância com estudos sobre a questão racial e os inúmeros problemas sociais, históricos e econômicos enfrentados pela população negra no país⁶⁶ (IBGE, 2019).

Em relação à escolarização, o Gráfico a seguir expõe uma maior taxa de desocupação entre os trabalhadores que possuíam Ensino Médio incompleto:

⁶⁶ A questão racial e as taxas relacionadas ao mundo do trabalho consistem em uma temática também entendida como importante de ser tratada nas pesquisas acadêmicas, sendo mais um entre aqueles achados da pesquisa que merecem uma maior discussão em momentos posteriores.

Gráfico 4 - Taxa de desocupação por nível de instrução mais elevado alcançado – Brasil

Fonte: IBGE (2019).

Essa dificuldade de crescimento e manutenção do vínculo de emprego, um trabalho formalizado, pode ser explicitada na elevação dos dados sobre desocupação. Esses obstáculos em relação à permanência e à reinserção no mercado de trabalho podem ser considerados fatores motivadores para o fortalecimento e crescimento de alternativas informais de se obter condições de sobrevivência.

Acrescenta-se que vivencia-se um cenário constituído pela mundialização do capital, iniciada em anos precedentes, nos quais processos de fragmentação da classe trabalhadora estão associados a uma subproletarização e ao desemprego estrutural, como explica Alves (1999):

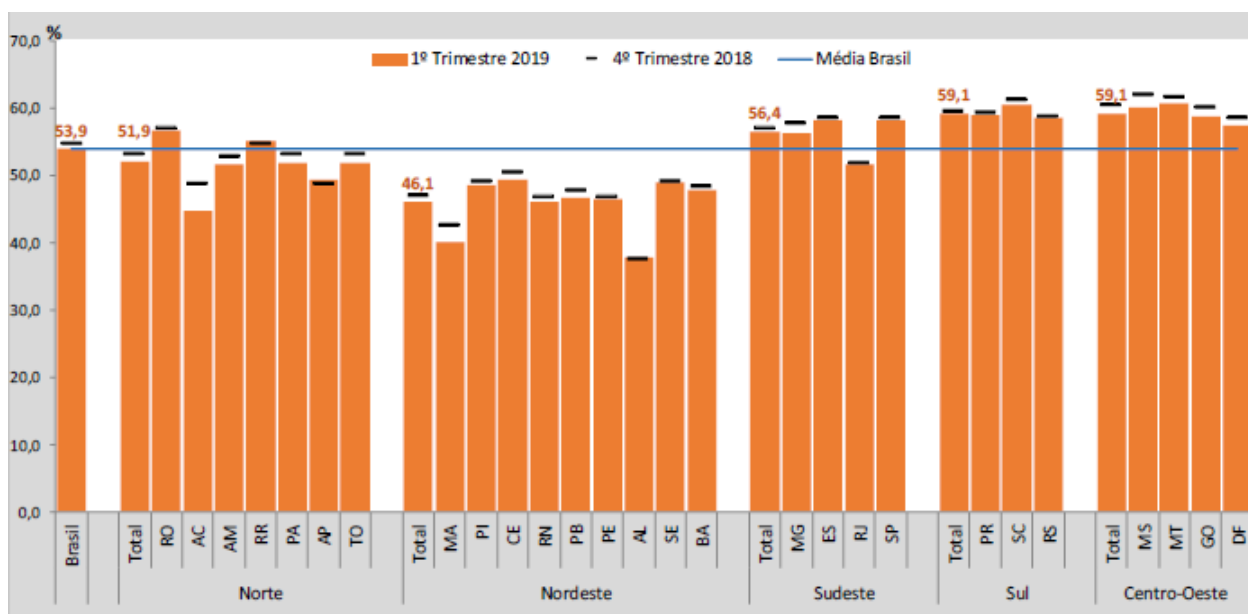
Se, por um lado, sob a mundialização do capital, ocorre o crescimento da classe dos trabalhadores assalariados, com a particularidade da redução e metamorfose da classe operária tradicional, do crescimento dos assalariados dos “serviços” e da proliferação do trabalho assalariado “precário”, ou dos subproletariados tardios; por outro lado, instaura-se, como um componente contraditório do desenvolvimento capitalista, o crescimento do desemprego estrutural, com a constituição de um novo patamar de exclusão social nos principais países capitalistas. No plano contingente, o processo de (re)constituição do mundo do trabalho, sob a mundialização do capital, é percebido como uma “desordem do trabalho” (Mattoso). Mas, a “desordem do trabalho” é tão-somente a determinação

reflexiva da “nova ordem do capital”, sob o complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelas políticas neoliberais (Alves, 1999, p. 149-150).

Com a mundialização do capital, possibilidades de vínculos precários e instáveis se fortaleceram, dentre os quais está presente o setor de serviços sob a forma de trabalho uberizado e suas possibilidades de obtenção de rendimentos. Trata-se do “privilégio da servidão”, visto que os trabalhadores são submetidos (e aceitam) a condições entendidas como inadequadas e insuficientes, sob pena de sofrer as consequências por comporem o grupo significativo de desempregados (Antunes, 2020; 2018).

Contraopondo-se aos números de desocupação, a variável ocupação, exposta no Gráfico 5, refere-se àquelas pessoas que trabalharam ao menos uma hora em atividades laborais remuneradas⁶⁷ (IBGE, s.d.):

Gráfico 5 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos de idade, ou mais, por UF, Grande Região e Brasil (em %)



Fonte: IBGE (2019).

Deste modo, no ano de 2019, houve um crescimento relevante no nível de ocupação em

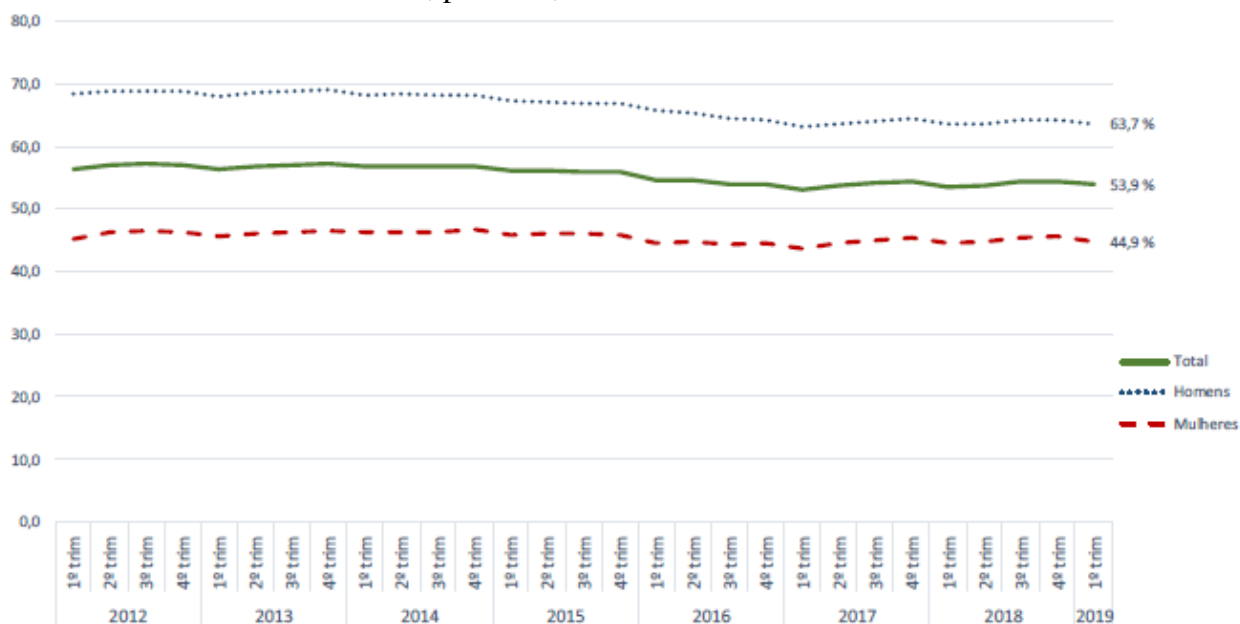
⁶⁷ Podem ser entendidas como “pessoas ocupadas” aquelas que trabalharam, no mínimo, uma hora em atividades remuneradas em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, tais como moradia, alimentação, roupas, treinamento etc., ou em trabalho sem remuneração direta. Este pode ser relacionado a auxílio à atividade econômica de outros pertencentes ao domicílio ou indivíduos que exerciam trabalho remunerado em afastamento temporário (IBGE, s.d.).

vários Estados brasileiros, ao se comparar com a média nacional, que totaliza 53,9%, como pode ser visto na linha azul do Gráfico 5. Os números referentes à região Nordeste se destacam por estarem abaixo da média nacional, com 46,1% de nível de ocupação. Logo, é possível interpretar a necessidade do capital em manter níveis de exploração, seja no trabalho formal ou no trabalho informal, demonstrando uma atuação ampla e eficiente sob a ótica dos empregadores.

Esta relação de dependência entre capital e trabalho proporciona a elevação dos lucros dos empresários e o desenvolvimento do próprio sistema capitalista nos moldes do mundo do trabalho pautado na sociedade digital e plataformizada, na qual se fortalecem as possibilidades de uberização como alternativa às dificuldades de ocupação e/ou complemento de renda com outras atividades informais ou formais.

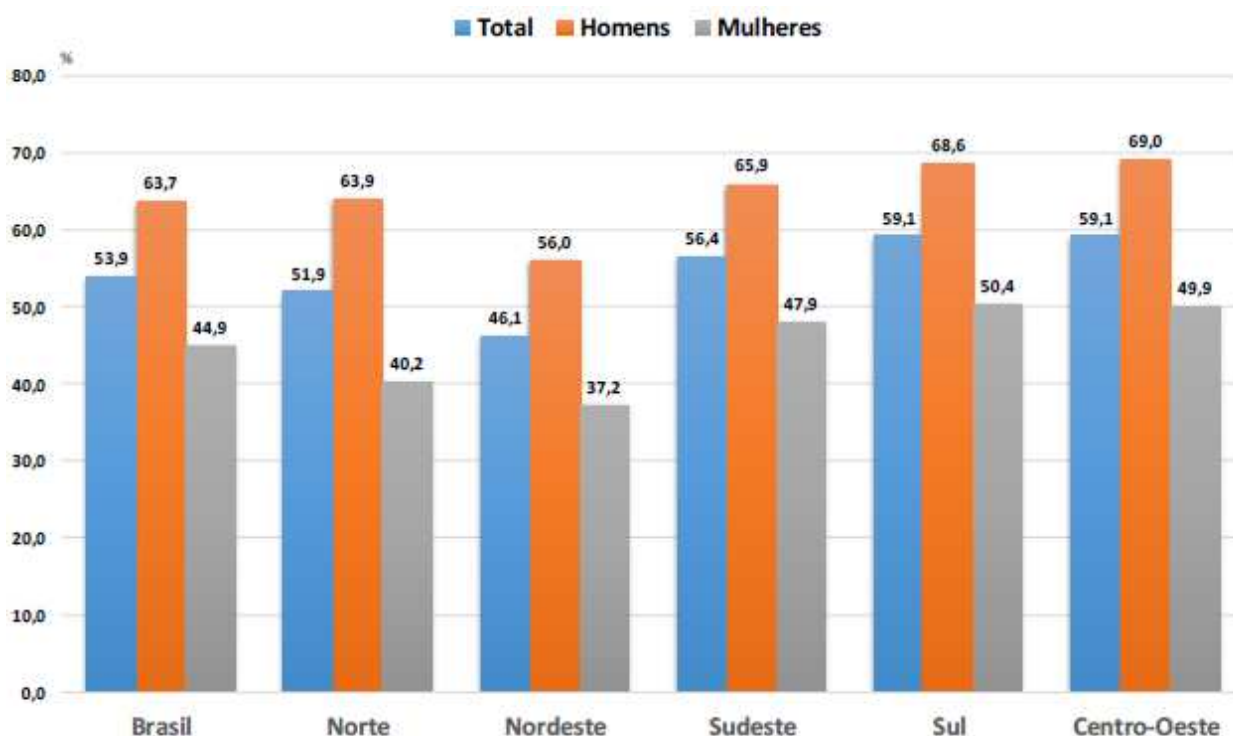
Complementando esta análise, os Gráficos 6 e 7 expõem uma taxa de ocupação maior entre os homens, com 63,7%, ao se comparar com as mulheres, com 44,9%, o que também pode ser verificado quando se analisa por região, no primeiro trimestre de 2019:

Gráfico 6 - Nível da ocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos de idade, ou mais, por sexo, de 2012 a 2019 – Brasil



Fonte: IBGE (2019).

Gráfico 7 - Nível da ocupação das pessoas de 14 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo as Grandes Regiões, 1º trimestre de 2019



Fonte: IBGE (2019).

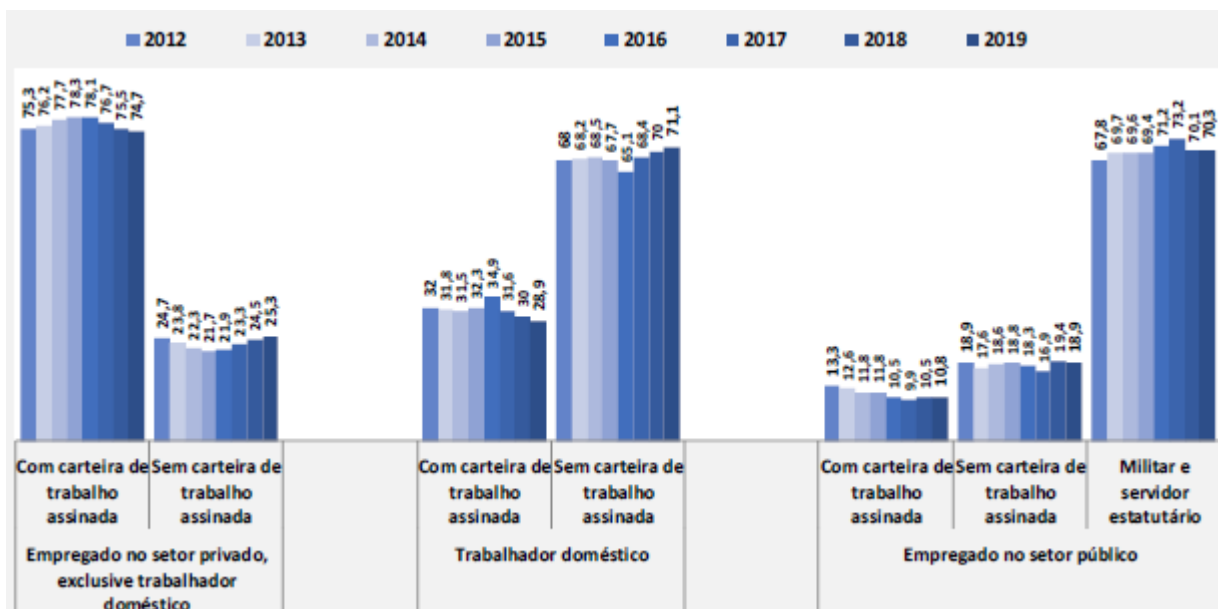
Estas informações sobre a ocupação segundo a variável sexo reforçam a necessidade de se ter um olhar crítico sobre os dados coletados nas pesquisas acadêmicas e de se observar as particularidades de gênero, pois ainda há desigualdades e diferenças que atingem a classe trabalhadora como um todo, mas há uma maior ênfase quando se trata das mulheres, estando estas submetidas a maiores taxas de desocupação e dificuldades de inserção e reinserção no mercado de trabalho⁶⁸.

No Gráfico 8, o mundo do trabalho brasileiro é analisado conforme diferentes setores da economia, seja com vínculos formais ou no trabalho informal. A seguir, está uma comparação da oscilação da taxa de ocupação entre os anos de 2012 a 2019⁶⁹:

⁶⁸ As desigualdades de gênero no mundo do trabalho e, sobretudo, em relação às taxas de ocupação e desocupação, constituem uma temática relevante que precisa ser tratada em outro momento e com maior profundidade, indo além dos objetivos e do tempo de realização desta tese.

⁶⁹ Para pesquisas posteriores, reconhece-se a importância em se fazer uma correlação entre os dados do mundo do

Gráfico 8 - Distribuição das pessoas de 14 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência, por categoria do emprego no trabalho principal, Brasil, 1º Trimestre



Fonte: IBGE (2019).

Pode-se perceber que, entre os empregados no setor privado, com carteira assinada, houve uma redução ao se comparar os anos de 2012 e 2019 e, de forma oposta, houve um crescimento no número daqueles que atuaram na mesma atividade sem carteira de trabalho assinada. O mesmo pode ser observado entre os trabalhadores domésticos, cuja a maioria se encontra sem o vínculo formal e houve um crescimento neste período. Em relação aos empregados no setor público, verifica-se também uma redução na ocupação daqueles dotados de carteira de trabalho assinada e uma não variação entre os indivíduos que afirmaram não possuir este vínculo. Já entre os militares e servidores estatutários, pode-se visualizar uma elevação desta possibilidade de atuar no mercado de trabalho.

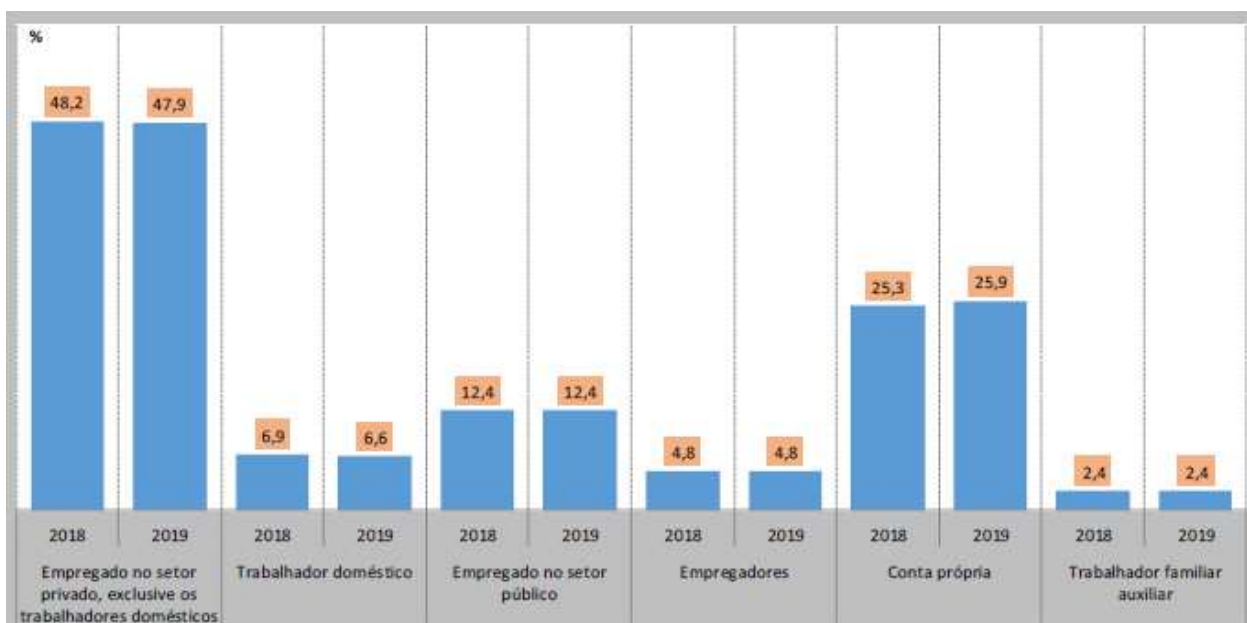
Verificou-se, deste modo, uma elevação nas possibilidades de atuação informal e uma redução do vínculo formal, que ainda permanece. Entretanto, as oscilações precisam ser consideradas em uma análise a longo prazo e que atingem significativamente os trabalhadores.

trabalho brasileiro e o contexto social e político, que interferem decisivamente nos números de ocupação, desocupação, desemprego estrutural que atinge a classe trabalhadora. Portanto, a oscilação entre governos de esquerda e de direita vivenciada no Brasil acarreta mudanças nas políticas sociais como um todo, afetando o trabalho, a educação e as possibilidades de mudança social dentro um contexto marcadamente desigual e precário.

Questões sobre o fortalecimento do desemprego estrutural, a fragmentação dos trabalhadores e o crescimento da precariedade no trabalho assalariado precisam ser consideradas (Alves, 1999).

No Gráfico a seguir, as informações sobre o mundo do trabalho, entre o início dos anos de 2018 e 2019, possibilitaram a comparação em diferentes setores da economia:

Gráfico 9 - Distribuição de pessoas de 14 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação do trabalho (%), 1º Trimestre, 2018/2019

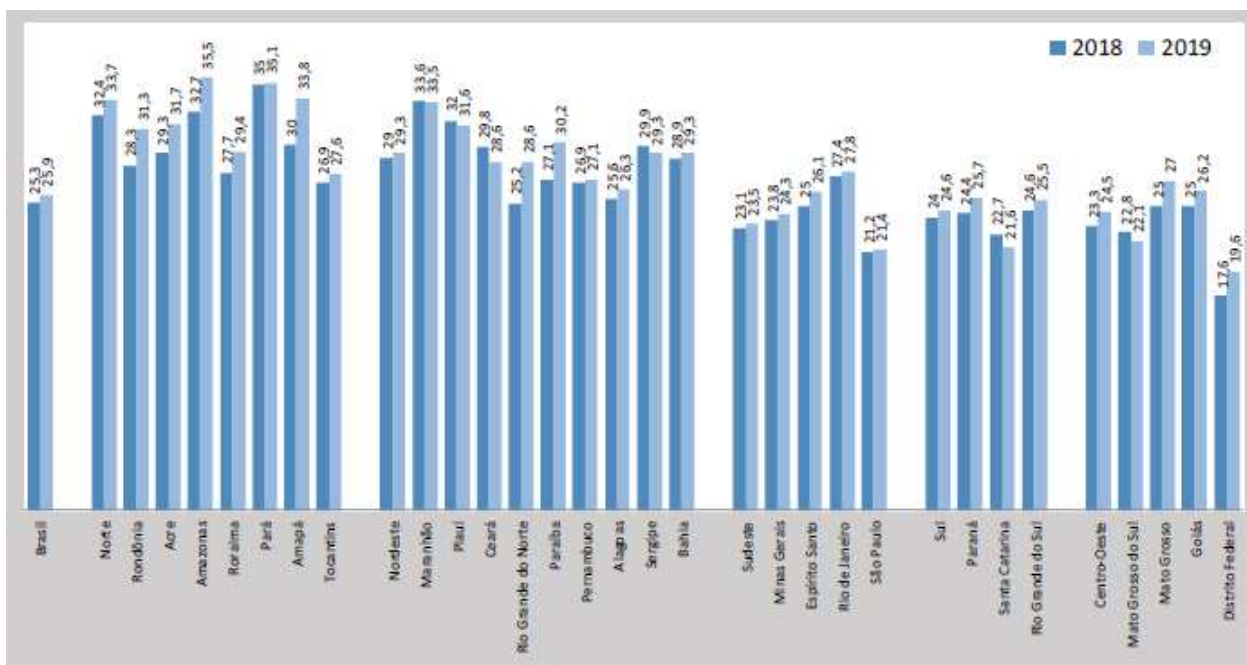


Fonte: IBGE (2019).

Os dados entre os anos de 2018 e 2019, expostos no Gráfico 9, expõem uma variação entre o número de empregados do setor privado e os trabalhadores domésticos com uma redução de um ano para o outro, de 48,2% para 47,4%. Por outro lado, chama a atenção a sutil elevação no percentual dos trabalhadores por conta própria, já em um período no qual o trabalho autônomo e as ideias de empreendedorismo ganharam força, indo de 25,3% a 25,9%. O trabalho uberizado se expande neste período, juntamente com a sua popularização, já com uma consolidação crescente no território nacional, como evidenciado nos capítulos anteriores.

Demonstrado no Gráfico 10, também ocorreu uma variação no percentual de trabalhadores “por conta própria”, comparando-se o primeiro trimestre dos anos de 2018 e de 2019, evidenciando o crescimento deste tipo de possibilidade de atuação no mercado de trabalho brasileiro:

Gráfico 10 - Percentual de pessoas de 14 anos de idade, ou mais, ocupadas na semana de referência, na categoria CONTA PRÓPRIA do trabalho principal (%), segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, 1º Trimestre



Fonte: IBGE (2019).

Houve um aumento na participação dos trabalhadores “por conta própria” entre os trabalhadores ocupados pesquisados, residente na maioria das UFs e no dado nacional, com uma variação de 25,3% para 25,9% de um ano para outro. Essa alteração, aparentemente pequena e sutil, tem demonstrado uma tendência a uma maior busca pelos trabalhadores por formas de se trabalhar sem vínculos formais e rígidos, com uma suposta liberdade de atuação, administração do tempo e possibilidades, inclusive, de conciliar outras maneiras de se obter rendimentos.

Ao se observar, em uma análise por região, em todas houve um aumento no percentual de trabalhadores “por conta própria”, sendo que a maior variação ocorreu no Norte (de 32,4% para 33,7%) e na região Centro-Oeste (de 23,3% para 24,5%), sendo essas oscilações acima da média nacional (25,3% para 25,9%). Com menores variações, estão a região Sul (de 24% para 24,6%), Sudeste (de 23,1% para 23,5%) e Nordeste (de 29% a 29,3%).

Em relação aos estados, verifica-se que poucos tiveram retração em relação à este tipo de atuação laboral. No que diz respeito à região pesquisada nesta tese, destaca-se que a região Sudeste demonstrou uma oscilação de 0,4%, sendo que Minas Gerais totalizou 0,5% de elevação. Conhecer

esses dados é parte do entendimento do mundo do trabalho brasileiro, sobretudo sobre as novas formas assumidas pelo trabalho, agora uberizado e plataformizado que é uma das manifestações do tipo de trabalho “por conta própria”. Os dados nacionais apresentados, bem como o olhar sobre as variações por regiões brasileiras, demonstraram um crescimento de atividades laborais fragmentadas, incertas e precárias⁷⁰.

Com taxas de desocupação consideráveis e um sutil crescimento nos níveis de ocupação em alguns períodos, a classe trabalhadora contemporânea é parte de uma relação contraditória que tem sido funcional para a movimentação do sistema capitalista, ainda que esteja submetida a condições explicitamente desumanas, incoerentes e inadequadas. Entre estas, o contexto analisado permite afirmar que houve um fortalecimento daquelas entendidas como parte do processo de uberização, que ganharam espaço considerável e tem conquistado um número cada vez maior de trabalhadores⁷¹. Estes são cooptados pelas necessidades de sobrevivência e as dificuldades de permanência no mercado de trabalho, já que o desemprego estrutural é uma realidade que os atinge diretamente. São motivadoras as possibilidades de elevação dos ganhos salariais, as dificuldades de inserção e laboral e a busca por complementação de renda (Vidigal, 2023; Antunes, 2020; Abilio, 2020a).

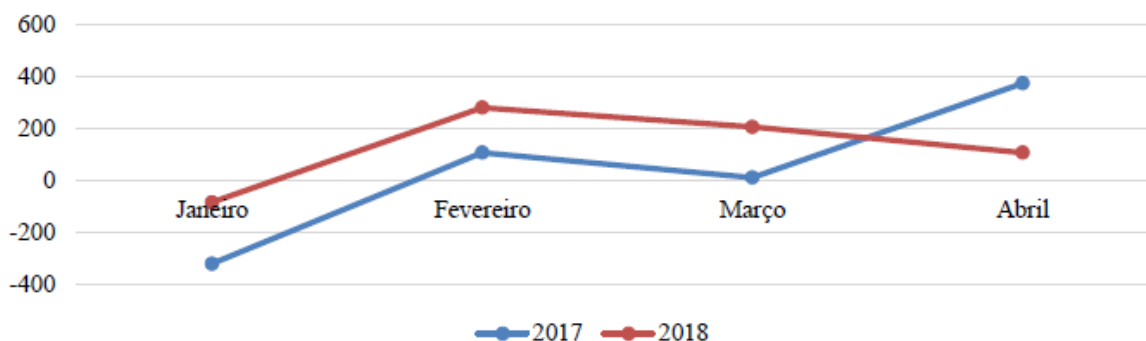
Ao se observar, especificamente, a realidade do Município de Uberlândia-MG, o Gráfico 11 expõe resultados de pesquisas publicadas no Boletim do Emprego de Uberlândia⁷². Neste, verificou-se uma elevação no número de empregos celetistas entre os anos de janeiro e abril de 2017, ou seja aqueles regidos pela CLT⁷³, configurando-se em uma recuperação do mercado de trabalho formal. Um menor crescimento pode ser visto no ano de 2018, neste mesmo período, mas, ainda assim, foram registradas oscilações importantes nesses quatro primeiros meses. Ressalta-se que, entre as possibilidades de trabalho destes anos, o setor de serviços consistiu em um segmento expressivo e em crescimento elevado (CEPES, 2018; Antunes, 2018).

⁷⁰ Interessa para pesquisas futuras este tipo de análise em intervalos maiores de tempo, não se limitando aos anos de 2018 e 2019, para verificar as alterações à longo prazo e suas interconexões com a realidade sócio-histórica, política e cultural de cada região brasileira.

⁷¹ As empresas plataformizadas que viabilizam e intermediam o trabalho uberizado não divulgam seus bancos de dados para fins de pesquisas acadêmicas. Logo, essa percepção é proveniente de pesquisas de campo, observação direta e a própria utilização dos serviços de transportes que permite identificar o crescimento e fortalecimento deste setor econômico.

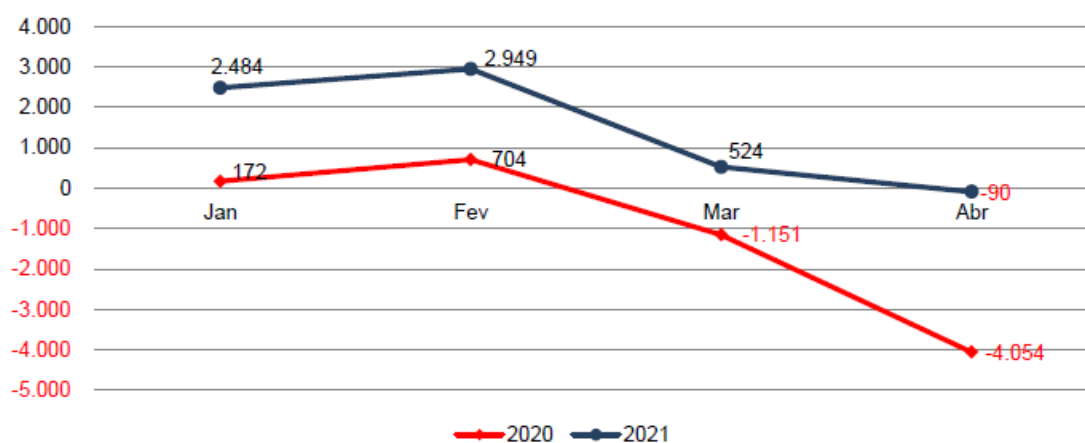
⁷² “O Boletim do Emprego de Uberlândia, elaborado pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia, tem como objetivo publicar periodicamente informações sobre a dinâmica do emprego formal neste município” (CEPES, 2021, p. 02).

⁷³ Consolidação das Leis Trabalhistas (Brasil, 2023).

Gráfico 11 - Uberlândia: saldo do emprego celetista – janeiro a abril (2017 e 2018)

Fonte: MTE/CAGED, elaborado por CEPES/IERI/UFU.

Por outro lado, ao se analisar o tema “emprego” é preciso demonstrar impactos da pandemia de covid-19 e a existência de alterações nas formas de realizar estas pesquisas, o que pode alterar metodologias, conteúdo e interpretação dos dados. Neste sentido, o Gráfico a seguir indica que, após o período citado, ocorreu uma queda no número do emprego formal no início do ano de 2020, contexto no qual já se reconhecia a existência desta crise sanitária global e se previam impactos significativos mediante um cenário de incertezas e instabilidade social e econômica:

Gráfico 12 - Saldo ajustado do emprego formal em Uberlândia, de janeiro a abril dos anos 2020 e 2021⁷⁴

Fonte: Novo Caged/SEPRT elaborado por CEPES/IERI/UFU.

⁷⁴ “Nota-se que, nos meses de janeiro e fevereiro, os saldos de emprego foram positivos nos dois anos, tendo sido registrado um crescimento expressivo dos saldos em 2021. Reiteramos que esse resultado precisa ser analisado com cautela, podendo não expressar unicamente um aumento do número de postos de trabalho neste último ano, mas, também, efeitos da mudança de metodologia na captação dos dados do emprego formal, que tem ocorrido de forma gradual a partir da inserção das diferentes categorias de empregadores, conforme explica a Nota Técnica da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia” (CEPES, 2021, p. 03).

Houve uma queda significativa no número das vagas do trabalho formal neste município nos anos de 2020 a 2021, mas com esforços para se abrir novas vagas provenientes da reativação das atividades econômicas, já em tentativas de recuperação econômica e maior controle no cenário da pandemia de covid-19.

Ressalta-se que o mercado de trabalho informal, que concentra 40% da população brasileira, obteve mais impactos da crise econômico-sanitária da covid-19. Neste, foram identificadas maiores dificuldades, conforme apontaram os estudos e pesquisas sobre o período (CEPES, 2021). Neste sentido,

Com perda de renda devido às necessárias medidas restritivas para a contenção do vírus, os trabalhadores informais contaram, em 2020, com o auxílio emergencial como meio de garantir a sobrevivência e evitar a exposição ao vírus. Em 2021, com o atraso no plano de vacinação e o agravamento de contágios pela COVID-19, a renovação do auxílio emergencial se mostrou fundamental. Depois da aprovação do mesmo, com valor reduzido e diminuição do público-alvo, muitos trabalhadores se viram diante da necessidade de voltar às suas atividades, mesmo num quadro de agravamento da pandemia (CEPES, 2021, p. 6).

O que se pôde concluir foi que, mesmo com a tentativa de melhoria no mercado formal com esforços para se criar vagas de trabalho, foram percebidos inúmeros obstáculos para recuperar o emprego. A sociedade enfrentou inúmeros desafios em períodos posteriores, atingindo os trabalhadores e, sobretudo, aqueles na situação de desocupação e desemprego estrutural, devido ao maior agravamento social, sanitário e econômico.

O início do ano de 2022, período no qual foi realizada a etapa de coleta de dados em campo desta investigação, é fruto deste contexto analisado brevemente neste tópico. Reflete as consequências das instabilidades sociais e econômicas que afetaram os trabalhadores de um modo geral e, principalmente, aqueles que dependem do setor de prestação de serviços, no qual muitos destes postos de trabalho têm se apresentado como instáveis, precários e informalizados. É o caso dos trabalhadores informalizados, por conta própria e autônomos.

Muitas contradições estão presentes no mundo do trabalho, que depende dos trabalhadores, mas de forma subjuguá-los de forma crescente e eficiente. É nesta lógica que se fortalecem processos de uberização e, ao mesmo tempo, agravam-se as condições de trabalho precárias e intensificadas. Os dados discutidos no próximo tópico, coletados em um período ainda pandêmico, refletem um olhar sobre esta realidade, sintetizando o perfil e a experiência de 20 motoristas de aplicativo da

empresa Uber da cidade de Uberlândia-MG.

4.2 A ideia de informalidade e a nova morfologia do trabalho

O mundo do trabalho tem passado por mudanças nas quais o trabalho informal está, progressivamente, ocupando espaços dos empregos formais, ou seja, têm se expandindo atividades flexíveis que não garantem acesso aos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores assalariados, tais como carteira assinada, férias, auxílio-doença, seguro desemprego etc. Com o desenvolvimento da sociedade digital e informatizada, surgiram novos trabalhos, como foi apontado no Capítulo 1, no qual houve uma desconstrução de noções ligadas aos empregos formais, à maior estabilidade nas funções e à remuneração associada às tarefas concretas e prestação de serviços. Deste modo, houve uma transformação na ideia de salário contratado e na visão de empregos conectados a postos de trabalho fixos e suas respectivas atividades laborais, além do fortalecimento de vínculos informais (Dal Rosso, 2008).

Compondo grande parte da realidade do mundo do trabalho brasileiro, a informalidade pode ser entendida como uma manifestação laboral na qual não há estes vínculos formais de contratação nem de regulação da força de trabalho. É característica predominante do mercado de trabalho nacional. Possui sua importância como fonte de sobrevivência de muitas famílias brasileiras, não podendo ser desconsiderado o seu papel para as vivências sociais e para a economia. Por outro lado, tem sido associada a formas de trabalho precário, inseguras e desprotegidas socialmente. Pode-se inferir, portanto, que a nova morfologia do trabalho é constituída pelo surgimento de variedades de trabalhos informais que têm contribuído para a criação de estratégias que gerem valor e o aumento do trabalho invisibilizado (Abílio, 2021b; Antunes, 2018).

A informalidade pode se expressar de diferentes formas, sendo que uma delas consiste nos *trabalhadores informais tradicionais*, que são aqueles envolvidos na obtenção da sobrevivência na esfera familiar e uma baixa capitalização. Estes estão, em diversos casos, na situação de desempregados ou na busca de realizar a complementação financeira. Além destes, há os *trabalhadores informais assalariados sem registro*, que correspondem àqueles que não estão no alcance da legislação trabalhista, exercendo a sua profissão sem carteira assinada e são destituídos do acesso pleno aos direitos. São provenientes de práticas de flexibilização do trabalho, como

aquelas que podem ser identificadas na indústria têxtil, em confecções e em fábricas de calçados. A terceira manifestação do trabalho informal, por sua vez, acontece com os *trabalhadores por conta própria*, que representam os produtores simples de mercadorias, que podem, inclusive, fazer a subcontratação de outros trabalhadores de modo a realizar a atividade laboral (Antunes, 2018).

Em pesquisas recentes sobre a informalidade, verifica-se que há uma diversidade de nuances a serem consideradas que inter-relacionam a estas definições, pois trata-se de um período de constante transformação que atinge significativamente o mundo do trabalho. Assim, a informalidade recebe os impactos da associação entre a (des)regulação do trabalho e as inovações tecnológicas, com consequências para os trabalhadores, submetidos a condições de trabalho precarizado e desprotegidas. O resultado disso é o crescimento de diferentes tipos de informalidade em uma atividade econômica (Abílio, 2021b). Destaca-se que

Originariamente tratada como um sinônimo de pobreza, recorrentemente associada às margens do desenvolvimento capitalista, a informalidade tende a ser compreendida mais como um negativo do trabalho formal do que um campo de produção de saberes, práticas e organizações. Entretanto, também se destacam perspectivas que trazem a informalidade para o centro do desenvolvimento capitalista, principalmente dos países da periferia. Globalização, inovações tecnológicas, reconfigurações do Estado, fluxos migratórios conectam-se, então, à definição e ao reconhecimento da informalidade, demandando a compreensão de suas especificidades e, ao mesmo tempo, de sua constituição, não como exceção, mas como parte do desenvolvimento e da acumulação capitalista (Abílio, 2021b, p. 18).

O trabalho informal faz parte da vida de muitos trabalhadores, possuindo sua importância social. No cenário de maior desemprego e crises econômicas constantes, tem tido a finalidade de colaborar com sua sobrevivência e, para muitos, consiste na única alternativa ou em uma alternativa complementar a outras formas de trabalho insuficientes. Entretanto, contradições emergem ao se analisar as características negativas de tais práticas, como será descrito a seguir.

Recentemente, os avanços dos processos de flexibilização e de precarização do trabalho colaboraram para a percepção de elementos negativos ligados à ideia de informalidade. Entre estes, pode ser destacada a aprovação da Reforma Trabalhista no Brasil, implementada no ano de 2018, na qual se vivenciava uma legalização da informalidade sem que isso incluísse uma ampliação da proteção aos trabalhadores já vinculados a esse tipo de trabalho. Trata-se da “informalização do trabalho informal” com o trabalhador intermitente e autônomo. Discursos oficiais e projetos de Governo reforçaram a informalidade como um mecanismo criador de possibilidades de emprego e

de crescimento econômico. A defesa do empreendedorismo se fez presente sem que isso envolvesse uma análise crítica das condições de trabalho informal envolvidas (Abílio, 2021b).

Ressalta-se que a redução ou elevação deste tipo de trabalho tem variado conforme as políticas de governo implementadas que, em determinadas perspectivas classistas, prevalecem os empresários e seus respectivos interesses. Nas análises do mundo do trabalho contemporâneo, como por meio de pesquisas do IBGE, verifica-se um entrelaçamento entre desemprego, crise econômica e crescimento da informalidade:

Segundo dados do IBGE (PNADC), a informalidade recupera sua trajetória ascendente – em 2018, 32,9 milhões de empregados tinham carteira assinada; já 11,2 milhões eram empregados sem carteira; 23,3 milhões trabalhadores por conta própria; e 6,2 milhões eram empregados domésticos (menos de um terço com carteira assinada). A taxa de desocupação em relação a 2014 apresenta um crescimento de mais de 90%, passando de 6,8% para 12,3%. No que concerne aos novos postos de trabalho, a informalidade predomina também na geração de emprego – segundo dados do Caged, entre 2015 e 2017 a geração de postos de trabalho formais foi negativa, apresentando uma leve recuperação em 2018, ou seja, a pequena redução na taxa de desemprego se deu pelo crescimento da informalidade (Abílio, 2021b, p. 16).

Conclui-se que a informalidade pode ser concebida também como uma maneira “perversa” de exploração na qual os trabalhadores são prestadores de serviços e terceirizados que sofrem ao não usufruir as possibilidades de uma jornada de trabalho, tempo de férias, direitos trabalhistas associados ao trabalho formal (Antunes, 2020).

Rumo ao entendimento desta dualidade do trabalho informal, ora visto como importante fonte de sobrevivência, ora opondo-se ao trabalho mais seguro e estável aos trabalhadores, é essencial pensar na definição e nas características do trabalho precário contemporâneo, como assinala Strauss (2023) quando afirma:

Sejamos claros: a precariedade é tão antiga quanto o capitalismo. Isso não é novo. Da mesma forma que a exploração do trabalho é inerente ao capitalismo, a precariedade também o é. A precariedade beneficia os empregadores. [...] E uma das coisas que descobriu foi que certos grupos de trabalhadores são altamente dependentes do trabalho baseado em aplicativos como principal fonte de renda. [...] O que realmente deveria nos preocupar a todos é que o emprego precário reflete, mas também exacerba, as desigualdades sistêmicas (Strauss, 2023, n.p.).

Strauss (2023) propõe que a precariedade do trabalho não está mais baseada na ideia de se ter um emprego estável, único e em tempo integral, com benefícios vinculados ao ofício,

representação coletiva, dentre outros. Com o passar dos anos, mudam-se as perspectivas, e outros fatores foram incorporados, tais como a qualidade e a segurança no emprego. Entre os indicativos do trabalho precário, podem ser listados o caráter temporário ou por contrato, a renda ou remuneração baixa e/ou irregular e a ausência de benefícios inerentes.

Portanto, a associação entre precarização e a informalidade tem sido marca do trabalho na contemporaneidade, sem, contudo, desconsiderar a importância do trabalho informal como meio de sobrevivência para parte significativa da população. O trabalho informal e a precarização não são sinônimos, mas têm sido identificadas várias manifestações nas quais a informalidade tem elevado um processo de precarização. Desta maneira, o capital tem feito uso desta possibilidade para incrementar a intensificação do trabalho e aumentar a exploração (Antunes, 2014; 2018).

Entre estas formas de trabalho precarizado e flexibilizados da atualidade, há o trabalho digital no setor de prestação de serviços, no qual tem ganhado destaque a atuação dos motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber, por exemplo. Como apontado em outros capítulos desta tese, trata-se de uma das formas nas quais o trabalho contemporâneo tem assumido, de forma crescente, associado à ideia de empreendedorismo enquanto prática resultante de valores capitalistas neoliberais de liberdade e de autonomia.

A própria ideia de uberização tem como pressuposto a eficiência deste processo de informalização no qual tem ocorrido uma expansão do número de trabalhadores informais que utilizam as plataformas digitais como ferramentas de trabalho. Estas reconfiguraram o trabalho e as formas de se conceber o tempo e o espaço de trabalho. Esta conjunção de fatores tem gerado o processo no qual uma multidão de trabalhadores é controlada e gerenciada pelas empresas-aplicativo. Estas se esforçam em reduzir e/ou eliminar os modos de formalização do trabalho e visam um controle centralizado via tecnologias digitais (Abilio, 2021).

Em outras palavras, a uberização consiste em uma alternativa de manifestação do processo de informalização da atualidade, sendo difuso e eficiente nas formas de gerir e controlar o trabalho, afetando uma gama de trabalhadores com diferenciados perfis de idade, sexo, localidades, profissões e escolarização. Atinge todo o mercado, a partir da associação entre o desenvolvimento tecnológico e as desregulações estatais. Muitos sobrevivem em uma realidade associada à viração, ou seja, o trânsito entre formalidade, informalidade, empreendimentos familiares e ilegalidade, prevalecendo a abrangência e disseminação do processo de uberização, que atinge decisivamente a classe trabalhadora (Abilio, 2021b).

Pesquisas têm identificado esta lógica da viração, citada anteriormente, além da atuação em atividades dotadas de vínculos trabalhistas diferentes em uma mesma ocupação sendo prestadores de serviços registrados, informais, uberizados e microempreendedores individuais⁷⁵ (MEI). Muitos, também, demonstraram trabalhar em uma mesma ocupação, passando por diferentes vínculos ao longo da vida, mas também experienciar outras atividades na informalidade (Abilio, 2021b).

Verifica-se uma heterogeneidade de experiências, perfis, vínculos e possibilidades de inserção no mundo do trabalho, algo discutido em outros momentos desta pesquisa. Desta maneira,

Grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras exerceu diferentes tipos de atividade, sendo minoria os que apresentam uma permanência em um só tipo de profissão/ocupação. Esta variedade evidencia que a trajetória de trabalhadores formais e informais não é retilínea, é feita de uma constante gestão sobre suas oportunidades de vida, as quais se fazem por meio de redes de sociabilidade, como a da vizinhança, da trajetória familiar, da igreja, de conhecidos, sindicato, ex-colegas de trabalho, que vão trazendo e indicando oportunidades de trabalho. As estratégias e oportunidades se formam distantes de um plano de carreira ou de uma identidade profissional bem definida, o que não quer dizer que o trabalhador não constitua uma identidade específica relacionada ao seu atual trabalho (Abilio, 2021b, p. 32).

Além disso, é preciso ressaltar que há trabalhadores que não desejam se vincular ao trabalho formal e isto não significa, necessariamente, o desejo pelo empreendedorismo. O emprego formal pode acarretar, nesta visão, em uma redução nos rendimentos a partir de uma avaliação dos empregos formalizados disponíveis e possíveis de se vincular. A informalização também representa a libertação das empresas terceirizadas, uma maior flexibilidade no tempo de trabalho e a possibilidade de exercer várias atividades econômicas concomitantemente (Abilio, 2021b).

Questiona-se, nestas possibilidades de trabalho, o discurso do empreendedorismo disseminado mundialmente para atrair os trabalhadores em atividades destituídas de direitos, que promove progressivamente o desemprego em massa, não trazendo o sucesso divulgado. Esta tem se mostrado uma ideologia falaciosa utilizada pelas empresas-aplicativo que são formalizadas. Há

⁷⁵ “O MEI é uma figura jurídica criada através da lei complementar 128/2008. Esse programa deu continuidade à trilha aberta desde 2006, quando da criação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que buscou oferecer condições diferenciadas para a formalização de pequenos negócios. Na prática, o MEI aparece como uma forma relativamente barata e pouco burocrática de abrir a própria empresa. Após se formalizarem como MEI, os trabalhadores podem ampliar seu acesso a créditos bancários e acessar benefícios sociais tais como auxílio-doença, aposentadoria por idade ou invalidez, salário-maternidade, pensão e auxílio reclusão. [...] O MEI formaliza aspectos de determinadas atividades inseridas em relações socioeconômicas informais e ilegais, mas que mantêm esses elementos como condições para o seu funcionamento” (Rangel, 2021, p. 200).

muitas contradições em torno da realidade vivenciada pelos desempregados que se apropriam destas ideias e são seduzidos pela possibilidade de se inserir neste tipo de trabalho, arcando com os riscos, a pressão e as consequências envolvidas (Antunes, 2020).

A uberização consiste em uma etapa do processo de flexibilização do trabalho que incrementa as possibilidades de precarização já existentes, colaborando neste processo ao transformar as relações de trabalho a partir de mecanismos de gerenciamento das formas de trabalho e das inovações tecnológicas. Tem-se fortalecido esta tendência global que perpassa todo o mundo do trabalho, independentemente da escolarização dos trabalhadores, atingindo não apenas aqueles entendidos por possuírem baixa qualificação escolar e renda. Como ocorre em outros contextos do mundo do trabalho⁷⁶, a relação trabalho e capital pode ser descrita, de forma explícita, pela redução do trabalhador a mera força de trabalho, sendo útil ao sistema capitalista por possibilitar esta dinâmica (Abílio, 2020c). Evidenciar esta heterogeneidade de perfis destes trabalhadores e a forma na qual este processo tem atravessado a classe trabalhadora é importante para se analisar e questionar o mundo do trabalho na contemporaneidade.

No próximo tópico, será feita a apresentação dos dados do trabalho de campo para se entender o perfil dos trabalhadores pesquisados e as questões que estes apresentaram como centrais. As temáticas educação, formação do trabalhador e uberização serão discutidas, após esta abordagem preliminar, no próximo capítulo.

4.3 O trabalho na empresa Uber: perfil, tempo de trabalho, renda e avaliações dos motoristas pesquisados em Uberlândia-MG

Inicia-se, a seguir, a apresentação dos dados provenientes da coleta realizada no trabalho de campo e o desenvolvimento das análises e questionamentos, como proposto inicialmente. Esta etapa foi realizada com o uso de um formulário eletrônico (Apêndice A) no qual, em sua primeira parte, questões fechadas revelariam uma descrição mais geral e o perfil social e econômico destes

⁷⁶ Exemplo disso foram os períodos marcados pelo Fordismo e Toyotismo, no qual a relação entre capital e trabalho estiveram dialeticamente entrelaçadas em favor dos interesses do capital. Na era do trabalho uberizado, esta relação permanece predatória e desigual, afetando os trabalhadores e suas possibilidades de vida.

trabalhadores. Totalizando 20 motoristas⁷⁷, alguns foram aleatoriamente localizados e outros indicados por colegas e selecionados a partir do critério de exercerem este trabalho junto à empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG no início do ano de 2022 (entre os meses de fevereiro a maio), período de realização da coleta de dados.

Este momento, ainda impactado pela pandemia de covid-19, trouxe a necessidade de alteração na técnica de coleta de dados que, preliminarmente, seria composta por entrevistas presenciais com os motoristas de aplicativo. Estas foram substituídas pela aplicação de questionários eletrônicos com o uso da plataforma Google Forms⁷⁸.

É preciso lembrar que o ano de 2022 consistiu em um momento mais estável em relação à situação sanitária, em comparação ao ano anterior, caracterizando-se pelo início da aplicação das vacinas e por esforços em favor de um maior controle da pandemia, pela realização e divulgação de estudos científicos e acadêmicos e por uma maior conscientização da população. Apesar disso, persistiam alguns fatores que afetavam as possibilidades de diálogo com os motoristas de aplicativo. Entre estes, podem ser citados o uso das máscaras, que dificultou o entendimento das falas; a necessidade de distanciamento físico dentro dos carros; a rotina marcada pela intensificação do trabalho, já presente em períodos anteriores; e o pouco tempo disponível para responder às questões propostas, dentre outros. Com a percepção desses fatores, da relevância do distanciamento social e das condições de higiene adequadas, foram realizadas adaptações necessárias na técnica de coleta de dados inicial da pesquisa.

A necessária transformação do roteiro de entrevistas em um questionário eletrônico ocasionou mudanças em muitas questões que eram abertas e se tornaram fechadas (de múltipla escolha), com a intenção de facilitar e agilizar o preenchimento mediante o reconhecimento de que a rotina de trabalho era marcada pela intensificação e precarização. Complementarmente, reduziram-se as perguntas, mantendo aquelas concebidas como essenciais, já que seria um questionário eletrônico longo e exaustivo, que teria pouco retorno em termos de respostas.

⁷⁷ Mediante o reconhecimento do tamanho reduzido da amostra, entende-se que estes dados não podem ser generalizados para toda a população de trabalhadores uberizados da cidade de Uberlândia-MG, mas que essas informações são importantes para compor a tese proposta e complementar os estudos e as discussões apresentadas nos outros capítulos.

⁷⁸ Trata-se de um aplicativo que possibilita a criação de formulários que tem sido utilizado em pesquisas acadêmicas, de mercado, de opinião, dentre outros. Tem sido considerada uma ferramenta acessível e de fácil manuseio, além de uso gratuito. Pode ser acessado pelo seguinte *link*: <https://docs.google.com/forms/u/0/>.

Os motoristas foram abordados enquanto atuavam na prestação do serviço de transportes com o uso do aplicativo da empresa Uber. Outra forma de definição da amostra ocorreu por indicação, na qual muitos forneceram contatos de colegas. Nas duas possibilidades, os trabalhadores foram esclarecidos sobre a importância e os objetivos da pesquisa e, para aqueles que se dispuseram a participar, foi solicitado um meio para estabelecer a comunicação posterior. Por e-mail ou número de telefone fornecidos, foram enviados o *link* do formulário, criado pelo aplicativo Google Forms, e o TCLE, contendo informações pertinentes⁷⁹.

Muitos dos motoristas convidados demoraram ou expuseram pouco interesse em colaborar, outros forneceram meios de receber o *link* do questionário mas não responderam. Esta postura foi, inclusive, esperada mediante a percepção do que é o trabalho uberizado sob a perspectiva dos trabalhadores imersos na lógica de tempo de trabalho extenso, que sofrem com uma dinâmica exaustiva, muitas metas para serem cumpridas, estímulo à competitividade dentre outros (Abílio, 2020a; Abílio *et al.*, 2020; Antunes; Filgueiras, 2020; Santana, Antunes; 2020; etc.). Estes fatores, citados nos capítulos anteriores, foram também considerados nas análises realizadas.

Sobre os resultados dos dados coletados, destacam-se questões sobre sexo e idade, tempo de atuação com a empresa Uber, quantidade de horas por dia de trabalho e número de dias por semana dedicados ao trabalho uberizado. Também foram significativas as perguntas sobre a remuneração obtida, a motivação para atuar como motorista de aplicativo, sua autodefinição profissional e a avaliação sobre as condições de trabalho a que estavam submetidos⁸⁰.

Iniciando a apresentação destas informações, verificou-se que a maioria declarou ser do sexo masculino, como ilustra a Tabela 1:

Tabela 1 - Quantidade de motoristas distribuídos por sexo

Sexo	Motoristas
Feminino	3
Masculino	17
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

⁷⁹ Essas informações contidas no TCLE consistem nos objetivos da pesquisa, na instituição e o Programa de pesquisa à qual está vinculada, seus riscos, benefícios e metodologia de coleta de dados. Estão anexados ao final desta tese, o modelo do formulário e o Parecer Consubstanciado, em que consta a aprovação junto ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Uberlândia. Este documento está no Apêndice A.

⁸⁰ A segunda parte do questionário será discutida no Capítulo 5. Devido à natureza e ao conteúdo da discussão presente no Capítulo 4, sobre informalidade, trabalho e tecnologias, optou-se por abordar os temas educação formal, trabalho informal, formação do trabalhador e tecnologias no Capítulo 5, entendendo que são imprescindíveis para a tese aqui proposta e que precisariam de maior profundidade para compô-la.

Mesmo consistindo em uma amostra pequena, composta por 20 motoristas, esses dados podem ser entendidos como ilustrativos das características que marcam essa ocupação. Trabalhadores do sexo masculino constituem a maioria entre aqueles inseridos em trabalhos informais, sobretudo quando este está associado ao uso das tecnologias digitais e, especificamente, ao setor de prestação de serviços de transportes. A desigualdade de gênero descreve o mercado de trabalho brasileiro, o que inclui o trabalho formal e o trabalho informal, mesmo com as transformações decorrentes dos novos contextos e do desenvolvimento tecnológico e seus impactos nas possibilidades de trabalho (Colodetti; Melo, 2021).

Essas desigualdades sociais atingem mulheres que, em sua maioria, são submetidas a duplas jornadas com a associação entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. Essa situação faz com que muitas delas se submetam a atividades informais e precárias, com maior facilidade de inserção em atividades consideradas tipicamente e socialmente femininas. Diferentemente, ocorre com aquelas que optam por serem motoristas de aplicativo e precisam enfrentar os valores tradicionais da sociedade que, ainda, considera esta atividade econômica como culturalmente masculina, associando-a aos serviços realizados dos motoristas nos veículos como táxis, ônibus, caminhões etc. (Colodetti; Melo, 2021; Goulart; Melo; Versiani, 2022).

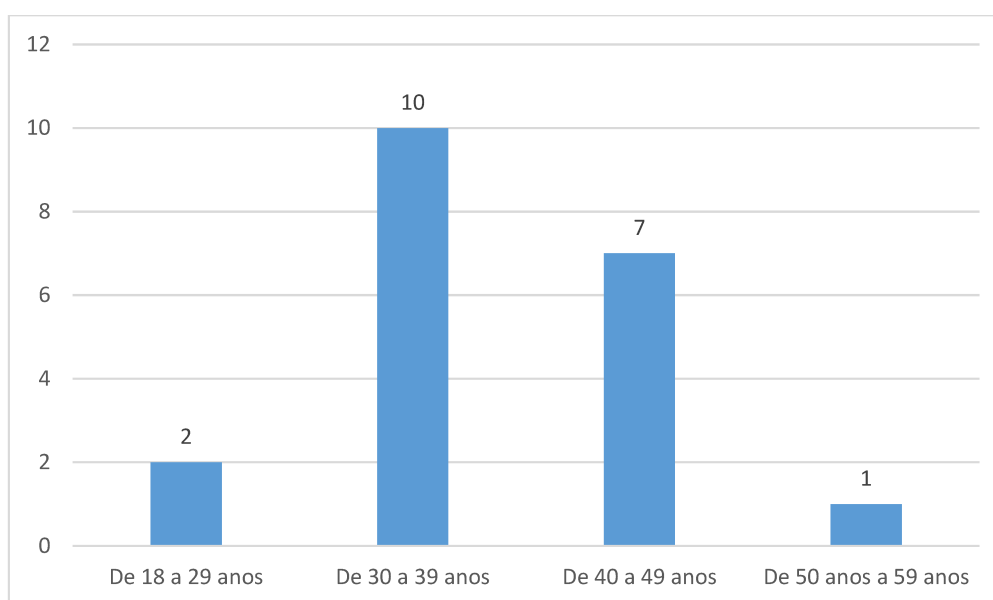
Constituindo minoria, verificou-se uma progressiva, mas ainda limitada, inserção das mulheres no trabalho digital ligado ao setor de transportes. De forma lenta, processual e gradual, tem sido configurados novos elementos que compõem a forma de organização do trabalho atual e reproduzidos padrões que descrevem o mundo do trabalho. É o que evidenciam diversas pesquisas cujas entrevistas com trabalhadoras motoristas de aplicativo demonstraram que elas permanecem submetidas a desvantagens, nem sempre explícitas e declaradas, ao serem inseridas em profissões que continuam concebidas socialmente como predominantemente masculinas. Por outro lado, reconhecem-se avanços em relação a esta presença limitada das mulheres, com crescimento lento e gradual, em atividades associadas ao setor de transportes por aplicativos (Colodetti; Melo, 2021; Goulart; Melo; Versiani, 2022).

Tornam-se explícitos os enfrentamentos necessários para estas trabalhadoras a partir da constatação da necessidade de igualdade de condições laborais que as afetaram em outros contextos históricos e ainda permanecem mesmo sob as novas configurações de trabalho delineadas atualmente. Desta maneira, como também indicaram os resultados dos questionários desta pesquisa, os dados relativos ao sexo demonstraram uma semelhança com aqueles analisados em

outras pesquisas sobre a temática, reforçando o papel dos estudos que aprofundem sobre as questões de gênero e trabalho⁸¹.

Em relação à idade dos motoristas, na faixa etária “30 a 39 anos” (10) e “40 a 49 anos” (7) está a maioria pesquisada, como aponta o Gráfico 13⁸². A minoria assinalou a faixa etária de “18 a 29 anos” (2) e de “50 a 59 anos” (1), sendo que nenhum declarou possuir “acima de 60 anos”. Logo, a minoria pode ser considerada trabalhador jovem e não houve a participação de idosos, entendidos como aqueles indivíduos dotados de 65 anos ou mais.

Gráfico 13 - Faixa etária dos motoristas entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Correlacionando gênero e idade, na Tabela 2, verificou-se que as mulheres que se disponibilizaram a responder ao questionário possuíam entre “18 a 29 anos” (2) e “30 a 39 anos” (1). Por outro lado, quase a totalidade dos homens afirmaram possuir a idade acima de 30 anos, sendo um número reduzido afirmou “acima de 50 anos” (1).

⁸¹ A abordagem sobre a categoria gênero mostrou ser importante e ampla ao se analisar a profissão de motorista de aplicativo; entretanto, necessita de um maior espaço e aprofundamento que ultrapassam os objetivos desta tese.

⁸² Mediante o número de pesquisados, configurando-se em uma amostra de 20 trabalhadores, não se pode ter conclusões que possam generalizar as inferências sobre o total ou a maioria do grupo de motoristas de aplicativo da empresa Uber na cidade escolhida para a aplicação dos questionários eletrônicos.

Tabela 2 - Motoristas por sexo e idade

Sexo x faixa etária	Motoristas
Feminino	3
18 a 29 anos	2
30 a 39 anos	1
Masculino	17
30 a 39 anos	9
40 a 49 anos	7
50 anos a 59 anos	1
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa.

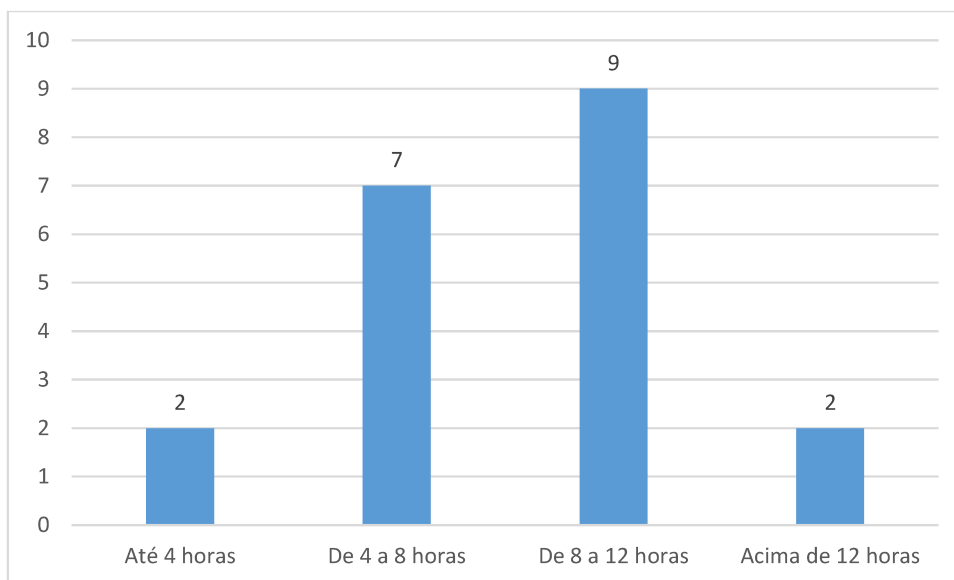
Buscou-se conhecer também o tempo de atuação em meses e anos como motorista da empresa Uber, para compreender sua experiência laboral. A Tabela 3 demonstra que um número reduzido (2) pode, no período em questão, ser considerado como dotado de pouca experiência, tendo exercido por “menos de 6 meses” este trabalho. Mais da metade da amostra possuía no “mínimo 1 ano” de atuação com a empresa Uber, podendo chegar a ter “acima de 5 anos”, como afirmaram 3 trabalhadores.

Tabela 3 - Tempo de atuação como motorista na empresa Uber

Tempo de trabalho	Motoristas
Menos de 6 meses	2
6 meses a 1 ano	3
1 ano a 3 anos	5
3 anos a 5 anos	7
Acima de 5 anos	3
Total	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Em relação às condições de trabalho do serviço prestado, foi perguntado aos motoristas a quantidade aproximada de horas trabalhadas por dia na área de transportes. Os dados, expostos no Gráfico 14, indicaram que poucos declararam trabalhar “até 4 horas” (2) e o mesmo quantitativo afirmou exercer “acima de 12 horas” por dia nesta atividade (2). Grande parte assinalou um tempo diário de trabalho aproximado “4 a 8 horas” (7), porém a maioria expôs atuar de “8 a 12 horas” (9).

Gráfico 14 - Horas trabalhadas por dia como motoristas da empresa Uber

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O Gráfico 14 aponta uma dedicação de “mais de 8 horas” com o serviço de transporte de passageiros pela maioria da amostra (9) e, ainda foram identificadas, na última coluna, horas excessivas de trabalho para alguns entrevistados que assinalaram “acima de 12 horas” (2). Isso tem sido evidenciado em vários estudos sobre a temática, discutidos em capítulos anteriores, que descrevem esta atividade pela intensificação do trabalho mediante a atuação em excessivas horas, com cobranças por resultados, dificuldades com o trânsito e condições inadequadas de tráfego, riscos relacionados à pouca segurança nas ruas, descanso insuficiente entre as corridas, imposição do cumprimento de metas, dentre outros (Antunes, 2020).

A rotina intensa e desgastante demonstra uma face do trabalho precário que atinge várias atividades profissionais associadas ao infoproletariado ou cibertariado, dentre os quais há o caso destes motoristas imersos na lógica do trabalho uberizado, que tem sido exemplar e representativo do ápice de um processo exploratório do capitalismo denominado de pandêmico (Antunes, 2020). Este tema tem sido discutido em diversas pesquisas acadêmicas, bem como nos debates nos meios de comunicação sobre o processo de uberização, como as contribuições de Antunes (2020), Abílio (2020a; 2020b; 2020), Antunes e Filgueiras (2020), Grohmann (2020), Santana e Antunes (2021), dentre outros.

Apesar do envolvimento com uma carga de trabalho diária elevada, os trabalhadores devem estar disponíveis à espera de notificações no aplicativo da empresa Uber sobre as viagens

solicitadas e a localização dos passageiros. Este consiste em um dos fatores que representam fonte de exploração e de precarização do trabalho, pois não se trata de um tempo de trabalho efetivamente pago, e sim de um tempo “ocioso” que não é livre e os dificulta de realizar, concomitantemente, outras atividades distintas. Não é um tempo pago, pois este é resultado das corridas realizadas e não do período total dedicado ao serviço de transportes. Como alternativa, muitos se envolvem com o trabalho com outros aplicativos, de modo a preencher este tempo entre uma corrida e outra e elevar os rendimentos, somando-se as duas possibilidades, quando possível. Trata-se do fenômeno da intensificação do trabalho, que impacta significativamente o setor de prestação de serviços e ainda mais este, cuja natureza é declaradamente digital e plataformizada (Vidigal, 2023; Abílio, 2020a; Antunes, 2020; Dal Rosso, 2008).

Complementarmente, a Tabela 4 demonstra a quantidade de horas trabalhadas aproximadas em sua intersecção com o sexo e a faixa etária. Ressalta-se a afirmação das mulheres que trabalhavam de “4 a 8 horas” (3), o que levou à suposição de que este trabalho mediado por aplicativos fosse complementar a outras atividades laborais e/ou domésticas, algo tradicionalmente atribuído a muitas delas (Colodetti; Melo, 2021; Goulart; Melo; Versiani, 2022).

Tabela 4 - Sexo e quantidade de horas trabalhadas por semana

Sexo e horas trabalhadas	Motoristas
Feminino	3
4 a 8 horas	3
Masculino	17
Acima de 12 horas	2
Até 4 horas	2
4 a 8 horas	4
8 a 12 horas	9
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Em relação aos homens, a Tabela 5 aponta que alguns exerciam o trabalho uberizado “até 4 horas” (2) e “de 4 a 8 horas” (4). Citado em vários estudos sobre o tema, grande parte destes motoristas realizam esta prestação de serviços como uma forma de complementar a renda de modo informal, conciliando-a com outras possibilidades de se obter remuneração: empregos estáveis e formais ou outras atividades informais (Abílio, 2021c; Antunes, 2020).

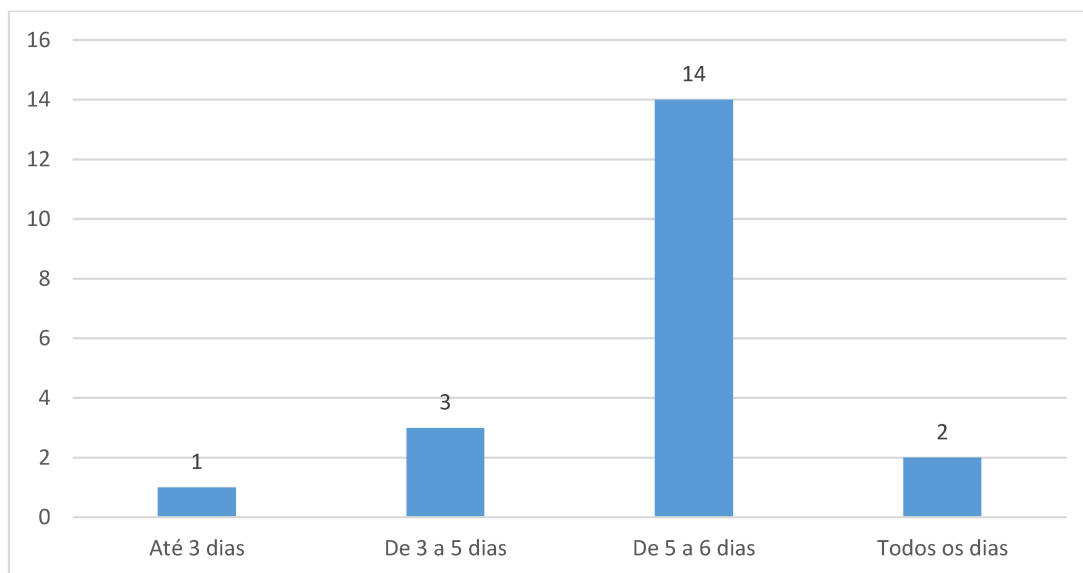
Desta maneira, a referida tabela ilustra a possibilidade de o trabalho uberizado ser uma complementação de renda e, inclusive, conciliando-se com formas diferentes de trabalho, bem como de tempo dedicado à formação escolar ou acadêmica. Ganha destaque a atuação de “8 a 12

horas” de trabalho (9), podendo este ser uma atividade laboral ou um sobretrabalho, quando entende-se que pode se tratar de uma atuação complementar à outra já realizada em um terceiro turno laboral. Chama atenção, ainda mais, a afirmação de trabalho em um período “acima de 12 horas” (2), indo na contramão do se é entendido como adequado ao bem-estar, ao descanso e à saúde dos envolvidos.

Esta afirmação de “8 a 12 horas” de trabalho traz em si uma preocupação com o excesso de trabalho em uma atividade que exige concentração, destreza e atenção ao trânsito, que tem riscos de acidentes e possibilidades de insegurança tanto para os trabalhadores quanto para os passageiros que fazem o uso de tais serviços. Trata-se de um processo de escravidão digital pautado na informalização, algo que ganhou forças no discurso da necessidade de recuperação econômica no período pós-pandemia⁸³. O cenário de desemprego, a necessidade de se elevar ganhos remuneratórios e de instabilidade econômica indica, para muitos destes trabalhadores, o estímulo para se dedicar horas excessivas ao serviço de transporte de passageiros e realizá-lo mediante a conciliação com outras possibilidades de remuneração (Antunes, 2020).

A seguir, no Gráfico 15, verifica-se que a maioria dos participantes da pesquisa expôs uma dedicação de “5 a 6 dias” (14) ao trabalho plataformizado, possuindo de um a dois dias de descanso:

Gráfico 15 - Dias trabalhados por semana



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

⁸³ Entende-se por “período pós-pandemia” esta fase mais estabilizada da Pandemia de covid-19, com o desenvolvimento e aplicação das vacinas, uma maior conscientização populacional, maiores hábitos de higiene e de proteção contra à proliferação do vírus, dentre outros.

Houve declaração de atuação em todos os dias da semana (2), algo que se mostrou preocupante e que compõe a realidade do trabalho uberizado. Estes trabalhadores, destituídos dos dias de descanso semanal, são submetidos a uma lógica na qual a liberdade individual e o autogerenciamento do trabalho compõem práticas e valores associados ao trabalho autônomo e ao empreendedorismo (Abilio, 2020a).

Estas ideias, socialmente divulgadas e disseminadas, remetem a valores neoliberais que os fazem se submeter a condições de trabalho desumanas e realizadas mediante “escolhas” e decisões próprias feitas, principalmente, com base nas necessidades de sobrevivência impostas pela posição no sistema de classes sociais. Permeada por contradições, esta autogestão é guiada e controlada pelas regras dos aplicativos, configuradas conforme os interesses dos gestores do trabalho uberizado que transmitem a falácia da livre escolha e administração do tempo e organização do trabalho. De fato, este é controlado por um sistema digital, no qual algoritmos são configurados segundo os interesses das classes dominantes, mas impacta decisivamente a vida dos trabalhadores.

Visualizando-se os dados sobre idade e os dias trabalhados, na Tabela 5, destacam-se as faixas etárias de “30 a 39 anos” (10) e de “40 a 49 anos” (7) que possuem trabalhadores atuantes em “todos os dias por semana” e “de 5 a 6 dias” como destaque. Possuindo de “50 a 59 anos”, um trabalhador afirmou atuar “até 3 dias”, o que pode ser entendido por ser uma complementação de renda ou uma opção por um menor tempo de trabalho ao se comparar com outros perfis etários.

Tabela 5 - Quantidade de motoristas por idade e dias trabalhados

Idade e dias trabalhados	Motoristas
18 a 29 anos	2
5 a 6 dias	2
30 a 39 anos	10
3 a 5 dias	1
5 a 6 dias	8
Todos os dias	1
40 a 49 anos	7
3 a 5 dias	2
5 a 6 dias	4
Todos os dias	1
50 anos a 59 anos	1
Até 3 dias	1
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na análise sobre a quantidade de dias trabalhados conforme o sexo, exposta na Tabela 6, verifica-se que as mulheres afirmaram exercer “de 5 a 6 dias” o transporte de passageiros (3), o que ocupa um tempo semanal significativo. Também apontado na Tabela 4, elas afirmaram dedicar “de 4 a 8 horas”. Como já apontado, tem ocorrido um crescimento da presença feminina em espaços ocupados tradicionalmente por homens e associados ao perfil masculino. Esse tem sido um desafio para elas que precisam ser inseridas no trabalho digital de forma igualitária, como já fazem os homens.

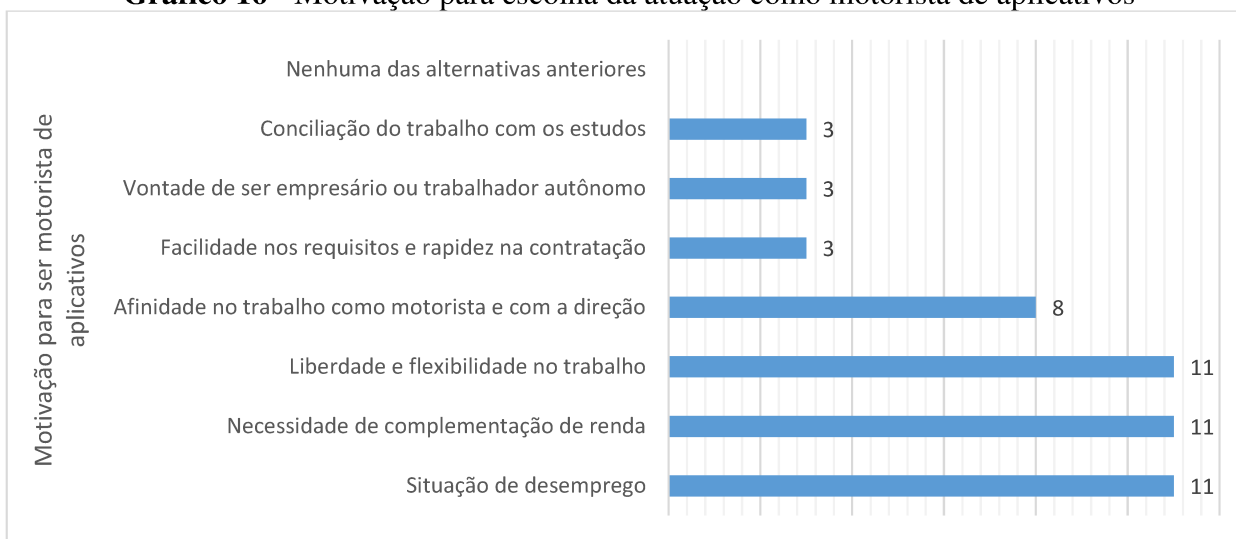
Tabela 6 - Quantidade de motoristas por sexo e dias trabalhados

Sexo x Dias trabalhados	Motoristas
Feminino	3
5 a 6 dias	3
Masculino	17
Até 3 dias	1
3 a 5 dias	3
5 a 6 dias	11
Todos os dias	2
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Em relação aos homens, destaca-se um trabalho semanal “de 5 a 6 dias” (11), sendo que dois trabalhadores afirmaram atuar “todos os dias” da semana. Como também indicado na Tabela 4, a maior parte deles realizava uma longa jornada de trabalho, totalizando “de 8 a 12 horas” de trabalho (9). Entende-se que, casos como estes, têm sido analisados em diversas pesquisas e são descritos pela busca por uma maior remuneração, motivada pelas necessidades de sobrevivência e o cumprimento de metas em uma lógica em que são colocadas nas mãos dos motoristas “empreendedores” a organização e os riscos possíveis relativos à segurança, ao trânsito, à higiene e proliferação da covid-19, de não obter uma renda necessária para sua sobrevivência, dentre outros.

Complementando as informações anteriores, o Gráfico 16, a seguir, apresenta as motivações na escolha da uberização enquanto fonte de renda, mesmo tendo o envolvimento com um ritmo intenso e que pode exigir uma dedicação maior em termos de horas e dias por semana:

Gráfico 16 - Motivação para escolha da atuação como motorista de aplicativos

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como apresentado no gráfico, grande parte apontou como principal fator motivador para a ser motorista de aplicativo⁸⁴, entre as alternativas possíveis, a “liberdade e a flexibilidade do trabalho” (11), a “necessidade de complementação de renda” (11) e a “situação de desemprego” (11). Teve-se, em sequência, a declaração de “afinidade no trabalho com o transporte de passageiros” (8). Em menor número, houve a indicação da “conciliação do trabalho com os estudos” (3), a “vontade de se tornar empresário ou trabalhador autônomo” (3) e a “facilidade nos requisitos e a rapidez na contratação” (3).

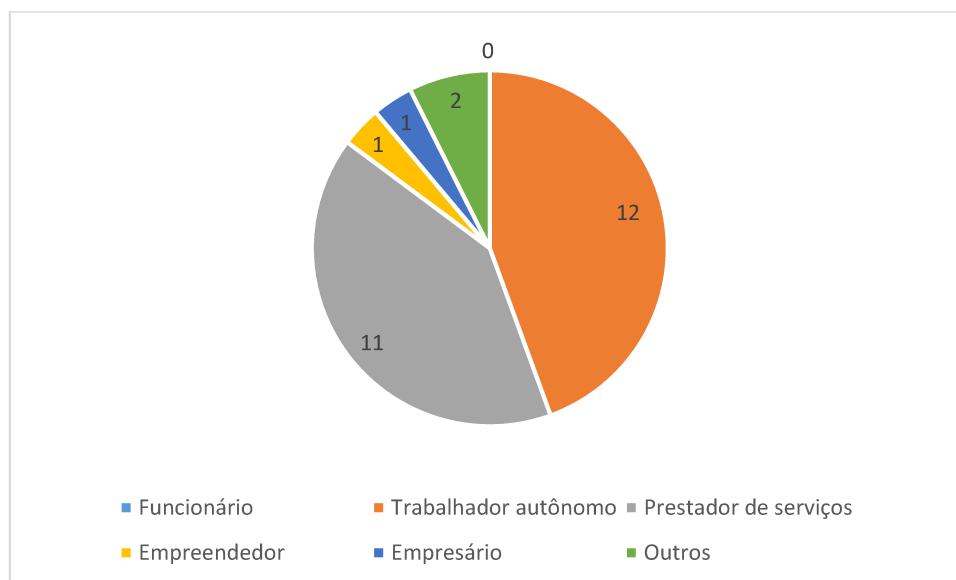
Conforme discutido nos capítulos anteriores, a influência de valores neoliberais se faz presente nesta supervalorização do empreendedorismo, da liberdade e da flexibilidade no trabalho (Harvey, 2014). Estes, consistem em ideias disseminadas cotidianamente pelos meios de comunicação que tornam estas atividades informais e digitais algo atraente, juntamente com a necessidade de inserção no mercado de trabalho mediante o risco do desemprego. A uberização é uma alternativa se apresenta para muitos destes trabalhadores analisados como um escolha possível e viável para aqueles que necessitam financeiramente e não veem outras possibilidades tão facilitadas, rápidas e desburocratizadas.

No que tange à autoidentificação dos motoristas, estes poderiam assinalar mais de uma alternativa para descrever como se sentem no trabalho. Em maior número, a opção “trabalhadores

⁸⁴ Nesta questão, os motoristas pesquisados poderiam assinalar mais de uma alternativa para responder a questão referente à motivação para escolher o trabalho uberizado enquanto uma fonte de renda.

autônomos” (12) ganhou destaque, juntamente com a identificação enquanto “prestadores de serviços” (11). Diferentemente, em um número bem mais reduzido, houve a declaração de que “empresários” (1), “empreendedores” (1) e “outros” (2), com está exposto no Gráfico 17:

Gráfico 17 - Autoidentificação dos motoristas



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No que diz respeito à alternativa “Outros”, esta foi composta por um campo no qual poderiam escrever a sua definição, sendo que dois afirmaram⁸⁵: “É um bico que eu faço” e “Considero nada”, demonstrando a conciliação com outras atividades remuneratórias e, respectivamente, uma certa desconsideração em relação à atividade, o que poderia ser indagado como um possível descontentamento ou desejo em não se expor sobre o assunto.

Ainda sobre as informações presentes no Gráfico 5, de certa forma até se esperava uma maior marcação nas alternativas “empresários” e “empreendedores”. Por outro lado, estas declarações também estão em consonância com estudos realizados sobre a temática que demonstram estas qualificações de “trabalhador autônomo” e “prestador de serviço” como parte das falas destes trabalhadores⁸⁶ e suas autoavaliações. Estas, presentes nos valores neoliberais, estão carregadas de falas vinculadas às ideias de flexibilidade e de terceirização do trabalho opostas aquelas associadas aos vínculos formais, estáveis e dotados de direitos.

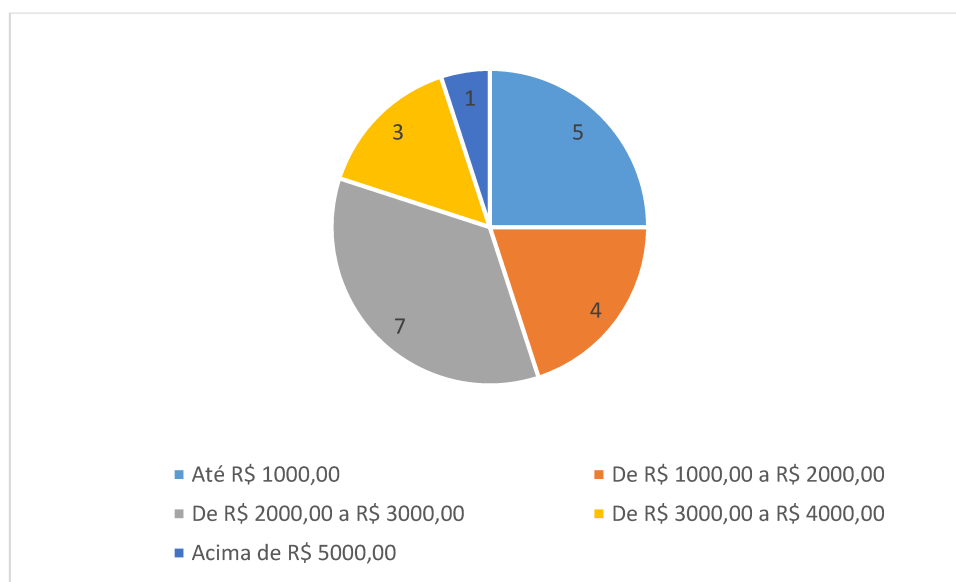
⁸⁵ Nesta questão, havia um campo para a escrita de uma alternativa de livre escolha, caso o pesquisado quisesse.

⁸⁶ Deixa-se claro que esta pesquisa com 20 trabalhadores não é suficientemente representativa para se analisar o todo e não há intenções de fazer generalizações, apenas entender como este grupo afirma e enxerga a sua ocupação laboral.

Enquanto autogerenciadores de seu trabalho, a maioria se identificou como “autônomos” e enquanto “prestadores de serviços” que estes assumem uma elevada quantidade e tempo de trabalho, tendo que se submeter às consequências para sua saúde e segurança que são colocadas também como sua responsabilidade. Estas são algumas marcas do trabalho uberizado, marcadamente flexível, invisibilizado e organizado unilateralmente, expondo suas contradições e consequências para os motoristas (Abílio, 2020a; 2020b).

Em relação à remuneração recebida, o Gráfico 18 ilustra que alguns pesquisados (5) afirmaram não obter ao menos o valor correspondente ao salário mínimo previsto por lei ao se comparar àqueles que possuem as garantias e a segurança das leis trabalhistas que norteiam o trabalho formal⁸⁷. Entre outras respostas obtidas, houve esta afirmação de obtenção de um valor de até R\$ 1000,00 (5) e um valor aproximado ao salário mínimo, no intervalo de “R\$ 1000,00 a 2000,00” (4).

Gráfico 18 - Rendimentos mensais na atuação como motorista de aplicativo da empresa Uber



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Alguns declararam também receber “de R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00” (7) e “acima de R\$ 5000,00” (1), uma remuneração um pouco maior, ao se comparar com as afirmações anteriores.

⁸⁷ Durante o período de coleta destas informações, o salário mínimo correspondente a R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais) (Brasil, 2022), consistindo em uma medida de análise que é associada ao trabalho formal e com carteira assinada mas que pode servir de parâmetro para a análise dos rendimentos incertos e indefinidos, obtidos com o trabalho informal.

Como ilustra o Gráfico 18, percebe-se que os rendimentos obtidos mensalmente podem ser concebidos como insuficientes e incompatíveis ao trabalho realizado. Isto pode ser um fator motivador para que eles busquem outras atividades laborais mais estáveis e se envolvam em longas jornadas de trabalho a fim de garantir um valor minimamente necessário.

Esta rotina de elevado tempo de trabalho e pouca remuneração não favorece a “escolha” por tempos de descanso e lazer, períodos para realizar cuidados pessoais e as refeições, momentos de descanso entre uma corrida e outra, dentre outros. Aceitar um trabalho desgastante e exaustivo aparenta ser resultado de uma gestão pessoal, mas é preciso considerar outros fatores que, contraditoriamente, os impulsionam a aderir a este tipo de organização do trabalho. As regras são criadas e impostas pela empresa Uber, disseminadas via aplicativo, fazendo com que eles as recebam, interpretem e sejam coagidos a agirem como tal, realizando o autogerenciamento e mensurando os esforços para alcançar as metas estabelecidas.

A falta de regulamentação trabalhista no que diz respeito à uberização abre espaço para estas condições de trabalho não adequadas ao bem-estar físico, mental e material dos motoristas, muitos dos quais se veem seduzidos pela suposta liberdade individual que se apresenta nestas formas mais desvinculadas, facilitadas e superficiais de trabalho.

Complementarmente a esta análise, tem-se a Tabela a seguir, que demonstra a remuneração aproximada conforme a distribuição por gênero⁸⁸. Entre os homens, foram identificados diferentes rendimentos, em todos os intervalos propostos para serem assinalados.

O que se destaca é a afirmação de menores remunerações por parte das mulheres, sem deixar de reconhecer que também representaram a minoria no levantamento realizado. Ao se comparar com os homens, afirmaram receber uma reduzida remuneração, mas também atuando em uma quantidade reduzida de horas trabalhadas, podendo-se pensar que são variáveis que podem ser associadas a pouca remuneração devido ao reduzido tempo de trabalho. Isto pode ser, hipoteticamente com base na revisão bibliográfica, interpretado como uma possibilidade de aquisição de uma renda familiar complementar ou uma atividade laboral que precisa ser exercida nas horas excedentes ao período dedicado ao lar, aos filhos e aos serviços domésticos, ainda marcantes e presentes majoritariamente (e culturalmente) na realidade feminina.

⁸⁸ Lembrando que não foi objetivo da pesquisa aprofundar na categoria gênero, mas entendeu-se a importância de se abordar, mesmo que rapidamente, as desigualdades de gênero também presentes no trabalho plataformizado atual. Trata-se de um tema de reconhecida importância a ser melhor trabalhado em pesquisas posteriores.

Tabela 7 - Sexo e rendimentos mensais como motorista de aplicativo da empresa Uber

Sexo x Renda mensal	Motoristas
Feminino	3
Até R\$ 1000,00	1
De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	2
Masculino	17
Acima de R\$ 5000,00	1
Até R\$ 1000,00	4
De R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00	4
De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	5
De R\$ 3000,00 a R\$ 4000,00	3
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Percebe-se que o setor de prestação de serviços tem atraído trabalhadores com perfis bastante diversificados, por sua flexibilidade de horários e possibilidade de conciliação com outras atividades que podem ser de formação escolar, em relação aos afazeres domésticos ou outras atividades laborais.

A Tabela 8 ilustra a distribuição da remuneração por idade, demonstrando que os mais jovens, “de 18 a 29 anos” (2) afirmaram uma remuneração com valor intermediário entre as possibilidades para respostas (de R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00). As maiores remunerações estiveram com os motoristas que possuíam entre “30 a 39 anos” e “40 a 49 anos”, sendo que outros com estas idades também declararam receber o mínimo, até R\$ 1000,00. O intervalo com valor mais elevado correspondeu ao trabalhador dotado “de 30 a 39 anos” de idade, sendo que este que afirmou ser motorista de aplicativo “de 5 a 6 dias por semana” e “de 8 a 12 horas por dia”, segundo as informações presentes também nos outros dados coletados.

Verificou-se, ainda, que as afirmações sobre idade correlacionada aos rendimentos não seguiram um padrão, lembrando que diversos fatores poderiam desencadear esta variação, como é o caso de o motorista possuir outras atividades remuneratórias, envolver-se em cursos ou outras atividades além do trabalho com a empresa Uber.

Tabela 8 - Idade e rendimentos mensais como motorista de aplicativo da empresa Uber

Idade x Rendimentos	Motoristas
18 a 29 anos	2
R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	2

30 a 39 anos	10
Até R\$ 1000,00	1
R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00	2
R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	4
R\$ 3000,00 a R\$ 4000,00	2
Acima de R\$ 5000,00	1
40 a 49 anos	7
Até R\$ 1000,00	3
R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00	2
R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	1
R\$ 3000,00 a R\$ 4000,00	1
50 anos a 59 anos	1
Até R\$ 1000,00	1
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Neste sentido, localizaram-se diferentes rendimentos conforme a faixa etária, entendendo-se que estas características poderiam ser associadas ao tempo de trabalho que pode gerar uma maior remuneração, ao se disponibilizarem mais tempo, aceitarem mais corridas, trabalharem em dias de finais de semana e feriados, horários de almoço e de pico, dentre outros.

Ao se analisar o valor aproximado de remuneração e a quantidade de dias trabalhados, como expõem as Tabelas 9 e 10, pode-se observar uma variação da remuneração em relação aos dias de trabalho com a empresa Uber. Evidencia-se a afirmação da maior remuneração (R\$ 5000,00) ser dita pelo motorista que atua “de 5 a 6 dias”, entretanto, a menor remuneração (R\$ 1000,00) estar entre aqueles que afirmaram atuar “até 3 dias” e também outras possibilidades, inclusive, todos os dias. Neste último caso, entende-se que é uma baixa remuneração, pois, como consta na tabela, muitos que dedicam “todos os dias” ou “de 5 a 6 dias” como motorista de aplicativo.

A quantidade de horas trabalhadas declaradas está em consonância com os estudos sobre o processo de uberização no setor de transporte de passageiros, especificamente. Apesar de parecer contraditório, uma atuação de 8 a 12 horas por dia e, também, acima de 12 horas, não significa a garantia de uma remuneração maior porque esta depende das corridas realizadas, da distância percorrida, dos dias da semana, dentre outros. Este tipo de análise precisa considerar que o trabalhador disponibiliza ao trabalho, mas há aquele tempo de trabalho que é efetivamente pago, baseado nas configurações algorítmicas. Sua remuneração depende deste tempo efetivamente realizado, que é calculado conforme as corridas, os horários e as distâncias que caracterizam as viagens.

Tabela 9 - Remuneração e a quantidade de dias trabalhados por semana

Remuneração x Dias por semana
Acima de R\$ 5000,00
5 a 6 dias
Até R\$ 1000,00
Até 3 dias
3 a 5 dias
5 a 6 dias
Todos os dias
De R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00
5 a 6 dias
De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00
3 a 5 dias
5 a 6 dias
De R\$ 3000,00 a R\$ 4000,00
5 a 6 dias
Todos os dias

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Alguns pesquisados afirmaram atuar “acima de 12 horas” e obter um rendimento médio mensal “de R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00” e “de R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00”. Uma configuração como esta engendra e consolida um processo de intensificação do trabalho, tal como analisado por Dal Rosso (2008), pois, crescentemente, eles são submetidos a metas amplas e a pressão por resultados que os obrigam a se esforçarem cada vez mais para realizar mais corridas e para cumprir os dítames impostos pelos aplicativos.

Este quantitativo de excesso de horas de trabalho remonta ao período predominantemente industrial, como descrito no Capítulo 3, mas que tem ganhado contornos novos com o trabalho informal digital e a uberização, que tem se tornado um fenômeno complexo que compõe o processo de exploração na atualidade (Antunes, 2020; Antunes, 2018; 2009; Grohmann, 2020; Graham; Anwar, 2020).

Tabela 10 - Remuneração e horas trabalhadas por dia

Remuneração x Horas por dia
Acima de R\$ 5000,00
8 a 12 horas

Até R\$ 1000,00

Até 4 horas
4 a 8 horas

De R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00

Acima de 12 horas
4 a 8 horas
8 a 12 horas

De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00

4 a 8 horas
8 a 12 horas

De R\$ 3000,00 a R\$ 4000,00

Acima de 12 horas
8 a 12 horas

Fonte: Dados da pesquisa.

Existem processos de gamificação inerentes em um modelo de remuneração que transformou a modalidade “salário por peça” em uma versão contemporânea e adequada ao que tem-se visto na gestão por plataformas e o respectivo controle automatizado. Como explica Vidigal (2021),

A passagem da medida do salário por tempo de trabalho para o salário por peça materializa uma transferência do controle sobre o tempo e a produtividade do trabalho para o próprio trabalhador. [...] Com o pagamento por peça o custo da ociosidade é jogado ao(a) trabalhador(a). Marx (2013) explica que ao remunerar não pelo tempo, mas pela quantidade produzida, se favorece um aumento tanto da extensão do tempo de trabalho como de sua intensidade. [...] Dessa forma, a intensificação do trabalho, objetivo de toda gestão capitalista, seria obtida através do salário por peça. O salário por peça permite ao capitalista maior ganho de produtividade (Vidigal, 2021, p. 58).

Imersos neste tipo de organização do trabalho, no trabalho uberizado, metas individuais são definidas pelos trabalhadores para se alcançar os objetivos impostos pelos gestores dos aplicativos. Torna-se parte do trabalho não apenas a sua execução, mas sua organização e gestão, o que permite levar à conclusão de que há uma terceirização parcial do gerenciamento do trabalho. Em outras palavras, mais trabalho e mais intensificação do trabalho (Vidigal, 2021; Dal Rosso, 2008). Dessa maneira,

Ser um trabalhador-perfil em um cadastro da multidão significa na prática ser um trabalhador por conta própria, que assume os riscos e custos de seu trabalho, que define sua própria jornada, que decide sobre sua dedicação ao trabalho e, também, que cria estratégias para lidar com uma concorrência de dimensões gigantescas

que paira permanentemente sobre sua cabeça. A uberização, portanto, consolida a passagem do trabalhador para o microempreendedor. Essa consolidação envolve novas lógicas que contam, por um lado, com a terceirização da execução do controle sobre o trabalho das empresas para uma multidão de consumidores vigilantes; e, por outro lado, com o engajamento da multidão de trabalhadores com relação à sua própria produtividade, além da total transferência de custos e riscos da empresa para seus “parceiros” (Abílio, 2017, n.p.).

Verificou-se também, nas falas dos motoristas, incertezas em relação à remuneração e à permanência neste tipo de vínculo com a empresa Uber, pois estes dependeriam de uma série de fatores, dentre os quais estão a quantidade de trabalho assumida, as múltiplas atividades realizadas, relembrando a polivalência toyotista e a busca por se extrair o máximo das capacidades de trabalho manual e intelectual dos trabalhadores (Ohno, 1997). Acrescenta-se o cumprimento de metas ambiciosas, sempre redefinidas e de difícil consecução e um sistema de bonificação e punições que se fazem presentes de maneira explícita e cotidiana.

Apesar disso, verificou-se a inexistência certa de valores relativos à remuneração e de demanda suficiente de trabalho que garanta a renda desejável para os motoristas. Neste sentido, explica Abílio (2020b, n.p.):

Ser *just in time* também trata dessa eliminação, que já estava em curso com a flexibilização do trabalho, das definições entre o que é tempo de trabalho e o que não é, o que é o local de trabalho e o que não é. Então, eu acho que a uberização envolve basicamente a consolidação do trabalhador *just in time*. Isso tem a implicação de que você não terá mais a garantia sobre sua própria remuneração e sua carga de trabalho (Abílio, 2020b, n.p.).

Esta incerteza em relação aos rendimentos motiva ainda o esforço para se alcançar as metas impostas e, como apontado anteriormente, essa configuração laboral tem sido denominada de gamificação do trabalho no qual premiações e punições são explicitamente realizadas, mobilizando os trabalhadores a se esforçarem paulatinamente para alcançar os objetivos propostos pelos gestores. Ou seja, esta gestão, como realizada pela empresa Uber, implementa características de jogos para gerar comportamentos desejáveis. Como consequência, tem-se a elevação da produção ou da prestação de serviços alcançada pelo processo de intensificação do trabalho gerida pelos algoritmos (Vidigal, 2021).

Deste modo, o trabalhador é posto a se esforçar para obter boas notas por parte dos passageiros, a realizar um número crescente de viagens nos dias e horários que são convenientes

para a empresa e a sua busca incessante de lucratividade. Então, mediante estes argumentos,

Conclui-se que esse modelo de organização e gestão acaba por autorizar os(as) trabalhadores(as) a naturalizar o seu cotidiano de excesso de trabalho, trabalhar para uma plataforma digital, para a maioria deles(as), é sinônimo de jornadas de trabalho estendidas. [...] No contexto do trabalho plataformizado, o uso da gamificação se alinha com a estratégia capitalista de incorporar o tempo de vida como atividade produtiva ao sistema, intensificando e estendendo o tempo de trabalho. O que podemos observar é que a gestão gamificada e o gerenciamento algorítmico atendem aos anseios do capital e do capitalista, cujo objetivo é o lucro (Vidigal, 2021, p. 58).

Prosseguindo na análise dos dados, os pesquisados também tiveram um espaço para opinar livremente, podendo ser um comentário, uma crítica ou elogio. Como já exposto na Tabela 3, poucos motoristas (2) poderiam ser entendidos como inexperientes ou iniciantes no trabalho com aplicativos e o restante declarou experiência de mediana a alta, o que inclui “a partir de 6 meses” e até “mais de 5 anos”. As avaliações apresentadas a seguir são, deste modo, oriundas de quem conhece o trabalho por aplicativos no setor de transportes ou ao menos afirmou ter tido experiência por meses e até anos.

Em sua maior parte, autoidentificados como “trabalhadores autônomos” e “prestadores de serviços”, indicaram insatisfações relacionadas à remuneração ao questionarem os gastos totais, a manutenção do próprio trabalho e a parte financeira que fica destinada à empresa Uber. As falas a seguir⁸⁹, inseridas de forma literal, demonstram estes olhares críticos reforçando que se trata de valores avaliados por eles como insuficientes e inadequados⁹⁰:

O APP fica com a maior parte da renda sem ter muitos gastos por isso, **acho injusto** pois todo o **risco** fica por volta do motorista (Motorista 2).

Somente críticas por não ter central de atendimento ao motorista por **não ter remuneração adequada** com os aumentos de combustíveis comidas etc. Eles poderiam dar um incentivo para comprar um carro novo coisa que não existe também (Motorista 3).

Valores das corridas sem atualização com os **altos custos** de combustíveis, pneus, manutenções etc. Valores muito altos de comissão dos aplicativos também veem ficando difícil trabalhar como motorista de aplicativo nos dias atuais (Motorista

⁸⁹ Fonte: Dados da pesquisa de campo (grifos da pesquisadora).

⁹⁰ As falas dos motoristas pesquisados foram citadas tal como escritas no formulário eletrônico, Os nomes dos mesmos foram preservados por questões éticas, e para fins de análise desta pesquisa, suas identidades foram substituídas por códigos por enumeração.

7).

A empresa deveria **melhorar os ganhos** do motorista (Motorista 8).

Remuneração péssima (Motorista 11).

Acho que poderia **melhorar as condições** e relação ao **repasso** (Motorista 12).

Acho que poderia **valorizar mais** do que atualmente (Motorista 13).

Trabalho não reconhecido pela sociedade e pelos aplicativos (Motorista 15).

A Uber cobra **taxas abusivas**. Você não entende o critério das bolsas e as órbitas que são pagas no cartão de crédito nos motoristas não são temos o valor da corrida. Precisa-se de **mais transparência** e de cobrar uma taxa fixa de cada corrida!!! (Motorista 16).

Entre os contratemplos do trabalho, a **falta de segurança** é a maior delas, praticamente todos os dias motoristas são assaltados, agredidos e não temos retorno algum da segurança, estado ou aplicativo. No momento já trabalho na minha área mas ainda não alcancei o nível salarial pretendido, por isso estou como motorista até conseguir alçar minhas metas financeiras (Motorista 17).

Outros trabalhadores indicaram a necessidade de alteração, na forma de intervenção das “ordens” e orientações, definidas pelos gestores do aplicativo para que pudessem ser melhoradas as condições de trabalho e os impactos no cotidiano. Muitas falas podem ser citadas sobre a configuração do aplicativo e a forma de se calcular a remuneração destinada a eles⁹¹:

Ótimo serviço, porém **precisa melhorar a gestão de corridas** e especificar melhor! (Motorista 4).

Aumentar o valor das corridas quando a gasolina aumenta (Motorista 5).

Não mostra o **local de destino** corretamente (Motorista 6).

Melhorar taxas pra nós motoristas (Motorista 14).

Poderia dar desconto na compra de veículos ou **aumentar nossos ganhos** (Motorista 18).

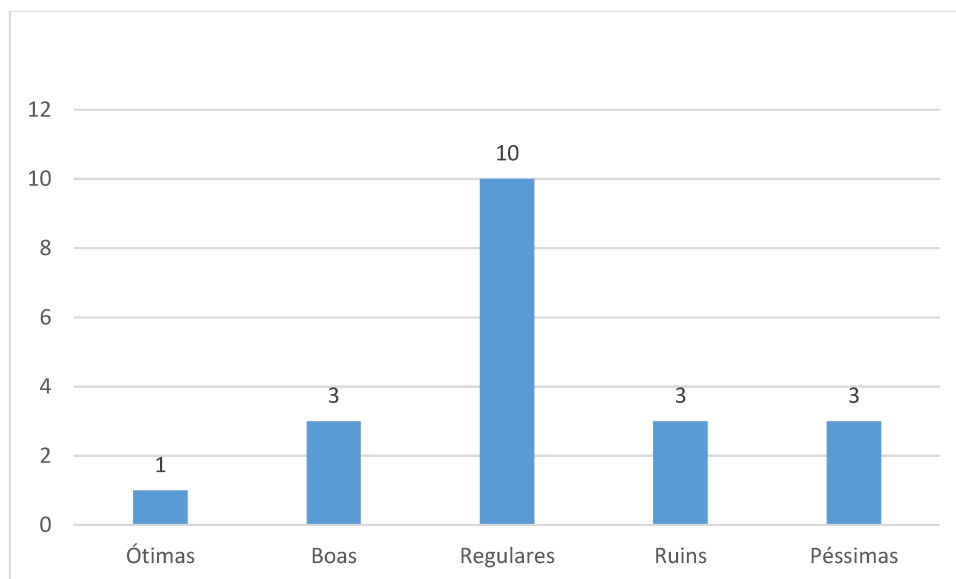
Nestas declarações, há diversas sugestões de alteração nas regras e no funcionamento do

⁹¹ Fonte: Dados da pesquisa de campo (grifos da pesquisadora).

processo de trabalho digital determinado pelos gestores da empresa Uber. Plataformas digitais, como esta em análise, diferenciam-se das formas tradicionais de atuação do capitalismo ao implementar formas de controle pautadas em uma maior precisão e eficiência proporcionados pelas TDIC. Nesta lógica, os algoritmos consistem em formas atuais de poder em que são configurados de maneira a intervir e guiar o comportamento dos sujeitos que podem ser tanto os prestadores de serviço e quanto os clientes (Festi, 2020).

Uma variedade de percepções sobre este tipo de trabalho também estão presentes nas informações do Gráfico 19. Assim, a maioria indicou serem “regulares” (10) as condições que os cercam e outros as analisou como “ótimas” (1), “boas” (3), “ruins” (3) e “péssimas” (3). Logo, distintas opiniões foram expostas entre as percepções dos pesquisados atuantes na cidade de Uberlândia-MG:

Gráfico 19 - Avaliação das condições de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como demonstra o gráfico anterior, houve avaliação das condições de trabalho como “ótimas” (1) e “boas” (3), indicando uma divergência de opiniões entre os 20 trabalhadores que colaboraram com a coleta de dados desta pesquisa, pois há aqueles que as analisaram como “regulares” (10) e outros como “ruins” (3) e “péssimas” (3), estando estes submetidos a análogas condições e organização do trabalho.

Complementando as informações do Gráfico 19, ao expor opiniões sobre o assunto⁹², também foram verificadas afirmações diversificadas que variavam entre elogiar e criticar a atuação da empresa Uber. Mesmo sob condições de trabalho precárias e intensificadas, afirmadas por eles e também identificadas em diversas pesquisas sobre a temática, alguns fizeram elogios e agradecimentos⁹³:

Embora encontramos desafios e contratempos, só tenho a **agradecer a Uber** pela conquista do meu veículo próprio (Motorista 9).

Estou **satisfeito com aplicativo** (Motorista 10).

Só tenho a **agradecer** pela a atenção obtida. E pela a experiência (Motorista 19).

As falas sobreditas podem demonstrar o desejo e, principalmente, a necessidade em permanecer em um tipo de trabalho de fácil inserção e retorno financeiro imediato, mesmo que em condições insuficientes e injustas. A sobrevivência e a complementação de renda são fatores importantes nesta análise.

Contudo, outros motoristas expressaram críticas em relação à falta de reconhecimento jurídico e social do vínculo do trabalho uberizado, sendo este avaliado como instável e frágil por se tratar de um trabalho baseado na prestação de serviços e destituído dos direitos trabalhistas correspondentes. Um deles, além de comentar sobre a questão da remuneração, já discutida, também falou sobre a insegurança dentro do veículo, no qual a responsabilidade recai sobre eles no que diz respeito às situações relativas à violência e agressão. Sobre isso, não há respaldo suficiente por parte da empresa Uber que, segundo os pesquisados, não fornece o apoio necessário e muito menos diálogo sobre questões importantes.

Estas críticas também foram apontadas por alguns destes trabalhadores, entendidas como negativas e que mostram um olhar de desaprovação da situação na qual estes estão imersos. Entre elas, destacaram-se duas⁹⁴:

É muito **inseguro** porque **não tem férias nem aposenta** (Motorista 1).

⁹² Trata-se de uma caixa de texto disponibilizada no questionário para que o motorista pesquisado pudesse livremente comentar algum assunto, fazer críticas ou sugestões sobre o trabalho realizado.

⁹³ Fonte: Dados da pesquisa de campo (grifos da pesquisadora).

⁹⁴ Fonte: Dados da pesquisa de campo (grifos da pesquisadora).

Entre os contratempos do trabalho, a **falta de segurança** é a maior delas, praticamente todos os dias motoristas são assaltados, agredidos e não temos retorno algum da segurança, estado ou aplicativo. No momento, já trabalho na minha área mas ainda não alcancei o nível salarial pretendido, por isso estou como motorista até conseguir alcançar minhas metas financeiras (Motorista 17).

Deste modo, grande parte dos pesquisados demonstrou insatisfação em vários pontos, como é o caso da questão salarial, das condições de trabalho estabelecidas pela empresa Uber e configuradas no aplicativo e no comportamento supostamente neutro dos gestores da empresa, que se isenta de atuar em benefício dos trabalhadores em circunstâncias que são convenientes. Entretanto, verifica-se que, em vários momentos ela se faz presente, definindo unilateralmente a forma na qual o trabalho deve ser realizado e punindo caso seja necessário, além de repassar os custos e os riscos a eles, denominados de “parceiros” (Abilio, 2020a).

Portanto, os trabalhadores, enquanto sujeitos históricos, apontaram elementos também presentes em estudos de outras cidades mas que foram essenciais para se conhecer a realidade estudada e comparar com outras investigações e análises sobre a temática. São diversos perfis que compõem a realidade deste grupo de trabalhadores que possuem uma heterogeneidade opiniões e vivências que se mostram distintas e não uniformes. Desta maneira, o trabalho de campo desta pesquisa proporcionou conhecer, as características e perspectivas de 20 motoristas de aplicativo da empresa Uber em uma amostra pequena, mas que possibilita conhecer uma problemática que os afeta, mas que também tem impactado a sociedade mundialmente.

Dando continuidade às análises desta pesquisa, no próximo capítulo, serão expostas outras contradições inerentes ao trabalho uberizado indicando a informalidade e o trabalho digital como dotados de importância social, mas também incoerências e problemas a serem refletidos e questionados.

5 O MUNDO DO TRABALHO UBERIZADO: EDUCAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS MOTORISTAS DE APLICATIVO

Os primeiros capítulos desta tese possibilitaram a apresentação e um maior entendimento sobre o objeto de pesquisa, iniciando-se com a apresentação do problema, dos objetivos e metodologia proposta (Capítulo 1) e, posteriormente, com uma descrição e reflexão sobre as TDIC para a sociedade contemporânea e para o mundo do trabalho, especificamente (Capítulo 2). Seguiu-se, no desafio de entender a relação entre trabalho, tecnologias e educação ao realizar uma análise sobre o trabalho na sociedade capitalista em uma reconstrução de sua organização mobilizada pelas influências do sistema taylorista-fordista e toyotista, até alcançar a uberização do trabalho, a forma mais atual e que tem se expandindo globalmente (Capítulo 3). Posteriormente, houve o intuito de se conhecer e explorar a realidade do mercado de trabalho brasileiro e entender a ideia de informalidade, uma forma assumida pelo trabalho que viabiliza as formas uberizadas nas quais muitas atividades do setor de prestação de serviços tem assumido. Realizou-se uma análise dos dados coletados no trabalho de campo, o que possibilitou conhecer mais detalhadamente o perfil dos motoristas pesquisados e suas perspectivas em relação ao trabalho e à educação (Capítulo 4).

Representando um momento essencial para as reflexões propostas, este penúltimo capítulo visa finalizar a discussão precedente e apresentar uma análise mais consolidada de toda a problemática presente nestes primeiros capítulos, com maior ênfase nas categorias educação e trabalho em sua intersecção. Desenvolvida ao longo de toda esta pesquisa, buscou-se uma análise que demonstrasse a consolidação da tese tanto neste capítulo quanto ao final, no tópico Considerações Finais.

Contemplando especificamente as temáticas uberização, formação dos trabalhadores e educação, buscou-se abordar a formação escolar e profissional na sociedade digital, evidenciando as correlações entre trabalho, tecnologias e educação. Entender a relação entre trabalho e educação no capitalismo na perspectiva das contribuições marxianas foi imprescindível para se delinear a noção de ideologia dominante e suas interferências para as práticas laborais disseminadas no âmbito do trabalho uberizado.

Após esta parte inicial, foram o expostos dados referentes à segunda parte do questionário sobre educação formal e o trabalho uberizado, trazendo para a discussão os temas formação escolar, motivações dos trabalhadores e expectativas sobre o serviço de transportes de passageiros. Dessa

maneira, focando no tema trabalho uberizado e educação em relação aos motoristas de aplicativo, prosseguiu-se com estudos e reflexões para se explicitar outros olhares que contribuem e complementam a análise aqui proposta. Sem a intenção de esgotar a discussão, demonstrou-se ser importante o percurso de como este tipo de trabalho tem sido analisado mediante o fato de ser uma nova área de pesquisa na qual tem-se aumentado estudos e publicações, consolidando um campo de pesquisas sobre a uberização com grande importância para as Ciências Humanas.

Por fim, prossegue-se discutindo características do trabalho uberizado, objetivando o entendimento da natureza deste tipo de trabalho e a síntese analítica das condições de trabalho impostas. Deste modo, para estes fins, algumas contradições são delineadas nesta etapa da pesquisa, expondo este processo dialeticamente enquanto uma fonte de sobrevivência e de exploração dos trabalhadores.

Realizou-se, também, uma problematização importante para a finalização desta pesquisa na qual reflete-se sobre o trabalho uberizado enquanto parte do processo de exploração na sociedade capitalista, fazendo uso das possibilidades de trabalho digital e informal, além da formação escolar dos trabalhadores.

Defendeu-se, ao longo deste capítulo e em conclusão aos anteriores, a tese de que a uberização tem se constituindo, em um processo crescente, eficaz e ainda em andamento, no ápice do processo de exploração na contemporaneidade ao fazer uso das tecnologias, do trabalho digital e da formação dos trabalhadores à seu favor, em uma exploração difusa e que capta suas capacidades de trabalho manual e intelectual, coloca sob suas mãos toda a responsabilidade do trabalho com a influência de valores neoliberais que regem a vida social e as perspectivas e ideais de trabalhador na contemporaneidade e consegue levar a classe trabalhadora, seja acreditando que está empreendendo, seja por falta de outras oportunidades, a optar pelo trabalho precarizado. Trabalhadores, escolarizados ou não, são submetidos ao domínio ideológico e movidos pelas necessidades de sobrevivência em um processo que, contraditoriamente, homogeneiza trabalhadores que são claramente um grupo heterogêneo dotado de necessidades, anseios e particularidades que são ignoradas em favor dos interesses do capital.

Esta tese foi discutida com base na análise das contradições existentes nos processos do trabalho. Sob inspiração à abordagem dialética, foi feita uma exposição dos argumentos e sua problematização a partir da relação entre o trabalho uberizado e o uso das tecnologias digitais, com ênfase na interrelação contraditória entre a ideologia capitalista, trabalho e educação.

5.1 Educação, tecnologias digitais e formação do trabalhador na sociedade contemporânea

Na busca por refletir sobre a relação entre trabalho e educação no contexto da sociedade do conhecimento e da informação que se vivencia atualmente, reflete-se, nas próximas linhas, sobre estas categorias enquanto parte da vida social presentes nas relações sociais pautadas no capitalismo. Buscou-se entender o papel da formação educacional e escolar do trabalhador e aonde essa característica insere nos interesses e demandas do trabalho uberizado.

Trabalho e educação são atividades humanas e mantêm uma inter-relação cuja natureza nos permite entender a dinâmica da sociedade capitalista e, para os objetivos desta pesquisa, o processo de uberização e seu alcance em variados perfis formativos-educacionais dos trabalhadores envolvidos (Saviani, 2007). O ser humano produz sua existência de modo contínuo e adapta a natureza a si e às suas necessidades, transformando-a pelo trabalho. O trabalho tem um papel essencial para a vida social, ao diferenciar o homem de outros animais, tratando-se de uma ação intencional que possui determinadas finalidades. Inclusive, a produção dos meios com objetivos de suprir as necessidades humanas consiste no primeiro ato histórico, algo imprescindível na constituição da sociedade e que se repete rotineiramente na vida dos indivíduos (Maron; Germano, 2010; Saviani, 2007; Marx; Engels, 1996). Neste sentido,

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (Saviani, 2007, p. 154).

A educação, nesta perspectiva, é um fenômeno humano presente no processo de trabalho, podendo este ser material ou não material. Propicia o desenvolvimento humano, por ser uma prática social que compõe as relações sociais, impactada pelo meio social. É essencial para a formação humana, pois o processo educativo gera a socialização dos indivíduos, ou seja, o processo de humanização.

A relação indissociável entre trabalho e educação enquanto uma possibilidade de formação

completa é transformada sob a lógica da sociedade dividida por classes sociais. A divisão entre os indivíduos acarreta uma divisão na educação, que antes era unificada pelo próprio processo do trabalho. Assim, foram constituídas formas de se educar institucionalizadas e organizadas conforme a posição do indivíduo no sistema de estratificação por classes sociais já presentes no escravismo e na divisão da educação: aos escravos caberiam aprender o processo de trabalho e aos homens *lives* as atividades intelectuais, os exercícios físicos lúdicos e militares, a arte da palavra, dentre outros (Saviani, 2007).

Nas sociedades de classes sociais, a relação entre trabalho e educação se expõe a partir da dissociação entre escola e produção, visto que a forma de organização do processo de produção, de produção dos meios de vida, que ocasionou entender a escola de maneira desconectada à produção. Nas palavras de Saviani (2007),

Essa separação entre escola e produção reflete, por sua vez, a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual. Por esse ângulo, vê-se que a separação entre escola e produção não coincide exatamente com a separação entre trabalho e educação. Seria, portanto, mais preciso considerar que, após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada à educação para o trabalho intelectual (Saviani, 2007, p. 157).

No capitalismo, o processo de dominação intelectual e laboral prossegue e o trabalho passa a ser instrumento de exploração na sociedade dividida por classes sociais, nas quais há o controle ideológico dos trabalhadores e a extração das suas capacidades de trabalho. Deste modo,

Essa nova forma de produção da existência humana determinou a reorganização das relações sociais. À dominância da indústria no âmbito da produção corresponde a dominância da cidade na estrutura social. Se a máquina viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para objetivar-se a generalização das funções intelectuais na sociedade foi a escola. Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Portanto, à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação (Saviani, 2007, p. 159).

Realizou-se, neste sentido, a universalização da escola, que foi configurada de modo a proporcionar a socialização com objetivos de adaptar os indivíduos para a vida na sociedade

moderna. A maquinaria reduziu a importância da qualificação específica, mas seriam importantes o conhecimento de códigos formais e uma capacitação para compor o processo produtivo. Tornou-se essencial o acesso a uma formação mínima, uma qualificação geral proporcionada por um currículo escolar básico. Desta maneira, a educação formal colaboraria com o processo produtivo e a dominação na sociedade de classes, pois os indivíduos teriam habilidades para lidar com as máquinas e suas necessidades cotidianas no espaço da fábrica.

Além disso, formações específicas foram demandadas e abriu espaço para a divisão dos sistemas de ensino em escolas de formação geral e escolas profissionais, atendendo às necessidades do processo produtivo. Portanto, coexistiram formações associadas às tarefas manuais e intelectuais, conectando a escola ao mundo da produção. Deste modo, como explica Saviani (2007),

Constatamos, portanto, que o impacto da Revolução Industrial pôs em questão a separação entre instrução e trabalho produtivo, forçando a escola a ligar-se, de alguma maneira, ao mundo da produção. No entanto, a educação que a burguesia concebeu e realizou sobre a base do ensino primário comum não passou, nas suas formas mais avançadas, da divisão dos homens em dois grandes campos: aquele das profissões manuais para as quais se requeria uma formação prática limitada à execução de tarefas mais ou menos delimitadas, dispensando-se o domínio dos respectivos fundamentos teóricos; e aquele das profissões intelectuais para as quais se requeria domínio teórico amplo a fim de preparar as elites e representantes da classe dirigente para atuar nos diferentes setores da sociedade (Saviani, 2007, p. 159).

A potencialidade transformadora e criadora da educação passou a ser impossibilitada pelos interesses de classe, busca pelo lucro e alienação dos trabalhadores:

As determinações do sistema do capital delongam e dificultam a proposta de educação de superar o processo de alienação no qual os trabalhadores são inseridos, pois quanto mais o trabalhador presta serviços, mais se transforma em objeto de produção e mais capital rende aos donos de sua mão de obra. [...] Nada que a lógica capitalista impõe e coopera para a emancipação humana, pelo contrário, imprime no indivíduo que o que está posto faz parte de si, como se os objetivos, as metas e as necessidades de produção, manutenção e reprodução do capital, fossem os seus também, culpando os sujeitos pelo seu próprio infortúnio (Medeiros; Pires, 2015, p. 212).

O fenômeno educacional recebe diretamente as influências das ideologias dominantes, pois o controle material influencia decisivamente nas ideias disseminadas e formação escolar e

acadêmica proporcionada pela sociedade. A concepção de ideologia, na perspectiva marxista, foi utilizada na análise da vida social capitalista em uma crítica a esta sociedade e à sua distorção do pensamento oriunda das contradições sociais e à ocultação dos elementos materiais da realidade. Desta maneira, as ideias produzidas e reproduzidas, a cultura e a educação sofreram impactos desta estrutura social desigual:

O fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas, existindo uma conexão entre a estrutura social e política e a produção [...] A produção das ideias, das representações, da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material [...]. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 1996, p. 35).

O que resulta desta formação cognitiva promovida pelas classes dominantes é a alienação do trabalhador, uma visão impactada pelos interesses de classes e que ocasiona pensamentos e comportamentos favoráveis à produção e reprodução dos interesses de classes. Em vista disso, o termo alienação pode ser sintetizado:

No sentido que lhe é dado por Marx, [consiste numa] ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de, – também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “autoalienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) (Bottomore, 1988, p. 19).

Esse olhar invertido da realidade, nesta perspectiva, impede os indivíduos de enxergarem a realidade tal como ela é. Logo a relação entre trabalho e educação é baseada na busca pelo controle ideológico e pelo fortalecimento da dominação deste tipo de comportamento dos trabalhadores.

Complementando a ideia de alienação na perspectiva marxista, tem-se que se trata de um

conceito amplo e dotado de várias possibilidades que atingem os trabalhadores, representando uma visão parcial da realidade que não permite enxergar o todo e uma visão crítica suficiente para ocasionar mudança social. Desta maneira,

Há muitas formas nas quais o homem aliena de si mesmo os produtos de sua atividade e faz deles um mundo de objetos separado, independente e poderoso, com o qual se relaciona como um escravo, impotente e dependente. Mas o homem não só aliena de si mesmo seus próprios produtos, como também se aliena a si próprio da atividade mesma pela qual esses produtos são criados, da natureza na qual vive e dos outros homens. Todos esses tipos de alienação são, em última análise, a mesma coisa: são aspectos diferentes, ou formas, da alienação do homem, formas diferentes da alienação que se produz entre o homem e a sua “essência” ou sua “natureza” humana, entre o homem e sua humanidade (Bottomore, 1988, p. 21).

Disseminam-se ideias e práticas que convergem para a configuração de uma visão camuflada da realidade que se torna uma ferramenta da classe dominante para impor ideias e comportamentos àqueles pertencentes às classes desfavorecidas economicamente e que são submetidos a uma lógica de trabalho que os possibilita apenas a produção e a reprodução de suas condições de sobrevivência. Em outras palavras,

Com efeito, enquanto os homens, por força de seu limitado modo material de atividade, são incapazes de resolver essas contradições na prática, tendem a projetá-las nas formas ideológicas de consciência, isto é, em soluções puramente espirituais ou discursivas que ocultam efetivamente, ou disfarçam, a existência e o caráter dessas contradições. Ocultando-as, a distorção ideológica contribui para a sua reprodução e, portanto, serve aos interesses da classe dominante. Portanto, a ideologia surge como um conceito negativo e restrito. É negativo porque compreende uma distorção, uma representação errônea das contradições. É restrito porque não abrange todos os tipos de erros e distorções. A relação entre as ideias ideológicas e não ideológicas não pode ser interpretada como a relação geral entre erro e verdade. As distorções ideológicas não podem ser superadas pela crítica, só podem desaparecer quando as contradições que lhes deram origem forem resolvidas na prática (Bottomore, 1988).

A educação, no capitalismo, é influenciada pelas ideologias dominantes e uma formação humana crítica nos âmbitos formais e informais se torna um desafio para a constituição de uma sociedade igualitária. A sociedade burguesa, já em sua origem e início de sua consolidação, com anseios de fortalecer seu poder e dominação, disseminou a ideia de generalização da escola, referindo-se à educação básica. Os trabalhadores necessitariam usufruir de um acesso básico de

saberes para colaborar com os interesses econômicos na sociedade. Deste modo, caberia à educação colaborar para que estes fossem sujeitos que dessem lucro ao processo de produção atuando no desenvolvimento e geração de mais-valia (Saviani, 2011).

Nos moldes da sociedade da informação e do conhecimento, houve a disseminação da ideia da importância em se elevar a formação dos trabalhadores, algo que foi entendido como funcional para o sistema que careceu de adaptações não apenas tecnicamente, mas também entre aqueles que precisariam ter habilidades para lidar com estas mudanças. Como explica Kuenzer (2017),

Isto não significa dizer que não haja uma tendência mundial à elevação da escolaridade básica, necessária ao próprio desenvolvimento do modelo de acumulação flexível, uma vez que aos novos paradigmas de organização e gestão da produção correspondem significativas mudanças na vida social, gerando novos padrões de consumo, em decorrência da reunificação entre ciência, trabalho e cultura. Esta nova síntese produz um novo padrão de divisão social e técnica no processo de trabalho, onde já não existem nítidas divisões entre tarefas instrumentais e manuais, sem que contudo se alterem as diferenças de classe, posto que se derivam de uma relação entre capital e trabalho cada vez mais concentradora e, portanto, contraditória. Estabelece-se, de fato, uma nova relação entre homem e conhecimento, mas isto não significa que a primazia conferida às funções intelectuais altere a distribuição desigual do capital material e cultural. Ao contrário, o cenário aponta para o crescente aprofundamento das desigualdades, mesmo que haja elevação dos padrões educacionais dos que vivem do trabalho, contrariando os que apostam na "sociedade do conhecimento" como sinal de avanço democrático (Kuenzer, 2017, p. 03).

A educação foi definida como instrumento da burguesia utilizado contra o proletariado, em um processo de fortalecimento da ideologia burguesa. Afirmar que a educação resolverá os problemas das mazelas sociais está ligado a um discurso ideológico que alimenta a dominação burguesa. Neste sentido, se defende a necessidade de se modificar esta estrutura social baseada da dominação capitalista para que sejam viabilizadas condições rumo à transformação social (Saviani, 2011).

O trabalho, então, consiste em um mecanismo de extração dos meios de subsistência da natureza, na qual ocorre sua transformação e a constituição do mundo humano, da cultura. O trabalho é uma categoria dinâmica, passa por transformações que ocasionaram a sua nova morfologia. Apesar de o capitalismo ser configurado de modo a atingir a força de trabalho com a criação de tecnologias e máquinas, o capital não consegue permanecer com êxito sem o trabalho (Antunes, 2020b).

A reestruturação produtiva oriunda do desenvolvimento tecnológico e das transformações nos processos produtivos geraram a necessidade de modificar a educação e a qualificação técnico-profissional dos trabalhadores. O trabalho se modificou em diversos sentidos e estes necessitaram se adaptar para aumentar seu nível de escolarização na educação formal. Para muitos, este consistiu em uma possibilidade de permanência no mercado de trabalho (Maron; Germano, 2010).

Em alguns casos, a inserção de tecnologias digitais e outros aperfeiçoamentos técnicos no processo produtivo ocasionaram a transformação dos processos produtivos, reduzindo postos de trabalho e contribuindo para o cenário de desemprego já evidenciado em outros contextos. Como explica Kuenzer (2017):

Certamente a mais dramática transformação decorrente da nova etapa de acumulação é a diminuição dos postos de trabalho, tornando-se o desemprego uma tendência que parece ser irreversível, a permanecer o atual modelo. Decorrente antes do deslocamento dos investimentos para a área financeira no plano internacional do que das inovações em tecnologia e gestão, o desemprego assume feições mais perversas nos países periféricos, onde os direitos de cidadania ainda estão longe de ser assegurados para a maioria da população e as desigualdades de todas as ordens acentuam as diferenças de acesso ao trabalho, e em consequência, aos bens e serviços socialmente produzidos. Embora não sejam a principal causa, os avanços da ciência e da tecnologia, resultantes do investimento do grande capital e dos Estados Nacionais, passam a ser estruturalmente constituintes do novo modo de acumulação, contribuindo desta forma para o desemprego não apenas porque os investimentos geram poucos postos, mas também porque os geram no setor mais dinâmico, que não por acaso vem sistematicamente substituindo a força de trabalho pela tecnologia, como estratégia de competitividade e imperativo de sobrevivência das grandes empresas no âmbito da internacionalização (Kuenzer, 2017, p. 1).

O novo proletariado de serviços se insere na lógica da mercadorização e é um escravo digital em que há uma maior precarização e informalidade e também uma intelectualização do trabalho, devido às TIC. Os capitais fazem com que o trabalho gere mais-valor, sendo em atividades intelectualizadas ou manuais. Houve uma redução do trabalho vivo e a substituição de atividades pela automatização e robotização. Assim, a pirâmide social que marca a nova morfologia do mundo do trabalho é caracterizada por uma processualidade multitendencial e um desenho polimorfo, na qual no topo se encontra o trabalho ultraqualificado, polivalente e informacional marcado pela dimensão intelectual e, na base, está a massa de trabalhadores flexibilizados e informalizados no qual caracterizado pela precarização e desemprego. Assim,

Não é por acaso que as pesquisas realizadas no Brasil apontam para a tendência à polarização das competências, através de um sistema educacional que articule formação e demanda, de tal modo que à grande maioria da população assegure-se no máximo acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim a longo prazo, para que possa exercer alguma tarefa produtiva na informalidade ou tarefas precarizadas no mercado formal. A oferta de educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a um pequeno número de trabalhadores, e assim mesmo, de forma hierarquizada através de níveis crescentes de complexidade que vão do pós-médio à pós-graduação. Mesmo entre os trabalhadores incluídos vêm se construindo diferenciações, criando-se novas categorias de profissionais qualificados em processo permanente de competição, definindo-se a nova concepção de empregabilidade como resultante do esforço individual e fundada na "flexibilidade" enquanto capacidade para adequar-se a mudanças, mesmo quando significam perda de direitos e qualidade de vida, como por exemplo, ocorre com a intensificação do trabalho (Kuenzer, 2017, p. 04).

Logo, a divisão do trabalho continua sendo entre aqueles trabalhadores mais intelectualizados que lidam com as tecnologias e o maquinário mais avançado e o trabalho manual e precário, sendo a maioria que está submetida a jornadas extensas, insegurança e vulnerabilidade. Exige-se deles uma constante busca por qualificação e requalificação profissional que atendam aos interesses do mercado, e a busca incessante de se extrair mais-valia e acumular capital. Deste modo, a “classe-que-vive-do-trabalho” tem sido marcada por heterogeneidades, diferenciações e fragmentações em distintos ramos e setores, espaços, qualificações, nacionalidades, geração, gênero e etnia. Por outro lado, a homogeneidade é exposta com as condições crescentes impostas pela precarização (Antunes, 2018; Maron; Germano, 2010).

Desta maneira, contradições surgem neste processo de implementação da ciência e tecnologia nos processos produtivos contemporâneos. As tarefas tornam-se mais simples, entretanto carecem de conhecimentos específicos dos trabalhadores que não se restringem ao saber fazer. Novamente nas palavras de Kuenzer (2017),

[...] a crescente complexificação dos instrumentos de produção, informação e controle, nos quais a base eletromecânica é substituída pela base microeletrônica, passam a exigir o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, criação de soluções inovadoras, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes, resistir a pressões, desenvolver o raciocínio lógico-formal aliado à intuição criadora, buscar aprender permanentemente, e assim por diante. Mesmo para desempenhar tarefas simplificadas, o elevado custo de um investimento

tecnologicamente sofisticado exige trabalhadores potencialmente capazes de intervir crítica e criativamente quando necessário, além de observar normas que assegurem a competitividade e, portanto, o retorno do investimento, através de índices mínimos de desperdício, retrabalho e riscos (Kuenzer, 2017, p. 02).

Neste contexto, exige-se mais dos trabalhadores capacidades de utilização do conhecimento científico direcionada à criar saída para problemas de forma original. Faz-se, para isso, a utilização de conteúdos e percursos relacionados a trabalho intelectual multidisciplinar. Deste modo, tais habilidades ultrapassam a memorização e exige uma formação dos trabalhadores indo além da básica. Ou seja, torna-se imprescindível uma educação inicial e continuada diferenciada daquela existente em configurações tecnológicas anteriores. Neste sentido,

A posse dessas características é que vai definir a "empregabilidade", entendida como adequação aos postos ainda existentes, o que cada vez mais depende de diferenciação e sofisticação de trajetórias, a partir de uma base comum de conhecimentos. A uniformidade decorrente da certificação escolar complementada pela profissional adquirida em cursos técnicos ou superiores, que assegurou às antigas gerações o ingresso e a permanência no emprego, já não é mais suficiente. Destruí-se, portanto, a vinculação entre formação escolar e exercício profissional, o que significa dizer que a função certificadora de competências até então exercida pelas agências formadoras, inclusive Universidades, passa a ser desempenhada pelo mercado, que vai dizer que competências precisa para cada situação, em que quantidade, e por quanto tempo (Kuenzer, 2017, p. 02).

Mediante este olhar sobre a realidade, marcadamente desigual e contraditória, a relação entre trabalho e educação tem demonstrado, cada vez mais, as contradições que caracterizam o mundo produtivo na contemporaneidade. A gestão do conhecimento e da competência está em consonância com os interesses da empresa enxuta que, por interesses associados a uma maior competitividade, tem diminuído o trabalho vivo e dado mais espaço para o trabalho morto e a dimensão tecnocientífica. Como consequência, tem-se a elevação da informalidade, da terceirização, da precarização do trabalho e do desemprego estrutural, como afirma Antunes (2005). Nas palavras do autor,

Mas há ainda outra contradição que se evidencia quando o olhar se volta para a (des)sociabilidade contemporânea no mundo produtivo: quanto maior é a incidência do ideário e da pragmática na chamada "empresa moderna", quanto mais racionalizado é seu modus operandi, quanto mais as empresas laboram na implantação das "competências", da chamada "qualificação", da gestão do

“conhecimento”, mais intensos parecem tornar-se os níveis de degradação do trabalho (Antunes, 2005, p. 18).

Ocorre uma apropriação da dimensão cognitiva do trabalho que significa a busca por se capturar a dimensão intelectual em um processo no qual há uma expansão nos mecanismos de se extrair e gerar valor. Além disso, há uma elevação nos tipos de controle do trabalhador, que se vê muito mais subordinado ao trabalho. Desta maneira,

A simbiose entre trabalho informal e mundo digital vem permitindo que os gestores possam também sonhar com trabalhos ainda mais individualizados e invisibilizados. Ao perceber que o isolamento social realizado sob a pandemia vem fragmentando ainda mais a classe trabalhadora, assim dificultando as ações coletivas e a resistência sindical, procuram avançar também na ampliação do home office e do teletrabalho. Desse modo, além da redução de custos, abrem novas portas para maior corrosão dos direitos do trabalho, acentuando a desigual divisão sociosexual, racial e étnica do trabalho e embaralhando de vez o tempo de trabalho e de vida da classe trabalhadora (Antunes, 2020, p. 20).

Antes mesmo da uberização, ao analisar as trajetórias profissionais e os saberes escolares em relação à atuação dos profissionais da área de telemarketing, Georges (2009) abordou a existência de uma sobrequalificação concomitante a um pouco espaço de atuação dos empregados que impossibilitaria que estes aplicassem os conhecimentos diretamente no cotidiano de trabalho como forma de serem valorizados, inclusive, salarialmente. Contraditoriamente, o nível de escolaridade elevado era utilizado como um diferencial no ato da contratação já no início dos anos de 2000 e que prossegue em anos posteriores.

As instituições educativas, como as escolas e universidades, foram entendidas como mecanismos cujos conteúdos e formações viabilizam maiores chances de acesso ao emprego, porém em áreas profissionais que não valorizam devidamente os saberes existentes e o mercado de trabalho não tem considerado este capital de saberes como algo importante. Este ramo do setor de serviços associado ao uso das tecnologias digitais se caracterizava pela absorção de variados perfis de trabalhadores, indo desde àqueles que estavam ali usufruindo de uma alternativa para conciliar com os estudos, uma alternativa ao desemprego bem como uma solução temporária, até poder se inserir em outras ocupações.

Em função dos projetos pedagógicos capitalistas, dimensionar a escolarização para aprendizagem das pessoas, enquanto indivíduos e sociedade. Antes a formação em grau superior poderia ser o suficiente para ingressar no mercado de trabalho para garantir a empregabilidade dos

trabalhadores. Contudo, com as mudanças da produção e da reprodução da sociedade capitalista, os diplomados em faculdades e universidades não detém qualquer segurança de suas ocupações, por isso a recorrente situação de encontrar pessoas com grau de formação superior exercendo a função de motorista por aplicativo. Eis que suas formações, através do conhecimento científico, não foram suficientes para serem absorvidos no mercado de trabalho, havendo, portanto, a subutilização da força de trabalho com precarização e desvalorização do saber do trabalhador. Assim, compreende Kuenzer (2020) que “o descolamento entre conhecimento e ocupação gera esta possibilidade de inserção de diversos pontos da cadeia produtiva”. Dessa forma, no âmbito do ensino formal, os diplomas escolares estão perdendo valor, porque os trabalhadores são chamados para serem “patrões de si mesmo”, no discurso individualizante e na promessa de se enriquecer pela meritocracia (Akegawa; 2021, p. 33).

A dominação de classe tem se expandindo e atingindo de forma eficiente a classe trabalhadora que, ao tentar se adequar às necessidades de sobrevivência e às demandas do mercado da era digital, tem buscado ampliar sua formação e acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas, que exigem o conhecimento básico sobre a internet, as plataformas digitais e o manuseio dos instrumentos tecnológicos que passaram a compor ferramentas de trabalho.

O desemprego estrutural tem se expandido de modo a afetar trabalhadores dos mais variados perfis, sendo que atinge aqueles destituídos de formação escolar, aqueles dotados de uma formação básica escolar, bem como os que possuem formação em nível de graduação e pós-graduação. A necessidade de sobrevivência consiste no fator motivador que fazem com que estes, independentemente da sua experiência profissional e formação, se lancem ao mercado de trabalho formal e informal com intuito de conseguir oportunidades de trabalho, independentemente de sua formação ou aptidão. Como já discutido, o controle ideológico e a alienação fazem com que muitos sejam cooptados por oportunidades de trabalho pautadas em condições precárias e exaustivas, conquistados pelos valores neoliberais de empreendedorismo, liberdade individual e autogerenciamento do trabalho.

5.2 Educação, trabalho digital e uberização: formação escolar, motivações e expectativas dos trabalhadores da empresa Uber

O processo de transformação dos processos de trabalho, mais tecnológicos, informatizados e, atualmente, plataformizados, dividiu a classe trabalhadora em grupos diferentes. Há um grupo minoritário, que são aqueles trabalhadores mais escolarizados que necessitariam de maior qualificação e múltiplas capacidades (polivalência), convivendo com o grupo majoritário, inserido no trabalho precarizado, temporário, em tempo parcial e/ou subcontratado. Em ambos, uma escolarização básica é condição para se adaptar aos novos tempos no mundo do trabalho, entretanto a necessidade de qualificação apresenta este traço distintivo (Maron; Germano, 2010). Buscando entender como se dá a questão da educação formal entre os trabalhadores uberizados, analisam-se, nas próximas linhas, gráficos e tabelas resultados dos dados provenientes da aplicação dos questionários.

Tratada, especificamente, neste Capítulo, a segunda parte do questionário teve com intuito evidenciar o perfil escolar, com perguntas fechadas e abertas sobre a maior formação escolar ou acadêmica e, se houvesse, a especificação de cursos de Graduação e Pós-graduação. Houve a intenção de trazer um espaço de exposição da avaliação do motorista de aplicativo sobre a relação entre o emprego e sua formação escolar, ou seja, abordar a empregabilidade e a atuação em áreas diferentes daquelas que possivelmente tenham investido tempo e dedicação na educação formal. Também foi possível entender a existência de pretensão de trabalhar em outras áreas profissionais, o desejo de prosseguir nos estudos, bem como no trabalho uberizado, como motorista de aplicativo. Também foi dado um espaço para comentários livres, no qual o motorista foi solicitado, caso desejasse, a avaliar, criticar ou elogiar o trabalho que está vinculado.

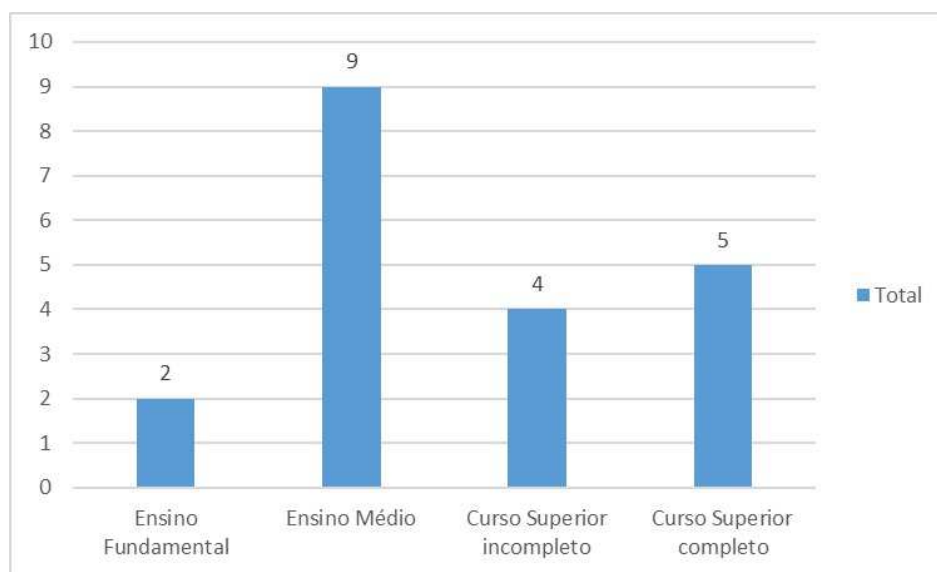
Como tratado em capítulos anteriores, a solicitação para se trabalhar com o aplicativo da empresa Uber é bastante facilitada, possuindo alguns pré-requisitos entendidos como simples, tais como possuir o veículo, aparelho *smartphone*, serviço de internet e carteira de motorista que viabilize o trabalho no serviço de transportes. Socialmente, percebe-se que para se possuir carteira de motorista profissional no Brasil há trâmites que se resumem em aulas teóricas e práticas, bem como avaliação em provas com notas mínimas. Logo, há habilidades e competências básicas exigidas que cada trabalhador investe, além dos meios de viabilizar o labor.

Sobre a exigência de formação mínima para se atuar como motorista da empresa Uber, percebe-se que esta já acontece no próprio ato de adquirir a carteira de motorista, que exige o básico de leitura, escrita, interpretação e habilidades físicas, no ato da direção. O que chamou bastante atenção na construção desta pesquisa foi justamente a elevação no nível de escolarização dos

motoristas que atuam enquanto trabalhadores uberizados, sendo um trabalho popularizado que tem cooptado desde àqueles menos escolarizados e detentores de veículos mais populares até aqueles com graduação/pós-graduação e com outros empregos mais elitizados e possuidores de carros mais caros no mercado.

Com base nos resultados da pesquisa de campo com a aplicação dos questionários, os 20 motoristas, tal como foi descrito no capítulo anterior, expuseram seu perfil e perspectivas sobre o trabalho realizado. Perguntados sobre como eles se autoidentificavam, com descrito no Capítulo 4, percebeu-se que se consideravam trabalhadores autônomos, prestadores de serviços, empreendedores e empresários. Estes, ao serem perguntados sobre sua escolarização máxima, entendido como uma questão central, em sua maioria (9) afirmaram possuir o Ensino Médio, sendo que a mesma quantidade afirmou ter algum contato com o Ensino Superior (cinco com curso completo e quatro com uma formação em andamento). A minoria declarou ter tido acesso apenas ao Ensino Fundamental (2).

Gráfico 20 - Escolarização máxima dos motoristas



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Desta maneira, estas informações expostas no gráfico ilustram uma divisão clara entre aqueles que tiveram acesso à Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e ao Ensino Superior. Ressalta-se que não houve marcações para Mestrado “em andamento” ou “completo” e Doutorado “em andamento” ou “completo” nesta amostra pesquisada, mas há estudos que relatam

uma quantidade expressiva de trabalhadores com este nível de formação acadêmica, que se inserem no setor de prestação de serviços e veem na informalidade uma saída para as dificuldades de empregabilidade existentes no trabalho formal e ligados à sua formação profissional.

Analisando os dados oriundos dos questionários, a Tabela 11 demonstra características do grupo de trabalhadores pesquisados sob a ótica de gênero. Demonstra que as mulheres tiveram acesso ao curso Superior completo (2) e Ensino Médio (1), sendo a minoria pesquisada nesta amostra.

Tabela 11 - Formação escolar dos trabalhadores segundo o sexo

Formação x Sexo	Motoristas
Curso Superior completo	5
Feminino	2
Masculino	3
Curso Superior incompleto	4
Masculino	4
Ensino Fundamental	2
Masculino	2
Ensino Médio	9
Feminino	1
Masculino	8
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Em relação aos homens, sua maioria está localizada entre aqueles que declararam possuir o Ensino Médio (8) no período do trabalho de campo. Com maior acesso à formação acadêmica e profissional, alguns motoristas expuseram ter tido acesso ao curso Superior completo (3) e incompleto (4). A seguir, a Tabela 12 traz a distribuição desta amostra segundo a faixa etária:

Tabela 12 - Formação escolar dos trabalhadores segundo a idade

Formação x Idade	Motoristas
Curso Superior completo	5
De 18 a 29 anos	2
De 30 a 39 anos	1
De 40 a 49 anos	2
Curso Superior incompleto	4
De 30 a 39 anos	3
De 40 a 49 anos	1
Ensino Fundamental	2
De 30 a 39 anos	1
De 40 a 49 anos	1
Ensino Médio	9

De 30 a 39 anos	5
De 40 a 49 anos	3
De 50 anos a 59 anos	1
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A amostra teve um perfil relacionado a trabalhadores acima de 30 anos, em sua maioria, estando os restantes com características bem diversificadas no que diz respeito à idade e ao nível de escolarização. Entre os jovens, entendidos como aqueles “de 18 a 29 anos”, verificou-se que os dois pesquisados estavam cursando uma formação em nível superior.

Em relação à variação da formação em relação à renda obtida, há uma diversidade de respostas, como demonstra a Tabela 13. Esta análise correlacionada não demonstrou concentração destacável no que tange, por exemplo, ao motorista possuir mais formação e maiores rendimentos. Há uma clara demonstração de que a variável escolarização não indica maior ou menor ganhos remuneratórios, mesmo que uma maior escolarização possa implicar em maior preparo do indivíduo para a vida social e, especificamente, o mundo do trabalho ao ter investido mais tempo e dedicação em obter uma formação mais elevada.

Tabela 13 - Formação e a renda dos trabalhadores pesquisados

Formação x Renda	Motoristas
Curso Superior completo	5
Até R\$ 1000,00	1
De R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00	2
De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	2
Curso Superior incompleto	4
Até R\$ 1000,00	1
De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	2
De R\$ 3000,00 a R\$ 4000,00	1
Ensino Fundamental	2
Até R\$ 1000,00	1
De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	1
Ensino Médio	9
Acima de R\$ 5000,00	1
Até R\$ 1000,00	2
De R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00	2
De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00	2
De R\$ 3000,00 a R\$ 4000,00	2
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Expostos na Tabela 14, na intenção de comparar a formação dos motoristas e as horas trabalhadas, também foi percebido que ter mais ou menos escolarização não indica facilidades como menor tempo de trabalho, da mesma forma como foi interpretado em relação à comparação entre formação do trabalhador e renda (Tabela 13).

Tabela 14 - Formação dos trabalhadores e horas trabalhadas

Formação x Horas trabalhadas	Motoristas
Curso Superior completo	5
Acima de 12 horas	1
Até 4 horas	1
De 4 a 8 horas	2
De 8 a 12 horas	1
Curso Superior incompleto	4
De 4 a 8 horas	2
De 8 a 12 horas	2
Ensino Fundamental	2
Até 4 horas	1
De 8 a 12 horas	1
Ensino Médio	9
Acima de 12 horas	1
De 4 a 8 horas	3
De 8 a 12 horas	5
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Percebe-se, assim, que há trabalhadores com Ensino Fundamental com um tempo de trabalho diário reduzido, bem como alcançando de “8 a 12 horas”, o que se entende ser elevado e já em condições de intensificação. Da mesma forma, aqueles com curso Superior completo e incompleto que alguns afirmaram trabalhar 4 horas e outros acima de 12 horas. Logo, formação e trabalho uberizado não se inter-relacionam rumo a um trabalho em melhores condições.

Entre aqueles que afirmaram possuir Graduação e/ou Pós-Graduação, o Quadro 1 demonstra desde a formação técnica interpretada por eles como formação em nível superior (Técnico em Segurança do Trabalho), a cursos que podem ser direcionados à docência (Educação Física e Teologia) e cursos entendidos como mais elitizados (Direito e Engenharia Mecatrônica).

Quadro 1 - Cursos de Graduação ou Pós-graduação declarados por alguns motoristas**Formação escolar declarada**

Direito
Educação Física
Educação Física
Engenharia Mecatrônica
Pós em segurança do trabalho
Técnico em segurança do trabalho
Técnico Segurança do trabalho
Técnico segurança no trabalho
Teologia e Direito

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De acordo com os dados, convivem no trabalho uberizado do setor de transportes trabalhadores com níveis de escolarização variados, que se somam aos aspectos abordados no capítulo anterior, tais como horas trabalhadas, dias da semana, remuneração, dentre outros. Assim, na amostra pesquisada, há aqueles com Ensino Fundamental e aqueles com Graduação e/ou Pós-Graduação. Os dados evidenciam que, nesse tipo de trabalho, possuir mais escolarização não significa melhores condições de trabalho, muito menos maior remuneração.

Sobre esta afirmação, Akegawa (2021) concluiu que tem ocorrido uma crescente desvalorização da educação formal em nível superior enquanto uma possibilidade de transformação social. Como explica a autora,

Ademais, sobre esses profissionais com formação em curso superior trabalhando na condição de motorista por aplicativo, demonstra a perda de valor do conhecimento científico e humanista que, por um lado, o capital requer formação multifuncional e, por outro, lado as políticas vão desprofissionalizando e remunerando menos os trabalhadores com mais qualificação. Kuenzer (2020) esclarece que quando houver demanda do sistema produtivo para trabalhar, mas se eu tiver mais gente com mais qualificação, mesmo que eu deixo essa qualificação de forma precarizada, eu tenho uma reserva de mão-de-obra qualificada para usar quando eu precisar e mais capacitação, na verdade, da crise de emprego ou no enfraquecimento dos sindicatos ter mais educação já não é mais poder de barganha. Entende-se que a prática de trabalho uberizado é distinta da formação qualificada de trabalhadores (trabalho concreto, exemplos: engenheiros, advogados, professores etc.), apresentando, assim, um paradoxo, a ampliação na ideia de capital humano não se concretizou na prática, pois o que foi determinante (por meio da ideia de trabalho amador) é tão somente a formação técnica fornecida por autoescola que ensina a dirigir veículos automotores (Akegawa; 2021, p. 34).

Tem-se delineado fortemente uma desvalorização da classe dos trabalhadores informais,

digitais e uberizados que, por necessidade de sobrevivência ou por acreditarem estar empreendendo, se submetem a tais condições de atuação distintas da que teve acesso. Como já discutido, problemas com a empregabilidade na sociedade do conhecimento são bastante claros e o desemprego estrutural é uma realidade que atinge a classe trabalhadora, mesmo com seus variados níveis de escolarização, renda, formação, idade e sexo.

Ainda no que tange à relação formação escolar e/ou acadêmica e atuação profissional, 13 motoristas pesquisados manifestaram a vontade de trabalhar na área de formação ou em outro campo profissional diferente do transporte de passageiros por aplicativos. Apenas 7 apontaram uma satisfação e afirmaram não ter interesses em atuar em outros trabalhos.

Complementando estes dados e inferências, entre os pesquisados que afirmaram uma formação em nível superior claramente distinta da área de atuação laboral, buscou-se entender sua interpretação sobre esta característica. Entre os 20 pesquisados, 6 expuseram suas avaliações como as descritas a seguir:

Estado de necessidades (Motorista 1).

Não ligo para essas diferenças (Motorista 2).

Uma pessoa fracassada (Motorista 10).

No momento satisfeita pelo fato de não poder exercer na área em que formei (Motorista 12).

Me sinto preparado para trabalhar em qualquer área fora da minha sendo o serviço honesto e digno (Motorista 16).

Normal (Motorista 17).

Entre essas avaliações, destacaram-se aquelas que demonstraram insatisfações sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelos trabalhadores ao citarem a necessidade em se submeter ao trabalho uberizado. Chama atenção uma avaliação negativa na afirmação do Motorista 10, que disse se sentir uma “pessoa fracassada”. Por outro lado, verificou-se um olhar conformista sobre este quesito e até indiferença em muitos destes trabalhadores, avaliando como algo normal esta discrepância entre formação e atuação laboral. Esta postura foi identificada na fala dos Motoristas 2, 16 e 17.

Avaliações conformistas ou acrílicas como estas, com pessoas com formação acadêmica em andamento ou concluída, podem demonstrar comportamento associado à alienação, tal como

foi discutido no tópico anterior. São trabalhadores que lidam com condições de trabalho precarizadas e intensificadas e não enxergam a dinâmica do processo exploratório. Submetem-se ao trabalho uberizado, sem o claro entendimento do real significado de empreendedorismo, economia do compartilhamento, gamificação e autogerenciamento do trabalho no capitalismo (Akegawa; 2021; Antunes; 2020; Grohmann; 2020; Abilio, 2017).

Acrescenta-se que há questionamentos sobre a formação Superior a que os trabalhadores têm tido acesso, como é o caso destes participantes da pesquisa, também influenciados pelos interesses de mercado de manter a exploração do trabalho e não a devida transformação social. Por outro lado, estes trabalhadores mais qualificados também servem de mão de obra para o trabalho uberizado, pois há habilidades e competências que são aproveitadas no cotidiano do trabalho sem que com isso os empregadores tenham que alterar os processos de trabalho e a configuração do trabalho exploratório. Segundo Kuenzer (2017),

Assim, o cenário da profissionalização no ensino superior, para os concluintes do ensino médio propedêutico e elitizado, lembra mais um grande shopping onde quem mais tem, inclusive tempo, mais compra, para enfrentar os desafios da competitividade. O espaço para o trabalho disciplinado e metódico – que a relação com o conhecimento exige no processo de construção de significados e de produção científica – fica postergado para outro nível, ainda mais elitizado: o da pós-graduação. [...] Compreende-se, também, a sua organicidade com o modelo de acumulação flexível, que exige formação de novo tipo, a integrar ciência, tecnologia e trabalho, para os privilegiados ocupantes dos poucos postos que não correm risco de precarização, que "nasceram competentes para estudar" e que certamente não são os pobres. Realiza-se a recomendação do Banco Mundial, para que não se invista em formação especializada, custosa e prolongada, para uma população que viverá com poucos direitos, na informalidade, e que, ironicamente, "gozará de autonomia para fazer suas escolhas, ter seu próprio negócio, definir seu ritmo e horário de trabalho e seu tempo livre". Contraditoriamente, os que ocupam os cargos que restam, têm seu trabalho cada vez mais intensificado (Kuenzer, 2017, p. 05-06).

Tem-se visto uma elevação e um refinamento tecnológico das possibilidades de exploração dos trabalhadores contemporaneamente mais qualificados e profissionalizados, com objetivo de se adequarem às exigências do contexto da sociedade digital. Porém, há contradições e discrepâncias, pois o perfil de trabalhadores com maior formação em nível de Graduação e Pós-graduação não refletiu em melhores condições de trabalho, maiores salários e perspectivas profissionais e, em alguns casos, nem mesmo em uma visão crítica acerca de sua situação. Pelo contrário, representou mais um passo e esforço para lidar com as dificuldades de empregabilidade sem retorno financeiro

suficiente.

Assim, como argumenta a autora, não exigir uma formação mínima aos trabalhadores, além dos critérios elencados para se inserir no trabalho uberizado, demonstra que basta estes possuírem um “saber empírico, tácito e tecnicista” que acarreta a existência de múltiplos perfis de trabalhadores. Convivem no serviço de transportes trabalhadores alfabetizados e outros com Pós-graduação. Em ambos, há uma exploração das capacidades de trabalho manual e intelectual de tal modo, que há uma precarização profissional específica. O saber fazer é posto como mais importante do que a formação escolar e acadêmica; esta não tem significado, em termos de diferencial salarial e melhores condições de trabalho digital e plataformizado (Akegawa; 2021).

Segundo Kuenzer (2017), tem ocorrido um incentivo para maior escolarização da classe trabalhadora para que esta se adeque ao mundo do trabalho digital e automatizado. Dividindo, portanto, as possibilidades de formação para o mundo do trabalho, fragmentando a formação em trabalho manual e intelectual.

Embora este discurso generalizante aponte para a progressiva elevação de escolaridade e educação profissional para todos, a realidade da crescente diminuição dos postos de trabalho a par da progressiva automação, mostra que o cenário da educação profissional é marcado pela polarização de competências, que demanda diferentes e desiguais aportes de educação; para a grande maioria, excluída do emprego ou submetida a trabalhos precarizados, formação simplificada, de curta duração e baixo custo. Para os poucos que ocuparão os empregos existentes, relativos às tarefas de concepção, manutenção e gerência, formação de maior complexidade, custo e duração (Kuenzer, 2017, p. 02-03).

Foi com esta ideia da eficiência da dominação do processo de uberização que buscou-se entender como a relação trabalho e educação se faz presente, cada vez mais sendo ferramenta das classes dominantes para controlar os trabalhadores. Ressalta-se a dimensão desta prática, indo desde aqueles menos esclarecidos em termos escolares e educacionais até aqueles que tiveram acesso a uma maior escolarização.

Ao serem indagados sobre a vontade de continuar os estudos, na realização de cursos e outras formações associadas à profissionalização, a amostra de trabalhadores pesquisada ficou dividida com 10 trabalhadores afirmando que gostariam de ampliar a formação e 10 declarando que isso não seria de seu interesse.

Sobre a pretensão em prosseguir enquanto motorista de APP, 10 trabalhadores afirmaram que desejam e 10 não gostariam de continuar atuando nesta possibilidade de trabalho uberizado.

Sob a perspectiva de gênero, a tabela a seguir demonstra que os dados também estão bastante divididos entre os homens e mulheres pesquisados:

Tabela 15 - Gênero e o desejo de continuar como motorista de APP

Gênero	Motoristas
Feminino	3
Não	1
Sim	2
Masculino	17
Não	9
Sim	8
Total Geral	20

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como discutido no tópico anterior, os motoristas, quando solicitados a fazer comentários, críticas ou elogios sobre o trabalho com a empresa Uber, focaram na questão salarial, nas características do trabalho mediado pelas plataformas digitais e suas regras, e na busca por melhorar a comunicação entre empresa e trabalhadores. Não foi identificada alguma afirmação de frustração ou crítica sobre o trabalho, em si, inter-relacionado à formação escolar e/ou universitária que os caracteriza. Logo, reiteram-se seus esforços em favor de melhores condições de trabalho, uma maior remuneração e clareza no que tange às regras do trabalho.

A questão educacional não emergiu como relevante entre as falas dos motoristas pesquisados, mesmo em um espaço em que poderiam abordar livremente o tema em uma questão aberta, mesmo que, antes desta questão, eles tenham sido indagados sobre a formação escolar, o desejo de prosseguir nos estudos e a existência de alguma frustração por trabalhar em áreas distintas àquela na qual, em alguns casos, tivessem se formado. Diante destas percepções apontadas neste tópico, inicia-se uma síntese e reflexão tendo em vista avançar na elaboração dos argumentos da tese, que tem sido construída ao longo dos capítulos.

5.3 Educação e trabalho informal na sociedade capitalista: a uberização como ápice do processo de exploração na contemporaneidade

A caminho de sintetizar a tese proposta, cujos argumentos foram desenvolvidos ao longo

dessa pesquisa e, mais especificamente neste quinto capítulo, defende-se que a uberização, popularizada com pioneirismo da empresa Uber, constitui em um processo crescente e eficaz sob a ótica capitalista. Tem sido característica do mundo do trabalho, na contemporaneidade, em uma dinâmica, configurações e regras que desconsideram os interesses, as opiniões, as avaliações e a própria natureza da classe trabalhadora envolvida, em sua heterogeneidade.

Defende-se que ao ignorar a formação escolar e/ou acadêmica e outras maneiras de qualificação profissional dos motoristas uberizados, enquanto diferenciais e possibilidades de mudança social, desconsideram-se propositalmente as possibilidades de formação humana ampla e crítica. Interessa a estas empresas apenas uma formação básica elementar, como saber ler e escrever e o domínio básico das tecnologias digitais.

Em um grupo heterogêneo de trabalhadores, com idades, sexos, formação escolar, renda diferenciadas etc., homogeneiza-se o trabalho e seus mecanismos de exploração, colocando-os sob condições de controle ideológico e alienação, em um mecanismo eficaz que ignora variados níveis de escolarização para fins de valorização e remuneração. Tem ocorrido uma apropriação destes perfis em favor de melhores performances, desempenho e lucratividade. Neste sentido,

Ao lado desta fragmentação, reestruturação e reorganização do mundo do trabalho, na América Latina também se percebe a incidência do capital financeiro especulativo que provoca cada vez mais dificuldades ao movimento cíclico do *capital produtivo* e mercantil, o que repercute negativamente na estrutura do emprego e nos mercados de trabalho. Desta forma, passa-se de uma estrutura integral que articula o emprego, os salários e a qualificação da força de trabalho, a outra que torna autônomos esses componentes antes integrados e os reestrutura de maneira separada, dando origem à flexibilização da força de trabalho regressiva (Sotelo Valencia, 2009, p. 145-146, grifos do autor).

Deste modo, a formação escolar e/ou acadêmica dos trabalhadores é posta como uma das características constituintes de seu perfil que atende à lógica do sistema capitalista, favorecendo-o justamente por ser ignorada para fins de remuneração e melhores condições de trabalho. Os gestores das empresas são movidos pelo anseio em ampliar a dominação e os lucros e, neste sentido, ter mais ou menos esta formação não altera a lógica da uberização que padroniza as regras e os processos de trabalho, colocando-os em equivalência, destituídos de circunstâncias favoráveis o desenvolvimento de suas identidades profissionais, subjetividades e interpretações sobre o labor. O resultado disso é a desvalorização de seus esforços pessoais e sua formação prévia.

Compondo esta problemática, a informalidade tem se mostrado um tipo de trabalho

fundamental utilizado como meio de exploração inerente ao desenvolvimento capitalista. Identificado, em muitos casos, com o subdesenvolvimento foi analisado enquanto um traço passível de superação. Entretanto, a uberização tem exposto uma tendência de elementos estruturais da periferia que se disseminam, também, para nações desenvolvidas e ganham espaço mundialmente. Apesar disso, o trabalho informal ainda é descrito pela invisibilização além de uma vinculação a algo atrasado e marginalizado (Abílio, 2021; 2020b).

Este tipo de trabalho possui peculiaridades, ainda mais, quando se trata do trabalho digital enquanto uma manifestação do labor no setor de prestação de serviços. No mundo do trabalho contemporâneo, argumenta Antunes (2005),

Essa dimensão dúplice e mesmo contraditória presente no mundo do trabalho que cria, mas também subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho humano como questão nodal em nossa vida. E, neste conturbado limiar do século XXI, um desafio crucial é dar sentido ao trabalho, tornando também a vida fora dele dotada de sentido. [...] Essa dualidade – em verdade, trata-se de uma contradição – presente no mundo do trabalho conforma uma tese que é essencial em nosso estudo: se o trabalho ainda é central para a criação do valor, o capital, por sua parte, o faz oscilar, ora reiterando seu sentido de perenidade, ora estampando a sua enorme superfluidade, da qual são exemplos os precarizados, flexibilizados, temporários, além, naturalmente, do enorme exército de desempregados e desempregadas que se esparramam pelo mundo (Antunes, 2005, p. 12-17).

Como abordado em outros capítulos, a prestação de serviços via plataformas digitais tem se expandido proporcionalmente ao crescimento da aplicação das potencialidades das tecnologias digitais no mundo do trabalho, caracterizando novas formas e versões das modalidades de exploração intensificada. Como tem sido organizada, esta organização do trabalho em tais plataformas carrega em si contradições que precisam ser problematizadas enquanto uma forma dotada de importância para trabalhadores e usuários mas que tem em si inúmeros elementos negativos para esta classe social (Antunes, 2018; 2014). Cabe acrescentar que, desta maneira,

Em vez de as tecnologias estarem a serviço do bem-estar social, elas reforçam o caráter instrumental e opressor que sempre exerceram no interior da lógica do modo capitalista de produção. Essa nova fase da automação tenderá a aumentar as desigualdades sociais e de renda, assim como a precariedade do trabalho. Caminhamos para um mundo do emprego intermitente, da flexibilização total, dos “bicos” e “biscates”, da gig economy, dos petits boulots, da informalidade transvestida de empreendedorismo. Ou seja, caminhamos para a rebelião global do trabalho contra o capital ou para a instauração da barbárie (Festi, 2020, p. 158).

Ainda assim, o trabalho digital informal tem adquirido cada vez mais espaço na sociedade, pois, mesmo consistindo em uma manifestação com contornos de precariedade e de instabilidade, representa possibilidades de sobrevivência e de sociabilidades relevantes. O trabalho digital, viabilizado pelo uso das novas tecnologias digitais da comunicação e da informação, tem sido organizado a partir de ações nas quais grandes corporações têm ampliado as formas de obtenção de lucros sem que com isso suas práticas estejam associadas à legislação que cerceia o trabalho formal (Abílio, 2021, 2020b; Antunes, Filgueiras, 2020).

Disseminada socialmente, a ideologia neoliberal se expande enquanto ferramenta de constituição de concepções para construir uma imagem de aceitabilidade desta configuração. Em suas palavras, Paiva (2020) explica que

A expansão do trabalho informal na contemporaneidade se deu pela intensificação da flexibilização do trabalho, contexto em que muitas empresas trocaram a força de trabalho regulamentada (a dizer, em tempo integral, situada em um único local) por uma produção (ou oferecimento de serviço) descentralizada, formando unidades de produção mais flexíveis e especializadas, que foram responsáveis por desregular as relações trabalhistas. Um dos principais motivos da flexibilização foi a retórica neoliberal consubstanciada no discurso de que, ao dissipar as redes produtivas pelo mundo, os empresários poderiam se aproveitar das vantagens comparativas de cada nação, ampliando, assim, seus lucros. Contudo, apesar de benéfica para os empregadores e empresários, a flexibilização promove insegurança aos trabalhadores, pois a espacialização da produção lhes retira a condição de se organizar sindicalmente, sendo este um importante instrumento no auxílio das conquistas que conferem aos trabalhadores direitos e benefícios (Paiva, 2020, p. 59).

Deste modo, as possibilidades de terceirização e informalização, devido à desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas brasileiras, tem colaborado para a precarização e a degradação das condições nas quais os trabalhadores, enquanto prestadores de serviço, perdem o controle sobre a jornada de trabalho e direitos como férias, descanso semanal remunerado etc. Em favor dos interesses do capital, estes são desvalorizados e submetidos ao discurso do empreendedorismo que, ilusoriamente, os coloca como responsáveis por, praticamente, todo o processo do trabalho (Antunes, 2020b; Abílio, 2017).

Traços e elementos centrais podem ser localizados, ainda que de forma dispersa, nos processos de trabalho em contextos anteriores à própria existência e atuação da empresa Uber. Impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico de ponta, as ações desta empresa ganharam

repercussão e popularidade mundial, fazendo com fosse implementada uma série de práticas laborais e organização do trabalho determinada pelas tecnologias digitais, sobretudo, o setor de prestação de serviços de transportes.

Desta maneira, elementos que caracterizam o processo uberização não nascem na sociedade digital e, muito menos, se limitam a uma atividade econômica, visto que, como já problematizado em capítulos anteriores, já existiam práticas em contextos anteriores associadas à busca pela responsabilização do trabalhador pelo processo de trabalho e redução dos custos, ampliando-se as possibilidades de exploração e lucros (Abílio, 2017).

No ato de conectar oferta e procura de trabalho, empresas como a Uber, realizam intervenções decisivas, impondo regras, sistemas de avaliação, metas e ganhos necessários, controles de produtividade e competitividade, dentre outros. Há a implementação de um sistema de controle e vigilância que cerceia o trabalhador, disponível aos interesses e demandas do capital, dissociando esta prática daquela relacionada ao vínculo empregatício (Abílio, 2021b; 2021). Com base nestas características e contradições, a uberização tem dado materialidade a processos ligados ao neoliberalismo, pois

[...] pode ser entendida como uma espécie de generalização e espraiamento de características estruturantes da vida de trabalhadores da periferia, que transitam entre ocupações formais e informais, as quais compõem sua trajetória pela instabilidade e pela ausência de uma identidade profissional definida, raramente contando com uma rede de proteção e segurança socialmente instituída via mundo do trabalho (Abílio, 2020a, p. 114).

Tem ocorrido uma generalização e um refinamento do processo no qual o gerenciamento algorítmico (Rezende; Tessarini Junior; Amorim, 2022) gera a gestão de uma multidão de trabalhadores que atuam conforme a demanda. Tem-se constituído o trabalhador sob demanda, no qual, ele próprio, desprovidos de direitos, precisa delimitar suas metas de sobrevivência (Abílio, 2021).

Portanto, a uberização tem a informalidade como traço central, juntamente com a ideia de flexibilidade e uma suposta autonomia do trabalhador, que expõe um refinamento da sua exploração. Consiste no movimento de transformação do trabalhador convencional em trabalhador *just in time*, como explica Abílio (2020b) quando afirma que:

A ideia do trabalhador *just in time* é a de que você consegue consolidar uma forma

de subordinação e gerenciamento do trabalho que está inteiramente apoiada num lado, em um trabalhador desprotegido. E essa desproteção é mais perversa do que simplesmente a ausência de direitos, de uma formalização do trabalho. É um trabalho totalmente desprotegido em termos legais, transformado nesse nanoempreendedor de si próprio, que não conta com nenhuma garantia associada aos direitos do trabalho (Abílio, 2020b, n.p.).

A regulação social ainda está sendo discutida e faz parte das lutas da categoria, com avanços em alguns países. Entretanto, verifica-se que os proprietários da empresa uberizada se apropriam do mais-valor e desfrutam da exploração mediante a inexistência de legislação que determine regras e direitos dos motoristas que atuam nesta atividade laboral (Antunes, 2020).

Ainda assim, o trabalho é central na vida dos motoristas de aplicativo, como é para toda a sociedade, mas evidencia-se que, neste caso, não se trata de um trabalho que tem dado condições de vivenciá-lo de forma saudável, com tempos de descanso, de formação escolar, de vivência com a família, lazer e cuidados pessoais adequados. Contraditoriamente, é um formato de trabalho que põe o gerenciamento nas mãos dos trabalhadores, supostamente “empreendedores” e “livres” para isto. Abílio (2021c) explica este processo ao afirmar que

A noção de empreendedorismo e de “ser chefe de si mesmo” pode ser então deslocada para a de uma permanente gestão pela sobrevivência, a qual é historicamente constitutiva do viver na periferia. No caso brasileiro, os elementos que na realidade são constitutivos da vida de grande parte da classe trabalhadora – em outras palavras, que são estruturais em nosso mercado de trabalho – agora passam a ter visibilidade. Porém, mais do que isso, passam a ser elementos importantes em uma forma de gerenciamento do trabalho que deles se apropria de forma racionalizada e centralizada (Abílio, 2021c, p. 187-188).

Esta percepção da liberdade como um valor imprescindível tem origens nos valores neoliberais, como problematizado em outros momentos desta pesquisa, sendo que progressivamente essas ideias foram disseminadas, alcançando o mundo do trabalho e o favorecimento unilateral dos interesses das classes proprietárias. Ser livre no mercado consiste em símbolo desta forma de conceber o trabalho, visto que

Por extensão considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar neste arcabouço institucional de livres mercados e livre comércio. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. [...] Embora a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-

estar, do mesmo modo como deve responder por eles. [...] O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo) (Harvey, 2014, p. 75-76).

Há um processo de invisibilização e de expansão do número de trabalhadores, sobretudo no setor de serviços, como explica Antunes (2020). Os trabalhadores são responsabilizados por grande parte do trabalho, no qual precisam disponibilizar os veículos (próprios, financiados, emprestados ou alugados) e manter gastos como com os seguros, pneu, combustível, limpeza e outras manutenções necessárias. Desta maneira, eles se tornam “supostos” empreendedores, pois

A uberização consolida a passagem do trabalhador para um autogerente subordinado, mas denomina de “empreendedor”. Essa consolidação envolve novas lógicas que contam com o engajamento da multidão de autogerentes subordinados – que operam enquanto multidão – com relação à própria produtividade além da transferência de custos e riscos da empresa para seus “parceiros”, de forma difusa e pulverizada (Abilio, 2020a., p. 114).

O autogerenciamento representa, justamente, a administração que passa a ser responsabilidade do trabalhador e, ao mesmo tempo, uma atividade subordinada e controlada pelos algoritmos associados à gestão da empresa plataformizada. O gerenciamento de si (Abilio, 2020a) precisa passar por uma performance eficiente dos trabalhadores mediante a existência de concorrência, do risco do desemprego e da busca pelo cumprimento de metas.

Desta maneira, afasta-se da ideia de empreendedorismo ao se analisar todo este processo no qual cabem aos trabalhadores assumir o papel de autogerentes subordinados que precisam se esforçar em controlar os meios de obter rendimentos e continuar na ocupação. Exemplo disso é a definição dos horários e locais de trabalho, o tempo, o acesso ao veículo (aluguel, compra, empréstimo etc.), dentre outros (Abilio, 2020a).

Ao fazer uso da formação dos trabalhadores como ferramenta, mesmo que de forma camuflada e sutil, com objetivo de elevar os lucros, instituem-se formas renovadas e atualizadas de exploração difusas. Estas são bastante ampliadas em sua atuação, ao captarem suas capacidades de trabalho manual e intelectual, colocando sob suas mãos toda a responsabilidade pelo trabalho. Há um peso decisivo da influência de valores neoliberais que regem a vida social e as perspectivas e ideais de trabalhador na contemporaneidade. Deste modo,

No caso da relação de exploração, pressupõe-se que o trabalhador não foi expropriado, mas, ao contrário, é proprietário de uma mercadoria específica e fundamental, sua força de trabalho, e é nesta condição que comparece ao mercado para vendê-la ao proprietário de meios de produção, perfazendo, desta maneira, a relação de exploração especificamente capitalista. A rigor, tal exploração pressupõe uma relação entre iguais, ou seja, entre dois proprietários, um de força de trabalho e outro de meios de produção. O trabalhador vende sua propriedade, a força de trabalho, para o capitalista que, ao comprá-la, passa a ser seu proprietário durante o tempo em que a comprou (Tumolo, 2004, p. 08).

Ideologicamente, os trabalhadores passam a ser estimulados a serem empreendedores, mas se tornam completamente responsáveis por seu sucesso ou fracasso e pela solução de problemas estruturais associados à pobreza e ao desemprego estrutural. Como argumenta Mészáros (2014), esta dominação ideológica interfere decisivamente a constituição dos valores de tal forma, que muitos indivíduos não têm condições de questionar os discursos e as concepções vigentes. Assim,

[...] aqueles que aceitam de modo imediato a ideologia dominante como a estrutura objetiva do discurso “racional” e “erudito” rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante. [...] Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) com consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos (Mészáros, 2014, p. 58/65, grifos do autor).

Há uma heterogeneidade na uberização verificada nas classes, escolaridades e atividades econômicas que atuam nesta organização do trabalho (Vidigal, 2020). Entretanto, a homogeneidade também se faz presente no que tange à precarização do trabalho que os afeta significativamente. Como uma das manifestações do trabalho informal na contemporaneidade, essas práticas têm sido disseminadas, ganhando espaço entre os trabalhadores e empresários que têm buscado a ampliação das fontes de lucratividade. Este processo consiste nos “[...] *modos de ser* do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, em que as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a *aparência* de prestação de serviços” (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 64-65, grifos dos autores).

O trabalho junto à empresa Uber representa uma das manifestações nas quais o trabalho

informal tem expandido de forma significativa a partir da disseminação das tecnologias digitais, do trabalho *online* e dos aplicativos. Percebeu-se que o cenário da sociedade plataformizada, imersa no desenvolvimento tecnológico de ponta, não trouxe consigo garantias de que seriam criadas e mantidas melhores de condições de trabalho. Pelo contrário, o trabalho precarizado, flexível e intensificado é uma de suas marcas nas quais tempos de trabalho e de não trabalho (tempo livre) se misturam e deixam de ter fronteiras mas claramente definidas, gerando rotinas pautadas em pouco descanso durante o trabalho e metas difíceis de se atingir, com consequências impactantes para a vida dos trabalhadores (Dal Rosso, 2008).

Além disso, em um sistema de trabalho gerido pela gamificação, há pressão psicológica para estimular determinados comportamentos e incentivar o cumprimento de metas (Vidigal, 2021). “Mais trabalho” tem sido uma exigência da sociedade constituída pela revolução tecnológica constante e crescente, baseada nesta busca por se extrair resultados potencializados em menos tempo, o que reflete nos esforços em se elevar a exploração e a expropriação da força de trabalho (Dal Rosso, 2008).

Portanto, o trabalho tem se mostrado precário ao se apresentar como intensificado e com condições desumanas. Houve a percepção de que maior dedicação dos trabalhadores, ou seja, maiores gastos de suas energias vitais, poderiam levar a mais resultados. Esta lógica de trabalho tem origem, como já discutido nos primeiros capítulos desta tese, no espaço das fábricas e com o trabalho manual de produção de mercadorias. Atualmente, com o trabalho digital e o fortalecimento do setor de serviços, vê-se uma ampliação das possibilidades de exploração fortalecidas. Nestes, o trabalho mais intenso reflete em intervenções em uma mesma jornada de trabalho e condições estruturais e materiais, para que se extraísse maiores gastos de energia da mão de obra na realização de suas atividades laborais (Dal Rosso, 2008).

Importante reforçar que o trabalho no capitalismo é pautado pela negação da essência humana que se inter-relaciona ao trabalho emancipador e livre, pois tem ocasionado danos aos trabalhadores devido ao processo de expropriação. Então,

[...] o estranhamento se manifesta na vida cotidiana do trabalhador tendo em vista que este se encontra expropriado de qualquer propriedade, seja dos meios de produção ou dos meios de subsistência. Considerando que a essência humana dos trabalhadores se objetivava nos produtos de seu trabalho e uma vez mais que tais produtos lhes eram expropriados e convertidos em capital, passam a se contrapor a eles, processo que resulta no estranhamento. O capital passa a dominar aqueles que o produziram, os trabalhadores, na medida que os expropria (Tumolo, 2004,

p. 08).

Em relação ao setor de prestação de serviços, há algumas diferenciações que também foram adaptadas sob interesses do capital, em favor de uma maior extração dos lucros. Este consiste em uma forma assumida pelo trabalho não material, no qual a produção e o consumo concomitante ganham contornos novos com a inserção de tecnologias digitais sob forma de uberização do trabalho.

Logo, a não materialidade também fornece aos processos de trabalho uma maior plasticidade de tempo, de oferta do trabalho e ganhos remuneratórios. Esta maleabilidade, sustentada pela informalidade e pelo trabalho autônomo torna o processo de intensificação ainda mais presente, pois não há limites claros, sendo posta nas mãos dos trabalhadores grande parte da responsabilidade pelo controle e gestão de suas ações. Com influência dos valores neoliberais, evidencia-se uma das formas mais eficientes de exploração do trabalhador da contemporaneidade, no qual tempo de trabalho e produção não podem ser tradicionalmente calculados e a exploração é camuflada sob pretexto da liberdade individual e empreendedorismo.

Em uma forma de se definir o trabalho que não foca no tempo, os trabalhadores uberizados são remunerados pela prestação de serviço efetivamente realizada e, no caso dos motoristas da empresa Uber, em relação à quantidade de corridas e ao percurso. Extrai-se deles não apenas a capacidade de prestar um serviço, mas o tempo de espera para que realize esta atividade. Logo, tempo total dedicado ao trabalho não é critério para sua remuneração, o que amplia as contradições presentes na uberização, em que as regras são unilateralmente impostas.

Destituídos de espaço para questionar e negociar com os empregadores, os motoristas são submetidos a um processo de trabalho unilateralmente imposto, no qual os gestores se apresentam a partir da comunicação via plataformas digitais, algo despersonalizado e distanciando. Neste sentido, descreve Vidigal (2020) que

[...] nem todas as regras são claras para o motorista. Isso é apurado também em outras entrevistas. Nas redes sociais há inúmeros relatos de motoristas que foram surpreendidos por uma punição (ficaram sem poder usar realizar corridas por alguns minutos) ou que foram desligados da Uber de forma repentina e sem saber o porquê. Tais relatos têm como marca um sentimento de injustiça e se assemelham a demissão sem justa causa. Outros relatos narram que a empresa pune quem entrega cartões com telefone pessoal para clientes ou realiza qualquer outra tentativa de transportar um cliente que o acessou pelo aplicativo sem ser por intermédio da empresa, o que reforça o caráter de exclusividade do trabalho.

Motoristas que foram excluídos e não tinham cancelamentos, com boas avaliações, ao questionarem a empresa o motivo da exclusão da plataforma, obtiveram a resposta que a Uber não podia dizer o motivo, alegando simplesmente mal-uso da plataforma. Infere-se que a empresa pode punir ou excluir motoristas através de regras próprias e desconhecidas pelos motoristas (Vidigal, 2020, p. 128).

O aumento do grau de intensidade de trabalho, pouco descanso e metas elevadas, identificados nas falas dos motoristas pesquisados, ocorrem pelas transformações tecnológicas, a elevação da quantidade de trabalho e sua reorganização, com mudanças técnicas (Dal Rosso, 2008). Ressalta-se que, em processos como estes, uma multidão fica em uma situação instável ao vivenciar a obrigação de estar disponível a todo momento sem a garantia de remuneração e de tempo de trabalho efetivamente pago. Isso ocorre porque as tecnologias dos aplicativos são criadas e programadas de modo a recorrer à força de trabalho apenas na circunstância na qual há a demanda.

Aparentemente, o trabalho uberizado poderia ser associado ao salário por peça (Marx, 1982). Este consiste em uma modificação do salário calculado conforme o tempo, no qual se considera o produto do trabalho e não o trabalho vivo envolvido no processo de trabalho. Alguns estudos apontam semelhança do trabalho uberizado com o conceito de salário por peça enquanto uma forma de calcular a remuneração dos trabalhadores mediante as mercadorias produzidas e não se limitando ao tempo de trabalho envolvido. Nas palavras de Marx (1982),

O salário à peça não é mais do que forma transformada do salário por tempo, assim como o salário por tempo é forma transformada do valor ou preço da força de trabalho. A primeira vista, no caso do salário à peça tudo se passa como se o valor de uso vendido pelo operário não fosse a função da sua força de trabalho, trabalho vivo, mas trabalho já objetivado no produto, e como se o preço deste trabalho não fosse determinado, como no caso do salário por tempo, pela fracção valor diário da força de trabalho/dia de trabalho de um dado número de horas, mas pela capacidade de prestação do produtor (Marx, 1982, n.p.).

É preciso fazer adaptações e atualizações nesta análise, trazendo para discussão a imaterialidade do trabalho uberizado e a concomitância entre produção e consumo e outros elementos que constituem características do setor de prestação de serviços de transportes. Constituindo algo mais complexo, considera-se, no trabalho plataformizado promovido pela empresa Uber, a quantidade total de viagens realizadas durante o dia enquanto critério para o cálculo da remuneração.

Verificou-se, nesta pesquisa, que o motorista vinculado à esta empresa é caracterizado por ser um “trabalhador *just-in-time*” que atua em uma configuração de trabalho que vai além desta noção de trabalho por peça, conceito delineado por Marx (1982) para entender o trabalho industrial e as definições dos salários obtidos para além da concepção do tempo de trabalho.

No trabalho uberizado, a remuneração é calculada apenas pelo serviço de transporte efetivamente realizado e o respectivo tempo, em uma lógica na qual o ato da produção e a oferta coincidem, ocasionando um valor de troca que corresponde à “venda” do produto e seu consumo. No caso em análise, o produto gerado é a própria prestação do serviço mediado pelas plataformas digitais e controlado pelos gestores da empresa Uber. São claramente desconsiderados, nesta definição da remuneração, o tempo de descanso e de locomoção até os pontos mais movimentados, a distância entre uma viagem e outra, o tempo de espera para o recebimento das notificações, dentre outros (Gontijo, 2023; Brasil; Silva, 2022; Marx, 2014).

Neste caso, este cálculo é realizado via aplicativo, a partir das viagens realizadas, e não em relação ao tempo total disponível ao labor. Por conseguinte, quanto mais se disponibilizar ao trabalho e às ingerências do aplicativo da empresa Uber, mais serão apresentadas ofertas de viagens e maior é a remuneração correspondente. Há, para isso, incentivos em bonificações e taxas mais elevadas para os motoristas atuarem em áreas afastadas, mais movimentadas, aos finais de semana e feriados, em horários de pico, períodos noturnos, dentre outros. Mediante esta configuração do trabalho, a prática da autointensificação é promovida, elevando a complexidade do processo exploratório e o autogerenciamento que os torna próprios vigilantes do seu labor de modo a gerir, inclusive, o alcance de suas metas pessoais necessárias para obtenção da remuneração (Abílio, 2022a; 2017; Antunes, 2020).

Ficaram explícitas, nos dados coletados no trabalho de campo, falas e informações nas quais houve questionamentos sobre as regras impostas, bem como sobre o sistema de controle e de funcionamento do aplicativo da empresa Uber além da ausência de vínculo empregatício. O processo de uberização tem demonstrado afinidade com práticas de flexibilização e transferência de responsabilidades enquanto traços essenciais do trabalho digital e informalizado da atualidade. Neste sentido,

[...] o termo flexibilização só tem sentido crítico se o compreendermos como mudanças contemporâneas do processo de trabalho ligadas à relação entre Estado, capital e trabalho; à relação entre inovações tecnológicas, políticas dos Estados

nacionais na promoção dos fluxos financeiros e de investimento, aumento do desemprego e de novas formas de exploração que também envolvem mudanças subjetivas do trabalhador. Refere-se à relação entre a mobilidade do capital e a do trabalho em nível global. A flexibilização também pode ser compreendida mais simplesmente como as formas contemporâneas de eliminação de direitos associados ao trabalho e, ainda mais do que isso, da transferência de riscos, custos e trabalho não pago para os trabalhadores. Essa transferência envolve a extensão do tempo de trabalho, assim como sua intensificação, em formas mais ou menos reconhecíveis (Abílio, 2007, n.p.).

Há um autogerenciamento subordinado que se mostra eficaz, já que o medo do desemprego se faz presente e torna o processo mais eficiente. A busca pela sobrevivência torna o sistema bastante funcional e tem tido cada dia mais adeptos. Deste modo,

Um dos elementos mais intrincados para estabelecer uma perspectiva crítica é o da liberdade do trabalhador sobre seu próprio trabalho; de nossa perspectiva, trata-se de um autogerenciamento subordinado, em que o trabalhador administra seu tempo de trabalho e estratégias pessoais são importantes e constitutivas da execução e dos resultados econômicos de sua atividade, arca com uma série de riscos e custos, e segue tendo seu trabalho subordinado, controlado e gerenciado. Estamos assistindo a um processo global em larga escala, com diferentes especificidades, da formação de um trabalhador just-in-time, que segue subordinado ao mesmo tempo em que arca com riscos, com uma série de custos, e não conta com os direitos que vinham associados à exploração de seu trabalho, sendo-lhe delegado parte do gerenciamento sobre seu próprio trabalho (Abílio, 2021b, p. 174).

O gerenciamento subordinado resume-se, justamente, neste processo de transferência da gestão de grande parte do trabalho para os trabalhadores. Envolvidos com o risco do desemprego e a concorrência, estes precisam lidar com a administração do trabalho, dos custos e dos riscos inerentes à atividade laboral. Isto não significa que a empresa não exerça profundo controle sobre a produção a partir de estratégias e métodos de se estimular determinadas práticas e comportamentos. Entre estes fatores, podem ser citadas as metas, bonificações, ganhos extras, dentre outros. Fatores subjetivos estão presentes em uma realidade na qual ocorre a apropriação do seu conhecimento, semelhante às práticas toyotistas de trabalho, além daquelas associadas à gamificação do trabalho (Vidigal, 2021; Abílio, 2020a).

Mediante a complexidade deste tipo de trabalho, analisado nesta pesquisa, concorda-se que os estudos que apontam para sua tendência generalizante que tem marcado a sociedade capitalista e seu caráter exploratório, como explica Abílio (2017),

[...] a empresa Uber deu visibilidade a um novo passo na subsunção real do trabalho, que atravessa o mercado de trabalho em uma dimensão global, envolvendo atualmente milhões de trabalhadores pelo mundo e que tem possibilidades de generalizar-se pelas relações de trabalho em diversos setores. [...] Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus “parceiros” executem seu trabalho; não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus “colaboradores just-in-time” de acordo com sua necessidade. Este parece ser um futuro provável e generalizável para o mundo do trabalho (Abílio, 2017, n.p.).

Em um tipo de trabalho não material, caracterizado pela prestação de serviços no âmbito da informalidade, há geração de riquezas via trabalho uberizado, que não remunera de modo justo e compatível o esforço e o tempo de trabalho investido por longas horas. Práticas como estas estão associadas à flexibilização do trabalho: um dos componentes da configuração social atual em que o fenômeno da uberização é um traço significativo. Neste sentido,

A flexibilização do trabalho nomeia mudanças contemporâneas que se fazem na relação entre Estado, capital e trabalho, bem como no desenvolvimento e na aplicação de inovações tecnológicas. As políticas de liberação e promoção de fluxos financeiros e de investimentos, as novas formas de controle, monopolização e dispersão da produção que operam em nível global e as novas formas de regulação do trabalho que se apresentam como desregulações vão constituindo os processos de transferência de riscos e custos, além de parte do gerenciamento subordinado em redes globais de subcontratação. Trata-se de um movimento de centralização do capital que também se materializa em novos modos de intensificação do trabalho, extensão do tempo de trabalho e transferência de riscos e custos para os trabalhadores, em formas cada vez mais difíceis de definir (Abílio, 2020a, p. 114).

Compondo esta lógica flexível do trabalho, parte do gerenciamento é colocado como inerente à rotina dos trabalhadores em um processo chamado de autogerenciamento subordinado, estimulado pelas possibilidades de concorrência e de desemprego (Abílio, 2020a). É por estar ligado a este modelo de trabalho que muitos motoristas pesquisados declararam elevadas jornadas de trabalho, com um tempo de trabalho diário extenso e muitos dias por semana, chegando a atuar acima de 6 dias por semana e mais de 12 horas por dia, como foi descrito nos dados das tabelas já apresentadas.

Este conjunto de características apontadas na pesquisa de campo e outros estudos sobre o

assunto têm mostrado o delineamento de um processo de escravidão digital (Antunes, 2020), quando se percebe que tais trabalhadores estão se submetendo a longas jornadas de trabalho, poucos momentos de descanso semanal ou nenhum, uma remuneração insuficiente ou incompatível com o trabalho realizado, a manutenção dos meios de produção com recursos próprios, dentre outros. Estas práticas remontam aos primórdios do capitalismo em um período no qual formas de exploração caracterizavam o período da Revolução Industrial e afetavam significativamente a vida dos trabalhadores. O trabalho hoje retoma a sua fase primitiva, mas com a informalização generalizante para várias atividades laborais (Antunes, 2020).

Nesta lógica, formas de controle são implementadas tendo em vista obter a eficácia da configuração do trabalho uberizado:

O que verificamos no negócio da Uber, é que não só existe a multidão de trabalhadores, mas também a figura de milhões de invisíveis gerentes: os passageiros, competentes para decidir quantas estrelas fará jus cada trabalhador avaliado e seu destino. É certo que o ser humano como multidão é ótimo no trabalho de gerenciar. Aqui, vemos o algoritmo e a multidão de gerentes invisíveis, conjuntamente compondo, talvez, o mais avançado sistema gerencial já desenvolvido pelo modo de produção capitalista. Dessa forma, é realizado o controle na “dispersão” (Vidigal, 2020, p. 142, grifo da autora).

Explicitamente instituídas, estas formas de controle e de vigilância estão configuradas na atuação dos aplicativos que interferem no dia a dia dos trabalhadores. Suas regras, estabelecidas unilateralmente pelos empresários, não passam por uma regulação jurídica e são implementadas e devem ser seguidas sob pena de punição, podendo haver bloqueio do acesso ao aplicativo sem direito de defesa prévia. Nesta direção, Abílio (2017) explica que

O Uber, assim como outras empresas que operam com a mesma lógica, estabelece regras, critérios de avaliação, métodos de vigilância sobre o trabalhador e seu trabalho, ao mesmo tempo que se exime de responsabilidades e de exigências que poderiam configurar um vínculo empregatício. Consumo, avaliação, coleta de dados e vigilância são elementos inseparáveis. Em realidade, o controle sobre o trabalho é transferido para a multidão de consumidores, que avaliam os profissionais a cada serviço demandado. Essa avaliação fica visível para cada usuário que for acessar o serviço com aquele trabalhador. A certificação sobre o trabalho vem agora da esfera do consumo, por meio dessa espécie de gerente coletivo que fiscaliza permanentemente o trabalhador. A multidão vigilante, na forma multidão, é então quem garante de forma dispersa a certificação sobre o trabalho. [...] Assim o trabalhador uberizado se sabe permanentemente vigiado e avaliado. Essa nova forma de controle tem se mostrado eficaz na manutenção de

sua produtividade, na sua adequação aos procedimentos – informalmente estabelecidos – que envolvem sua ocupação. Ao adequar-se o trabalhador trabalha para si e para a empresa, para si e para o cultivo da marca, que em realidade depende inteiramente da atuação dispersa desse exército de motoristas (Abilio, 2017, n.p.).

Descritos anteriormente, diversos sistemas de confiança e de vigilância foram criados, além de riscos, custos e responsabilidades transferidas. Como também foi indicado nas falas dos trabalhadores pesquisados, já citadas, o aplicativo se apresenta enquanto uma ferramenta digital que representa o gestor, mas sem possibilidade de diálogo e argumentação. Os motoristas precisam, para se manterem atuantes, aprender a lidar com estas ingerências, adaptando ou abandonando a atividade laboral. Uma nova lógica de trabalho se consolida e apresenta tais contradições que afetam decisivamente estes prestadores de serviço.

Um processo gerador de subordinação dos trabalhadores tem sido crescentemente implementado e aperfeiçoado, sendo que estes passam a se autorregular conforme as regras determinadas, sendo que, contraditoriamente, tal relação é destituída de reconhecido vínculo de trabalho e garantias dos direitos trabalhistas.

A uberização, tal como será tratada aqui, refere-se a um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, entretanto, ao mesmo tempo que se complementa, também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas, ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho. Entretanto, essa apropriação e subordinação podem operar sob novas lógicas (Abílio, 2017).

Um processo de amadorização está entre as consequências desta vertente do trabalho informal, deixando o Estado de regular o trabalho e de haver condições favoráveis para se constituir as identidades profissionais. As relações de trabalho também se veem impactadas, o que interfere decisivamente na identidade profissional, que se torna, cada vez mais, amadora. Isto significa que se forma um trabalhador amador, ou seja, um trabalhador “flexível, polivalente e com novas formas de reconhecimento social” (Abilio, 2020b, n.p.).

O trabalhador passou a ser o meio de sua intensificação, no qual não se tem certezas e controle por sua parte sobre as regras e resultados do seu esforço diário, muito menos sobre sua permanência e avaliação sobre o cotidiano. É um trabalho sob demanda e por metas no qual houve a conjunção do trabalho digital e a informalização no setor de serviços. O trabalhador *just-in-time* é justamente aquele que se dedica a estes trabalho intermitente e instável (Abilio; 2021).

Desta maneira, é preciso refletir criticamente sobre as tecnologias digitais no mundo do trabalho e suas possibilidades de utilização, pois estas, contraditoriamente, não têm promovido bem-estar e melhores condições na prestação de serviços, como argumenta Cattani (2008),

As inovações tecnológicas e organizacionais poderiam reduzir as tarefas penosas, facilitar o labor consciente e criativo que propicia a realização pessoal plena. Mas, novamente, o que se constata é a apropriação desigual dos frutos do progresso, a exploração das forças vulneráveis do trabalho, a inserção subordinada em ambientes de trabalho apresentados como modernos quando, na realidade, reproduzem condições similares às existentes no pré-capitalismo. A reestruturação produtiva, a implantação da especialização flexível e a automação desenfreada proporcionam boas condições de trabalho para poucos, atemorizando os demais com a ameaça da precarização e da exclusão definitiva da esfera produtiva social (Cattani, 2008, p. 08).

Uma variedade de percepções e perfis, como visto nos gráficos, tabelas e nas falas citadas, marca este grupo de trabalhadores que cresce a cada dia e expande para outros setores da economia não se limitando ao serviço de transportes. Ao buscar compreender como eles se sentem e se constituem, pode-se entender que formam uma nova identidade laboral, sob condições de fragmentação da classe, individualização e invisibilização (Antunes, 2020).

A flexibilização soma-se à precarização que marca o trabalho destituído de vínculos e direitos trabalhistas. “Tem-se, portanto, um trabalho de uma multidão socialmente invisível. Controlado pelos invisíveis: o algoritmo e a multidão de gerentes consumidores. Uma empresa nuvem, com alta visibilidade e pouca materialidade aparente” (Vidigal, 2020, p. 205). Mediante esta concomitante invisibilidade e subjugação, há discussões e disputas em busca da definição da natureza do vínculo entre a empresa Uber e os motoristas que atuam no serviço de transporte de passageiros, como descrito em outros momentos desta pesquisa.

Ainda representando um campo de disputa, jurídica e socialmente, não há consenso em relação a esta afirmação relativa ao vínculo trabalhista constituído nesta prática laboral de modo a garantir o acesso a direitos trabalhistas. Apesar disso, trabalhadores e estudiosos têm argumentos

coerentes que advogam a empresa Uber como contratante de mão de obra e os motoristas enquanto prestadores de serviços vinculados a ela. Estes deveriam usufruir de direitos e possibilidades de participar ativamente dos processos de trabalho nos quais estão imersos. Alguns estudos jurídicos interpretam a favor da existência deste vínculo, remetendo à evidente relação de emprego, afirmando a presença da prestação de serviço com pessoalidade, este sendo algo não eventual baseado em onerosidade e uma relação de subordinação (Vidigal, 2022; 2020).

Tendo como sustentação esta lógica de trabalho, interesses unilaterais destas empresas atingem decisivamente e não sustentam, no cotidiano do trabalho, as ideias de economia solidária, de economia do compartilhamento, de empreendedorismo e de constituição de um sistema colaborativo tal como é repassado ideologicamente. Abordando esta discussão, Festi (2020) indica a reprodução de elementos que também podem ser identificados em contextos anteriores, demonstrando uma estratégia para manter a dominação de classe sob meios adaptados mas já existentes:

Ao contrário da visão difundida por aqueles que veem nas múltiplas economias de plataforma o ressurgimento da economia solidária – ou, numa denominação recente, da economia colaborativa –, o que assistimos, nesse processo de “uberização” ou de “plataformização”, é a reprodução do que há de mais tradicional na economia capitalista. Eles recolocam os trabalhadores – de maneira ainda mais acentuada que os processos do passado – em concorrência contínua, negando-lhes o acesso e o compartilhamento de seu “bem comum” mais valioso, isto é, o algoritmo. Assim, mantém-se o princípio sagrado da propriedade privada e do segredo empresarial, fazendo cair por terra a ideologia sobre os “colaboradores” e sobre a falsa autonomia proporcionada por essas plataformas (Festi, 2020, p. 157).

Há impactos nocivos do trabalho precário disseminados mundialmente, afetando com maior peso determinados grupos. Configurou-se, portanto, uma forma de trabalho que tem sido importante fonte de renda para os trabalhadores mas que tem em sua essência e lógica de funcionamento e exploração enquanto objetivos dos donos do capital. Deste modo, na era da Indústria 4.0, há um avanço na subsunção real do trabalho ao capital e tem se ampliado para vários setores da economia, atingido trabalhadores com as mais diversas escolaridades e formações profissionais. Esta realidade tem sido marcada pelo desassalariamento e as novas formas de subordinação e de exploração do trabalho (Strauss, 2023; Previtali; Fagiani, 2020).

A ideia de empreendedorismo, por sua vez, está associada diretamente aos interesses de

classe e à recomendação de determinados comportamentos que são estimulados ao trabalho de forma eficiente, independente e livre como se fossem autonomamente controladores de suas ações, sendo responsáveis pela organização e efetivação dos processos de trabalho. Porém, percebeu-se que, contraditoriamente, esta suposta liberdade de ação dos uberizados remetia a controle ideológico e dos comportamentos, algo que pode ser associado à definição marxiana de alienação.

Imersos nesta rede de discursos e concepções que camuflam a realidade, verifica-se que muitos destes motoristas não analisam o processo do trabalho como um todo, evidenciando as inconsistências e contradições. Muitos são movidos pela necessidade de sobrevivência e não tem um olhar crítico, fazendo com que se adequem à lógica do trabalho recebendo as ingerências e orientações verticalizadas e sem possibilidade de diálogo.

As ações dos gestores do capital, cada vez mais contraditórias e adquirindo mais eficiência, são definidas a partir desta transferência de responsabilidades aos trabalhadores que os passam ser considerados, supostamente, os únicos responsáveis por sua condição social, por sua posição no sistema de estratificação e pela mudança social. Ações individuais são apresentadas, propositalmente, como motores para lidar e resolver seus problemas relativos à empregabilidade e, também, solução para questões estruturais do sistema capitalista, como é o caso do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais.

A educação, analisada como componente essencial no sistema capitalista de produção, não pode ser vista como algo neutro pois é ferramenta que colabora para a manutenção das contradições existentes. Desta maneira, como descreve Lombardi (2014),

A educação é um campo da atividade humana e os profissionais da educação não constituíram esse campo segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas, correspondendo às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídas pelos homens e particularmente consolidadas nas mais diferentes formações sociais (Lombardi, 2014, p. 19).

Neste sentido, é possível inferir que a educação vem sendo utilizada como ferramenta de manutenção da sociedade, tanto em suas manifestações formais quanto informais, ao ser apropriada como uma característica que interessa a tais formas de exploração uberizadas, como foi percebido nas análises desta pesquisa. Remete às características que podem ser empregadas como ferramentas para elevar sua performance e cumprimento de metas. Assim, uma formação mais básica ou mais elaborada, como é o caso daquela que pode ser proporcionada no Ensino Superior, não acarreta

maiores remunerações por se constituir em um elemento desvalorizado ou ignorado pela lógica deste tipo de trabalho.

Isso também ilustra a eficácia da exploração do sistema ao absorver empregados e desempregados com diversos perfis escolares e profissionais, ambos impactados pela necessidade de sobrevivência e dificuldades de se manter ou retornar ao mercado de trabalho. Ainda assim, estes são possuidores do “privilégio da servidão” sendo supostamente autogerentes de si, responsáveis pelos trabalhos informais, incertos e destituídos de mínimas condições e direitos trabalhistas (Antunes, 2018).

Como discutido, exige-se dos trabalhadores que se tornem flexíveis e, este processo inclui a aplicação de suas competências e habilidades adquiridas na educação formal e na educação informal em favor de maior lucratividade dos empresários e eficiência do processo de trabalho. Como afirma Kuenzer (2017),

Em face da dinamicidade conferida ao processo produtivo pelo ritmo dos avanços científico-tecnológicos, a empregabilidade acima referida fica condicionada à substituição da rigidez pela flexibilidade, no sentido de capacidade de adaptação a novas situações, o que, dadas as características excludentes da acumulação flexível, passa a significar, para a grande maioria dos trabalhadores, conformidade a situações cada vez mais precárias, em todos os sentidos. A flexibilização enquanto capacidade de criar, descobrir, articular conhecimentos, aprender novos conteúdos, desenvolver novas performances, enfim, educar-se permanentemente para adequar-se à dinamicidade da vida social e produtiva no sentido positivo, passa a ser privilégio dos poucos que mantêm-se no topo da pirâmide do trabalhador coletivo ou da concentração de renda (Kuenzer, 2017, p. 02).

Permeado pelos valores neoliberais de flexibilidade e liberdade individual, os trabalhadores precisam aplicar seus conhecimentos advindos de seu processo de formação humana como um todo, sejam eles provenientes de uma formação intencional ou das próprias vivências informais. Estes são envolvidos de tal forma, que precisam não apenas lidar com o transporte de passageiros em si, mas precisam saber lidar com as tecnologias digitais, o serviço de internet, as relações interpessoais com os passageiros, sensação de insegurança, pressão por resultados, cumprimento de metas, estímulo à rivalidade e concorrência, cálculos de lucros, organização do tempo de trabalho, questões psicológicas, gestão financeira, dentre outros. Portanto, há um controle ideológico e material dos envolvidos, cujas habilidades e aptidões são exploradas ao máximo em favor de uma nova morfologia do trabalho, a uberização.

Intencionalmente, este trabalho absorve trabalhadores dotados de mínimos critérios

formativos e escolares e em termos de habilidades sem delimitar o máximo de formação e aptidões, pois ambos servem aos interesses do capital em se expandir exponencialmente mediante uma maior exploração da mão de obra. Independentemente de serem escolarizados ou não, estes são mal pagos, pressionados psicologicamente, colocados em risco em relação à segurança, responsabilizados por todo o processo de trabalho, dentre outros.

A elevação da escolaridade dos trabalhadores também é apropriada enquanto um meio de ampliação do alcance da exploração, diferentemente do que advogam os discursos ideológicos voltados para os incentivos à escolarização e prosseguimento dos estudos em níveis superiores como ferramenta de mudança social sendo estes definidos nos moldes da dominação capitalista. Como explicam Lucena *et al.* (2014),

Mesmo com o crescimento do acesso a níveis escolares mais elevados, a qualificação dos trabalhadores não se eleva. O aumento no nível de escolaridade atenta à exploração gratuita, por parte da empresa, dos saberes formais dos trabalhadores adquiridos nas escolas, consolidando relações em que mesmo diplomados em nível superior, exercem funções não condizentes com a sua formação intelectual. [...] O aumento do nível de escolaridade não significa elevação de sabedoria operária, e muito menos a construção de homens superiores que visualizam além do trabalho alienado. O desafio consiste na união entre o saber e o fazer, na junção de algo que as constantes transformações na organização técnica e social da produção capitalista separam e que está muito distante dos trabalhadores. A qualificação fragmentada e despolitizada constitui-se no esvaziamento do conteúdo dos trabalhadores (Lucena *et al.*, 2014, p. 168-169).

Entende-se, desta maneira, que o trabalho, tal como se manifestou no perfil, nas práticas e nas perspectivas dos motoristas pesquisados, abrange, contraditoriamente, problemas amplos e estruturais inerentes ao capital. Sob os moldes da sociedade capitalista, é ofertada e recomendada uma formação elementar e superficial aos trabalhadores como fundamental para lidar com o trabalho na sociedade contemporânea. Esta não garante uma formação que proporcione um olhar crítico e transformador, deixando-os com alternativas limitadas quando submetidos ao controle ideológico. Muitos, ainda com acesso à uma formação em nível superior na Graduação e/ou Pós-Graduação são caracterizados pela dificuldade de empregabilidade e, destituídos de outras alternativas laborais, submetem-se ao trabalho explorado por questões de sobrevivência. Outros, se esforçam em investir em escolarização e qualificação profissional com o intuito de se adequar às exigências do mercado de trabalho digital mesmo que esta formação não garanta mudanças na sua realidade.

Deste modo, a uberização do trabalho demonstra ser uma tendência configurada no mundo do trabalho contemporâneo que representa um aperfeiçoamento refinado da exploração capitalista. A não materialidade do processo de trabalho e produto faz com que haja mais eficiência e fortaleçam as bases do sistema, diferenciando-se da produção material em contextos anteriores, tais como com o que ocorreu na produção material inspirada nos sistemas taylorista-fordista e toyotista discutidos no início desta pesquisa.

Evidenciado na apresentação dos dados desta pesquisa e em outros estudos recentes levantados, o controle ideológico e a alienação, no contexto do trabalho digital, têm se mostrado eficientes sob a ótica do capital. Apesar de heterogênea em diversos aspectos, que incluem a questão educacional, renda, formação, tempo de trabalho, dentre outros, a classe trabalhadora uberizada é igualada em um cenário que ignora sua história de vida, experiência profissional, formação escolar, dentre outros. Como explicam Lucena *et al.* (2014),

Não podemos desconsiderar que entre as iniciativas dos homens de negócios, objetivadas no incremento da reprodução do capital, a busca do envolvimento dos trabalhadores com os interesses das empresas se intensifica. Quanto mais as empresas incorporam os interesses dos trabalhadores aos seus, construindo alternativas para que os interesses sejam homogêneos, consolidam-se os alicerces para que o saber dos trabalhadores se volte contra os próprios trabalhadores, pois é através dele que as empresas sistematizam a produção, elevando as fronteiras do trabalho alienado. O saber dos trabalhadores ao ser codificado, deixa gradativamente de ser misterioso e perde o seu potencial de resistência, um dos fundamentos principais da sua qualificação (Lucena *et al.*, 2014, p. 166-167).

Deste modo, nesta busca pela homogeneização da classe trabalhadora para fins de elevação da dominação de classe, ter mais ou menos escolarização não consiste em diferencial na sociedade capitalista. Esta postura demonstra ser eficaz ao cooptar trabalhadores dotados de múltiplas formações e enquadrá-los em uma lógica unilateral e verticalizada, autoritária e precária. Ideias de competitividade, metas ambiciosas e individualismo são postas como centrais em um cotidiano de trabalho intenso, inseguro e exaustivo que não lhes dão espaço para pensar, criticar e questionar as práticas vindas dos gestores dos aplicativos que são recebidas de forma totalmente despersonalizada, pelas notificações dos aparelhos celulares.

Verifica-se uma eficiência destas ações em conquistar trabalhadores com variados perfis escolares e formativos, com diferentes experiências profissionais, extraíndo deles suas capacidades de trabalho manual e intelectual. Esse refinamento do processo laboral, com a inserção da gestão algorítmica, tem sido entendido como um ápice ao moldar o mundo do trabalho no contexto da

sociedade do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve o objetivo de analisar o trabalho dos motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG, propondo a realização de uma reflexão sobre o trabalho digital informal e a educação, sobretudo pensando sobre a formação escolar e profissional e o processo de uberização do trabalho. Entre os aspectos considerados fundamentais, presentes em uma totalidade complexa e contraditória do capitalismo na contemporaneidade, foram realizadas escolhas metodológicas e teóricas para compor as reflexões e discussões apresentadas ao longo dos capítulos.

Seu percurso possibilitou o aprofundamento nos estudos e reflexões sobre as temáticas trabalho na contemporaneidade, trabalho digital, informalidade e uberização. Este, apresentava-se enquanto uma solução para os problemas no setor de transportes, superlotação de automóveis nas ruas e, inclusive, questões ambientais. Para os trabalhadores, tem constituído em uma maneira ímpar de inserção no mundo do trabalho digital e informal que, com supostas facilidades de inserção, proporcionava lidar intencionalmente com o que o próprio sistema capitalista os obrigava: buscar estratégias de sobrevivência em uma realidade na qual as desigualdades sociais e as dificuldades de empregabilidade estavam presentes.

Neste sentido, sob inspiração das contribuições teóricas e metodológicas marxianas, esta pesquisa partiu do pressuposto do trabalho enquanto algo fundamental para a sobrevivência dos indivíduos e compõe sua busca pela dignidade e bem-estar. Trabalhar constitui uma atividade vital e, mesmo nas condições do trabalho alienado no capitalismo este persiste enquanto central e interfere nas maneiras de ser e estar dos indivíduos. Isso também foi identificado nas formas contemporâneas do trabalho, que culmina na uberização, temática principal que compõe esta tese.

Contrariando a tese do fim do trabalho, verificou-se estarem, cada vez mais, fortalecidas e diversificadas formas de trabalho como aquelas incertas, parciais, atípicas, informais e precárias que convivem e se mantêm mediante a possibilidade do desemprego. Foi essencial considerar sua dupla dimensão no que tange à sua dialeticidade e historicidade: o trabalho humano demonstrou a alternativa para a emancipação e sociabilidades humanas relevantes para a constituição do ser social mas também denuncia formas degradantes e alienantes que afetam negativamente os trabalhadores em geral. Esta problemática tem afetado, significativamente, o setor de prestação de serviços a ponto de estes sofrerem para se adequar às condições de trabalho impostas, também analisadas como parte do “privilégio da servidão” (Antunes, 2018; 2005).

Como demonstrado nesta pesquisa, têm sido considerados centrais nas análises do mundo do trabalho a informalidade, a flexibilidade e a precarização. Cabe lembrar que o período de realização desta pesquisa coincidiu com o cenário de ápice e também de maior controle da pandemia de covid-19⁹⁵, sendo realizada entre os anos de 2019 a 2023. A partir do início do ano de 2021, iniciou-se o período de vacinação, um maior conhecimento e popularização das medidas sanitárias contra o contágio da doença. Identificando ser possível iniciar o trabalho de campo, no ano de 2022, realizou-se uma adaptação à técnica de coleta de dados, tendo em vista a necessidade de maior segurança em termos sanitários para pesquisadora e os pesquisados, alterando a possibilidade de entrevistá-los para a aplicação de questionários digitais.

Neste período no qual a pandemia de covid-19 ainda estava presente, foi percebida a ampliação de formas exploratórias associadas ao trabalho digital e plataformizado. A necessidade de sobrevivência foi reforçada e aliada aos elevados índices de desemprego e dificuldades de inserção dos trabalhadores em ocupações estáveis e formais, em um quadro preexistente mas intensificado no período pandêmico citado. A sociedade assistia a uma tendência de se agravar a “informalização com informatização” em um período de reestruturação econômica, com a existência desta massa de indivíduos desempregados à espera de oportunidades de trabalho (Antunes, 2020).

Deste modo, a temática uberização foi abordada considerando-se a inserção sócio-histórica do objeto. Por outro lado, reconhece-se que se trata de um olhar da pesquisadora e que esta análise não tem a intenção de esgotar as possibilidades de um tema tão dinâmico, complexo e em constante mudança. Foram apresentados diversos elementos associados à dinâmica do capital e à reestruturação produtiva impulsionada pelas transformações tecnológicas. Nesta conjuntura, destacou-se o trabalho vivo enquanto uma engrenagem essencial para o funcionamento da sociedade, porém sob novos moldes e ocasionando formas de trabalho cada vez mais instáveis e precárias. Evidenciou-se que, entre estas formas assumidas pelo trabalho na contemporaneidade, a informalidade, o trabalho digital e uberizado dos motoristas de aplicativo possuem peculiaridades e complexidades para serem abordadas nas pesquisas acadêmicas para um entendimento crítico e dialético do objeto (Antunes, 2005).

Deste modo, esta pesquisa iniciou com uma discussão do papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para a sociedade e o desenvolvimento de práticas

⁹⁵ Ressalta-se que somente no dia 09 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à covid-19 (UNA-SUS, 2023).

denominadas por muitos de economia do compartilhamento. Em sua dialeticidade, verificou-se o desenvolvimento de uma nova sociedade, marcadamente digital e informatizada, cuja estrutura e organização é transversalizada pelos valores de mercado e influenciados pelas perspectivas neoliberais presentes em contextos anteriores. É a globalização e a configuração da sociedade em rede que tem proporcionado tipos distintos de vivências associadas ao uso da internet, dos computadores e dos aparelhos celulares. Ampliam-se as formas de dominação do capital, bem como os discursos ideológicos manipulatórios que associam a economia do compartilhamento, a liberdade individual, o empreendedorismo e a informalização como meios fundamentais para o bem-estar e crescimento de todos da “comunidade”.

Mediante esta apresentação da realidade atual, dos sujeitos históricos e da problemática da pesquisa, contexto no qual o objeto de pesquisa se encontra inserido, realizou-se uma discussão teórica com a apresentação de elementos históricos e sociais inerentes ao mundo do trabalho. Na abordagem do trabalho uberizado na atualidade, buscou-se entender como este foi sendo apropriado no sistema capitalista de produção, mesmo tratando-se da produção de mercadorias e do trabalho material. Neste resgate da sua historicidade, o trabalho foi analisado a partir de suas manifestações contemporâneas que representam um ápice do desenvolvimento do trabalho nos moldes capitalistas, com destaque aos modelos taylorista-fordista e toyotista que precederam à uberização do trabalho.

Analisou-se algumas correlações entre o desenvolvimento das TIC e o crescimento do setor de prestação de serviços. Entendeu-se haver um maior espaço para as possibilidades laborais associadas à informalidade, ao trabalho digital e às ideias associadas ao empreendedorismo e à liberdade individual no mundo do trabalho. Mostrou-se como estes fatores foram estimuladores das possibilidades de trabalho uberizado que, como descrito nesta pesquisa, foram apresentados como supostas soluções para problemas sociais, tais como de empregabilidade, de transportes e ligados ao meio ambiente.

Com estes ideais de empreendedorismo, de economia compartilhada e de liberdade individual, o processo exploratório relativo ao trabalho uberizado tem ganhado forças, pois seus adeptos estão entre os trabalhadores e consumidores que são convencidos, dia após dia, sobre seus valores, importância e atuação em favor da vida em sociedade e da solução destes problemas cotidianos. Evidencia-se que a precarização e a intensificação do trabalho são características presentes em sua natureza e fazem parte de seu funcionamento desde a concepção do trabalho

uberizado. Em sua implementação, estas já são características presentes e que são, inclusive, desejáveis pelos gestores e idealizadores tendo em vista os objetivos relativos à paulatina ampliação lucratividade.

Após estas abordagens citadas anteriormente, foram apresentados alguns aspectos do mercado de trabalho brasileiro atual e da cidade de Uberlândia-MG, para fins de se alcançar os objetivos propostos. Uma concepção de informalidade foi descrita como parte intrínseca e cada vez mais presente no mundo do trabalho.

A inexistência de banco de dados sobre o trabalho uberizado motivou a ida a campo para se conhecer a realidade. Esta ida ao campo objetivou o levantamento de dados, com a finalidade de complementar as discussões realizadas e trazer mais elementos sobre os trabalhadores uberizados. Entendeu-se ser fundamental um espaço para trazer dados como perfil, opiniões e perspectivas dos sujeitos históricos analisados, ainda que em uma amostra reduzida.

Por fim, abordou-se a relação entre o trabalho uberizado, as tecnologias digitais e a formação do trabalhador. Foi explicitado, a todo momento, que trabalho e educação se constituíram em categorias fundamentais para esta pesquisa, sendo que sua condução foi guiada pelo recorte determinado pela experiência da pesquisa (construção inicial, adaptação ao cenário incerto da pandemia de covid-19, desenvolvimento da pesquisa etc.) e o objetivo de se entender o trabalho digital contemporâneo.

Houve esforços em se realizar uma investigação que descortinasse o modo de pensar ou a ideologia dominante ao refletir sobre as categorias trabalho e educação. Realizou-se uma análise na qual, a cada passo, foram elencados conceitos e argumentos no intuito de se conhecer o objeto e seus sujeitos históricos. A ampliação do conhecimento obtida neste percurso teórico e empírico proporcionou a aplicação de um olhar crítico sobre a uberização do trabalho, viabilizando reflexões sobre as contradições que afetavam os trabalhadores pesquisados.

Respondendo às primeiras questões a que esta investigação se propôs a pensar, sobre a natureza do trabalho uberizado, percebeu-se que, da forma como tem sido assinalado em estudos sobre o tema, a rotina intensa e desgastante com o transporte por aplicativos tem ocasionado uma intensificação do trabalho, que demonstrou ter uma opção na informalidade e sofreu as consequências de ser uma atividade laboral incerta, precária e insegura. Grande parte dos trabalhadores envolvidos são submetidos a “mais trabalho” (Dal Rosso, 2008), visando a elevação da sua renda ou uma complementação, refletindo em um tempo de trabalho excessivo, não pago

suficientemente. Isso motiva a elevação do tempo dedicado ao trabalho, entendido como não pago completamente, visto que o pagamento ocorre mediante a realização das corridas e não da sua disponibilização (tempo de espera).

Desta maneira, de acordo com as reflexões realizadas nesta pesquisa, pela quantidade de horas trabalhadas, também entendeu-se que se tratava de um nível de exploração excessivo e que tal atuação poderia ter consequências nocivas para a vida destes trabalhadores, visto que, ao dedicarem tantas horas, a rotina tornava-se cada vez mais exaustiva e ocupava tempos sociais que poderiam ser direcionados a outras atividades cotidianas, como o descanso, estudos e cuidados pessoais. Esta realidade tem afetado os motoristas da empresa Uber, bem como outros pertencentes à categoria junto a outras empresas e ramos de atividades, de modo que não se tratam de vivências desconhecidas ou minimizadas em suas falas.

Verificou-se, nesta ocupação, uma negação do assalariamento como uma estratégia na qual a suposta autonomia ofertada pelo trabalho uberizado abrange um maior controle e exploração. O uso das tecnologias digitais no trabalho tem colaborado para a ampliação dessa negação da condição de empregador; ou seja, as empresas têm negado o *status* de emprego assalariado como uma estratégia que os coloca em uma situação de dependência e fragilidade, pois há uma necessidade de sobrevivência e de se vincular a este tipo de ocupação instável e precária (Antunes; Filgueiras, 2020).

A gamificação do trabalho foi apresentada como uma característica deste tipo de trabalho, sendo que esse mecanismo pode ser entendido como desumano ao colocar características de jogos em uma atividade na qual as condições de sobrevivência são postas como prioridade. Inexistindo possibilidade de discussão e diálogo com a empresa Uber, esta, unilateralmente, cria, impõe e aperfeiçoa regras, metas e castigos aos trabalhadores.

Assim, as constantes mudanças no aplicativo da empresa Uber, a criação de recursos e regras novas implementadas em seu cotidiano sinalizam os anseios dos empresários em aperfeiçoá-lo como ferramenta de trabalho e de viabilização do serviço de transportes. Por outro lado, como parte da lógica do trabalho uberizado, marcadamente intensificado e precarizado, essa gamificação do trabalho é configurada de modo a propor metas, bonificações e sanções que transformam o trabalho em um jogo competitivo no qual a possibilidade de trabalhar é colocada entre as consequências das avaliações dos algoritmos (Vidigal, 2021).

Apesar de se submeterem a tais condições e de muitos aplicativos exporem estas contradições e incoerências de forma explícita, esta atividade laboral prossegue, independentemente das dificuldades relacionadas aos preços dos veículos, dos combustíveis, da manutenção dos carros (impostos, consertos e revisões necessárias) e da insatisfação com a forma pela qual se é calculada a remuneração, dentre outros. Debates acadêmicos e populares, a criação de associações e a realizações de manifestações sociais têm sido decisivos momentos para se criticar, divulgar e questionar as configurações do trabalho uberizado, como foi abordado no Capítulo 3.

Em meio a tantas incoerências, percebeu-se a intencionalidade na atribuição da qualificação de autônomos e de empresários, com o intuito de impedir resistências ao trabalho explorado, o acesso aos direitos trabalhistas e as organizações individuais e coletivas que poderiam questionar esse quadro. “Portanto esses trabalhadores são mais precários, ‘porque ainda mais submetidos’ às exigências das empresas, e não porque a tecnologia os torna autônomos” (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 174).

Configurados de acordo com variados perfis escolares e competências técnicas, a uberização tem se mostrado eficiente e exposto controle material, ideológico e econômico sobre os trabalhadores. Independentemente da formação escolar e acadêmica, esta forma de trabalho se mostra atuante em sua prática e tem ganhado grande popularização. Contradições são constituintes da dinâmica do trabalho uberizado em uma realidade pautada em um duplo caráter: a sua existência tem sido componente da vida dos motoristas enquanto viabilizador de renda ou complementação para sua sobrevivência e, por outro lado, fonte de exploração que extrai deles, de forma aperfeiçoada e refinada tecnologicamente, suas capacidades de trabalho manual e intelectual.

Sem o anseio em esgotar as possibilidades, esta pesquisa foi construída de modo a demonstrar muitas incoerências presentes no contexto do desenvolvimento tecnológico atual que afetam significativamente o cotidiano dos trabalhadores, sendo que estas tecnologias digitais poderiam atuar em favor do bem-estar social. A Quarta Revolução Industrial tem consequências negativas, ainda em curso, para o mundo do trabalho. O processo de uberização pode ser entendido, enquanto não surge algo mais eficiente e impactante, como um ápice deste processo. As tecnologias digitais têm sido empregadas em benefício dos interesses das classes proprietárias, colaborando para a manutenção da estrutural social atual.

Desta maneira, uma processualidade contraditória marca o trabalho, demonstrando que este

é capaz de emancipar e alienar, mas também pode humanizar e subjugar (Antunes, 2018). É preciso dar sentido ao trabalho humano em meio a uma realidade caracterizada pela precarização que é ligada ao próprio capitalismo, mostrando-se um processo dinâmico que se amplia ou reduz de acordo com a resistência e organização da classe trabalhadora.

Com expectativas de mudança desta realidade, entende-se ser preciso um trabalho humano definido enquanto uma atividade vital e omnilateral, ou seja, com viés emancipador e transformador. Desta maneira, reforça-se a centralidade dialética do trabalho com um princípio educativo que se opõe à unilateralidade da educação burguesa, visto que se defende o desenvolvimento integral das potencialidades humanas, incluindo a eliminação da diferenciação entre trabalho manual e intelectual e propondo uma formação associada ao desenvolvimento do intelecto, conhecimentos sobre a produção material e exercícios físicos (Antunes, 2018; Lombardi, 2014).

O trabalho precisa se pautar na criação e não na servidão, como tem se configurado contemporaneamente. Lutas precisam ser canalizadas para a constituição de um trabalho que se desenvolva enquanto uma atividade vital humana, sem o sofrimento e adoecimento que tem sido identificado nos espaços de trabalho na contemporaneidade e analisado em muitas pesquisas acadêmicas (Antunes, 2018).

Deste modo, é preciso uma educação que viabilize a união entre trabalho e ensino para que seja possível extinguir a exploração capitalista. Uma formação geral e uma formação científica deveriam colaborar para se entender o trabalho e a produção que move a sociedade, constituindo-se em um meio para proporcionar a mudança ideológica e comportamental. Entretanto, a educação politécnica e a formação omnilateral só podem ser vivenciadas pelos trabalhadores a partir do alcance do poder político (Lombardi, 2014).

Fazendo referência ao pensamento marxiano, entende-se que a classe trabalhadora é, ontologicamente, importante para a criação de valores e a atuação na luta de classes. Esta se torna imprescindível para a emancipação ao se envolver na luta unificada, em sindicatos classistas, na constituição de laços de solidariedade e na criação do pertencimento de classe fortalecidos e movimentos sociais que demonstram insatisfação com a ordem vigente, como é o caso das greves (Antunes, 2018).

Contradições inerentes ao sistema capitalista de produção, com as particularidades da sociedade em rede e informacional, formam a dinâmica do trabalho e, neste sentido, a uberização

constitui a vida de muitos trabalhadores enquanto gerador de sociabilidades, renda e/ou complementação para sua sobrevivência, mas também é viabilizador de práticas laborais marcadamente exploratórias. Como já apontado, este extrai, com o uso das tecnologias digitais, suas capacidades de trabalho manual e intelectual mas, por outro lado, estas mesmas contradições podem atuar colaborando com sua transformação (Saviani, 2011).

A sociedade capitalista possui este caráter contraditório ao incentivar a exploração do trabalho informal e digital, discutido nesta pesquisa, bem como mecanismos para sua transformação e superação. A educação também é afetada por estas contradições e pode ser uma ferramenta pra além de ser elemento de dominação e controle. Consiste em uma forma de apropriação de saberes que pode ser usada para se alcançar o acesso à produção histórica humana de maneira crítica. Desta maneira, pode, ativamente, constituir-se em um mecanismo que se contraponha à lógica capitalista de produção, tendo em vista a sua superação rumo a ações críticas e transformadoras (Saviani, 2011).

Para isso, é preciso uma educação que vá além da perspectiva unilateral e linear que se propõe a ofertar uma formação geral e própria para o mundo do trabalho. Ou seja, aquela que está ligada à busca por se elevar os conhecimentos e desenvolver habilidades associando-a ao que prescreve o mundo do trabalho e suas demandas. Diferentemente, defende-se que, ao invés desta formação e qualificação profissional, haja o desenvolvimento da condição humana pelo trabalho enquanto um mecanismo de ação transformadora no mundo (Maron; Germano, 2010).

É preciso acumular forças e unificar as lutas, tornando-se imprescindível realizar a reapropriação do conhecimento elaborado e acumulado historicamente pelos trabalhadores. Torna-se importante prosseguir no processo de formação escolar e educacional da classe trabalhadora, investindo tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior, desde que estas sejam críticas e transformadoras. Os donos e gestores do capital temem a competência técnica⁹⁶, por isso geram condições para incentivar e criar a incompetência; temem, desse modo, a concretização do compromisso político transformador (Saviani, 2011).

Contradições cerceiam a inserção dos trabalhadores, a qualificação e o papel da educação neste processo, demonstrando que a busca pelo conhecimento consiste em uma etapa

⁹⁶ Nas palavras de Saviani (2011), a competência técnica corresponde a um instrumento que proporciona o compromisso político, sendo uma categoria necessária neste percurso de busca pela transformação social pelo trabalho e educação. É a mediação da competência técnica que gera o compromisso político e expõe o caráter instrumental da educação.

imprescindível para a luta dos trabalhadores por reconhecimento social, melhores condições de trabalho e saberes para questionar e mudar a relação de dominação-exploração na qual se encontram inseridos.

Neste contexto, a educação pública se mostra importante para combater práticas e discursos ligados ao empreendedorismo, que não possibilita condições sociais, materiais e psicológicas de os trabalhadores refletirem sobre seu papel e sua rotina, podendo analisar e, ao menos, questionar a realidade existente. A educação consiste em um instrumento de luta que pode ser usado para a transformação social, não se limitando a atender aos interesses de classe. É importante salientar que a própria ideia de formação profissional, em uma perspectiva libertadora, coloca os trabalhadores como fundamentais para seu planejamento e definição, pois estes podem resgatar a historicidade das lutas e as necessidades associadas à classe (Antunes, 2020b; Lucena *et al.*, 2014).

Tendo em vista essas considerações, verificou-se também, ao longo desta pesquisa, algumas limitações e possibilidades provenientes do próprio processo da pesquisa. Algumas dessas dificuldades, abordadas nos capítulos anteriores, remete ao enfrentamento do cenário instável e inseguro da pandemia de covid-19, que gerou a necessidade de se alterar o projeto de pesquisa e a técnica de coleta de dados, tendo em vista a natureza do trabalho uberizado, sob interferência das medidas sanitárias, da necessidade de distanciamento social, do ritmo de trabalho ainda mais intenso e acelerado dos trabalhadores, dentre outros. Além disso, a experiência e o próprio enfrentamento pessoal da pesquisadora, neste momento delicado, para a humanidade representou impactos decisivos para esta pesquisa.

Feitas estas observações, tem-se a consciência do viés qualitativo e, por desdobramento, parcial e incompleto das pesquisas nas quais muitas outras possibilidades e olhares surgem durante o percurso e cujos aspectos precisam ser melhor trabalhados em investigações posteriores. Entre estes temas, estaria a pesquisa de campo com uma amostragem numericamente maior e, também, em um recorte por regiões brasileiras e, inclusive, em outros países, podendo-se realizar a comparação entre os dados coletados e cada contexto social, econômico, político e cultural.

Verificou-se, também, uma necessidade de se aprofundar na abordagem dos anseios e interesses dos motoristas, levando ao entendimento de que seria interessante também acrescentar a entrevista enquanto uma técnica que traria mais elementos sobre a história de vida de cada trabalhador, suas perspectivas e impressões sobre o trabalho uberizado. Além disso, o diálogo estabelecido proporcionaria explicar determinada questão do questionário, evidenciar

comportamentos e tons de fala como elementos extras para compor os resultados da pesquisa.

Nesta pesquisa, como apontado, verificou-se um perfil deste grupo de trabalhadores que expõe uma heterogeneidade de características que demonstraram outras possibilidades de recorte e construção da pesquisa. Assim, entende-se ser importante realizar outros estudos, com maiores discussões sobre o recorte de gênero, entendendo, por exemplo, os porquês de se ter uma minoria feminina atuante como motorista de aplicativo e, também, suas opiniões e necessidades. Seria viável apresentar o olhar dos consumidores, dos colegas motoristas e das próprias trabalhadoras uberizadas sobre a atuação feminina em trabalhos tradicionalmente entendidos como masculinos, como é o caso do setor de transportes de passageiros.

As diferenciações por idade também chamaram atenção, já que, entre os motoristas pesquisados, estavam indivíduos em diversas faixas etárias, o que mostrou ser uma ideia para pesquisas futuras observarem, mais detalhadamente, como os dados variam conforme a faixa etária, como é o caso da renda, do tempo de trabalho e das avaliações em relação à atividade realizada. Assim, seria possível analisar se a variação por idade tem correlação com suas opiniões e disposição ao trabalho enquanto motoristas de aplicativos.

Também tornou-se uma alternativa de investigação o trabalho uberizado e a problemática da questão racial, abordando a presença dos motoristas negros, a discriminação e o preconceito enquanto essenciais para a pesquisa e que poderão trazer discussões ainda pouco exploradas neste tipo de investigação sobre trabalho digital e plataformizado.

Por fim, espera-se que esta pesquisa venha a colaborar com várias já realizadas e outras em andamento, no sentido de fortalecer discussões que deem espaço para os trabalhadores uberizados exporem suas opiniões e ideias, algo que não é viabilizado pelos gestores das plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Live Ciclo de debates Trabalho informalidade no capitalismo de plataformas**. 2021. Mediação Jéssica Juliana e Fabiana Alcântara. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E0bRkC1MHKM&list=PLiS3OvRzrJX-t9r2vkq-S5zyfcJv4MwCS&index=5>. Acesso em: 19 maio 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. *In*: MARQUES, Léa. (Org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021b.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização e a apropriação monopolizada do modo de vida da periferia**: entrevista com Ludmila Costhek Abílio. [Entrevista concedida a] Digilabour. Digilabour. 2020b. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/01/31/uberizacao-e-a-apropriacao-monopolizada-do-modo-de-vida-da-periferia-entrevista-com-ludmila-costhek-abilio/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Trabalho, uberização, teletrabalho, Sociologia e pandemia**. 2020c. Canal Youtube Trincheiras e ideias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yJ42IRnmUwQ>. Acesso em: 03 mai. 2023.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Blog da Boitempo**, 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

ABÍLIO, Ludmila Costhek *et al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v.3, ed. esp., p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/condicoes-de-trabalho-de-entregadores-via-plataforma-digital-durante-a-covid-19>. Acesso em: 29 abr. 2021. <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v.74>

ABÍLIO, Ludmila. **A uberização antes do Uber**. [Produzido por] **Outras Palavras**. [S.l.]: [s.n.], 13 abr. 2021. 1 vídeo (24 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Kp3_H-qFzTk Acesso em: 16 mai. 2022.

AKEGAWA, Rita de Cássia Dias. **Empreendedorismo no contexto da uberização do trabalho no Brasil (2014-2020)**. 2021, 85 f. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.520>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ALMEIDA, Fernanda; BARROS, Isabela. **O pioneirismo espanhol**: presunção do vínculo de emprego para entregadores de plataformas digitais. 15 mar. 2021. Disponível em:

<https://uerjlabuta.com/2021/03/15/o-pioneirismo-espanhol-a-presuncao-do-vinculo-de-emprego-para-entregadores-de-plataformas-digitais/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

ALTHUSSER, Louis. Advertência aos leitores do livro I d'o capital. *In*: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013, p. 35-52.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007. Disponível em:

d.yimg.com/kq/groups/21224389/446627105/name/DRP.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

ALVES, Giovanni. A Fragmentação de classe desemprego estrutural e trabalho precário. *In*: **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Praxis: Londrina, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo; SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **A crise, os sentidos do mundo do trabalho e a escola pública**. Live Youtube RETEP – Rede Tecnológica de Extensão Popular. 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VL0UaY4PRp4>. Acesso em: 02 mai. 2020.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, [s. l.], v. 28, n. 81, 2014. p. 39-53. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a04.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

<https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004>

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011a.

ANTUNES, Ricardo. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. **Caderno CRH**, Salvador, ano 2011, v. 24, ed. esp. 01, p. 119-129, abr. 2011b. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a09v24nspe1.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2021.

<https://doi.org/10.9771/ccrh.v24i1.19225>

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
<https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901>

ARAÚJO, Romildo de Castro; FRANÇA, Robson Luiz; LUCENA, Carlos. Trabalho e educação: formação humana e crise estrutural do capital. *In*: LUCENA, Carlos; LUCENA, Lurdes; BERNARDES, Elizabeth Lannes. **Trabalho e educação**: Teoria e resistência. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

BARANAUSKAS, M. C. C.; VALENTE, J. A. NIED 30 anos. **Tecnologias, Sociedade e Conhecimento**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2013. DOI: 10.20396/tsc.v1i1.14436. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tsc/article/view/14436>. Acesso em: 8 fev. 2022.
<https://doi.org/10.20396/tsc.v1i1.14436>

BORDIN, Marcelo; MACHADO, Maria Izabel. Panóptico 4.0: uma revolução conservadora. *In*: MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza. (Org.). **Indústria 4.0**: Impactos sociais e profissionais. São Paulo: Blucher, 2021.
<https://doi.org/10.5151/9786555060508-01>

BOTTECHIA, Juliana Alves de. Educação para o mundo do trabalho na Indústria 4.0. *In*: MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza. **Indústria 4.0**: Impactos sociais e profissionais. São Paulo: Blucher, 2021.
<https://doi.org/10.5151/9786555060508-07>

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Verbete Ideologia. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7049739/mod_resource/content/1/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 31 mai. 2023.

BRASIL, Cassiano Hasselmann; SILVA, Gustavo. Uberização e classe trabalhadora: aspectos fundamentais da exploração por aplicativo. **Revista Avant**, v. 6, n. 1, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/235770/345-360_Artigo.pdf?sequence=1 Acesso em: 30 jun. 2023.

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. Educação, trabalho e tecnologia em Marx. **Revista**

Educação & Tecnologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Paraná, n. 1, p. 41-69, 1997. Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/view/1010>. Acesso em: 7 jun. 2021.

CALCAGNO, Victor. A decisão que deu direitos a motoristas da Uber no Reino Unido pode influenciar o Brasil? **Carta Capital**, [s.l.], 23 mar. 2021. Gig Economy. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-decisao-que-deu-direitos-a-motoristas-da-uber-no-reino-unido-pode-influenciar-o-brasil/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

CARELLI, Rodrigo. **Suprema corte do Reino Unido confirma: motoristas da Uber não são trabalhadores autônomos.** 19 fev. 2021. Disponível em: <https://trab21.blog/2021/02/19/suprema-corte-do-reino-unido-confirma-motoristas-da-uber-nao-sao-trabalhadores-autonomos/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede:** A era da informação: economia, sociedade e cultura. 6. ed. atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011. v. 1.

CATTANI, Antonio David. Apresentação. *In:* DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICO-SOCIAIS – CEPES. **Boletim do Emprego de Uberlândia**, ano 10, n. 28, mai. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS ECONÔMICO-SOCIAIS – CEPES. **Boletim do Emprego de Uberlândia**, ano 7, n. 19, mai. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CICLO DE DEBATES. **Trabalho informalidade no capitalismo de plataformas.** 19 maio 2021. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E0bRkC1MHKM&list=PLiS3OvRzrJX-t9r2vkq-S5zyfcJv4MwCS&index=5>. Acesso em: 19 mai. 2021.

COLODETTI, A. P. D. O. A.; MELO, M. C. D. O. L.. As relações de gênero no contexto socioeconômico e cultural brasileiro: estudo com mulheres motoristas de aplicativos de mobilidade urbana. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 19, n. Cad. EBAPE.BR, 2021 19(4), p. 872-886, out. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/LTLQsXQT38Czwjjyt6933XH/?lang=pt#>. Acesso em: 1º março 2023.
<https://doi.org/10.1590/1679-39512020141>

COSTA, Sandra Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 603-610, set./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193912>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000300603&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 fev. 2022.

COSTA, Ingrid. **Reestruturação da Europa pós-segunda guerra (1945 a 1968): um estudo sobre as causas e consequências geopolíticas e econômicas do sistema mundial**. 2017, 70 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7987/d62fb8ffad645b805767597035cb7ec9.pdf?sequence=1> Acesso em: 13 abr. 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A globalização e os desafios para os sistemas nacionais: agenda internacional e práticas educacionais nacionais. **RBPAAE**, v. 33, n. 1, p. 015 - 034, jan./abr. 2017. <https://doi.org/10.21573/vol33n12017.72829>

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jan. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200007>

DELGADO, Maurício Godinho. Direitos fundamentais na relação de trabalho. **Revista LTr**, São Paulo, ano 70, n. 6, p. 657-667, jun. 2006, p. 667.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca**: Novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

DUTRA, Flora. A história do telefone celular como distinção social no Brasil: Da elite empresarial ao consumo da classe popular. **Revista brasileira de história da mídia**, [s.l.], v. 5, ed. 2, p. 102-116, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://www.ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4798/3087>. Acesso em: 30 abr. 2021. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.5220164798>

FESTI, Ricardo. Contribuições críticas da sociologia do trabalho sobre a automação. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FILGUEIRAS, Vitor; CAVALCANTE, Sávio. Um novo adeus à classe trabalhadora?. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, [s.l.], v. 5, n. 8, p. 45-67, jan./jun. 2017 2017. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220/177>. Acesso em: 23

jun. 2021.

FRANÇA, Robson Luiz de. As mudanças científico-tecnológicas e a flexibilização nas relações de trabalho e o processo de reestruturação produtiva. *In*: FRANÇA, Robson Luiz de; BARBOSA, Magno Luiz; LUCENA, Carlos. **Trabalho, educação e flexibilização das relações de trabalho**: Impactos sobre a saúde do trabalhador. Uberlândia Navegando, 2019.

FRANÇA, Robson Luiz de; PREVITALLI, Fabiane Santana; LUCENA, Carlos. Trabalho e educação: a formação do trabalhador no contexto das crises cíclicas do capitalismo monopolista. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 9, n. 35, p. 201-219, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i35.8639624. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639624>. Acesso em: 6 maio. 2021.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. esp., p. 844-856, nov. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512019000700844&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 abr. 2020.
<https://doi.org/10.1590/1679-395176936>

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 75-100.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Tecnologia**. [s.n.] Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tec.html>. Acesso em: 16 mar. 2022.

GATTI, Daniel Couto. **Sociedade informacional e an/alfabetismo digital**: Relações entre comunicação, computação e Internet. Uberlândia: Edufu, 2005.
<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078288-4>

GEORGES, Isabel. Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil. *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

GERHARD, Felipe; SILVA JUNIOR, Jeová Torres; CÂMARA, Samuel Façanha. Tipificando a economia do compartilhamento e a economia do acesso. **Revista Organizações & Sociedade**, [s.l.], v. 26, n. 91, p. 795-814, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/25602>. Acesso em: 6 abr. 2022.
<https://doi.org/10.1590/1984-9260919>

GERENCER, Pavel. Vida e obra de Taylor. *In*: TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIOVANAZ, Daniel. Primeiro motorista a processar a Uber no Brasil: “O algoritmo é o novo

capataz”. **Brasil de fato**, São Paulo, 30 abr. 2021. Geral. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/30/primeiro-motorista-a-processar-a-uber-no-brasil-o-algoritmo-e-o-novo-capataz>. Acesso em: 26 mai. 2021.

GONTIJO, Laura Valle. O trabalho em plataformas digitais no Brasil: O trabalho em plataformas digitais e o salário por peça. **Laborare**, ano VI, n. 10, jan.-jun. 2023, pp. 128-149. ISSN 2595-847X.

<https://doi.org/10.33637/2595-847x.2023-165>

GOULART; A. M. M.; MELO, M. C. de O. L.; VERSIANI, F. Relações de gênero e gueto profissional: estudo com mulheres motoristas de aplicativos de mobilidade urbana. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, 2022, v. 21, n. 1, p. 124-148. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/3340>. Acesso em: 1º mar. 2023.

<https://doi.org/10.21529/RECADM.2022005>

GRAHM, Mark; ANWAR, Mohammad Amir. Trabalho digital. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: características e alternativas. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

IANNI, Octávio. Globalização e neoliberalismo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 27-32, abr./jun. 1998. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf. Acesso em: 12 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua**. 2019. Acesso em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html> Disponível em: 02 mai. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. n.d. **Glossário**. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: 08 mai. 2023.

ISAAC, Mike. **A guerra pela Uber**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

KALIL, Renan Bernardi. Quando o precarizado serve às máquinas. **Outras Palavras:**

jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. 28 fev. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/quando-o-precarizado-serve-as-maquinas/> Acesso em: 22 mar. 2023.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Papirus, 2007.

Kuenzer, Acácia. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, 25(2), 18-29. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 28 jun. 2023.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa.** São Paulo: Boitempo, 2019.

LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México.** São Paulo: Fapesp, 2009.

LIMA JUNIOR, Paulo et al. Marx como referencial para análise de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. **Ciênc. educ.**, Bauru, v. 20, n. 1, p. 175-194, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132014000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2021.
<https://doi.org/10.1590/1516-731320140010011>

LIMA, Paulo “Galo”. **Precarização e rebeldia na garupa de uma moto.** 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/precarizacao-e-rebeldia-na-garupa-de-uma-moto/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

LINS, Bernardo Felipe Estellita. A evolução da Internet: uma perspectiva histórica. **Cadernos ASLEGIS.**, [s.l.], v. 48, p. 11-45, jan./abr. 2013. Disponível em: http://www.belins.eng.br/ac01/papers/aslegis48_art01_hist_internet.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

LOMBARDI, José Claudinei. Modo de produção, transformações do trabalho e educação em Marx e Engels. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana. (Orgs.). **Mundialização do trabalho, transição histórica e reformismo educacional.** Campinas: Librum Editora, 2014.

LUCENA, Carlos; FRANÇA, Robson; PREVITALI, Fabiane Santana; OMENA, Adriana; SILVA, Lázara Cristina da; LUCENA, Lurdes. Mundialização e trabalho: um debate sobre a formação dos trabalhadores no Brasil. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana. (Orgs.). **Mundialização do trabalho, transição histórica e reformismo educacional.** Campinas: Librum Editora, 2014.

LUCENA, Carlos; FRANÇA, Robson Luiz; PALAFOX, Gabriel Humberto Munoz. Mundialização e trabalho: Um debate sobre a formação de trabalhadores no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p. 147-161, mai. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639532>. Acesso em: 20 mai. 2021.

LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil.** Campinas: Autores Associados/EDUFU, 2004.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. **Anais...** Reunião Anual da ANPED, 29, p. 1-17, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

MARIUTTI, Eduardo Barrosa. Sobrevivência do maior número: notas sobre o pensamento de Hayek. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2016, v. 35, n. 3, p. 53-64. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600030003>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MARON; Neura Maria Weber; GERMANO, Marcilei Serafim. Perspectivas e desafios para a formação profissional no atual contexto da educação e do mundo do trabalho no Brasil. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 51-63, mai./ago.2010.

MARQUES, Rafael. **Acordo faz com que os motoristas da JustEat tornem-se empregados.** 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.dntemdebate.com.br/acordo-faz-com-que-os-motoristas-da-justeat-tornem-se-empregados/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013, p. 35-52 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

MARX, Karl. O salário à peça. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro II. Edições Progresso Lisboa - Moscovo, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/index.htm> Acesso em: 30 jun. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Centauro, 2006.

MATTER, Lauro; SILVA, Kattiane Medeiros Santos. Crises econômicas e possíveis saídas à luz das teorias keynesiana e pós-keynesiana. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, vol. 14, n. 24, ano 14, p. 156-170, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/cssa.v14i24.3234>. Acesso em: 13 abr. 2022.

MEDEIROS, Josiane Lopes; PIRES, Luciene Lima de Assis. Trabalho e trabalho docente:

constituintes da formação ontológica do ser humano. *In:* BATISTA, Eraldo Leme; BATISTA, Roberto Leme. (Orgs.). **Trabalho, educação e emancipação humana**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

MÉSZÁROS, Istán. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, Istán. As origens do conceito de alienação. *In:* MÉSZÁROS, Istán. **Marx: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In:* MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2015. p. 09-29.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Maquinaria, taylorismo e fordismo: a reinvenção da manufatura. **Rev. Adm. Empres.**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 31-34, dez. 1986. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 mar. 2017.
<https://doi.org/10.1590/S0034-75901986000400003>

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Século XX e trabalho industrial: Taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx com José Paulo Netto (primeira parte)**. 2016a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2WndNoqRiq8>. Acesso em: 22 fev. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx com José Paulo Netto (segunda parte)**. 2016b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dl3Yocu-1oI&t=66>. Acesso em: 22 fev. 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão popular, 2011.

NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. Trabalho digital nos bancos. *In:* ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A saúde das trabalhadoras do telemarketing e o trabalho on line. *In:* ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

OLIVEIRA, Natália; OLIVEIRA, Luiz Antonio de; SANTOS, João Marcos Vitorino dos. **O materialismo histórico e suas categorias de análise: algumas considerações**. VII SEMINÁRIO DE PEDAGOGIA-SEPED. **Anais**. s/l, p. 183-200, 2013. Disponível em: http://primitivomoacyr.weebly.com/uploads/8/6/9/0/8690987/o_materialismo_historico_e_suas_categorias_de_anlise.pdf Acesso em: 06 dez. 2022.

OHNO, Taiichi. **O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala**. Porto

Alegre: Bookman, 1997.

PAIVA, Alessandra Marynna. **O caso Uber: um estudo acerca do fenômeno da informalidade global na economia compartilhada**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

PASSOS, T. K. de S.; TEIXEIRA, S. M. Neoliberalismo, democracia e políticas sociais: Paradoxos de uma barbárie. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 20, n. 1, p. e37389, 1 jul. 2021.

<https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.37389>

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Trabalho digital e educação no Brasil. *In*: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Trabalho e educação na nova ordem capitalista: inovação técnica, qualificação e precarização. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, n. 65, p. 58-72, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i65.8642696. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642696>. Acesso em: 18 jun. 2021.

PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**, vol. 4, jul.-set. 1988, n. 15, p. 41-81. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n15/a04n15.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2022.

<https://doi.org/10.1590/S0102-64451988000200004>

RANGEL, Felipe. Percepções da informalidade: sobre representações e experiências. *In*: MARQUES, Léa. (Org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

REZENDE; Rodrigo de Campos; TESSARINI JUNIOR, Geraldo; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. **Gestão algorítmica nas plataformas digitais de trabalho: forjando transparência, adequando comportamentos, (re)produzindo injustiças**. Anais. Seminários em Administração. Disponível em: <https://submissao.semead.com.br/25semead/anais/arquivos/1906.pdf?>. Acesso em: 24 jul. 2022.

RUSCITO, Gabriel Chiusoli **A exploração do trabalho por crowdsourcing específicas e o equilíbrio labor-ambiental**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/215856>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SANTANA, Marcos; ANTUNES, Ricardo. **A pandemia da uberização e a revolta dos precários**. 1º maio 2021. Disponível em: <https://www.dmttemdebate.com.br/a-pandemia-dhttps://www.dmttemdebate.com.br/a-pandemia-da-uberizacao-e-a-revolta-dos-precarios/a-uberizacao-e-a-revolta-dos-precarios/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

SANTOS, Cleito Pereira dos. **Trabalho, tecnologia, controle e disciplina no capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.

SANTOS, Irella Borges dos; FRANÇA, Robson Luiz de. A sublimação e o trabalho: sofrimento e adoecimento do trabalhador no contexto de reestruturação produtiva no mundo do trabalho. *In:* FRANÇA, Robson Luiz de; BARBOSA, Magno Luiz; LUCENA, Carlos. **Trabalho, educação e flexibilização das relações de trabalho: Impactos sobre a saúde do trabalhador**. Uberlândia: Navegando, 2019.

<https://doi.org/10.29388/978-85-53111-38-1-0-f.29-64>

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 jun. 2023.

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>

SCHUTTE, Giorgio Romano. Nova dinâmica das empresas transnacionais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 54-63, 1998. Disponível em:

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n0206.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SENA, Victor. Após decisão no Reino Unido, o que pode acontecer com a Uber no Brasil?

Exame, [s.l.], 22 mar. 2021. Negócios. Disponível em: <https://exame.com/negocios/apos-decisao-no-reino-unido-o-que-pode-acontecer-com-a-uber-no-brasil/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SILVA, Célia Regina da.; Silva, Luiz Fernando da.; Martins, Sueli Terezinha Ferrero Martin. Marx, ciência e educação: a práxis transformadora como mediação para a produção do conhecimento. *In:* Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, mai. 2005, Bauru. **Anais...** - [s.l: s.p.], 2006. p. 17- 118.

SINGER, Paul. Para além do neoliberalismo: A saga do capitalismo contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 2, n. 12, p. 03-20, 1998. Disponível em:

http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_01.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

SISTEMA Toyota de Produção (Toyota Production System). n.d. Disponível em:

<https://www.toyota.com.br/mundo-toyota/toyota-production-system/>. Acesso em: 13 mai. 2021.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Tradução de João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOTELO VALENCIA, Adrián. **A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho**. Uberlândia: Edufu, 2009.

<https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-226-7>

SOUZA, Thulio. **Concorrentes da Uber**: conheça os 6 maiores. 2021. Disponível em: <https://usemobile.com.br/concorrentes-da-uber/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

STRAUSS, Kendra. A precarização do trabalho está em todo lugar. 2023. **Revista Jacobin Brasil**. Tradução Sofia Shurig. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/04/a-precariozacao-do-trabalho-esta-em-todo-lugar/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

SUNDARARAJAN, Arun. **Economia compartilhada**: O fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TUMOLO, Paulo Sergio. Trabalho, alienação e estranhamento: visitando novamente os “Manuscritos” de Marx. Caxambu-MG, 2004. **Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED**. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t0916.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

UBER. **Requisitos para os motoristas parceiros**. 2023. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/requirements/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

UBER. **Apresenta informações e serviços da empresa**. n.d. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/about/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

UMA-SUS. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. Disponível em: [https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,\)%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19](https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%205%20de%20maio%20de,)%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19). Acesso em: 09 jun. 2023.

VIDIGAL, Viviane. **Capitalismo de plataforma**: as facetas e as falácias. Leme: Mizuno, 2023.

VIDIGAL, Viviane. Máscaras de vínculo: o algoritmo empregador. *In*: VIDIGAL, Viviane; OSCAR, Krost. **Mais direito, tecnologia e trabalho**. Leme: Mizuno, 2022. V.2

VIDIGAL, Viviane. Game over: a gestão gamificada do trabalho. **Revista Movimentação**, Dourados, v. 8, n. 14, jan./jun. 2021, ISSN 2358-9205.
<https://doi.org/10.30612/mvt.v8i14.15018>

VIDIGAL, Viviane. **As ilusões da uberização: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humana, Campinas, 2020.

VIEIRA, Raphael Henrique de Araújo; FRANÇA, Robson Luiz de. Tecnologia: uma ponderação ante o entusiasmo. *In*: FRANÇA, Robson Luiz de; BARBOSA, Magno Luiz; LUCENA, Carlos. **Trabalho, educação e flexibilização das relações de trabalho**: Impactos sobre a saúde do trabalhador. Uberlândia: Navegando, 2019.
<https://doi.org/10.29388/978-85-53111-38-1-0-f.115-162>

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “*A uberização na sociedade capitalista: as tecnologias digitais, a informalidade e o trabalho na empresa Uber no Brasil*”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Adriana Cristina Omena dos Santos e Luciene Correia Santos de Oliveira.

Nesta pesquisa iremos analisar o trabalho dos motoristas de aplicativo da empresa Uber em Uberlândia-MG e a relação entre educação, trabalho, tecnologias.

O Termo/Registro de Consentimento Livre e Esclarecido está sendo obtido pela pesquisadora Luciene Correia Santos de Oliveira que o enviará por e-mail juntamente com o *link* do questionário. Você poderá tirar suas dúvidas e terá tempo adequado para decidir sobre a sua participação conforme item IV da Resolução n.º 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução n.º 510/2016. Seu consentimento para participar da pesquisa ocorrerá ao responder e enviar o questionário.

Na sua participação, você será convidado a responder a um questionário sobre o trabalho como motorista de aplicativo realizado com a empresa Uber. Serão 16 questões nas quais o tempo aproximado para responder é de, no máximo, 15 minutos. Após o envio dos questionários respondidos, as informações serão organizadas e analisadas pelas próprias pesquisadoras. As informações serão baixadas e apagadas da plataforma virtual, arquivadas em dispositivo eletrônico local. Serão atendidas as orientações da Resolução n.º 510/16, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

POR SE TRATAR DE COLETA DE DADOS DE FORMA VIRTUAL, RESSALTA-SE QUE É IMPORTANTE GUARDAR EM SEUS ARQUIVOS UMA VIA DO DOCUMENTO DE REGISTRO DE CONSENTIMENTO ENVIADO ASSINADO PELAS PESQUISADORAS.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. É compromisso das pesquisadoras responsáveis a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS n.º 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV).

Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510 de 2016, Artigo 19).

Os riscos consistem na exposição e constrangimento dos dados do participante. Haverá esforços para a redução destes riscos que possivelmente venham a ocorrer durante a pesquisa. O anonimato dos dados pessoais dos participantes como nome, telefone e e-mail será garantido com a atribuição de nomes fictícios e códigos, seguindo rigidamente a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O questionário é composto de perguntas criadas com o cuidado em não causar constrangimentos e, ainda assim, fica resguardada a possibilidade de recusa a responder as questões que desejarem sem necessidade de justificativa prévia do participante.

Os benefícios da participação nesta pesquisa serão contribuir e ampliar o debate para as investigações acadêmicas sobre o trabalho na sociedade atual, possibilitando reflexões e discussões relacionadas aos temas tecnologias e educação. Espera-se que estes benefícios alcancem além do espaço acadêmico mas também a sociedade como um todo.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será enviado por e-mail, assinada e rubricada pelas pesquisadoras. Também será enviada uma apresentação do conteúdo do questionário e o *link* para responder as questões na plataforma virtual. Desta maneira, caso, concorde em participar, será considerado anuência quando responder ao questionário e enviar às pesquisadoras.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com - Prof.ª. Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos, orientadora, docente do Programa de Pós-Graduação em

Educação na Universidade Federal de Uberlândia (Endereço Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica - Uberlândia - MG - CEP 38400-902); telefone 34 3239-4212, e-mail adriomena@gmail.com.

- Luciene Correia Santos de Oliveira, estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Uberlândia; telefone (64) 992500540, e-mail luciene.cso@gmail.com.

Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no *link*: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, n.º 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail **cep@propp.ufu.br**. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante de pesquisa

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

Aceita colaborar voluntariamente com a pesquisa “A uberização na sociedade capitalista: as tecnologias digitais, a informalidade e o trabalho na empresa Uber no Brasil” respondendo a este questionário?

Sim Não

PARTE 1 – O TRABALHO UBERIZADO

1. Sexo

Feminino Masculino

2. Qual é a sua idade?

De 18 a 29 anos

De 30 a 39 anos

De 40 a 49 anos

De 50 anos a 59 anos

Acima de 60 anos

3. Há quanto tempo você trabalha para a empresa Uber?

Menos de 6 meses

De 6 meses a 1 ano

De 1 a 3 anos

De 3 a 5 anos

Acima de 5 anos

4. Quantas horas por dia, em média?

Até 4 horas

De 4 a 8 horas

De 8 a 12 horas

Acima de 12 horas

5. Geralmente, quantos dias por semana você trabalha como motorista de aplicativo?

Até 3 dias

De 3 a 5 dias

De 5 a 6 dias

Todos os dias

6. Qual é a média da remuneração mensal obtida com a Uber, excluindo os gastos com o carro e com o combustível?

Até R\$ 1000,00

De R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00

De R\$ 2000,00 a R\$ 3000,00

De R\$ 3000,00 a R\$ 4000,00

De R\$ 4000,00 a R\$ 5000,00

Acima de R\$ 5000,00

7. O que te motivou a ser motorista de aplicativo?
- Situação de desemprego.
 - Necessidade de complementação de renda.
 - Facilidade nos requisitos e rapidez na contratação.
 - Vontade de ser empresário ou trabalhador autônomo.
 - Afinidade no trabalho como motorista e com a direção.
 - Liberdade e flexibilidade no trabalho.
 - Conciliação do trabalho com os estudos.
 - Nenhuma das alternativas anteriores.
8. Como você se considera nesta atividade?
- Funcionário
 - Trabalhador autônomo
 - Prestador de serviços
 - Empreendedor
 - Empresário
 - Nenhuma das anteriores. Qual?
9. Como você avalia as condições de trabalho (tempo, regras, remuneração, etc.) vivenciadas pelos motoristas da empresa Uber?
- Ótimas
 - Boas
 - Regulares
 - Ruins
 - Péssimas

PARTE 2 – A EDUCAÇÃO FORMAL E O TRABALHO UBERIZADO

1. Qual é a sua maior formação escolar ou acadêmica?
- Ensino Fundamental
 - Ensino Médio
 - Curso Superior incompleto
 - Curso Superior completo
 - Mestrado em andamento ou completo
 - Doutorado em andamento ou completo
2. No caso de você possuir graduação e/ou pós-graduação, qual (ou quais) curso (s) você fez?
3. Como você lida com o fato de trabalhar em uma área diferente daquela na qual você estudou e se escolarizou?
4. Futuramente, você pretende trabalhar na área de sua formação ou em outra atuação profissional?
- Sim Não
5. Você tem vontade de continuar os estudos, realizar algum outro curso ou formação profissional?

Sim Não

6. Nos próximos anos, você pretende prosseguir como motorista de aplicativo?

Sim Não

7. Você tem algum comentário, crítica ou elogio a fazer sobre o trabalho como motorista de aplicativo da empresa Uber? Escreva abaixo.

ANEXO I - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A UBERIZAÇÃO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: AS TECNOLOGIAS DIGITAIS, A INFORMALIDADE E O TRABALHO NA EMPRESA UBER NO BRASIL

Pesquisador: Adriana Cristina Omena dos Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55355322.6.0000.5152

Instituição Proponente: Faculdade de Educação - UFU

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.243.043

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de doutorado sobre trabalho dos motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG. Neste estudo será abordada a relação entre educação, trabalho e tecnologias, tendo como foco as características do processo de uberização no Brasil.

Será uma pesquisa descritiva, qualitativa e exploratória.

- Participantes da pesquisa: motoristas do aplicativo Uber, que trabalham em Uberlândia.

- Número de participantes: 20 motoristas do aplicativo Uber.

A pesquisadoras justificaram o tamanho da amostra com a seguinte afirmação: "Entende-se que este seja um número suficiente de participantes da pesquisa, tendo em vista que as informações coletadas serão importantes para se entender e confirmar o que tem sido apontado nas referências bibliográficas sobre o assunto".

- Será uma pesquisa com coleta de dados em ambiente virtual. A coleta de dados será por meio do formulário Google Forms.

- O registro de consentimento do participante da pesquisa será considerado quando o mesmo responder e enviar o questionário on line para as pesquisadoras, via plataforma Google Forms.

Recrutamento e abordagem dos participantes:

A abordagem e o convite dos participantes ocorrerão da seguinte forma, segundo as pesquisadoras:

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.243.043

- “Estes [os motoristas do aplicativo Uber] serão convidados a participar da pesquisa a partir do convite realizado presencialmente durante o uso de tais serviços de transporte, sendo recrutados de forma aleatória a partir do aplicativo da empresa Uber. No caso de haver a concordância em participar da pesquisa, será enviado o link do questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por e-mail do participante.
- “O convite para colaborar com a pesquisa ocorrerá, [...], com o veículo parado, [momento quando] será apresentado o objetivo da pesquisa e o motorista será convidado a colaborar respondendo ao questionário em um momento que lhe for confortável e conveniente”.

A obtenção do termo de consentimento, será, conforme as pesquisadoras, da seguinte forma:

- O questionário eletrônico criado na plataforma Google (Google Forms) será disponibilizado por meio de um link, o qual será enviado por e-mail, de forma individual ou por lista oculta, para os potenciais participantes da pesquisa. O formulário poderá ser enviado também por telefone, provavelmente, via aplicativo de mensagens.
- Antes das questões que serão acessadas pelo link, haverá “uma breve apresentação da pesquisa e, posteriormente, será apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que também será enviado por e-mail aos participantes”.
- “No convite, ficará claro, ao participante da pesquisa, as informações da pesquisa e que concordância em participar será identificada no ato de responder ao formulário”.
- “Haverá a recomendação de arquivar uma cópia deste documento” [TCLE].

Critério de Inclusão:

- “Ser motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG;
- Disponibilizarem-se de forma voluntária a responder ao questionário eletrônico;
- Disponibilizarem o contato para envio do link, podendo ser e-mail ou telefone”.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.243.043

Critério de Exclusão:

- “Pessoas não relacionadas ao objeto de estudo da pesquisa, ou seja, que não atuem como motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG.
- Demais trabalhadores e motoristas ligados somente a outras empresas de aplicativo.
- Não possuir ou não querer disponibilizar, para fins da pesquisa, seu endereço de e-mail ou seu contato telefônico.
- Pessoas que se negarem a contribuir com a pesquisa”.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo principal:

“Analisar o trabalho de motoristas de aplicativo vinculados à empresa Uber na cidade de Uberlândia-MG abordando seu perfil social, educacional e econômico e a relação entre educação, trabalho, tecnologias focando as características do processo de uberização”.

Objetivos secundários:

- “Compreender as novas tecnologias da informação e da comunicação como ferramentas de trabalho no contexto da economia do compartilhamento.
- Evidenciar as condições de trabalho do trabalho informal e as características do processo de uberização especificamente em relação aos motoristas de aplicativo da empresa Uber.
- Identificar o perfil do trabalhador informal sobretudo em relação ao setor de transportes ligados à empresa Uber, abordando aspectos sociais, econômicos, históricos, escolares, dentre outros.
- Analisar a relação entre o uso das tecnologias, a educação e a precarização no trabalho destes trabalhadores uberizados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

- Risco de constrangimento em relação a alguma questão, o medo de se expor e haver alguma divulgação de informações apresentadas.

Medidas adotadas:

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.243.043

“Será seguido rigidamente o Termo de Consentimento Livre Esclarecido como mecanismo de minimizar os riscos, além de haver uma explicação sobre os objetivos da pesquisa e sua importância”.

- Risco de identificação.

Medidas adotadas:

As pesquisadoras garantem o sigilo dos dados dos participantes como nome, e-mail e telefone. “Para isto, serão colocados códigos ou siglas nos formulários recebidos para análise, sendo estes manuseados apenas pela equipe de pesquisa e com a finalidade desta pesquisa. Estes dados serão utilizados exclusivamente para a finalidade desta pesquisa, sendo apagados da plataforma de origem assim que forem extraídas as informações coletadas. Estas serão baixadas e excluídas do ambiente virtual, sendo arquivadas em um dispositivo eletrônico local, em ambiente seguro no gabinete da pesquisadora, o que impede o acesso a terceiros e possibilitando a segurança das informações ali contidas”.

Benefícios:

A pesquisa apresenta benefícios de ordem acadêmica. Segundo as pesquisadoras, este estudo possibilitará o “aprofundamento nas discussões sobre o trabalho intensificado e precarizado que tem marcado a sociedade atual, trazendo reflexões sobre o fenômeno da uberização que tem sido determinante no cotidiano de vários trabalhadores”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

“Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória na qual será realizada uma problematização dos dados que marcam o trabalho uberizado e a utilização das TIC como ferramenta de trabalho na atualidade”.

A pesquisa se enquadra como pesquisa em ambiente virtual, visto que a coleta de dados será por meio da plataforma Google Forms.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos apresentados foram:

- Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos (datada, assinada e com carimbo).

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.243.043

- Link dos currículos dos pesquisadores.
- Termo de compromisso da equipe executora.
- Orçamento da pesquisa.
- TCLE.
- Instrumento de coleta de dados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16 e suas complementares, o CEP/UFU manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia.

Prazo para a entrega do Relatório Final ao CEP/UFU: MARÇO/2023*.

* Tolerância máxima de 01 mês para o atraso na entrega do relatório final.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DE PESQUISA DEVE SER INFORMADA, IMEDIATAMENTE, AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE ÉTICA.

O CEP/UFU alerta que:

- a) Segundo as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16, o pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- b) O CEP/UFU poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto;
- c) A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento às Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.243.043

científica da pesquisa.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR:

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo (Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado pelo CEP/UFU e descontinuar o estudo após a análise, pelo CEP que aprovou o protocolo (Resolução CNS nº 466/12), das razões e dos motivos para a descontinuidade, aguardando a emissão do parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Resolução CNS nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – apresentando o seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	26/01/2022		Aceito

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br



Continuação do Parecer: 5.243.043

Básicas do Projeto	ETO_1888513.pdf	17:20:16		Aceito
Outros	CEP_Termo_de_compromisso_da_equipe_executora.pdf	26/01/2022 17:18:46	LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Questionario.docx	25/01/2022 14:49:14	LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinada.pdf	25/01/2022 11:56:36	LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Link_Lattes.doc	24/01/2022 12:29:16	LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Justificativa_TCLE.pdf	24/01/2022 12:28:40	LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	2021_TCLE.docx	24/01/2022 12:28:16	LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP_Uberizacao.docx	24/01/2022 12:27:33	LUCIENE CORREIA SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLANDIA, 14 de Fevereiro de 2022

Assinado por:
ALEANDRA DA SILVA FIGUEIRA SAMPAIO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLANDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br